



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

BRUNO DANTAS MUNIZ DE BRITO

**A POLÍTICA DE TURISMO NA AMAZÔNIA SETENTRIONAL:
O ESTADO DE RORAIMA E A CONSTRUÇÃO DO “TEMPO DO TURISMO”**

**FORTALEZA
2018**

BRUNO DANTAS MUNIZ DE BRITO

A POLÍTICA DE TURISMO NA AMAZÔNIA SETENTRIONAL:
O ESTADO DE RORAIMA E A CONSTRUÇÃO DO “TEMPO DO TURISMO”

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Geografia. Área de concentração: Dinâmica territorial e ambiental. Orientador: Prof. Dr. Eustógio Wanderley Correia Dantas.

FORTALEZA
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Federal do Ceará

Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B875p Brito, Bruno Dantas Muniz de.

A política de turismo na Amazônia setentrional: O estado de Roraima e a construção do “tempo do turismo” / Bruno Dantas Muniz de Brito. – 2018.
238 f. : il. color.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2018.
Orientação: Prof. Dr. Eustógio Wanderley Correia Dantas.

1. Turismo. 2. Roraima. 3. Política Pública. 4. Desenvolvimento. 5. Amazônia. I. Título.

CDD 910

BRUNO DANTAS MUNIZ DE BRITO

A POLÍTICA DE TURISMO NA AMAZÔNIA SETENTRIONAL:
O ESTADO DE RORAIMA E A CONSTRUÇÃO DO “TEMPO DO TURISMO”

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Geografia. Área de concentração: Dinâmica territorial e ambiental. Orientador: Prof. Dr. Eustógio Wanderley Correia Dantas.

Aprovada em ____ / ____ / ____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. EUSTÓGIO WANDERLEY CORREIA DANTAS
Orientador

Prof. Dr. ANTONIO TOLRINO DE REZENDE VERAS
Examinador Externo

Profa. Dra. IARA RAFAELA GOMES
Examinadora

Profa. Dra. LUZIA NEIDE M. T. CORIOLANO
Examinadora Externa

Prof. Dr. ALEXANDRE QUEIROZ PEREIRA
Examinador

“Cai o sol na terra de makunaima
Boa Vista no céu, lua cheia de mel
sobe a serra de Pacaraima
eu sou de Roraima
surubim, tucunaré, piramutaba
sou pedra pintada, buriti, bacaba
Caracaranã, farinha d'água, tucumã
curumim te espera cunhantã
um boto cantando no rio
beiju de caboco no cio
parixara na roda de abril, se abriu
linha fina no meu jandiá
carne seca, xibé, aluá
jiquitaia, caxiri, taperebá”

MAKUNAIMANDO
Eliakin Rufino

AGRADECIMENTOS

AO TEMPO, verdadeiro Senhor, por saber trazer tudo no momento e na medida certa!

A minha família, razão de toda minha força e esforço físico, psicológico, ideológico e emocional, sem as quais eu jamais teria chegado aqui, jamais!

Ao professor Eustogio Wanderley, por sua contribuição nesta orientação.

A CAPES, por acreditar na formação de quadros docentes nos mais distantes rincões deste Brasil.

Aos Professores do Programa de Doutorado em Geografia da UFC, por toda dedicação e compartilhamento de ideias, opiniões e experiências, tudo valeu a pena.

Aos colegas do Curso de Bacharelado em Turismo da UERR, pelo suporte e apoio necessários para o fortalecimento da lucidez.

A todos os servidores da Universidade Estadual de Roraima, pela confiança e colaboração.

Aos servidores do Departamento de Turismo do Estado de Roraima, por toda assistência e contribuição imprescindíveis.

Aos técnicos da Secretaria de Planejamento do Estado de Roraima, pelo suporte técnico sempre que este foi demandado.

Aos gestores e todos os servidores públicos das prefeituras envolvidas no trabalho, muito obrigado.

Aos colegas de classe, pelas importantes contribuições e colaborações para com a construção desse trabalho.

RESUMO

O principal escopo deste trabalho se volta para o estudo das políticas públicas de turismo em Roraima, o qual vem sendo trabalhado por seus artífices locais sob uma série de paradigmas. O objetivo geral consistiu em compreender como as políticas de turismo (oriundas das esferas nacional, estadual e local) foram articuladas no sentido de projetar os municípios de Roraima enquanto núcleos turísticos, chegando a tornarem-se regiões turísticas por meio do Programa de Regionalização do Turismo – PRT. A análise dessas políticas de turismo empreendidas em Roraima, no intuito de projetá-lo como destino turístico nacional, encontraram diversos gargalos, revelando um conceito ainda pouco tratado pela academia, que diz respeito ao tempo do turismo. Ainda nesse mote, o estudo buscou compreender os aspectos balizadores da construção de Roraima enquanto destino turístico, o papel da capital Boa Vista como destino indutor do turismo regional, entre outros aspectos. Para tanto, a metodologia empregada consistiu numa sistematização de dados, obtidos pela revisão da literatura, pesquisa hemerográfica no jornal Folha de Boa Vista, entrevista com os integrantes do Fórum de Turismo de Roraima, análise de documentos e projetos oficiais disponibilizados pelo Ministério do Turismo (MTUR), Departamento de Turismo do Estado e de seus municípios, no intuito de identificar quais ações e políticas foram planejadas com vistas ao escopo turístico de cada região e núcleo turístico. Os dados foram sistematizados em três categorias de análise e discutidos (Turismo em Roraima, Política de Turismo em Roraima e Desenvolvimento do Turismo). Os resultados apontam para uma série de ações desconexas, que não puderam proporcionar condições necessárias para que o turismo pudesse se desenvolver plenamente em Roraima, a exemplo das políticas nacionais que não foram adaptadas à realidade regional, as dificuldades dos núcleos turísticos operarem no tempo do turismo e a ausência de recursos e de capital social capaz de integrar todos esses meandros.

Palavras-chave: Turismo. Roraima. Política Pública. Desenvolvimento. Amazônia.

ABSTRACT

The main scope of this work is to study the public policies of tourism in Roraima, which has been worked by its local artisans under a series of paradigms. The general objective was to understand how tourism policies (from the national, state and local spheres) were articulated in the sense of designing the municipalities of Roraima as tourist centers, becoming tourist regions through the Program of Regionalization of Tourism - PRT. The analysis of these tourism policies undertaken in Roraima, in order to design it as a national tourist destination, encountered several bottlenecks, revealing a concept that has not yet been treated by the academy, which concerns tourism time. Still in this motto, the study sought to understand the aspects of the construction of Roraima as a tourist destination, the role of the capital Boa Vista as a destination that promotes regional tourism, among other aspects. For that, the methodology employed consisted of a systematization of data, obtained by the literature review, hemerographic research in the Folha de Boa Vista newspaper, interview with the members of the Roraima Tourism Forum, analysis of official documents and projects made available by the Ministry of Tourism (MTUR), Department of Tourism of the State and its municipalities, in order to identify what actions and policies were planned with a view to the tourist scope of each region and tourist nucleus. The data were systematized in three categories of analysis and discussed (Tourism in Roraima, Tourism Policy in Roraima and Tourism Development). The results point to a series of disjointed actions that could not provide the necessary conditions for tourism to develop fully in Roraima, such as national policies that were not adapted to the regional reality, the difficulties of the tourist centers operating in the time of tourism and the absence of resources and social capital capable of integrating all these intricacies.

Keywords: Tourism. Roraima. Public Policy. Development. Amazon.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Comunidade indígena situada no município de Uiramutã	28
Figura 2 –	Tamanduá Mirim – Roraima	29
Figura 3 –	Monte Roraima	31
Figura 4 –	Buritizais do lavrado - Roraima	32
Figura 5 –	Dança do Parixara encenada pelas índias Macuxi	33
Figura 6 –	Gran Sabana na República Bolivariana da Venezuela	34
Figura 7 –	Trombeteiro - Roraima	35
Figura 8 –	Cavalos selvagens - Roraima	36
Figura 9 –	Pedra Pintada – Terra Indígena São Marcos – Boa Vista	37
Figura 10 –	Distribuição de ações no território	43
Figura 11 –	Simplificação de um sistema político	47
Figura 12 –	Linha do tempo das políticas públicas de turismo	66
Figura 13 –	Linhão de Guri abastece Roraima	68
Figura 14 –	Demarcação de terra indígena em Roraima	69
Figura 15 –	Ecoturismo surge em debate na pauta do desenvolvimento	73
Figura 16 –	Indefinição fundiária atrasa o turismo	76
Figura 17 –	Mapa do Turismo Brasileiro	80
Figura 18 –	Categorização dos municípios turísticos brasileiros	82
Figura 19 –	Roraima não tem guia nem mapa turístico	86
Figura 20 –	Cachoeira do Paiva – Tepequém – Amajari	98
Figura 21 –	Cachoeira do Barata – Tepequém – Amajari	99
Figura 22 –	Platô do Tepequém - Amajari	100
Figura 23 –	Comunidade Nova Esperança / T.I. São Marcos - Pacaraima	102
Figura 24 –	Monte Roraima – Fronteira Brasil/Venezuela	104
Figura 25 –	Cachoeira do Urucá - Uiramutã	105
Figura 26 –	Vista da estrada de acesso ao município - Uiramutã	106
Figura 27 –	Cachoeira das Sete Quedas - Uiramutã	107
Figura 28 –	Cachoeira do Paiuá - Uiramutã	108
Figura 29 –	Pôr do Sol na T.I. Raposa Serra do Sol - Normandia	110
Figura 30 –	Cachoeira da Raposa – T.I. Raposa Serra do Sol - Normandia	111
Figura 31 –	Lago Caracaranã – Normandia	112

Figura 32 –	Damurida – Comunidade da Raposa I - Normandia	113
Figura 33 –	Festival da Panela de Barro na Raposa I - Normandia	113
Figura 34 –	Parque Aquático Ecopark – Alto Alegre	116
Figura 35 –	Catedral Cristo Redentor - Boa Vista	117
Figura 36 –	Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo - Boa Vista	117
Figura 37 –	Praça das Águas - Boa Vista	118
Figura 38 –	A Maior Paçoca do mundo – Boa Vista	119
Figura 39 –	Região do Rupununi situada na savana da Guiana Inglesa	120
Figura 40 –	Cachoeira Excalibur – Serra Grande - Cantá	121
Figura 41 –	Vista do lago do Hotel Fazenda Castanhal - Cantá	122
Figura 42 –	Locações do espetáculo “Paixão de Cristo” - Mucajaí	123
Figura 43 –	Parque Nacional do Viruá - Caracaraí	125
Figura 44 –	Proposta de instalação de atividades recreativas	126
Figura 45 –	Pesca esportiva no baixo Rio Branco - Caracaraí	127
Figura 46 –	Integrante do Grupo Cobra Mariana - Caracaraí	129
Figura 47 –	Área de acesso ao Bem Querer	129
Figura 48 –	Hidrelétrica de Jatapu - Caroebe	130
Figura 49 –	Monumento ao Equador – Rorainópolis	131
Figura 50 –	Destaque para iniciativa endógena	151
Figura 51 –	Frontur em Roraima	153
Figura 52 –	Governo quer transformar Roraima num destino ecológico	158
Figura 53 –	Guia turístico elaborado pelo Governo de Roraima	159
Figura 54 –	Ministro do Turismo vem a Roraima	167
Figura 55 –	Marca turística adotado por Roraima	168
Figura 56 –	Mapa do turismo de Roraima	184
Figura 57 –	Cena da novela “Império” retratando o Monte Roraima	186
Figura 58 –	Turismo ainda é pouco explorado em Roraima	188

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 –	Região Norte do Brasil	17
Mapa 02 –	Contexto fronteiriço do Estado de Roraima	18
Mapa 03 –	Localização do Estado de Roraima	56
Mapa 04 –	Terras indígenas de Roraima	57
Mapa 05 –	Áreas de proteção ambiental de Roraima	59
Mapa 06 –	Malha viária do Estado de Roraima	61
Mapa 07 –	Região Turística Extremo Norte do Brasil	95
Mapa 08 –	Região Turística Roraima, a Savana Amazônica	115
Mapa 09 –	Região Turística Águas e Florestas da Linha do Equador	124
Mapa 10 –	Rota Turística 174	162

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Evolução da criação de órgãos municipais de turismo em Roraima	133
Gráfico 2 –	Municípios de Roraima que dispõem de órgão de turismo	133
Gráfico 3 –	Caracterização do órgão de turismo dos municípios de Roraima	134
Gráfico 4 –	Órgãos exclusivos e integrados ao turismo nos municípios	135
Gráfico 5 –	Caracterização dos órgãos municipais integrados ao turismo	135
Gráfico 6 –	Caracterização dos conselhos municipais de turismo no PRT	136
Gráfico 7 –	Disposição dos órgãos de turismo em Roraima por região turística	137
Gráfico 8 –	Municípios que tem plano de turismo aprovado e em execução	138
Gráfico 9 –	Municípios que tem previsão de investimentos em turismo na LOA/LDO	138

LISTA DE SIGLAS

ABAV	Associação Brasileira das Agências de Viagem
ABIH	Associação Brasileira da Indústria Hoteleira
ABRASEL	Associação Brasileira de Bares, Restaurantes e Lanchonetes
ADETUR	Agência de Desenvolvimento do Turismo da Amazônia
AZUL	Linhas Aéreas Brasileira S.A.
BASA	Banco da Amazônia
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BMNT	Brasil Meu Negócio é Turismo
BRAZTOA	Associação Brasileira das Operadoras de Turismo
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima
CIT	Centro de Informação Turística
CNTUR	Conselho Nacional de Turismo
CODETUR	Coordenadoria de Turismo de Roraima
DETUR	Departamento de Turismo de Roraima
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
FEMACT	Fundação Estadual do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia
FETEC	Fundação de Educação, Turismo, Esporte e Cultura de Boa Vista
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FRONTUR	Seminário Internacional de Turismo de Fronteiras
FTR	Fórum de Turismo de Roraima
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GOL	Linhas Aéreas Inteligentes
IBAMA	Instituto Bras. de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFRR	Instituto Federal de Roraima
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
INVTUR	Sistema de Inventariação da Oferta Turística Brasileira
ITERAIMA	Instituto de Terras e Colonização de Roraima
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MD	Ministério da Defesa
MIN	Ministério da Integração Nacional
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MTUR	Ministério do Turismo

OMT	Organização Mundial do Turismo
PCN	Programa Calha Norte
PMA	Prefeitura Municipal de Amajari
PMAA	Prefeitura Municipal de Alto Alegre
PMBF	Prefeitura Municipal do Bonfim
PMBV	Prefeitura Municipal de Boa Vista
PMCO	Prefeitura Municipal de Caroebe
PMCR	Prefeitura Municipal de Caracaraí
PMCT	Prefeitura Municipal do Cantá
PMMC	Prefeitura Municipal de Mucajaí
PMND	Prefeitura Municipal de Normandia
PMPC	Prefeitura Municipal de Pacaraima
PMRP	Prefeitura Municipal de Rorainópolis
PMUR	Prefeitura Municipal de Uiramutã
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNT	Plano Nacional de Turismo
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRODETUR	Programa de Ação para o Desenvolvimento Turístico
PROECOTUR	Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal
PRT	Programa de Regionalização do Turismo
PTA	Plano de Turismo da Amazônia
RR	Roraima
SEAAB	Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento de Roraima
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEINF	Secretaria de Infraestrutura de Roraima
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SEPLAN	Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento de RR
SESC	Serviço Social do Comércio
SNPTUR	Secretaria Nacional de Políticas do Turismo
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
TAM	Transportes Aéreos Marília
T.I.	Terra Indígena
UERR	Universidade Estadual de Roraima
UFRR	Universidade Federal de Roraima

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	OS CONTEXTOS DO TURISMO NA AMAZÔNIA SETENTRIONAL	28
3	POLÍTICA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	40
3.1	As políticas de turismo para o desenvolvimento da Amazônia	49
3.2	A política de turismo na Região Norte	52
3.3	Rebatimento das políticas de turismo em Roraima	55
3.4	A política de desenvolvimento em Roraima	67
3.5	O surgimento do MTUR e sua relevância para o turismo	78
4	REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO EM RORAIMA	84
4.1	O turismo em Roraima antes da regionalização	85
4.1.1	<i>Política pública de turismo antes da Regionalização</i>	89
4.2	A Política de Regionalização do Turismo – PRT	93
4.3	Regiões turísticas de Roraima	94
4.3.1	<i>Região Turística Extremo Norte do Brasil</i>	96
4.3.2	<i>Região Turística Roraima, a Savana Amazônica</i>	115
4.3.3	<i>Região Turística Águas e Florestas da Linha do Equador</i>	124
5	AS DINÂMICAS DA POLÍTICA DE TURISMO EM RORAIMA	140
5.1	Iniciativas Exógenas	146
5.2	Iniciativas Endógenas	150
5.3	A estruturação do turismo em Roraima	152
5.4	Política de qualificação para o turismo	154
5.5	Política de promoção para o turismo de Roraima	157
5.6	Política de investimentos para o turismo de Roraima	164
5.7	Aspectos da regionalização do turismo no Estado de Roraima	166
5.8	Política Nacional de Turismo em Roraima	170
5.9	Plano Estadual de Turismo de Roraima	173
5.10	Os desafios da regionalização Turística de Roraima	178
5.11	Marketing do destino	185
5.12	Entraves ao turismo de Roraima	187
5.13	Participação do FTR na solução dos entraves	192
6	CONCLUSÃO	194
	REFERÊNCIAS	207

APÊNDICE A – CATEGORIAS DE ANÁLISE TRABALHADAS NATESE	217
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM MEMBROS DO FTR	219
APÊNDICE C – RELAÇÃO DE ENTREVISTADOS DO FTR	221
APÊNDICE D – ESTUDO DAS ATAS DO FTR	222
APÊNDICE E – HEMEROGRAFIA PARA TRIANGULAÇÃO	227
APÊNDICE F – AVALIAÇÃO DOS INDICADORES PARA CATEGORIZAÇÃO	234
APÊNDICE G – ATRATIVOS POR REGIÃO DE ACORDO COM PRT/MTUR	235
APÊNDICE H – HEMEROGRAFIA – TEMPO E DESENVOLVIMENTO	236
APÊNDICE I – HEMEROGRAFIA – TURISMO EM RORAIMA	237
APÊNDICE J – CALENDÁRIO – HEMEROGRAFIA DA FOLHA DE BOA VISTA	238

1 INTRODUÇÃO

A experiência de visitar uma localidade antagônica daquela de sua residência, que disponha de infraestrutura, informação, organização, cultura, tradições, paisagens, empreendimentos e aspectos cênicos distintos do cotidiano de quem o visite são elementos suficientes para caracterizar a atividade turística. O turismo é uma ação própria dos seres humanos, motivados pela busca por algo que seja distinto, constituído por um rol de novas e determinadas especificidades, características e condições, as quais são capazes de que lhe conferir certa singularidade e diferenciação frente ao que se convive cotidianamente.

Entende-se que, por conta disso, nenhum local é tão igual que deva ser pensado de forma singular mas, na verdade, sob um prisma bastante plural. São nestes lugares que habitam a humanidade e, por conta disso, a necessidade de se compreender essa dinâmica é algo próprio dos seres humanos, os quais realizam atividades diversas e, por isso mesmo, buscam sempre mais espaço para que possam multiplica-las. Nesse sentido é que surge um amplo campo de relações, as quais se pautam com escopo em diversas atividades de caráter econômico, social, político, cultural e recreativo, capazes até de reunir dois ou mais elementos dessas aspectos simultaneamente (HILHORST, 1975).

Já no que tange à perspectiva desses vetores, tem-se no turismo uma atividade socioeconômica reconhecidamente como transformadora da realidade vigente. O turismo, que não compreende tão somente o deslocamento de pessoas de um lugar a outro por fins diversos, é agente ativo do processo de ocupação e construção do espaço, tanto que suas características são objeto de permanente avaliação e reflexão.

Tão importante ainda é reconhecer que a construção conceitual desses elementos (a geografia e o turismo) pode assumir uma determinação bastante particular, na medida em que sua busca pela problematização do real, ante a constante transformação do espaço vivido, assume uma natureza eminentemente política, preconizando múltiplos interesses, já que molda diversos conceitos (HAESBAERT, 2014).

Essas áreas em si (a geografia, o turismo e a política) estão bastante imbricadas, já que ao se discutir os elementos capazes de proporcionar novas

reflexividades envolvendo estas (BARROS, 2007), acredita-se que os níveis de conhecimento, características e formas de inter-relação tornam-se novas contribuições para compreender e discuti-las. Sua relevância é ímpar e pode auxiliar na produção de mais informações e conhecimentos que fundamentam a relevância da informação para o turismo, enquanto uma grande cadeia produtiva capaz de gerar benefícios diversos para muitas localidades.

Outrossim, é sabido que o turismo pode ser enxergado como vetor de desenvolvimento econômico, político, social, cultural e espacial. Isso porque a amplitude do turismo permite com que diversos atores locais, sejam eles relacionados direta ou indiretamente, possam coexistir simultaneamente, sincrônica ou diacronicamente, sendo necessário seu monitoramento.

Ademais, baseado nas palavras de Scótoló (2015), o desenvolvimento local com base no turismo deve contemplar a vocação endógena, pensando na perspectiva do planejamento voltado para a dimensão sócio espacial, quando combate a exclusão social e a degradação ambiental, proporcionando verdadeiro protagonismo das comunidades.

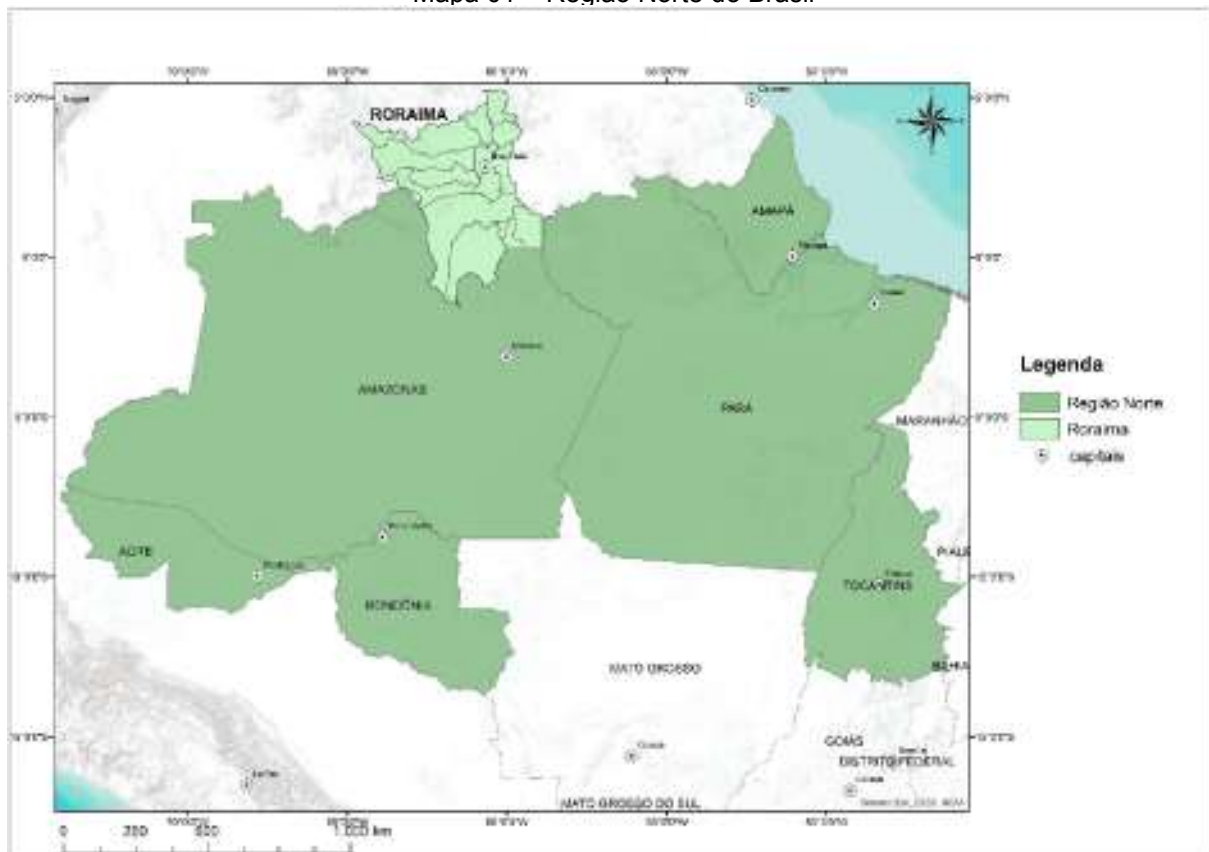
Cada região e lugar detém uma cultura própria e que deve ser respeitada, com foco na instalação do turismo. Atinente a isso é que Dantas e Alves (2016, p. 57) enfatizaram que o escopo territorial oportuniza destacar como as “culturas demonstram que vários são os atores locais que decidem, por sua compreensão de planejamento, de Estado e de ação pública, as formas como determinadas infraestruturas se alocam no território”.

Na palavras de Gehlen (2006, p. 277), ao considerar a transformação de certas estruturas sociais surgem “novas referências valorativas, éticas e de convívio social” as quais reproduzem sonhos e idealizações voltadas para o futuro. Sendo assim, estas são dimensões estratégicas que oportunizam a valorização das diferenças sem que seja preciso ignorá-las. E por isso mesmo que o turismo é capaz de se relacionar a essas estruturas sociais, não só pelo contexto econômico, mas também social, ambiental e cultural.

Voltando-se para a realidade brasileira, mais precisamente para a região norte do país (mapa 01), é sabido que a mesma abriga diversas riquezas históricas, culturais e naturais, entre elas a floresta Amazônica, onde se encontra um dos mais belos biomas do mundo. É preciso destacar a riqueza cultural e étnica presentes nas comunidades indígenas que habitam naquele lugar, que dominam conhecimentos e

técnicas ancestrais, além de compor um estilo de vida próprio e tantas vezes referenciado pela sociedade. Apesar disso, é tida como uma das regiões mais carentes do país, o que acaba por torna-la objeto de ações e projetos que visem seu desenvolvimento.

Mapa 01 – Região Norte do Brasil

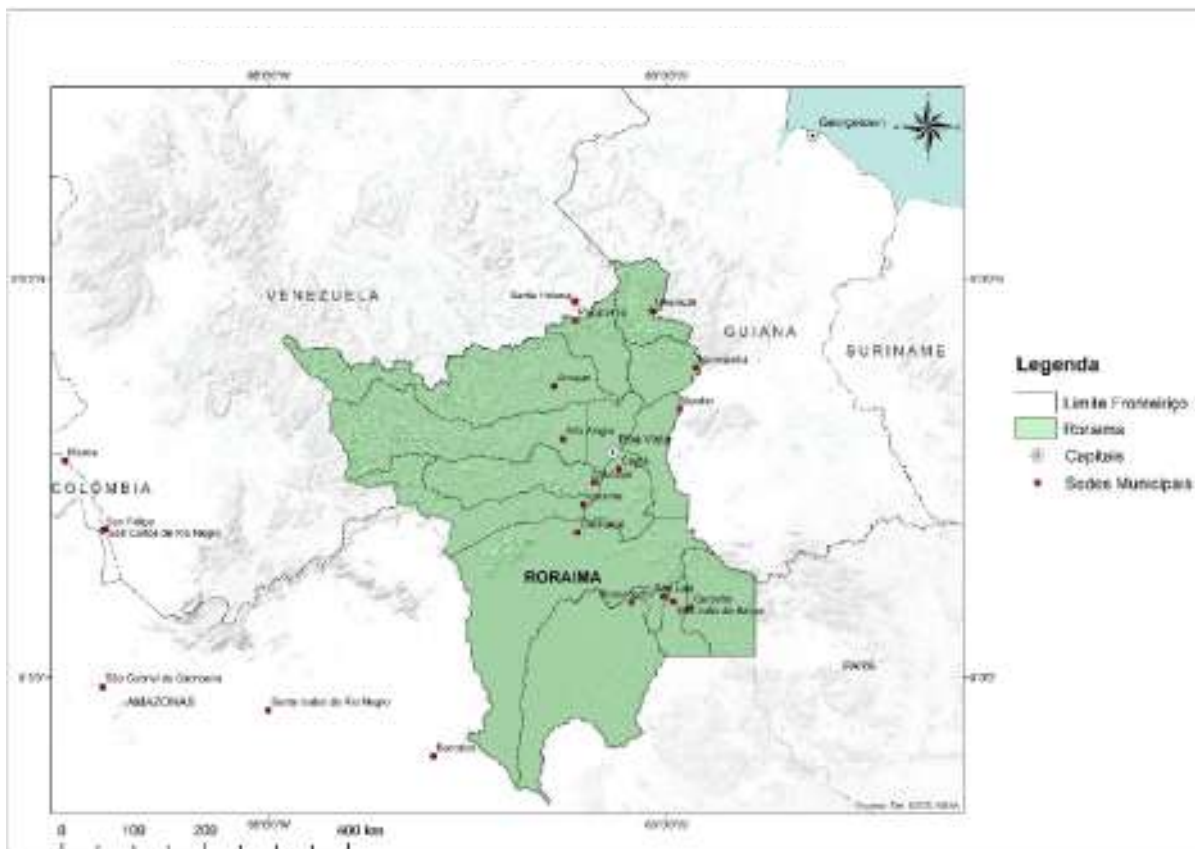


Fonte: Elaboração própria, 2018

Assim, pensar em projetos que proporcionem a potencialização das vocações e valorizem as características é motivo suficiente para se esbarrar em uma série de paradigmas que vão desde gargalos na demarcação de áreas produtivas até conflitos socioambientais decorrentes do aproveitamento das potencialidades locais, motivados pelos múltiplos interesses que coexistem na área, sobretudo no jovem estado de Roraima, o qual surge como ente federado em 1988, com a nova constituição (VERAS, 2012).

Reconhecido por sua localização e tríplice fronteira (Venezuela e República Cooperativa da Guiana – mapa 02), e que conta ainda com muitas áreas protegidas ao longo dos seus 15 municípios, o estado vem buscando sua identidade turística.

Mapa 02 – Contexto fronteiriço do Estado de Roraima



Fonte: Elaboração própria, 2017.

Localizado na porção setentrional do Brasil, faz fronteira ao norte e noroeste com a Venezuela, a leste com a Guiana Inglesa, a sudeste com o estado do Pará e ao sul e oeste com o estado do Amazonas, compondo um total de 1.922 Km de fronteiras entre estes dois países. Com uma área total de 224.300,506 mil Km² situa-se na 14^o colocação em tamanho no Brasil. No que concerne à sua população é o menos populoso da federação com um total estimado em 514.229 habitantes, de acordo com projeção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, além de dispor de uma densidade demográfica de 2,25hab/km². No que se refere ao seu território, a constituição está subdividida da seguinte forma: 104.108Km² (46,37%) estão demarcados como áreas indígenas; 18.879Km² (8,42%) como áreas de

preservação ambiental. Com base nisso, o território de Roraima situa-se na segunda colocação nacional em matéria de áreas protegidas, perdendo apenas para o estado do Amapá.

Para Tonneau e Cunha (2005) território define-se como um produto de diversos projetos, quer sejam individuais ou coletivos. Sendo assim, turismo, políticas públicas e projetos estruturantes estão presentes nos debates de vários segmentos e atores locais, os quais insistem em repensar as oportunidades que este território resguarda e que podem servir para viabilizar matrizes produtivas de ocupação, trabalho e aproveitamento do espaço, classificando-o como espaço turístico, consoante a perspectivas diferenciadas que se prestem ao escopo econômico e sociocultural aliados ao preceito da transformação da realidade socioeconômica (TOMAZZONI, 2009).

Há, por parte da atuação do Estado, uma multiplicidade de ações as voltas no território, compreendido por essas potencialidades turísticas e que acabam, em certa medida, a dialogarem entre si por conta dos diversos interesses que emergem junto aos atores locais, rivalizando entre modelos endógenos e exógenos de desenvolvimento (RORAIMA, 2008). Por isso mesmo acabam construindo um cenário desafiador no que se refere a uma lógica própria de sua dinâmica territorial voltada para o turismo, consistindo numa série de obstáculos frente ao imenso potencial para o desenvolvimento regional.

Na medida em que cada região detém sua própria especificidade, construindo ou reformando seus paradigmas de funcionamento, é fato que em muitas situações ocorrem diferenciações relacionados a interesses múltiplos e voltados para o aproveitamento dos recursos naturais e socioculturais (KOHLHEPP, 2002). Isso conduz a um diversidade de cenários e perspectivas as quais, muitas das vezes, não podem ser amparadas por uma ação institucional ou política singular, estática e cristalizada. Faz-se premente pensar em contextos plurais e que atendam a realidades nitidamente distintas e díspares.

Nesse sentido, diversas atividades procuram espaço nas agendas de desenvolvimento territorial voltadas para o aproveitamento dessas potencialidades. Com o esgotamento de uma matriz produtiva logo se procuram outras matrizes que possam vir a ocupar o lugar disponível, possibilitando uma constante fruição daquele espaço em razão de sua nova vocação socioeconômica. Entre essas atividades há

um destaque pontual para o turismo, considerando que o mesmo consiste numa atividade capaz de transformar os paradigmas territoriais vigentes (BENI, 2006).

Por sua vez, as ações isoladas não são capazes, por si só, de viabilizar toda complexidade com que a inserção do turismo no território precisa ser debatida e trabalhada, de forma que se tem nos projetos e na política pública instrumentos empregados frequentemente para proporcionar essa plataforma (CASTRO, 2007).

Dito isso, o escopo desta tese prima pela análise das distintas intervenções territoriais voltadas para o desenvolvimento turístico na Amazônia Setentrional, especificamente no Estado de Roraima, tendo no turismo seu principal espectro de análise por meio da implementação de políticas públicas nas diversas esferas que o compõem (local, regional e nacional), o que acaba servindo como tônica para esta pesquisa (TODESCO, 2013).

Da sua institucionalização, enquanto estado da federação, até os dias de hoje, Roraima está inserido nas políticas voltadas para o desenvolvimento turístico no âmbito federal sem que pudesse adotar políticas e ações próprias que possam ser pautadas na sua própria vocação regional.

Por meio da análise do papel do estado na construção, estruturação e administração do turismo em Roraima foi possível desenhar um escopo capaz de sistematizar informações a respeito do tema em epígrafe. Daí que se tem, como locus de análise, as políticas públicas de turismo propostas pelos governos federal e estadual, sendo elas aplicadas em seus municípios, enquanto representantes ativos desse contexto, como pondera Ultramari e Duarte (2009).

Assim, a busca por implementar o turismo em Roraima seguiu uma dinâmica bastante conhecida por diversos estados brasileiros (partindo primeiramente da promoção turística para, em seguida, pensar no planejamento, com o intuito de gerar demanda e buscar soluções para engendrar o setor), uma vez que muitas ações e políticas públicas permitiram a construção de novos paradigmas dessa atividade de norte a sul do Brasil. A exemplo do Plano Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, Plano Nacional de Turismo – PNT, Programa de Regionalização do Turismo – PRT, Destino Indutor, Mapa do Turismo e Categorização dos Municípios Turísticos, todas estas políticas públicas foram dispostas aos estados brasileiros e muitos dos seus municípios, por força de sua inserção no cenário turístico nacional.

O próprio governo federal, na figura das instituições públicas nas esferas deliberativas e ministeriais do país, pôs em execução diversos planos e ações

voltadas a dotar a região norte e, por conseguinte Roraima, na rota do turismo nacional e internacional, não de forma exclusiva mas atendendo aos anseios de todos os atores relacionados a esta grande cadeia produtiva nacional. Um desses programas mais duradouros, e que marca a história recente do turismo no Brasil, foi o Programa de Regionalização do Turismo – PRT.

No conjunto dos atrativos turísticos existentes, Roraima destaca-se pelo segmento do ecoturismo, o qual se constitui pela visita e contemplação da natureza em toda extensão de seu território. Do norte (tendo como expoente máximo o Monte Roraima) passando pela região central (como a capital Boa Vista e as diversas atividades que podem ser realizadas na área do lavrado) até o sul do estado (na região do baixo Rio Branco, muito reconhecido pelo turismo de pesca esportiva).

No entanto, Roraima é objeto de atuação de forças e ideologias antagônicas e conflitivas, o que acabou por tornar o estudo do desenvolvimento turístico em seu território um tema por demais oportuno e valioso, já que o estado situa-se como amplamente carente no que tange as suas perspectivas de aproveitamento turístico de suas potencialidades.

Entre tantos questionamentos envolvendo uma problematização para o contexto em riste, alguns se sobressaem: Quando e de que forma a atividade turística chegou ao estado de Roraima? Quando e quais políticas públicas de turismo foram trabalhadas e implementadas no estado? Como foram discutidas as questões relacionadas ao turismo junto aos atores locais? Tendo o Programa de Regionalização do Turismo – PRT uma abrangência estadual, de que forma o trabalha pelos governos durante esses anos em Roraima? Como se caracterizam essas regiões turísticas? Quais os principais produtos turísticos dessas regiões turísticas? Que políticas foram elaboradas e implementadas para viabilizar o aproveitamento turístico nessas regiões?

Com base nisso, o objetivo deste trabalho consiste em compreender de que forma as políticas públicas de turismo foram projetadas no Estado de Roraima, tendo como análise focal as ações engendradas nas regiões turísticas criadas por meio do Programa de Regionalização do Turismo.

Ademais, entende-se que a sistematização da tese permeia uma série de objetivos mais específicos que tendem a desvendar as acepções por trás deste paradigma. São eles: Compreender a trajetória das políticas públicas de turismo no

Brasil e na Região Norte, bem como sua inserção em Roraima; Analisar de que forma esse paradigma interagiu com o nível de desenvolvimento turístico local; Mapear as políticas públicas, programas e projetos voltados ao turismo nas esferas municipal, estadual e federal em Roraima; Identificar a partir de que momento essas políticas públicas foram vistas como vetor de desenvolvimento para o turismo; Compreender a perspectiva dos atores-chave nesse processo, com relação à implementação dessas políticas; Identificar as possibilidades e os principais gargalos ao desenvolvimento do turismo em Roraima; Analisar de que forma o contexto fronteiro do estado teve relação com o desenvolvimento turístico.

Diante disso, o recorte temporal proposto para o estudo é de suma importância para se desvendar os aspectos necessários ao seu entendimento, de modo que foi proposta uma análise marcada pela identificação dos primeiros projetos voltados ao desenvolvimento da atividade turística na região amazônica, tendo Roraima como um de seu campo de atuação.

O estudo se volta do ano de 1975 (lançamento do primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento – PND e, paralelamente, a constituição do estado de Roraima ainda como território do estado do Amazonas) até a ano de 2017, período contemporâneo que marca 40 anos de planos e ações voltadas para o setor na região em tela. Numa escala temporal ampla surgem formas de aproveitamento do território que vão da exploração mineral, passando pela agricultura, pecuária, até chegar no lazer e no turismo.

Por conta da amplitude deste estudo, optou-se por utilizar a premissa de delimitação de acontecimentos por meio da identificação do tempo social. O mesmo consiste em determinar o tempo, tendo como referência a própria sociedade e os acontecimentos que dela surgem. Desta forma, as “relações temporais, como se vê, são relações de níveis múltiplos e grande complexidade” (ELIAS, p. 41, 1998).

Nesse sentido, é importante se formular uma maneira de ler os acontecimentos transcorridos ao longo do tempo de forma a moldar uma conformação social a partir da análise intencional de uma certa sequência de fatos, os quais servirão como escala de medida para verificação das características que lhes são inerentes. Diz-se, com base nisso, que o tempo social detêm o caráter de uma instituição social, segundo Elias (1998), na medida em que atua como instância de registro dos acontecimentos sociais gerados pela experiência humana.

Sendo assim, a percepção do “tempo exige centros de perspectiva – os seres humanos – capazes de elaborar uma imagem mental em que eventos sucessivos A, B e C estejam em conjunto, embora sejam claramente reconhecidos como não simultâneos” (ELIAS, p. 33, 1998). Com base nisso, foram identificados e catalogados eventos na linha do tempo que permeiam três dimensões, a saber: o Brasil; a Região Norte, e; Roraima. Assim, na medida em que os eventos no tempo social, em escala nacional, foram identificados e compreendidos como relevantes para análise, buscou-se mapear quais repercussões se deram no espaço regional e, em seguida, estadual.

Relacionado a isso vale salientar que “essa evolução nada tem de irreversível e que de modo algum se efetua numa linha reta. Ela comporta numerosos retrocessos, desvios e ziguezagues” (ELIAS, p. 37, 1998). Porém, a título de facilitação do entendimento, optou-se por construir uma cronologia que pudesse atender aos designios deste trabalho, contribuindo para a construção lógica do escopo proposto.

Oportuno considerar, no que se refere a análise das políticas públicas, que a temporalidade é um fator crucial para a gestão de projetos turísticos, uma vez que o turismo se trata de uma atividade com peso econômico considerável, de forma que são gastos cada vez mais recursos, tempo e oportunidades em cada ciclo temporal de projetos, os quais muitas vezes são encerrados sem que se obtenham bons resultados ou mesmo que se saiba quais foram estes. Dito isto, o turismo acaba por se tornar um eixo desinteressante para investimentos, tendo em vista que as ações pensadas se tornam infrutíferas e com um saldo negativo, dados estes aspectos (VAL, MELO FILHO e WANKLER, 2012).

Sabe-se que a formulação de uma proposta de tese passa pela construção crítica de aspectos e cenários, sendo debatida e confrontada com a antítese, até que se chegue a uma síntese epistemológica desse pensamento, a construção de um instrumental de pesquisa e validação é condição essencial para sua elaboração (DINIZ e BRASILEIRO, 2005). Ainda mais porque o viés transdisciplinar corrobora-se como meandro essencial a esse debate, já que consiste numa forma de entender e organizar o conhecimento por meio da integração de saberes oriundos de diferentes perspectivas teóricas, correntes e tendências críticas (LEFF, 2000).

Também é importante reconhecer que o papel interdisciplinar da pesquisa em turismo contribui na perspectiva de entender as múltiplas nuances da realidade, sua

interação e repercussões frente ao turismo (DENCKER, 1998), envolvendo os aspectos contidos na pesquisa, por meio da abordagem geográfica, histórica, política e socioeconômica da estado de Roraima.

A temática envolveu uma pesquisa constituída pela sistematização de etapas que foram construídas de forma a elucidar as questões postas, como sugere Godoy (1995) e Haguette (1995). Foram pensadas e construídas três etapas de pesquisa, definidas da seguinte forma: A primeira delas consistiu em uma ampla revisão da literatura envolvendo os temas e o objeto de estudo propostos. Foram consultadas teses, dissertações, livros e artigos publicados que remeteram ao contexto proposto de forma a auxiliar na formulação das categorias de análise. Foram elas: *Regionalização do Turismo; Política de Turismo; Desenvolvimento*.

Em seguida, na segunda etapa, foi construído um detalhamento de subcategorias e seus respectivos indicadores necessários para subsidiar cada uma que que foi listada. Realizou-se uma pesquisa hemerográfica (SEIBEL, 2007) e documental (LAKATOS, 1986). Na hemerografia verificou-se a visibilidade pública dada aos fatos que se tornaram foco na mídia, sendo tanto nos jornais impressos quanto nos digitais, extraindo dessas comunicações os fatos registrados, como esclarece Glaesser (2008). Além disso, tal resgate, amparado pela sistematização histórica, permitiu delinear o complexo rol de ações que foram desencadeadas por força da visão e ações empreendidas pelos diversos atores locais.

Nesse caso, foi pesquisado o principal e mais antigo veículo de comunicação impresso de Roraima, o Jornal Folha de Boa Vista, cuja consulta partiu do ano de 1990 até o ano de 2017. Já no segundo momento foi empreendida a pesquisa documental junto ao Governo do Estado de Roraima, por meio de seu Departamento Estadual de Turismo – DETUR, órgão ligado diretamente à Secretaria de Estado do Planejamento – SEPLAN, e que vem coordenando a gestão do turismo de Roraima.

Por fim, a terceira etapa da pesquisa também foi trabalhada sob duas conjunturas. A primeira caracterizou-se pelo o estudo das atas disponíveis do Fórum Estadual de Turismo de Roraima – FTR, do ano que foi possível se construir o acervo, que foi de 2007 até o ano de 2017, perfazendo um total de 10 anos de material coletado. Da criação do FTR, em 2003, até o ano de 2006 não foi encontrado nenhum registro de reunião em ata, apesar de saber que as reuniões nesse período ocorreram.

Registre-se um aspecto marcante nesta parte da pesquisa, o qual se refere as desventuras com as quais muitos órgãos públicos tratam seus arquivos institucionais, de forma que muito do que já ocorreu nessas instâncias em Roraima não é mais possível de ser acessado pelo simples fato de não ter sido devidamente arquivado para que possa servir de registro histórico de suas ações.

Com isso foi possível identificar questões chave para o entendimento do cenário turístico estadual e os principais artífices desta nuance. Já na segunda conjuntura primou-se pela identificação da percepção dos atores centrais na questão relacionada com as políticas públicas de âmbito estadual, de forma que optou-se por entrevistar alguns membros que compõem (ou já compuseram) o Fórum de Turismo de Roraima. Os membros selecionados já residem e atuam no setor turístico do estado a mais de 40 anos, de modo que será possível investigar o panorama histórico com profundidade, valorizando as experiências, pontos de vista e reflexões dos mesmos. A obtenção dessas informações foi conduzida a partir de entrevistas semiestruturadas, em um primeiro momento, junto aos supracitados representantes. A técnica consiste no registro de “uma comunicação verbal entre duas ou mais pessoas, com um grau de estruturação previamente definido, cuja finalidade é a obtenção de informações de pesquisa” (DENCKER, 1999, p. 137). As entrevistas semiestruturadas foram transcritas e os temas relacionados as categorias de análise sugeridas foram inseridos ao longo do texto, servindo como condutor da discussão.

Algumas informações colhidas no DETUR, na forma de quadro, foram convertidas em dados quantitativos e transformadas em gráficos para uma melhor visualização numérica, buscando com isso servir fortalecer o contexto do debate proposto.

A abordagem da pesquisa é de natureza qualitativa e quantitativa, pois procura empreender uma análise focada nas aspirações de múltiplos atores que estão no cenário local de desenvolvimento turístico. Isto implicou na abordagem flexível e direcionada em busca de determinantes essenciais sobre o problema focado (LAKATOS, 1986).

Desta forma, são discutidos neste estudo aspectos relacionados ao desenvolvimento do turismo nas três regiões turísticas que compõem o estado de Roraima, segundo a PRT: *Região Turística Extremo Norte do Brasil; Região Turística Roraima, a Savana Brasileira, e; Região Turística Águas e Florestas da Linha do Equador.*

As políticas públicas empreendidas e os cenários resultantes nestas regiões envolvem os agentes locais atuantes no processo e suas percepções sobre como esses contextos se colocam frente ao desenvolvimento do turismo. Neste ínterim, a abordagem constituída como qualitativa se configura na forma mais adequada de se entender a natureza dos fenômenos sociais (RICHARDSON, 1985).

A guisa do arcabouço metodológico, o presente trabalho discorre acerca da perspectiva do turismo no estado de Roraima, analisando de forma clara, crítica e científica o potencial local (LOWY, 1998), a caracterização e principais entraves ao desenvolvimento do turismo. Desta forma, é imprescindível que o cenário demonstrado pelas políticas públicas seja objeto de análise crítica, tendo em vista que o objeto se coaduna ao escopo territorial local, já que ações foram empregadas com este propósito.

Chega-se a esse escopo uma vez que a atividade turística no últimos 40 anos tem sido vista como tábua de salvação e bandeira de desenvolvimento por muitos gestores e planejadores do turismo, insistindo em projetar nas comunidades uma impressão de aceitação peremptória desta ideologia, haja vista que foi colocada com a principal mola de desenvolvimento regional sem que, para isso, tenham sido feitos os devidos estudos necessários.

O resultado consiste em uma série de entraves regionais que levam Roraima a um estado de inércia, prejudicando a sociedade e inviabilizando alternativas de desenvolvimento relacionadas ao cenário político partidário local, perfazendo um ciclo vicioso de intermináveis ações e projetos que não chegam a se tornar bem sucedidos.

A exemplo do que sugere Alves e Dantas (2016), ao constatar que o turismo passa ser visto como alternativa para a construção de um novo caminho para o desenvolvimento, em Roraima não foram definidas metas ou ações voltadas nesse sentido. As ações limitam-se a engendrar as operações que são propostas da esfera federal, partindo de cima para baixo nas instalação das operações.

Dessa forma, a tese foi dividido em 5 seções, as quais objetivam atender aos objetivos propostos por esta tese. Na 1ª seção serão debatidos os aspectos referenciais e balizadores à compreensão da realidade encontrada no estado de Roraima. Já na 2ª seção serão os aspectos atinentes à política de turismo e seu escopo frente ao desenvolvimento do estado de Roraima. Na 3ª seção objetiva-se apresentar o contexto da regionalização do turismo em Roraima. Para isso, será

construída toda historicidade da política de regionalização do turismo trazendo, em seguida, sua implementação. Na 4ª seção serão discutidas as dinâmicas das políticas de turismo em Roraima. Por fim, na 5ª seção serão apresentadas as conclusões identificadas ao longo da trajetória da pesquisa, buscando atender as determinações propostas nos objetivos desta tese.

2 OS CONTEXTOS DO TURISMO NA AMAZÔNIA SETENTRIONAL

Desde a criação, no ano de 1988, que Roraima conta com uma série de estruturas de estado que soergue a relevância no contexto nacional. Desde então os governos que ocuparam o Palácio Senador Hélio Campos (sede do governo) buscam meios para fortalecer a imagem e importância do estado, procurando trazer as infraestruturas e condições necessárias para fazer com que se cresça e desenvolva.

Sendo um ente da federação com apenas 30 anos (e com tantas limitações econômicas e políticas), é quase senso comum compreender porque o mesmo acabou adotando uma linha de gestão que privilegiou tendências, conjunturas e ditames da política exógena, advindas do Governo Federal. Essa aceitação marcou o tempo e os povos que vivem no ex-território, projetando um mosaico cultural, político, social e econômico bastante peculiar e que permitiu ao estado concentrar uma pequena porção de todos os brasileiros, de suas regiões e de seus hábitos.

Em Roraima convivem diversas etnias nativas, entre elas os macuxis, wapixanas, wai wai, taurepangs e ingarikós, além de outros povos tradicionais. Muitos deles ainda vivem de forma isolada por entre quilômetros de savanas do território roraimense (figura 01).

Figura 01 – Comunidade indígena situada no município de Uiramutã



Fonte: Jorge Pavani, 2015

Além dos nativos, vivem também em Roraima aqueles oriundos de todas as partes do Brasil e que trouxeram para o extremo norte esperança investidos pela busca por oportunidades para se construir uma história de riqueza e prosperidade, numa região que dá sinais onde muito ainda precisa ser feito.

Tão logo foi feita a instalação do aparato político necessário para se formalizar a criação do estado, essas estruturas ocupam o centro da economia e do poder em Roraima, de tal forma que este acabou por se tornar o principal motor da economia regional desde sua criação.

Caracterizado por ser o mais setentrional do Brasil e por abrigar diversas belezas naturais, culturais e históricas, as quais podem ser trabalhadas dentro de um propósito de aproveitamento turístico, Roraima passou a ser instado a participar do mercado turístico nacional em razão de seu patrimônio turístico.

De norte a sul, o estado dispõe de elementos paisagísticos, culturais e sociais suficientes para causar uma boa impressão nos viajantes mais experientes. Distribuídos por toda superfície territorial os atrativos turísticos de Roraima apresentam constituição própria que o classifica como um destino voltado, genuinamente, ao turismo de natureza (figura 02).

Figura 02 – Tamanduá Mirim - Roraima



Fonte: Jorge Macedo, 2017

A observação da fauna e da flora, o contato direto com uma porção de natureza selvagem, o difícil acesso a regiões remotas do estado, além dos aspectos da própria paisagem e do lazer que pode ser usufruídos, fazem com que Roraima seja percebido como um diamante bruto para o turismo.

Tanto que, em muitas localidades que se prestam a receber visitantes, as condições de acesso, acomodação, alimentação e repouso são extremamente simples, não de uma forma que remeta pobreza, mas por conta de uma singeleza e simplicidade de quem não se preocupa ainda com a qualidade do seu atendimento, ou com o número de estrelas de suas acomodações ou com a classificação que venha a receber nos aplicativos de reservas de acomodações virtuais.

O tempo do turismo de Roraima é distinto, é próprio, traduz-se num caminhar lento, de quem não tem pressa para melhorar ou para aperfeiçoar seu produto turístico. Morar em Roraima leva a entender que, entre o tempo cronológico, o tempo social e o tempo do turismo existem distinções que precisam ser feitas.

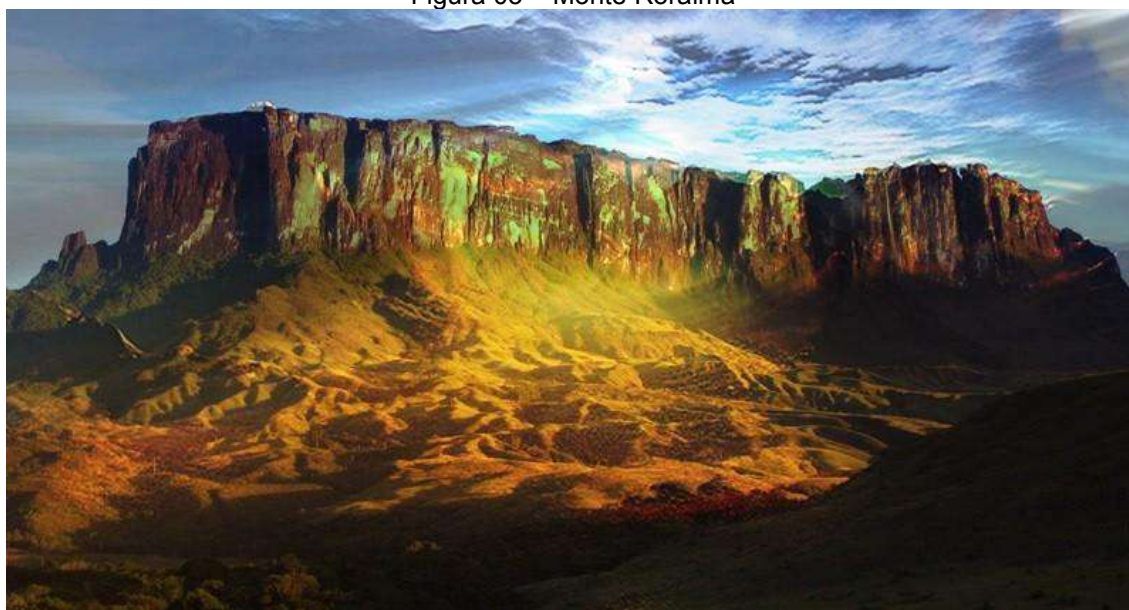
Apesar de não existirem dados oficiais que justifiquem, ousou afirmar que os segmentos turísticos de relevância atual em Roraima são:

- Turismo de raiz (quando a motivação da viagem se dá pelo reencontro entre parentes e amigos);
- Turismo de férias (motivado pela visitação a balneários além de cachoeiras e igarapés);
- Turismo Geológico (quando a visitação se faz em função dos atrativos geológicos, proporcionando interpretação ambiental e conhecimento a partir dos aspectos geomorfológicos);
- Turismo de eventos (a motivação surge com a realização de eventos nas cidades, desde pequenos festejos até grandes comemorações alusivas, a exemplo do Boa Vista Junina, realizado no mês de junho);
- Turismo cultural (motivado pelo interesse em conhecer as tradições e costumes dos povos tradicionais da Amazônia que vivem em Roraima);

- Turismo de aventura (quando a motivação da visita se dá em busca de experiências relacionadas à superação de limites e desafios impostos pelas forças da natureza, a exemplo das expedições realizadas ao Monte Roraima);
- Turismo étnico em terras indígenas (com motivação na visitação as terras indígenas, seus hábitos e cotidiano).

Todos estes segmentos explicam um pouco do tipo de turismo que se pratica em Roraima. Como não se pode deixar de notar, o principal atrativo turístico do estado nem mesmo fica em seu território. O Monte Roraima (figura 3) é um dos maiores orgulhos que o estado tem pra mostrar. Situado na tríplice fronteira entre Brasil, Venezuela e Guiana Inglesa, o tepuy (nome em taurepang que designa essa formação parecida com uma mesa) é o principal cartão postal daqui. Já foi exibido em novela, foi tema de obras de ficção científica de grandes nomes da literatura mundial e até cenário para animações das maiores empresas do ramo cinematográfico do mundo. Por ano convence milhares de visitantes a se aventurarem na subida até o topo, consumindo sete dias de atividade intensa e uma contemplação com a natureza inesquecível para quem vive a experiência. O acesso é feito por Pacaraima, fronteira com a Venezuela.

Figura 03 – Monte Roraima

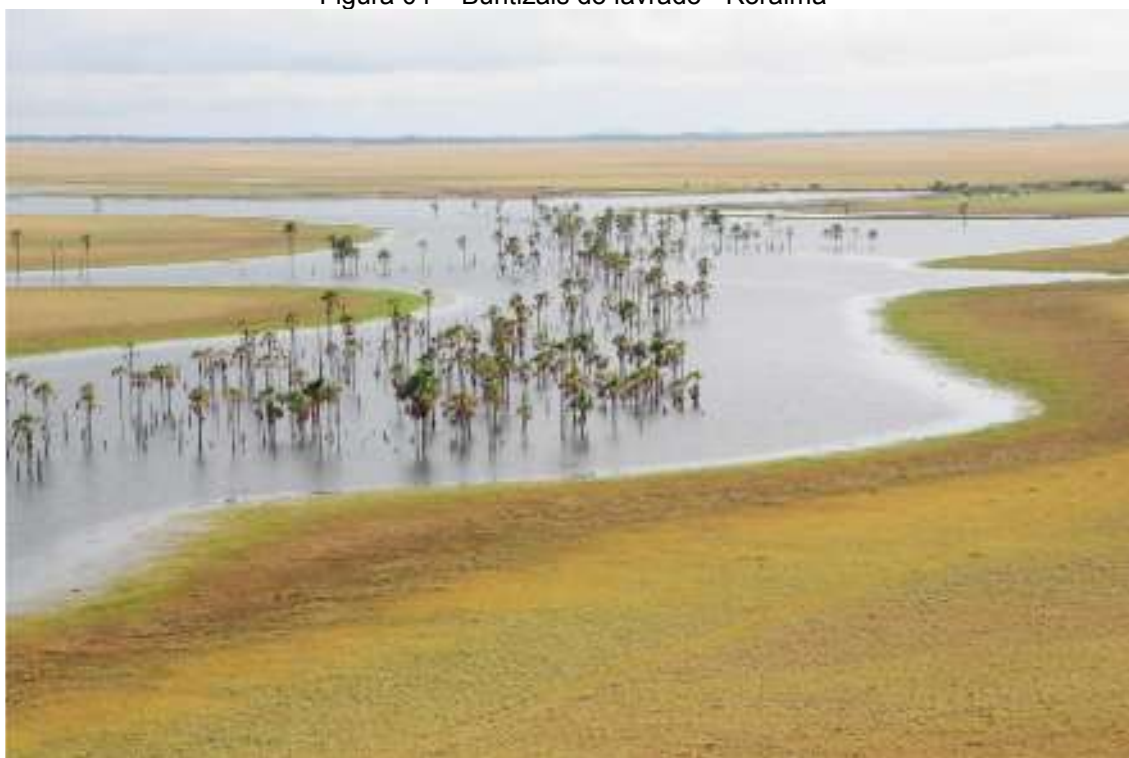


Fonte: portalpepper.com.br, acesso em 01-03-2018

Existem desde aqueles atrativos que são extremamente visitados por pessoas de todo o mundo durante o ano inteiro e que podem servir para testar os próprios limites àqueles que voltam-se para a contemplação e o relaxamento, o lazer e o contato pacífico com a natureza. Esse atrativo é a Serra do Tepequém, situada no município do Amajari, caracterizada por uma altitude média de 1.500 metros e que fica rodeado por deslumbrantes cachoeiras de águas geladas e fortes boa parte do ano.

Lá o turista conhece as modificações sofridas pela natureza devido à exploração de diamantes ao longo dos anos e pode visitar o local para viver uma experiência ecológica, além de proporcionar a realização de caminhadas em trilhas que se completam com lindas paisagens naturais da região, como na figura 04.

Figura 04 – Buritizais do lavrado - Roraima



Fonte: Jorge Pavani, 2016

A cultura ancestral é bastante presente em Roraima já que a formação original foi palco de povos tão ricos e diversos quanto cativantes. Pessoas que também vivem e sentem o tempo de forma diferente, que cultuam espiritualidade própria, que atribuem forças sagradas a tradições e rituais que fortalecem seu corpo

e mente. Para o turista é um espetáculo, para os macuxi é cotidiano, ancestralidade, cosmologia, vida em comunidade. Muitas vezes, essas manifestações podem ser prestigiadas pelos brancos, que assistem a tudo como espetáculo, como o parixara (figura 05).

Figura 05 – Dança do Parixara encenada pelas índias Macuxi



Fonte: amazonianarede.com.br, acesso em 01-03-2018

Outro contexto relevante para se ver e visitar em Roraima é o rápido acesso a dois países bastante distintos: A República Bolivariana da Venezuela (com a sua *Gran Sabana*, figura 06) e a República Cooperativa da Guiana (com seu *Rupununi*). Essa experiência é mais um caso que revela como os tempos do turismo podem ser distintos. Na atualidade, a grave crise econômica que assola a Venezuela promoveu o maior êxodo migratório que o país da viu. Mas antes disso, o país era palco de uma intensa visitação turística, haja vista a enorme diferença de poder econômico entre as moedas e o acentuado volume de brasileiros que usufruíam dessa vantagem.

Houve tempos, não tão longínquos, em que o maior problema do brasileiro em visita à Venezuela era a necessidade de se andar com o cartão de vacinação.

Hoje, os tempos são outros e as preocupações emergem de outros cenários de crise. Já na Guiana o objetivo da visita é o mesmo que se pratica a milhares de anos com as viagens: as compras, o comércio, o consumo. Tanto que este é o maior objetivo do visitante àquele país, que espera pelo tempo em que o turismo possa servir mais do que apenas para compras de fim de semana.

Figura 06 – Gran Sabana na República Bolivariana da Venezuela



Fonte: seguindoviagem.com, acesso em 01-03-2018

Roraima é uma das regiões de maior megadiversidade biológica do mundo, de acordo com Mittermeier e Mittermeier (1997). A região do município de Caracaraí abriga o Parque Nacional do Viruá, um dos maiores santuários de espécies diversas do mundo. Conta-se que, em um único dia, foram avistadas 520 espécies distintas de aves nas suas imediações. Um recorde devidamente registrado por seus administradores e visitantes. A natureza é exuberante deste lado do Equador, permitindo com que Roraima abrigue nos faça conviver, cotidianamente, com milhares dessas espécies nativas diariamente. O aproveitamento desse potencial para o turismo de observação de aves vem sendo trabalhado por diversos especialistas locais, desde biólogos até fotógrafos profissionais e ornitólogos,

apaixonados pela vida dos pássaros e pelos registros mais incríveis, como o de um casal de trombeteiros (figura 07).

Figura 07 – Trombeteiro - Roraima



Fonte: Jorge Macedo, 2017

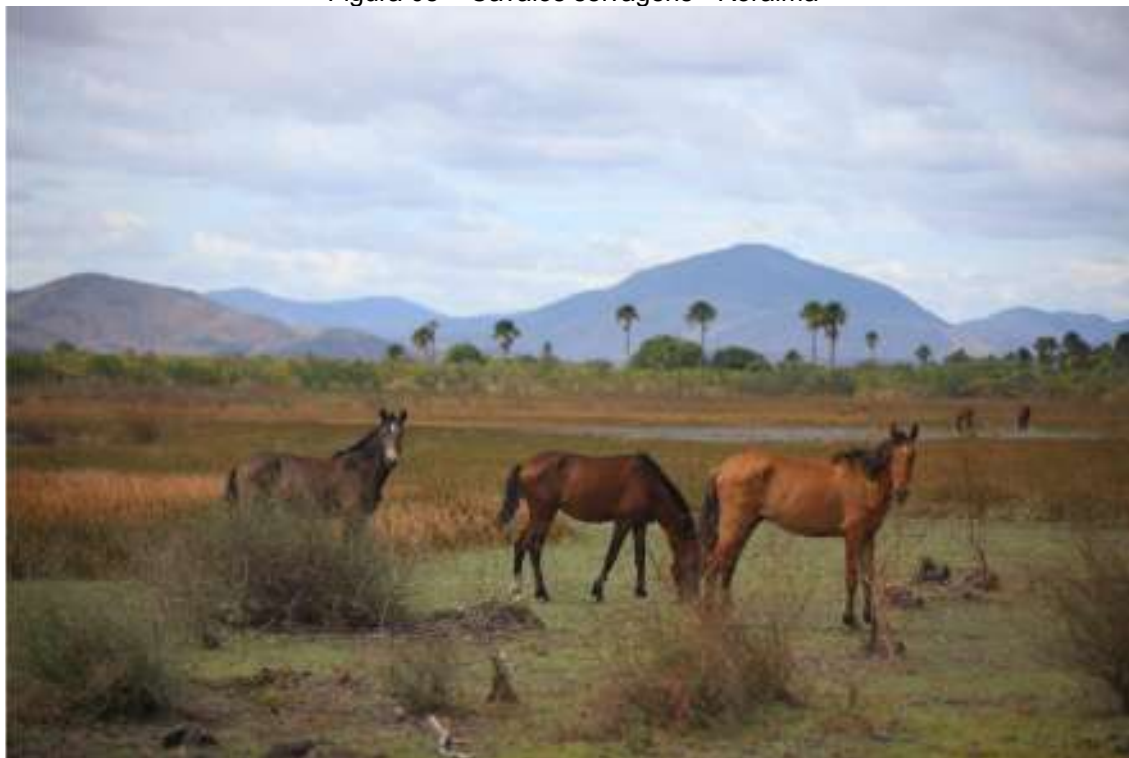
Muitos desses animais, que vivem livremente na natureza, já foram motivo para se promover roteiros turísticos pelo lavrado roraimense. No entanto, o grande desafio desse tipo de produto é justamente encontrar esses animais livres pela savana. Não se trata de um parque fechado, com horários bem definidos para a visita, e sim, de entender qual o tempo próprio da natureza para se empreender tal aproximação.

Um exemplo de roteiro como esse é o dos cavalos selvagens, também conhecidos como cavalos lavradeiros (figura 08). Esses animais circulam livremente pelas terras indígenas do norte de Roraima, alimentando-se e reproduzindo-se de forma praticamente selvagem.

São atrativos para os olhos e para o imaginário do visitante, que sonha em ver os animais vivendo livremente pela savana, mas acabam por se tornar um verdadeiro pesadelo de logística para os empreendedores, considerando que para levar os visitantes a essa atividade é preciso, antes de mais nada, saber onde os animais estão e, em seguida, acessar silenciosamente a região para que a experiência de visita seja oportuna.

Ao que tudo indica, este produto não prosperou no mercado e, logo, foi substituído por outras propostas, estas talvez mais fáceis de se acessar.

Figura 08 – Cavalos selvagens - Roraima



Fonte: Jorge Pavani, 2017

De certo que essas limitações não se dão apenas por força da natureza dos elementos ou mesmo dos próprios animais. Alguns atrativos do estado, situados em terras indígenas, que antes podiam ser visitados, hoje são proibidos por conta das numerosas ações de vandalismo e desrespeito para com o patrimônio material e imaterial.

Um destes atrativos é a Pedra Pintada (figura 09), localizada na região da Terra Indígena São Marco, ao norte do estado de Roraima. O local abriga um sítio arqueológico onde estão gravadas inscrições rupestres nesta rocha de 35 metros de altura. Além disso, podem ser encontrados artefatos indígenas e peças de cerâmica, muitas das quais eram levadas pelos visitantes como souvenir.

Ciente destes fatos, a visita só pode ser realizada mediante pedido de autorização à Fundação Nacional do Índio – FUNAI, que tem por objetivo resguardar as práticas e tradições destes povos ancestrais de Roraima.

Figura 09 – Pedra Pintada – Terra Indígena São Marcos – Boa Vista



Fonte: Jorge Pavani, 2016

Tendo em vista o imenso rol de atrativos naturais e culturais que Roraima dispõe faz-se oportuno, doravante, compreender como alguns desses elementos tão importantes para o turismo vinham sendo trabalhados pelos órgãos de turismo do estado. O momento é de trilhar um pouco da história do turismo de Roraima, com o intuito de se fazer o oportuno resgate da mesma posteriormente.

Consciente da importância do potencial para o aproveitamento econômico da atividade turística foi que, em 1993, o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae e Coordenadoria de Turismo – CODETUR realizaram um seminário sobre conscientização do turismo em Roraima.

Estiveram presentes na ocasião empresários, representantes do governo e da sociedade. O evento foi uma ação desenvolvida pelo Programa Nacional de

Municipalização do Turismo – PNMT, e foi o primeiro programa desse tipo que Roraima recebeu após o seu reconhecimento como estado.

No ano 2000, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA afirmava que iria construir uma casa de apoio nas imediações do Parque Ecológico Monte Roraima para assegurar fiscalização da região, com base no Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal – PROECOTUR. Os principais produtos turísticos eram a pesca esportiva no baixo Rio Branco (em Caracaraí) e o Monte Roraima. Constata-se que já naquela ocasião haviam ações voltadas ao aproveitamento destes atrativos pelos municípios de Pacaraima e Caracaraí.

Algumas iniciativas foram tomadas pelos prefeitos de algumas localidades, com o intuito de promover o turismo local. Em 2004 o prefeito da cidade de Normandia procurou resgatar o potencial turístico do Lago Caracaranã. Apesar da iniciativa, a prefeitura não sabia por onde começar.

Em 2006 o Ministro do turismo da República Dominicana visita Roraima para conhecer o modelo de pesca esportiva que era praticado no baixo Rio Branco. O modelo foi considerado como o melhor para o turismo de pesca do país.

Já os atrativos também ganhavam visibilidade. Em 2003 o turismo ecológico na região de Bonfim tornou-se alvo de uma ação de marketing da prefeitura, de modo que a prefeitura promoveu oficinas de turismo para desenvolver o segmento na localidade.

Somente em 2005 que o turismo de observação de aves ganha destaque na mídia e no mercado de Roraima. Ainda nesse ínterim, cita que um plano de fomento ao turismo ecológico, com suporte pela SEPLAN, seria uma importante alternativa ao desenvolvimento do segmento. Disto constata-se que o estado não contava com tal ferramenta.

Em 2008 um seminário promovido pelo Sebrae aponta o baixo Rio Branco (Caracaraí), Serra Grande (Cantá), Tepequém (Amajari), Uiramutã e Boa Vista como principais polos promissores do turismo. A iniciativa de se tomar o turismo como importante vetor de desenvolvimento regional reforçava a importância de se debater o tema.

Em 2010, Roraima tem roteiro geoturístico na BR 174 inexplorado. O roteiro faz parte de um rol de 20 sítios no Brasil selecionados com propostas de geoparques. O novo segmento turístico é identificado em Roraima, mas apesar do potencial, não há projetos para o segmento.

Com base nesses recortes temporais, observamos que Roraima sempre dispôs de um potencial turístico relevante e que fora subaproveitado, por razões diversas. Algumas dessas foram identificadas e serão apresentadas nas seções seguintes.

3 POLÍTICA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

O turismo é uma atividade eminentemente territorial. Possui abrangência e promove regiões turísticas determinadas, constituídas pelo espaço geográfico que apresenta características e potencialidades similares e complementares, capazes de serem articuladas e que constituem territórios. Um núcleo turístico é um lugar dotado de condições suficientes para atrair e gerar fluxos turísticos por possuir oferta turística.

Sob diferentes configurações assume um viés rural, ecológico, cultural, de aventura ou mesmo urbano, caracterizando um papel marcante para cidades e centros urbanos que o sediam. A perspectiva de transformação das cidades por força do turismo é reconhecidamente marcante.

Reconhecer municípios como importantes entes federativos, tidos como núcleos turísticos, faz parte da trajetória proposta por esta tese. Apesar de valorizar o papel das instâncias municipais e dos planejadores e atores locais, é importante que se diga que em determinadas regiões do Brasil essas mesmas cidades são demasiadas carentes em capital social, o que acaba por prejudicar a construção de políticas baseadas no olhar local.

Ações e projetos locais, oriundas da expertise e capacidade local, não são tidas como financiáveis, levando as edilidades a promoverem o financiamento de propostas oriundas de fora do lugar e dos anseios dos residentes, o que acaba por inviabilizar muitas ações, projetos e iniciativas endógenas em função do descompasso atinente à necessidade local e o contexto global no qual o municípios se inserem (BRANDÃO, 2012).

Por conta disso “pensar a configuração urbana animada pela vida na cidade implica refletir a forma como ela se estabelece no território, como se insere numa trama de relações com intensidade e direções variadas” (SILVA, p. 89, 1997), considerando que o tempo social em que essas populações vivem pode não ser o mesmo, de forma homogênea, para todos os demais do território, da região ou mesmo do país onde habitam.

Não é a toa que a atual Constituição Brasileira de 1988 “marcou uma mudança de paradigmas na gestão do Estado, ao dotar os municípios de amplos

poderes, antes concentrados no governo federal, não obstante ter mantido a arrecadação e distribuição de impostos nessa esfera de poder” (SANSOLO, p. 108, 2013). Mesmo assim, muitos municípios acreditam que o progresso pode estar fora de seu campo de visão, no seu vizinho ou, até mesmo, em outra localidade completamente distinta da sua, mas que progride e demonstra pujança econômica, social, estrutural e cultural.

De acordo com a abrangência e vocação é que “a cidade insiste em ser espaço de aglomeração” (SILVA, p. 85, 1997), tendo sido foco ou motor regional, assumindo funções importantes na alocação e distribuição de recursos humanos e financeiros.

Grandes cidades acabam polarizando, ou concentrando, bens de capital, recursos humanos qualificados, e os meios de comunicação, ocupando uma posição de dominação e controle perante outras, assumindo um modelo caracterizado como desigual e combinado de cooperação e dependência. Tornam-se hegemônicas ainda em áreas como educação, saúde, lazer e comércio, mobilizando as demais a empreenderem nesta (RATTNER, 1978), considerada como polo de desenvolvimento regional.

Até mesmo suas relações e funções realizadas com outros municípios, promovem fortes transações entre as cidades, de modo que “hoje, uma cidade pode não manter intercâmbio importante com sua vizinha imediata e, no entanto, manter relações intensas com outras muito distantes” (SANTOS, p. 49, 1994).

Disso podem surgir importantes relações de cooperação, parcerias ou até mesmo conflitos com múltiplos interesses, dimensões e antagonismos (SILVA, 2007).

Cidades turísticas, enquanto núcleos estruturados, resguardam características próprias que sofrem alguma variabilidade de acordo com a relações de proximidade entre um ou outro polo turístico (SILVA, 2004). Por polo turístico entende-se, de acordo com Petrocchi (2001), a cidade capaz de atrair visitantes de uma localidade para outra, de uma região geográfica para outra, fazendo ativar a economia local em razão da visita turística.

Agregar menos unidades administrativas à regiões turísticas maiores constitui-se numa forma de reter variações espaciais no setor. Assim, o polo turístico retêm fluxos turísticos, concentra investimentos e aglomera interesses que convergem para os interesses específicos locais (PEARCE, 2003).

As grandes cidades turísticas são capazes de influenciar um numeroso grupo de outras pequenas cidades, tidas como núcleos turísticos. São esses núcleos que atuam na construção de uma roteirização turística, dispondo de atrativos (sejam eles naturais, culturais ou artificiais) capazes de concentrar a função turística de determinada localidade.

Após a concretização da experiência de visitação turística – onde se realizou a captação de recursos aplicados pelos fluxos as operações e fortalecimento de seus fixos, conforme esclarece Thomazi (2006) – ocorre o retorno para a cidade de residência do visitante, a qual aglutina suas estruturas tradicionais de cotidiano, capazes de proporcionar conforto e bem-estar agora ao seu residente.

Tanto que aos governos (nas três esferas de atuação pública) é delegado o papel de engendrar condições capazes de construir (ou mesmo fomentar) as potencialidades locais para que possam vir a se tornar cenários turísticos para visitação dos fluxos de pessoas interessadas em ocupar e consumir esses espaços. Isso pode ser possível a partir do reconhecimento da vocação local e do estabelecimento de programas, projetos, ações e realizações que possam vir a engendrar esse processo.

O resultado disso se revela no fortalecimento de uma imensa cadeia produtiva local ou regional, a qual pode ser beneficiada direta ou indiretamente, por força dessas políticas públicas de turismo com vistas ao desenvolvimento regional e territorial.

De fato, estas ações não devem ser pensadas sob bases imediatistas, nem tão pouco formuladas de forma estática e unilateral. É necessário que possam dar início a uma reestruturação permanente dos lugares turísticos, constituídas a partir de bases dinâmicas e que possam respeitar as especificidades de cada região e que, ante a isso, sejam democraticamente discutidas junto àqueles que dela podem ser beneficiados, como defende Nóbrega (2006).

Ainda se faz necessário salientar que os ciclos de planejamento do turismo na realidade brasileira são bastante curtos, dado que o tempo é um fator primordial nessa atividade e sua implementação pode ser muito breve e bem sucedida em determinados territórios mas inacessível e inatingível para tantos outros. São esses ciclos que, muitas vezes, não são pensados na perspectiva do distinto tempo social encontrado das diversas regiões nas quais devem ser implantados.

Consoante a isso consiste, por oportuno, discutir quais as funções destes importantes elementos balizadores do espaço turístico, bem como os mesmos se revelam dentro da contextualização geográfica.

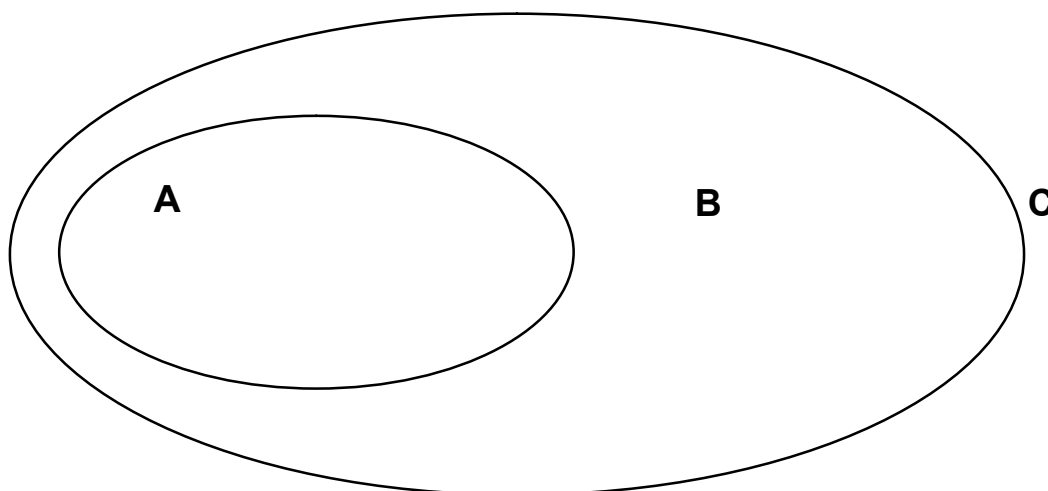
É importante constatar que a geografia tem papel relevante nos estudos das representações com as quais o território e o turismo se formam e adquirem distinção, conforme esclarece Bonnemaïson (2002).

O território pode ser interpretado enquanto espaço social e espaço cultural, interposto entre sua função social e simbólica. Por espaço social entende-se que o mesmo é produzido em termos de organização e construção. Já por espaço cultural salienta-se que é produzido em termos de significação e relação simbólica, de acordo com o exposto por Bonnemaïson (2002).

As relações entre território e desenvolvimento vão para além da produtividade inerente ao espaço. Fundamentam a ideia da sobreposição de políticas no território, tanto convergentes quanto divergentes, que podem ora “conversar” e ora conflitar. Interpõem-se a essas dimensões um vetor que pode ser identificado em múltiplas escalas (BRANDÃO, 2012), a exemplo do turismo.

Desse modo, os territórios podem abrigar uma multi regionalidade na construção e organização do espaço (SAQUET, 2007). Observa-se como a aplicação de ações pautadas no território, considerando sua múltipla configuração, apontam para as discussões levantadas por Brandão (2012), conforme Figura 10.

Figura 10 – Distribuição de ações no território



Fonte: Elaboração própria, 2015

O território A acaba se tornando o principal beneficiado das ações implementadas por força dos interesses turísticos, enquanto o território B é parcialmente contemplado por alguma ação. Já o território C não foi contemplado por nenhum das ações propostas, o que acaba gerando insatisfação e provocando divergências em toda a região em questão.

Ainda nesse sentido, é importante pensar a região como um composto de lugares, constituídos de diferenças internas mas capazes de se desenvolverem e se organizarem em torno de um centro que concentre diversas atividades, suprimentos e infraestrutura, capazes de atender a sua própria demanda e ainda a de seus núcleos relacionados (ULTRAMARI e DUARTE, 2009).

A região consiste em uma construção acarretada pela ação de distintos agentes, situados em múltiplas escalas que se articulam, encontrando, assim, um rebatimento em práticas e processos sócio espaciais localizados tanto de forma histórica quanto geográfica (LIMONAD, 2004).

Pode ser constituída por conjuntos que se sobrepõem, interconectam e não são, necessariamente, ocupantes de um único espaço com contornos iguais (LACOSTE, 1988).

Por esse motivo também é oportuno dotar a conceituação de região como podendo “ser concebida como uma rede concentrada de conexões econômicas entre produtores, fornecedores, distribuidores e uma miríade de atividades ancilares, todas situadas em localizações urbanas ou rurais específicas” (SMITH, p. 151, 2000). A região traduz-se como produto do regionalismo político e das identidades regionais. O território estabelece relações de poder (HAESBAERT, 2014), de forma que a “região torna-se importante categoria de análise, para que se possa captar a maneira como uma mesma forma de produzir se realiza” em diferentes localidades (SANTOS, p. 47, 1994).

Deve-se destacar ainda o fato de o conceito de região ter sido aplicado ao longo da história como instrumento de ação e controle, na organização, estruturação e administração de territórios militarmente conquistados ou sob a dependência político-administrativa de um poder central. Neste sentido, a região pode ser entendida com um recorte político-administrativo que, apesar de ter uma certa autonomia no plano local, está subordinada política e economicamente a um poder central (DINIZ e BATELLA, p. 4275, 2005).

Nesse sentido, é importante que possamos estabelecer critérios para o delineamento de uma região. Hilhorst (1975) descreve os seguintes:

- Análise regional (identificar os aspectos similares que compõem determinadas áreas);
- Planejamento regional (determinar tipos de intervenção que serão adotadas em áreas distintas);
- Interdependência (localidades que dependem umas das outras, no contexto regional), e;
- Semelhança (localidades que detêm características similares).

Frente a esses aspectos atinentes a cidade, região e território, o turismo é uma atividade constituída de complementaridade, na medida em que a experiência do visitante é formada por um grande mosaico de elementos, os quais envolvem toda vivência proporcionada nessas distintas escalas geográficas (PORTER, 1999). Apesar disso, esses elementos todos se realizam (sob o olhar do visitante) no contexto do atrativo turístico visitado ou, mais ainda, do espaço turístico da experiência adquirida por este turista.

É preciso discutir em que medida distintas escalas de desenvolvimento turístico podem contribuir ou embargar o processo de planejamento regional da atividade (BRANDÃO, 2007).

Por conta disso constata-se que a atividade turística, enquanto vetor de desenvolvimento econômico, político, social, cultural e espacial, é condição essencial para constar no rol do planejamento regional.

É importante observar que o planejamento do turismo, em todo Brasil, sofreu com as permanentes mudanças do cenário político, já que os investimentos e esforços dispensados numa gestão não chegam a superar as barreiras partidárias de outra, o que acaba penalizando todo um conjunto de ações que foram construídas e que ainda aguardavam desfecho (ARAÚJO, 2013).

O desenvolvimento do turismo no Brasil, até a década de 1990, permaneceu a mercê das ações particulares e o Estado absteve-se da condução de políticas e planos estruturantes. Com o crescimento da atividade turística no mundo, o poder público, sobretudo, no nível federal, passou a liderar o desenvolvimento do turismo por meio de políticas públicas centradas na urbanização de espaços, tidos como potenciais ao desenvolvimento turístico (SANSOLO, p. 108, 2013).

Também vale destacar a importância da informação para o turismo, enquanto aglutinador de uma grande cadeia produtiva capaz de gerar benefícios diversos para muitas localidades e seus atores.

O turismo é visto como alternativa para a construção de um novo caminho para o desenvolvimento. Os princípios do II PND voltavam-se para o disciplinamento do processo de urbanização, preservação das belezas naturais, patrimônio histórico cultural das cidades e desenvolvimento e sustentabilidade do turismo de lazer. Apesar disso, não haviam metas ou ações voltadas para tornar estes princípios em objetivos, gerando ações e metas (ALVES e DANTAS, 2016).

Também é importante que se destaque o turismo de base comunitária como relevante agente de desenvolvimento local, alicerçado pelos esforços dos próprios habitantes da região (CORIOLANO, 2014).

Os esforços empreendidos por estas pessoas, muitas vezes desconhecidos pelo próprio estado, são capazes de transformar a realidade na qual estão inseridos, proporcionando novas oportunidades de negócios associados ao turismo (MIELKE, 2009).

Sendo assim, o turismo de base comunitária é aquele que se contrapõe ao turismo de massa, demandando menos infraestruturas e permitindo uma maior contato entre os visitantes e aqueles que são visitados (VITÓRIO e VIANA, 2016).

Em convergência a esse preceito o estado, na perspectiva de Ratzel (*apud* TODESCO, 2013), é entendido como um organismo geográfico que atua conforme a demanda de cada território, com base nas condições tecnológicas, nos recursos naturais disponíveis e no efetivo demográfico.

Historicamente a política de turismo no Brasil tem início nos idos de 1930, com as primeiras regulamentações oficiais voltando-se para a proteção do patrimônio histórico e a regulamentação (mesmo que genérica) das agências e demais operadores do turismo (CAVALCANTI, 2002).

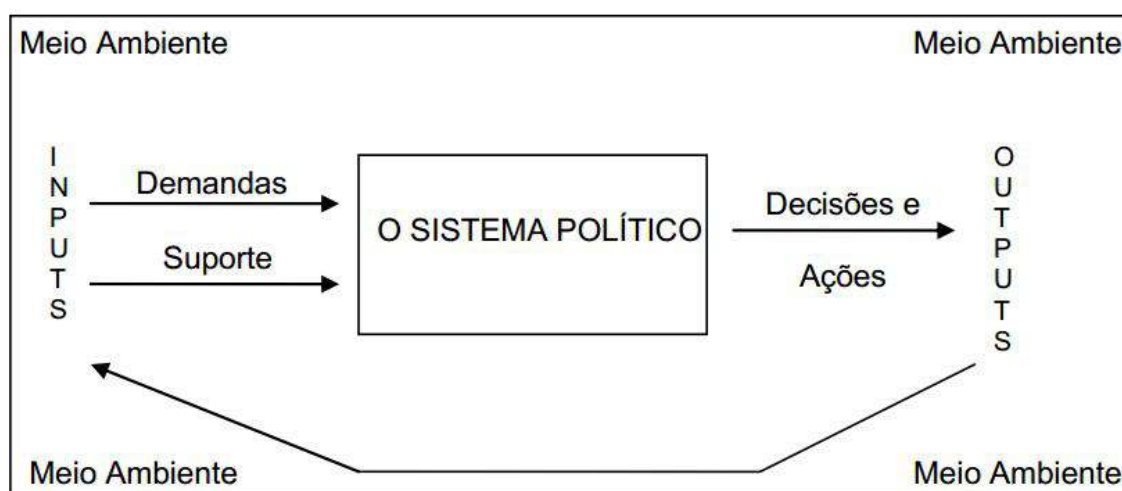
O que se pode compreender disso é que “enquanto o turismo for identificado e definido como uma oportunidade, ele não será prioridade. Por conseguinte, não ocupará status elevado nas agendas dos estados. E quando e/ou se isso acontecer, será por pouco tempo” (NASCIMENTO, p. 364, 2015).

A política pública, a partir das teorias de David Easton (*apud* TODESCO, 2013), constitui uma sistemática de raciocínio onde o sistema político passou a ser pensado enquanto um processo cíclico, mergulhado em um determinado ‘meio

ambiente' (econômico, cultural, social e ecológico), sendo ele o gerador de pressão (inputs) neste mesmo sistema, atuando de duas formas principais: as demandas e os suportes, proporcionando a geração de *outputs*, que são ocorrências (na forma de “alocações autoritárias de valores ou decisões coercitivas e ações relacionadas complementares que seriam, por exemplo, decisões administrativas, ações e políticas enunciadas por parte de autoridades políticas” (TODESCO, P. 92, 2013).

O sistema, em cujo meio estão caracterizadas as trocas e comunicações específicas, está constituído conforme figura 11:

Figura 11 – Simplificação de um sistema político



Fonte: Easton (1968, p. 154)

Nos *inputs* estão classificados os problemas pelos quais o olhar político precisa se debruçar para solucionar. Em seguida, surge o estabelecimento de determinado conjunto de ações capazes de se relacionar diretamente com o problema gerador, no qual se forja uma agenda política para substabelecer o contexto. Ademais, são geradas as políticas públicas propriamente ditas, investidas da decisão que será tomada por força de todo processo.

Logo mais, é realizada a implementação desta política onde, após os primeiros resultados, é aferida e avaliada sua eficácia. Por fim, os parâmetros que não atenderam as suas necessidades ou especificidades voltam para o cenário do *input*, para que possa ser analisado e redimensionado em razão da sua necessidade de sucesso.

Entre a construção das políticas de turismo está a estratégia de polos de crescimento, a qual foi considerada, “entre as diferentes políticas de desenvolvimento, como a mais indicada para influenciar a localização de atividades econômicas” (RATTNER, p. 58, 1978). Por conta de sua natureza foi muito empregada no segmento do turismo. Além disso, a referida linha de raciocínio faz-se necessária, uma vez que a inovação, na linha regional de atuação das empresas, visa a transformação da realidade local (PORTER, 1999).

Assim, esboça-se o contexto da dimensão territorial do desenvolvimento em suas diferentes escalas espaciais. Faz-se importante o enfrentamento dos problemas relacionados ao desenvolvimento local, bem como seus gargalos, promovendo a articulação dos agentes locais atinentes na medida em que é possível construir políticas coletivas de atuação. Disso constata-se que uma ação conjunta deve ser erigida de forma pedagógica, permitindo o surgimento de uma consciência social que promova a legitimação política (BRANDÃO, 2008).

Os territórios, cada qual dotados de territorialidades e demais potencialidade espaciais específicas, são elementos únicos, de modo que as dinâmicas de desenvolvimento devem tomá-los como critérios organizativos em separado. Nesta perspectiva, nota-se que as políticas de desenvolvimento que interpretam os territórios como elementos homogêneos estão definitivamente fadadas ao fracasso. Assim sendo, as análises regionalizadas são a tônica dos processos de desenvolvimento contemporâneos (MARIANI e ARRUDA, p. 15, 2010).

Apesar desse fato estar registrado nos anais da história, “o que acontece na esfera federal é replicado no restante do país, tanto em termos de estrutura dos órgãos públicos quanto em relação às políticas públicas”, já que a política de âmbito federal é que norteia os entes estaduais e municipais (NASCIMENTO, p. 362, 2015).

De acordo com Nóbrega (2006), uma das primeiras políticas públicas voltadas para o turismo foi o Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal – PROECOTUR, um programa financiado pelo Governo Federal e BID, tendo sido executado pelo MMA, o que promovia o desenvolvimento sustentável da região amazônica por conta do ecoturismo a partir da implementação de infraestrutura turística básica, abrangendo nove estados (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins).

Suas ações consistiam em implementar polos de ecoturismo nos estados supracitados, gerando empregos, construindo novos hotéis e pousadas, para promover a cooperação regional além de fortalecer os órgãos de meio ambiente regionais.

Após os anos 1990 o Brasil redescobre o turismo enquanto importante atividade econômica. Pouco depois foi lançado o Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, o qual representou *“um novo paradigma adotado no discurso das políticas públicas inauguradas a partir da Constituição de 1988: a descentralização do poder público e a participação da sociedade civil organizada”* (SANSOLO, p. 111, 2013).

Somente no a partir do ano de 2003 que o *“governo federal criou o Ministério do Turismo e o Plano Nacional de Turismo. Dentre outras ações criou o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil”* (SANSOLO, p. 113, 2013), sendo-lhe delegado o papel de artífice das políticas públicas que desencadearam um processo de reflexão e crescimento do turismo no Brasil.

Surgem os planos nacionais de turismo, o programa de regionalização e diversas ações que soergueram o turismo nacional (ARAÚJO, 2013).

3.1 As políticas de turismo para o desenvolvimento da Amazônia

O surgimento das políticas públicas de turismo na região amazônica datam da década de 1970, época marcada pelo regime militar, conforme Nóbrega (2006). Em razão disso, diversos planejamentos voltados à ocupação e desenvolvimento da região foram elaborados pelas forças armadas, com o intuito de subsidiar as primeiras ações de ocupação e instalação nesses territórios, sobretudo aqueles tipicamente fronteiriços.

Naquela ocasião *“as políticas de turismo para a região amazônica distinguem-se das outras pela opção ao turismo ligado ao cenário natural, popularmente denominado de ecoturismo”* (SANSOLO, p. 109, 2013). Isto porque não haviam infraestruturas suficientes para atender aos padrões de turismo vigente, notadamente alicerçado em empreendimentos com qualidade de atendimento e padrão internacional

Na região amazônica uma das primeiras ações proferidas pelo poder público e direcionadas aos interesses de desenvolvimento do turismo surge por força do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), assinado em 3 de julho de 1978 entre Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela com o objetivo de promover ações conjuntas para o desenvolvimento harmônico da Bacia Amazônica. Em seu artigo I previa “realizar esforços com o intuito de promover o desenvolvimento harmônico do território amazônico”. Já no artigo XIII estava contemplada a iniciativa de fortalecer o turismo ao afirmar que “as partes contratantes cooperarão para incrementar as correntes turísticas, nacionais e de terceiros países”.

Em seguida veio o PROECOTUR, com atuação nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Para, Rondônia, Roraima e Tocantins e foi financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e Governo Federal, sob a responsabilidade de gestão do Ministério do Meio Ambiente.

Os programas regionais de desenvolvimento voltados para o turismo surgem na metade da década de 1990, no interior da política nacional de turismo do governo federal. Entretanto, a primeira iniciativa concreta – e que buscava fomentar infraestrutura para os destinos turísticos – inicia-se em 1991, logo após a institucionalização do Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) no Nordeste, enquanto o PROECOTUR deu-se na Região Norte.

O escopo de uma política genuinamente orientada para ações de cunho exclusivo do turismo, em nível federal, foram efetuadas a partir de 1991 pelo Plano Nacional de Turismo (PLANTUR) de 1992, cujos diversos programas apresentados em seu corpo faziam referência ao atual PRODETUR-NE e que assumiu as diretrizes do PLANTUR, o qual apresentou, também, o Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PMNT.

Com base nas observações de Nóbrega (2006), as políticas de turismo trabalhadas entre as décadas de 1970 e 1990 não tiveram sucesso muito em parte pela tímida participação popular, já que muitos dos maiores interessados não haviam sido ouvidos.

Exemplo disso foi, na década de 1970, o planejamento empreendido pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), a qual apresentou o Plano de Desenvolvimento do Turismo para Amazônia I (PTA I).

Eram tempos onde o governo atuava em função das suas orientações específicas e ideológicas, vislumbrando ações e projetos com o intuito de alavancar setores nos quais a iniciativa privada timidamente ousaria empreender, a exemplo do turismo.

O Plano Nacional de Desenvolvimento – PND, foi elaborado para o período 1972 a 1974, objetivando a integração multidimensional, ocupação humana e desenvolvimento econômico do país. Desta feita, surgiu daí o Plano de Desenvolvimento da Amazônia – PDA nos idos de 1975, com vigência e resultados previstos para até 1979.

Em seguida, com o lançamento do PROECOTUR, veio a tentativa de fazer valer estes anseios e construir um planejamento focado no turismo, buscando o entendimento com os atores locais.

Já nos idos do anos 1990 registra-se a importância do Plano Nacional de Turismo – 1996/1999 lançado no governo de Fernando Henrique Cardoso, considerando a Amazônia como área prioritária para o desenvolvimento do ecoturismo, com o intuito de combater as desigualdades regionais e potencializar a geração de renda por meio do turismo. Desse planejamento nasceu o Programa de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Turismo – PRODETUR, tendo no PRODETUR Amazônia sua principal estratégia de desenvolvimento do turismo para a região norte (FONSECA, 2005).

O ano de 2003 representou um marco na história da política nacional de turismo, uma vez que foi instalado o Ministério do Turismo do Brasil – MTUR e, com ele, o primeiro Plano Nacional de Turismo (BRASIL, 2003), que foi integralmente dedicado a formular ações estratégicas para o desenvolvimento profissional do setor. Com ele nasceu também a Política de Regionalização do Turismo – PRT.

Na ocasião, a região norte apresentava-se com 21 regiões turísticas, as quais contemplavam 79 municípios. À época, o Estado de Roraima já contava com 03 regiões turísticas e 06 municípios registrados na PRT (BRASIL, 2007).

Uma nova proposição de desenvolvimento sustentável para a Amazônia é lançada pelo Programa Amazônia Sustentável – PAS, em 2008. Apesar disso, não foram estabelecidas quaisquer ações diretas para Roraima, nem tão pouco apresentados resultados do que já havia sido elaborado ou realizado. A principal agenda de desenvolvimento do turismo nesse programa consistia em fortalecer as instâncias de governança do turismo. Apesar disso, até essa data, Roraima ainda

não tinha nenhuma legislação formulada ou vigente a esse respeito, isto nos idos de 2008.

Outro plano surgido para a região amazônica, tendo sido um desdobramento do PAS, foi o PLANO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA – PRDA. Esta proposta foi um plano com propósito de desenvolvimento regional que fora encabeçado pelo MTUR.

Contudo, é importante que se registre que tais programas (bem como suas respectivas proposições) não surgiram direta ou indiretamente em nenhuma das fontes de pesquisa deste estudo.

Por fim, o PLANO DE INCENTIVO AO TURISMO NA AMAZÔNIA foi produzido no ano de 2012 pelo Banco da Amazônia. Feito em consonância com o MTUR e voltando-se para subsidiar investimentos necessários as regiões do PRT, o objetivo era fomentar os projetos de intervenção para o desenvolvimento do turismo nos estado da Amazônia Legal. Foram identificados os polos / regiões turísticas conforme a regionalização, estabelecendo os roteiros de Roraima (Monte Roraima – Boa Vista e Pacaraima; Expedição Tepequém – Amajari; Observação de Aves de Roraima – Boa Vista e Cantá) enquanto prioritários para investimentos. Apesar disso, não foram encontrados registros ou informações que dessem conta da aplicação desses investimentos de fato nesses roteiros, o que leva a crer que não lograram êxito.

3.2 A política de turismo na Região Norte

A formulação de um rol de políticas voltadas ao desenvolvimento do turismo no Brasil encontram grande desafio na diversidade de espaços turísticos existentes e disponíveis a serem trabalhados, na própria vocação econômica regional (a qual, muitas vezes, não enxerga o turismo como área evidente) e nos diversos fatores limitantes à expansão do modelo, como infraestrutura básica, acesso, sinalização, informação e aproveitamento econômico de seus atrativos.

Na Região Norte do país os problemas se potencializam, na medida em que o contexto da preservação ambiental e das políticas indigenistas conflitam com as macro políticas influentes e que ambicionam derrubar as últimas fronteiras que

limitam o avanço de setores como o agronegócio, a mineração e a própria urbanização dos centros urbanos.

O cumprimento do artigo constitucional de 1953, durante o governo de Getúlio Vargas, criou a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), momento em que se institucionalizou a região da Amazônia brasileira e que, a partir de então, ficou vulgarmente conhecida como Amazônia Legal. Naquela ocasião teve início a Operação Amazônia.

A 'Operação Amazônia' foi incumbida de criar e modernizar importantes instituições para executar as estratégias militares e implantar as próteses no espaço amazônico necessárias à produção e circulação do capital: a SPVEA é substituída pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1966, tendo como finalidade planejar, executar e controlar a ação federal na Amazônia Legal; o Banco de Crédito da Borracha é transformado em Banco da Amazônia S.A. (BASA), assumindo o papel de agente financeiro da política do governo federal; e, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) é instituída como o grande marco dos incentivos fiscais para atrair o interesse de agentes hegemônicos da economia (TODESCO, p. 4710, 2014).

Assim, como os programas para a região Nordeste (POLONORDESTE) e para a região do Cerrado (POLOCENTRO), o POLOAMAZÔNIA é fruto do paradigma que orienta o planejamento regional e nacional, segundo a ideia de desenvolvimento polarizado, a partir dos anos 1950 quando se acreditava estar aposentada por invalidez, foi recuperada – vestida com nova roupagem – e adaptada a um novo contexto (BURSZTYN, 1985).

No mesmo período do POLOAMAZÔNIA – sob o mesmo modelo de planejamento, por delimitação, de polos de crescimento – a SUDAM e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) lançam o Primeiro Plano de Turismo da Amazônia (PTA I), isso em 1978 (TODESCO, 2014).

Para a primeira etapa, visando a demanda de turismo nacional e de países vizinhos, os órgãos previam investimentos financeiros moderados, concentrados na criação de estrutura de apoio ao longo das rodovias recentemente abertas ou em construção (Belém-Brasília, Transamazônica, Cuiabá-Santarém, Belém- São Luís, Manaus –Fronteira com a Venezuela e Guiana, Manaus-Humaitá-Porto Velho, Humaitá-Lábrea-Rio Branco, Rio Branco-Fronteira com o Peru, Macapá-Oiapoque e Perimetral Norte) e no aumento da infraestrutura de recepção e de serviços complementares (TODESCO, 2014).

A medida era conceder infraestrutura necessária de deslocamento entre os grandes centros da região, permitindo sua ampla interligação por meio do modal rodoviário.

A seleção dos polos e centros turísticos prioritários foi realizada por meio de uma hierarquização da potencialidade do uso turístico dos recursos naturais e culturais, infraestrutura urbana e turística.

Desta feita, foram selecionados como polos de turismo: Manaus, Belém, Santarém e São Luís - dispostos em linha horizontal e localizados à margem do rio Amazonas, com exceção de São Luís.

E como centros turísticos: as capitais dos estados do Acre e de Mato Grosso, e, à época, as capitais dos territórios federais de Rondônia, Roraima e Amapá, todas localizadas em região de fronteira (TODESCO, 2014).

É nesse contexto que se inicia, em 1996, a preparação do PROECOTUR (pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA), elegendo o ecoturismo como uma forma de propiciar proteção e preservação dos recursos naturais, enfatizando a inserção social e a melhoria da qualidade de vida das populações amazônicas (TODESCO, 2014).

O PROECOTUR partiu, também, da estratégia espacial de delimitar polos de ecoturismo, enquadrando principalmente as unidades de conservação da Amazônia Legal, compreendidos como zonas prioritárias dos investimentos.

Em 1997, os governos dos estados da Amazônia Legal iniciaram a seleção dos polos e ao fim do processo, em 2000, a área de atuação do PROECOTUR ficou definida em 15 Polos de Ecoturismo, abarcando 153 municípios, totalizando uma área de 1.625.222 km², o que representava o interesse em estimular a atividade turística em 32,5% do território da Amazônia Legal, uma área maior que o território da Espanha, Itália, França, Inglaterra e Portugal juntos.

A seleção dos polos do PROECOTUR sofre forte influência de autoridades políticas dos municípios e dos governos dos estados que, naquela ocasião, visavam o recurso estimado em U\$200 milhões para infraestrutura urbana e turística, fazendo com que se ampliasse ao máximo a área de abrangência do programa (TODESCO, 2014).

Esse estudo, no entanto, trouxe uma nova seleção dos destinos prioritários para os investimentos, reduzindo de 153 para 57 os municípios-alvo dos investimentos da Fase II do PROECOTUR, já que os recursos não seriam

suficientes para atender a todos da maneira como se estava sendo desenhado o processo.

Partindo da análise dos estágios de desenvolvimento do turismo nos municípios, a consultoria da Fundação Getúlio Vargas – FGV definiu como:

- I estágio – avançado: 4 municípios;
- II estágio – intermediário: 12 municípios, e;
- III estágio – inicial: 41 municípios.

Essa classificação serve para orientar a destinação do montante de recursos que seriam executados para cada localidade.

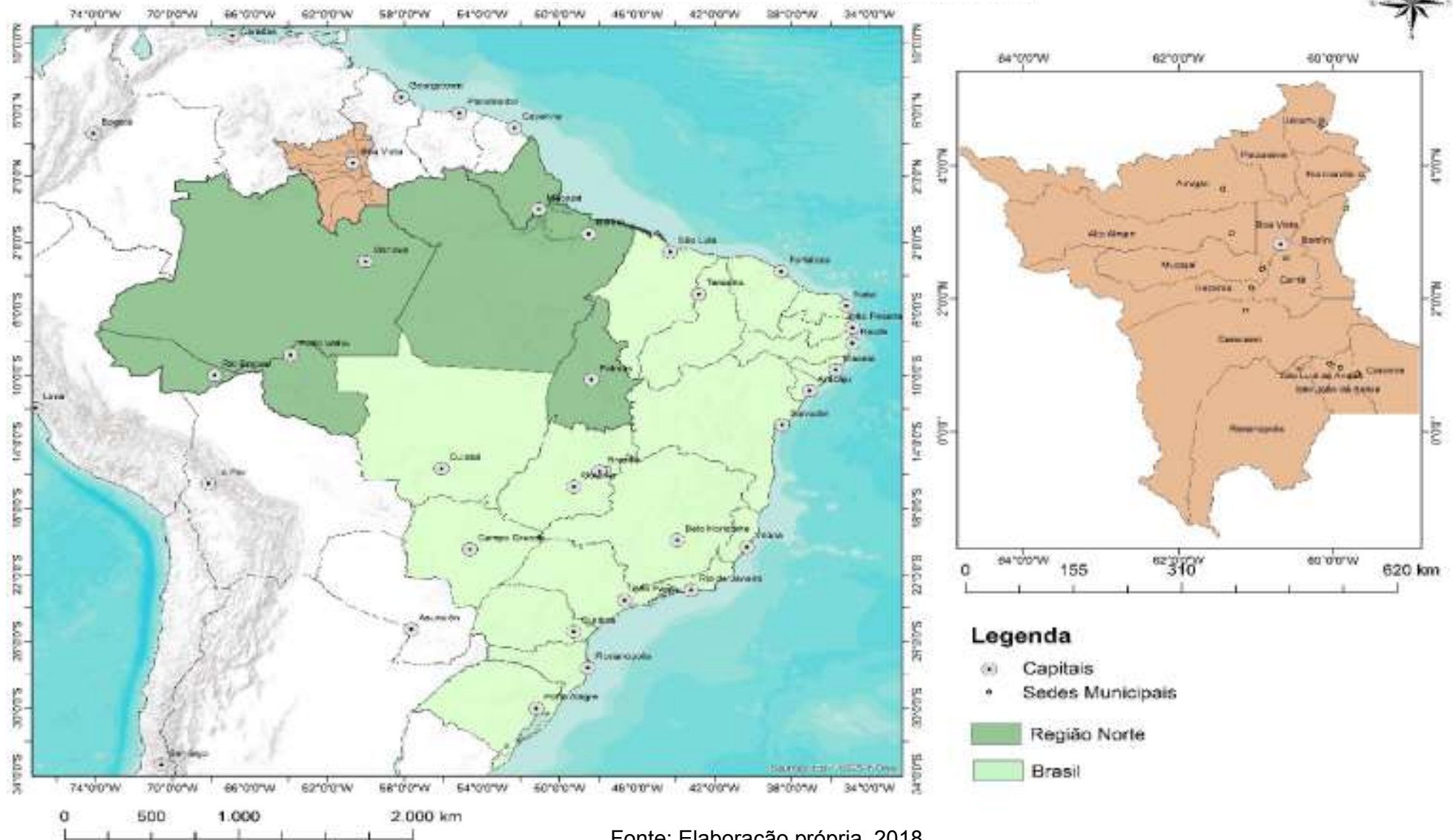
No entanto, é possível constatar o quão diminuto tem sido o nível de implementação de políticas, uma vez que os investimentos não foram devidamente aplicados já que o governo federal (por força da mudança de gestão) deixou de acreditar na possibilidade de realização do turismo na região da Amazônia Legal.

3.3 Rebatimento das políticas de turismo em Roraima

O estado de Roraima, situado no extremo norte do Brasil (mapa 03), é também conhecida por ser a Amazônia mais setentrional do País. Toda extensão territorial (a qual ocupa uma área de aproximadamente 224.300,506 mil km²) tem formação genuinamente formada pela cultura indígena, sendo formada ainda por grupos de diversos colonizadores europeus, mestiços e grupos de brasileiros oriundos de várias regiões do país (Nordeste, Sudeste, Sul e Centro Oeste) que para esta terra vieram e deram início à sua ocupação.

O relevo de Roraima é bastante diversificado, conforme esclarece Costa (2008). Ao todo, Roraima apresenta cinco domínios morfoestruturais, que são: o Planalto Residual de Roraima, o Planalto do Interflúvio Amazonas – Orinoco, o Planalto Dissecado Norte da Amazônia, o Planaltos Residuais de Roraima e a Superfície de Aplainamento do Rio Branco.

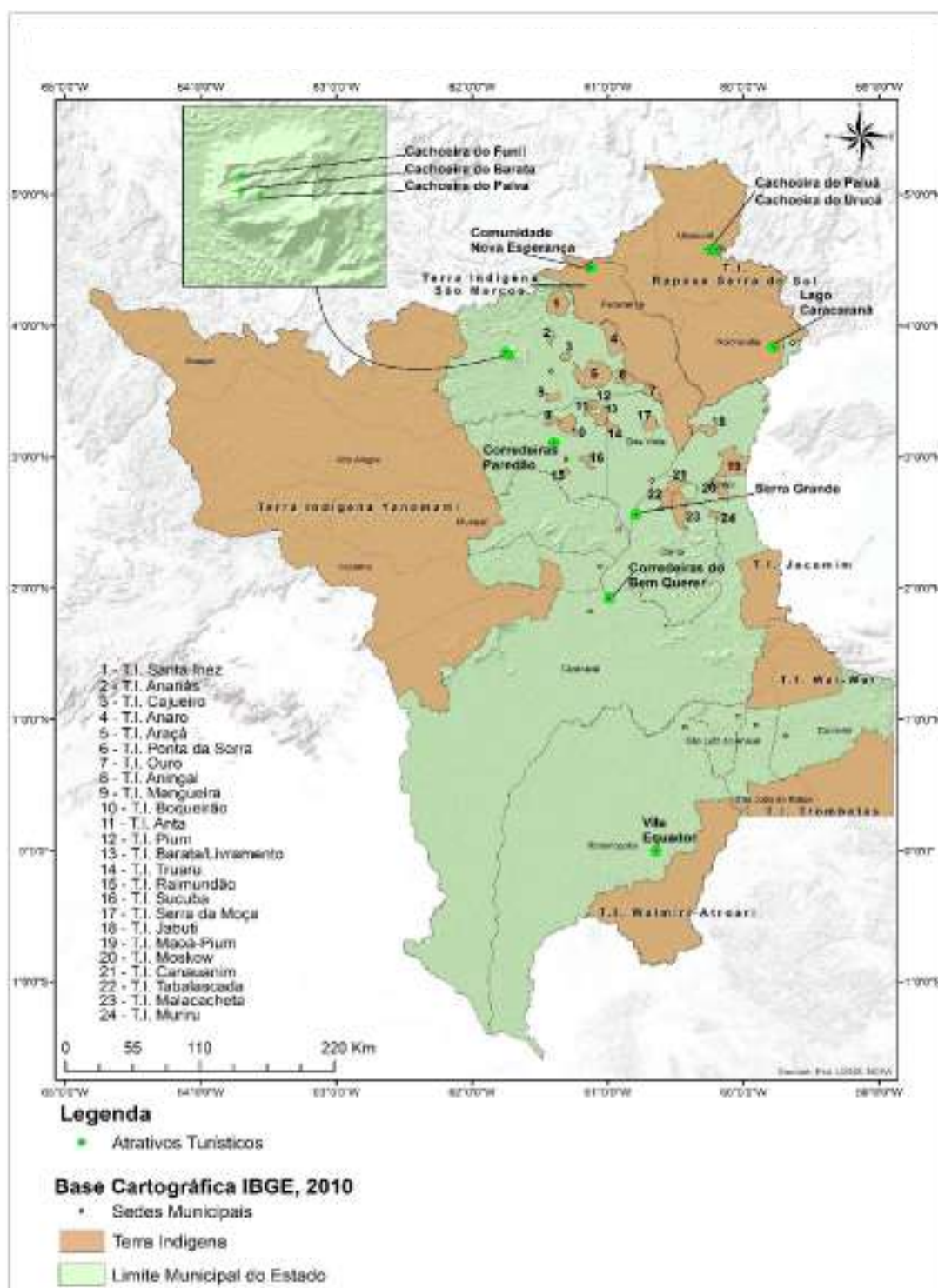
Mapa 03 – Localização do Estado de Roraima



Fonte: Elaboração própria, 2018

O estado é considerado o mais indígena do Brasil, formado por um total de 11 etnias (macuxi, wapixana, wai wai, waimiri-atroari, taurepang, yekuana, yanomami, ingarikó, patamona, pemon e pirititi), distribuídos em mais de 20 terras indígenas por todo território roraimense, conforme mapa 04.

Mapa 04 – Terras indígenas de Roraima



Fonte: Elaboração própria, 2018

Já nas linhas de fronteira entre a Venezuela e a Guiana Inglesa estão as serras de Parima e de Pacaraima, região compreendida pelo Monte Roraima e seus 2.810 metros de altitude. Outra importante característica geográfica de Roraima é a de que o estado abriga o Monte Caburaí, ponto extremo mais ao norte do Brasil e com 1.465 metros de altitude (BESERRA NETA; TAVARES JÚNIOR, 2008).

O clima de Roraima é predominantemente influenciado pela floresta amazônica, caracterizado basicamente como equatorial e tropical-úmido. As temperaturas no decurso do ano sofrem variações de 20 °C nos pontos de maior altitude até 38 °C em áreas de relevo mais plano.

Já o índice pluviométrico atinge média de 2.000 milímetros anuais. As variações climáticas se dão acordo com cada região. As temperaturas médias anuais são variáveis na casa dos 25 °C.

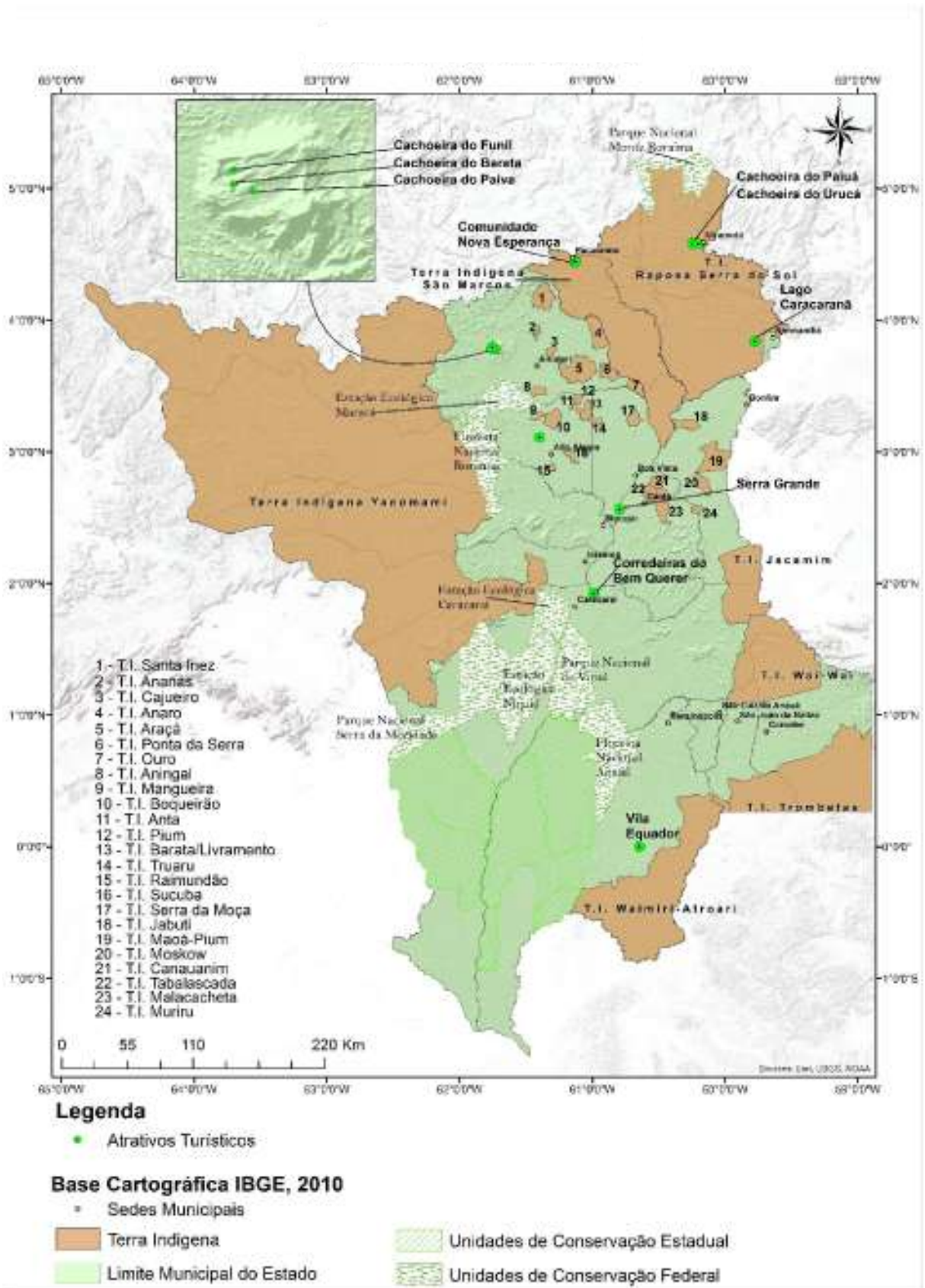
O estado abriga oito unidades de conservação, todas sob a administração do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais – IBAMA. O Parque Nacional do Monte Roraima, que foi criado em 28 de junho de 1989 e está situado no extremo norte do estado, na fronteira com a Venezuela, é o mais importante deles e dá nome ao estado. O Monte Roraima divide a tríplice fronteira entre Brasil, Venezuela e Guiana e é o maior cartão postal do turismo estadual.

Ainda podemos encontrar sete unidades de conservação dentro do território de Roraima (HOLANDA, 2014). São elas:

- Parque Nacional do Viruá, criado em 1998 em Caracaraí;
- Parque Nacional Serra da Mocidade, criado em 1998 também em Caracaraí;
- Estação Ecológica de Maracá, criado em 1981 em Amajari;
- Estação Ecológica de Cacararaí, criada em 1982;
- Estação Ecológica do Niquiá, criada em 1985;
- Floresta Nacional de Roraima, criado em 1989 compreendendo os municípios de Mucajaí e Alto Alegre;
- Floresta Nacional do Anauá, criada em 18 de fevereiro de 2005 no município de Rorainópolis.

A distribuição dos parques está presente no mapa 05, apresentado a seguir:

Mapa 05 – Áreas de proteção ambiental de Roraima



Fonte: Elaboração própria, 2018

Roraima tem hoje uma população formada por mais de 505.875 habitantes, segundo a estimativa populacional de 2017 do IBGE, sendo considerado o estado da federação menos populosa. É na capital do estado, o município de Boa Vista, que estão concentrados 65,3% dos habitantes de Roraima.

A parte mais ao norte do estado, nos anos de 1936 a 1939, registrou-se o início do "boom" da exploração de ouro e diamantes por garimpeiros, inclusive sendo a atividade reconhecida pela Coletoria Federal de Boa Vista como uma das mais importantes para todo estado (RODRIGUES, 2009).

Já por volta dos anos 1990 as comunidades residentes naquela região, sobretudo no município de Amajari, haviam se organizado e começavam a gerenciar a atividade turística de maneira autônoma, sem que houvesse participação ativa do poder público (no tocante a políticas públicas específicas para tanto) e dos demais atores da iniciativa privada do estado (BRANDÃO, 2012).

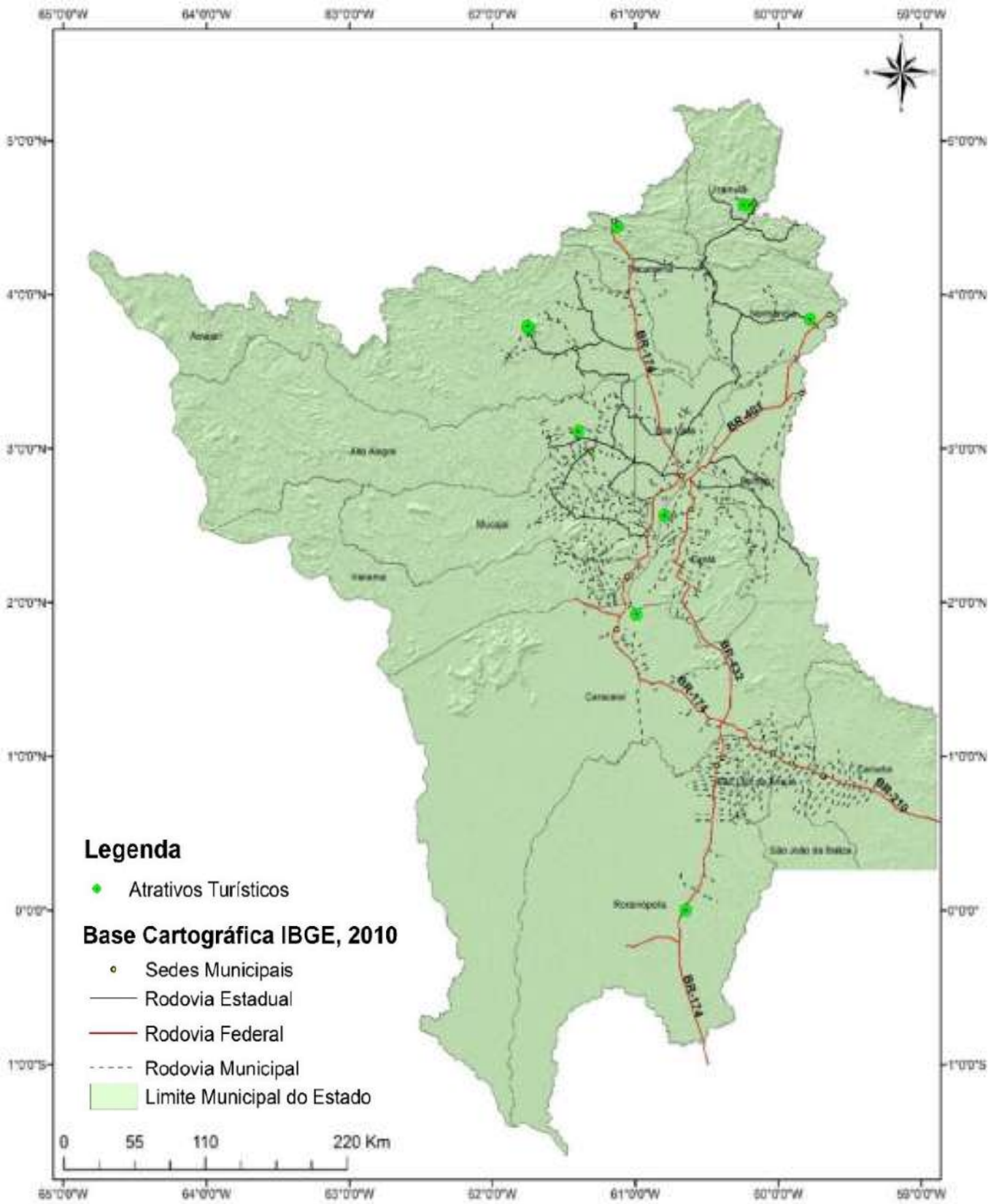
Já a porção sul de Roraima transformou-se (sob o ponto de vista humano, físico, espacial, econômico e social) após o surgimento de várias cidades e vilarejos motivados pelo crescimento da atividade madeireira, que é a principal matriz econômica da região (MAGALHÃES, 2006).

É nessa região que encontra-se o monumento que marca a passagem da linha do Equador, um importante atrativo turístico de caracterização eminentemente geográfica e que pode se voltar para a visitação.

O acesso ao estado é feito pela BR 174. Um dos projetos de desenvolvimento turístico para Roraima, intitulado Rota 174 (nomenclatura dada em função do estado ser cortado longitudinalmente por esta rodovia), permite o deslocamento para diversos atrativos e produtos turísticos encontrados no decorrer dessa via, servindo como importante elo de ligação entre o estado do Amazonas e de Roraima por meio da rodovia.

Roraima é constituída pela seguinte malha viária, conforme mapa 06. Nele é possível identificar a proposição de atuação do projeto de turismo de fronteira por meio da Rota 174.

Mapa 06 – Malha viária do Estado de Roraima



Fonte: Elaboração própria, 2018

Salienta-se ainda que a proposta criada pela Rota 174, como corredor turístico integrador, projeta o contexto do aproveitamento entre o Amazonas e Roraima a partir da via terrestre. Boa Vista foi classificada como corredor de passagem para os usuários da linha rodoviária, de modo que o cenário poderia se alterar em razão da atuação de novos produtos turísticos regionais capazes de tornar a cidade um destino priorizado.

Ainda nesse ínterim, os principais municípios turísticos de Roraima como fator de atração para a visitação, estavam distribuídos em parte por esta rota. O grande contexto que está por traz dessa ação volta-se para o fortalecimento do turismo de fronteira e seus aspectos determinantes encontrados em Roraima (CAVALCANTE, 2014). Todos esses dados corroboram para com pesquisas feitas pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, onde se afirma que o estado de Roraima dispõe de grande potencialidade para o geoturismo, que consiste na visitação turística de locais que dispõem de informações e atrativos geológicos (HOLANDA, 2014).

A esse respeito foi que, já nos idos de 1985, todos os municípios de Roraima receberam um Plano de Desenvolvimento Regional – PDR, entregues aos gestores municipais de Roraima pelo Ministério da Defesa, em razão do Programa Calha Norte.

O Programa Calha Norte (PCN) foi criado em 1985 pelo Governo Federal diante de uma preocupação dos militares sobre a causa amazônica. Naquela época, se propagava a cobiça internacional sobre as reservas naturais estratégicas do país.

A vertente civil do programa atuava na promoção do desenvolvimento regional, com a construção de estradas, escolas, hospitais, portos, a implantação de rede elétrica urbana e rural, entre outros.

A vertente militar desempenhava ações em prol do desenvolvimento sustentável regional com a adequação de embarcações e o ajustamento das unidades militares e da infraestrutura dos pelotões especiais de fronteira.

O Calha Norte tem por premissa o aumento da presença do Poder Público na região de fronteira, contribuindo para a defesa nacional, muito além do seu aspecto puramente militar. Nesse ponto, o programa ainda encontra-se vigente e alinhado com os objetivos e diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa até hoje.

O Calha Norte proporciona assistência às populações e as fixam na região. Por isso, uma das suas metas é o aumento da densidade demográfica nas zonas de fronteira. Também busca a promoção do desenvolvimento sustentável; a ocupação de vazios estratégicos; a integração da população à cidadania; a melhoria do padrão de vida das populações; a modernização do sistema de gestão municipal e o fortalecimento das atividades econômicas estaduais e municipais da região.

Após análise de todos os planos de desenvolvimento dos 15 municípios de Roraima, constata-se o seguinte:

- A ocupação deveria ser concebida de forma seletiva e pautada na sustentabilidade;
- A transformação produtiva seria possível tendo o ECOTURISMO como um dos setores chave para os municípios de todo estado;
- Roraima inteira foi descrita como área potencial para o turismo;
- Deveriam ser adotadas uma série de ações operacionais visando o desenvolvimento integrado e sustentável;
- Haveria de se empreender ações visando o aproveitamento da biodiversidade para o ecoturismo;
- Seria imprescindível a promoção e desenvolvimento da infraestrutura econômica, dando ênfase ao ecoturismo e propondo meios de hospedagem e demais empreendimentos relacionados ao turismo;
- Os relatórios citam o Tepequém como uma referência aos demais atrativos;
- Foram apresentadas algumas diretrizes para desenvolver o turismo;
- A ideia de polo turístico, situado no norte de Roraima (Amajari, Boa Vista, Pacaraima, Normandia e Uiramutã) já era válido e vigente;
- Ações integradas (entre as quais é citado o PNMT) são tidas como ações importantes para o desenvolvimento regional;
- Os produtos turísticos de Roraima são muito importantes para o mercado local e nacional, tendo em vista a perspectiva de fortalecimento da economia e da infraestrutura de Roraima;
- Propõe-se o agroturismo como potencial para desenvolvimento;
- Especifica alguns atrativos turísticos estaduais, como as áreas naturais protegidas, passíveis de visitação;
- Sugere que os municípios façam diagnóstico a ser feito para entrar no PNMT;
- Destaca que no município de Caracaraí as estações ecológicas de Niquiá e Viruá são de grande potencial para o turismo;

- No Cantá destacou as trilhas da Serra Grande como grande potencial para o ecoturismo;
- Descreveu o município de Uiramutã como o de maior potencial turístico de todo estado de Roraima. Tanto que à época o município recebeu o selo “Município prioritário para o desenvolvimento do turismo” no estado de Roraima.

As reflexões associadas ao contexto da linha do tempo ora apresentada – e ainda aliada aos estudos de Easton (1968), Beni (2001) e Giddens (1991) – leva a analisar que as políticas de turismo no Brasil devem ser encaradas como aspecto essencial nas discussões que pautam o planejamento de ações voltadas ao turismo nacional, regional e local.

De acordo com Santos (2002) é possível asseverar que:

Tudo que existe articula o presente e o passado, pelo fato de sua própria existência. Por essa mesma razão, articula igualmente o presente e o futuro. Desse modo, um enfoque espacial isolado ou um enfoque temporal isolado são ambos insuficientes. Para compreender uma qualquer situação necessitamos de um enfoque espaço-temporal (SANTOS, p. 252, 2002).

Enquanto entendemos o tempo cronológico como quantitativo (representado pelos, segundos, minutos, horas, dias, semanas, meses, anos, décadas, séculos e milênios) o tempo social é qualitativo (nascimento de uma criança, casamento, viagem, férias escolares, primeiro emprego, primeiro automóvel, falecimento de um ente querido, mudança no quadro político nacional, estadual ou municipal, promulgação de leis ou ainda implementação de novos parâmetros sociais, a exemplo da comunicação instantânea pela internet), conforme explica Elias (1998).

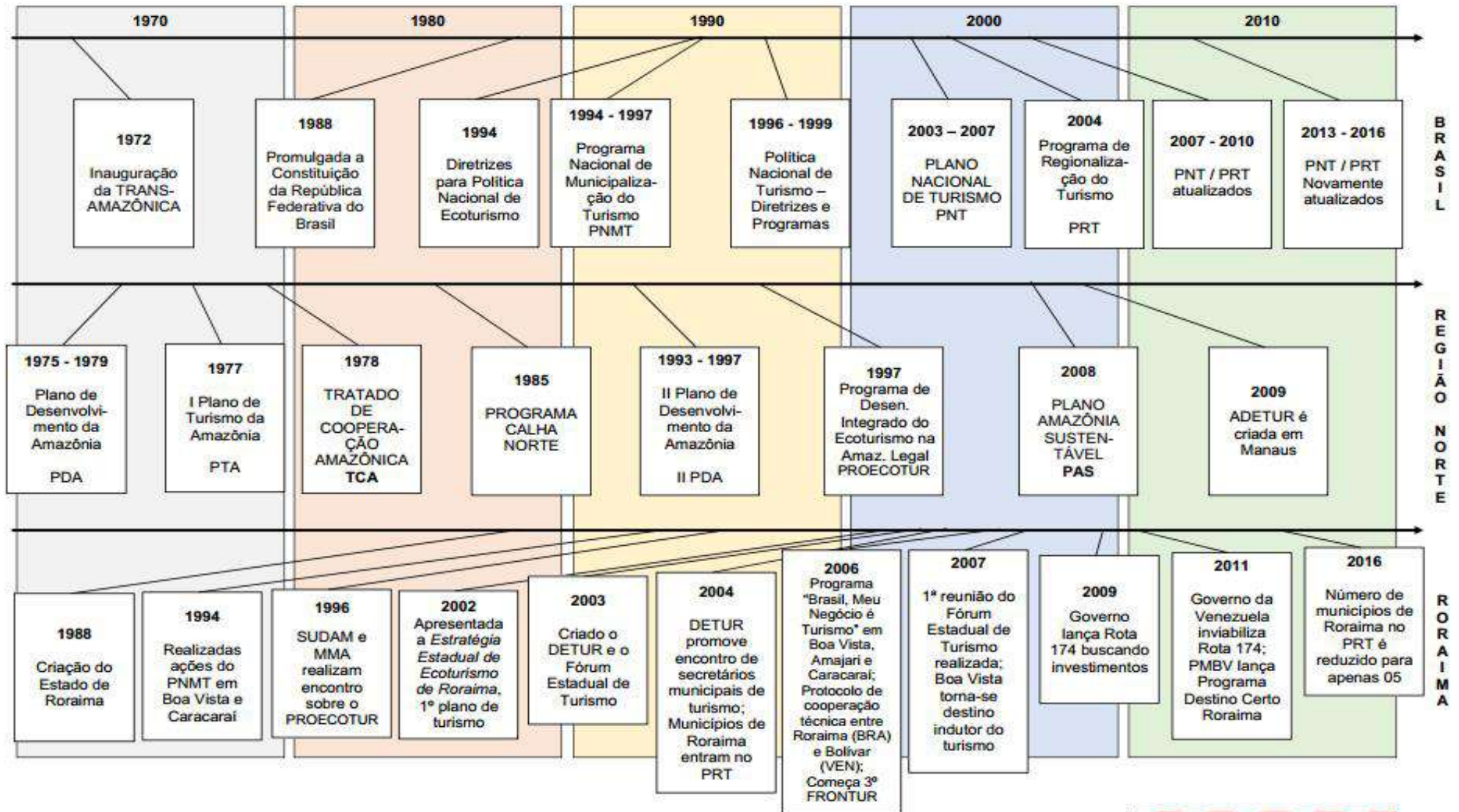
Crê-se, então, que o tempo social acaba sendo muito mais marcante e decisivo na memória coletiva do que propriamente o tempo cronológico, uma vez que as relações e vida das pessoas são forjadas durante o seu próprio cotidiano, estabelecidas por fatos que marcam a contemporaneidade de cada pessoa. Nesse ínterim, o tempo das políticas, notadamente vislumbrado sob o prisma do turismo e, por isso mesmo chamado de tempo do turismo, revela importante conjuntura acerca do cenário de estudo proposto, considerando que o mesmo detêm algumas determinações importantes de serem apresentadas.

Outrossim, recentemente, “se vem buscando novos caminhos que possibilitem uma inversão do sentido do planejamento, isto é, da base para as

instâncias superiores”. No entanto, “*ainda não existem estruturas normativas que amparem e regulem os fluxos no processo de planejamento e nas tomadas de decisão assim como no programa de regionalização do turismo*” (SANSOLO, p. 116, 2013).

Isso pode ser observado na Figura 12, onde foi construída uma linha do tempo das políticas públicas de turismo, com foco no Brasil, na Região Norte e Roraima, está última objeto focal desta tese. Observa-se que, enquanto na esfera nacional são construídas uma série de ações, projetos e programas voltadas ao aproveitamento da atividade turística, na região norte e em Roraima ainda paira a sombra das ações que são implementadas no cenário nacional e regional, represando consideravelmente as possibilidades de planejamento turístico por conta da base local.

Figura 12 – Linha do tempo das políticas públicas de turismo



Fonte: Elaboração própria, 2018

3.4 A política de desenvolvimento em Roraima

Frente ao contexto apresentado faz-se necessário, deste ponto em diante, compreender em que medida o estado de Roraima é trabalhado em razão das políticas públicas. Isto porque, em razão da inserção do turismo no estado enquanto vetor de desenvolvimento regional, é oportuno detalhar em quais circunstâncias começa a ser incentivado.

Os aspectos basilares desta subseção oportunizam a identificação das ações que buscaram ser estruturantes para o estado, a atuação das políticas públicas frente aos atrativos dos municípios turísticos do estado, os principais atores locais responsáveis pela condução da política de turismo estadual e os projetos que foram implementados em razão do turismo.

As informações desta subseção foram construídas no referencial e definidas como a categoria de análise: *desenvolvimento*.

Algumas características traduzem, de forma marcante, o sentimento de se viver aqui. Seja pela sensação de isolamento, seja pela instabilidade econômica, energética, fronteira ou de segurança, o estado de Roraima transmite a impressão de que vive num tempo distinto do resto do país.

Em matéria publicada no Jornal Folha de Boa Vista, em 2000, constata-se que as ações do governo são essenciais para a manutenção da ordem pública vigente. Na publicação afirma-se que o governo estadual deixou de investir e a sensação é de que a população começa a empobrecer.

Isso porque Roraima é um dos estados mais pobres da federação, de acordo com dados divulgados pelo IBGE, que registrou o IDH em 14º no Brasil. A falta de investimentos prejudica o estado e acaba por favorecer a sensação de inércia.

Apesar do governo estadual ser apontado como responsável por frear o ímpeto de desenvolvimento de Roraima as cidades crescem, mas falta investimento em diversos setores, a exemplo do rural e infraestrutura, capazes de proporcionar as iniciativas de produção própria.

No entanto, um dos grandes desafios ao desenvolvimento sempre foi o abastecimento energético do estado. Nos idos de 2001 o governo brasileiro, em parceria com a Venezuela, instalam um linha capaz de solucionar essa deficiência.

A Usina Hidrelétrica de Guri, situada naquele país, trouxe abastecimento para o estado em 30 de julho do mesmo ano (Figura 13). A ligação energética foi comemorado por toda população, já que a tentativa de superar um grande obstáculo aos setores produtivos do estado foi feito.

Figura 13 – Linhão de Guri abastece Roraima



Fonte: Folha de Boa Vista, 2001

Na ocasião, o então governador de Roraima, Neudo Campos, afirma que o estado está pronto para o desenvolvimento, elencando projetos para o futuro de Roraima e apresentando as próximas ações que deveriam ser tomadas por sua gestão.

Já nos idos de 2002 outro delicado assunto tomava conta das atenções da população. Uma decisão do Supremo Tribunal de Justiça causou polêmica ao conceder a posse de terra aos povos indígenas em área continua.

A questão foi vista como entrave ao desenvolvimento do estado já que a área continua de terra indígena promoveu a sensação de que a inércia no desenvolvimento de Roraima era algo real e que não beneficiava a maioria da população.

Em 2005 Lula homologa Raposa Serra do Sol. Desencadeado conjunto de conflitos em Roraima. Homologação em área contínua, como se vê na Figura 14.

Figura 14 – Demarcação de terra indígena em Roraima



Fonte: Folha de Boa Vista, 2002

Com o decreto o estado passa a dispor de uma rol de áreas protegidas que ocupam 46,24% do território de Roraima. O noticioso ainda concluiu que as principais jazidas minerais ficaram resguardadas em terras indígenas, o que potencializava o sentimento de inércia, já que as riquezas do estado estão todas em terras indígenas e estas, por serem protegidas, não podem ser exploradas.

Diversas propostas vinham sendo lançadas entre os representantes da classe política, a exemplo da importação de combustíveis da Venezuela para Roraima, feita

em 2006, com a prerrogativa que isso facilitaria o desenvolvimento do estado. Na verdade, o lançamento de toda sorte de propostas sem qualquer estudo ou amparo legal evidencia a ausência de um direcionamento estratégico que pudesse pautar os rumos pelos quais o estado poderia atuar em razão da sustentabilidade econômica.

A classe política ainda procurou fomentar as iniciativas de desenvolvimento de forma participativa. No ano de 2007 diversas entidades chegaram a criar um fórum de desenvolvimento para Roraima. O evento contou com a organização de 11 câmaras temáticas as quais pretendiam voltar-se para a discussão e proposição de meios que pudessem engendrar o desenvolvimento estadual. Nessa ocasião, o setor agroindustrial era tido como mais forte e, por conta disso, foi o que recebeu mais propostas. A iniciativa do governo estadual buscou se aproximar da opinião pública para viabilizar vetores do desenvolvimento, entre eles a agroindústria.

Este fórum buscava a construção de um modelo de desenvolvimento para Roraima que pudesse ser aplicado em quatro anos. Em uma das câmaras temáticas chegaram a discutir os temas relacionados à mineração, comércio, turismo e serviço.

As propostas entram no plano plurianual do governo do estado e seriam encaminhadas a Assembleia Legislativa e Roraima (ALE-RR), para apreciação e aprovação. Os debates orbitavam em câmaras que aglomeravam setores antagônicos e que não se voltam para a sustentabilidade, a exemplo da câmara onde o turismo foi instalado.

A câmara (por força de sua diretriz geral que era *incentivar a industrialização, o turismo, as relações fronteiriças, o comércio exterior e a exploração mineral regulamentada*) chegou a produzir 41 estratégias que abordaram o contexto turístico. Foram elas:

- Revisão de acordos de transporte de passageiros e cargas com a Venezuela e Guiana Inglesa;
- Aproveitamento da biodiversidade de Roraima para o turismo;
- Abertura 24h da BR;
- Criar lei estadual que regule o etnoturismo com a participação das comunidades indígenas;
- Fortalecer e reativar o Fórum Estadual de Turismo;
- Criação de instituição do turismo (secretaria ou fundação);
- Fortalecer [...] a sinalização turística;

- Criar Centros de Informação Turística - CIT's em Bonfim e Pacaraima (fronteiras), em Boa Vista e em cada município com potencial turístico;
- Implantação e instrumentalização do PRODETUR;
- Fomentar o ecoturismo (aventura, observação de aves, turismo de pesca) e etnoturismo;
- Fortalecer 03 parques nacionais através do ecoturismo (emprego, renda e recursos para a economia local);
- Dinamizar o km 397 da BR 174 (Linha do Equador) para o turismo;
- Programa de iniciação escolar para o turismo.

Apesar das estratégias terem sido formuladas em razão deste fórum, não foram registrados maiores desdobramentos em função da continuidade das mesmas, tendo em vista a mudança de governo estadual que se instalou no ano seguinte.

Com isso, no ano de 2008 o governo de Roraima procura atuar em outras vertentes de desenvolvimento, a exemplo das ações voltadas à instalação da Área de Livre Comércio – ALC, da solução para as questões fundiárias e de posse de terras, da Zona de Processamento e Exportação – ZPE e de alguns investimentos em setores ligados a agricultura e ao comércio.

A promessa do novo governo era destravar o desenvolvimento de Roraima. Apesar disso, não foi possível identificar em documentos ou nas pesquisas ações se essas iniciativas prosperaram ou ainda de que forma desdobraram-se.

As promessas para destravar o desenvolvimento de Roraima vinha de todas as esferas, até mesmo do próprio governo federal que, em 2015, chegou a anunciar três medidas capazes de atuar nesse sentido. Eram elas: A construção do linhão de Tucuruí – o qual garantiria a interligação energética de Roraima ao sistema elétrico nacional, a regularização fundiária das terras da união para o estado e investimentos em pavimentação asfáltica de todo estado. Apesar disso, as promessas não aconteceram e os problemas persistiram.

Muitas reuniões foram realizadas em Brasília sob a alegação de tratar do assunto. A inviabilidade econômica de estado, segundo grande parte dos agentes políticos identificados na pesquisa, alegavam como razão da inércia econômica as demarcações das terras indígenas, a falta de energia e a instabilidade motivada pela legislação ambiental.

A partir dessas informações, observa-se que os principais atores responsáveis pelo debate acerca do desenvolvimento de Roraima pautaram os discursos em temas abrangentes mas que, em sua grande maioria, eram entraves históricos do estado e que, adentrando nos municípios do interior, iriam se potencializando para pior. Outrossim, algumas iniciativas foram empreendidas com a premissa de discutir e, em certa medida, modificar o paradigma vigente.

No ano de 2001 o estado sediou um evento intitulado “Amazontech”, com a promessa de dar início ao desenvolvimento estadual. O mesmo objetivava discutir caminhos do desenvolvimento em Roraima.

Já em 2003 foram feitas reuniões envolvendo o governo federal e governadores dos estados do norte com o propósito de definir eixos de desenvolvimento prioritários para a Amazônia. Esses eixos orbitavam em razão da recriação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, reforçando a ideia apresentada anteriormente dos ciclos da política.

Os eixos debatidos foram: gestão ambiental e ordenamento territorial, avaliação de impactos ambientais por empreendimentos, produção sustentável com tecnologia avançada, inclusão social a cidadania, infraestrutura para o desenvolvimento.

Os debates concluíram que alguns estados ainda não chegaram ao desenvolvimento sustentável (estavam estagnados, inertes) e que era preciso retomar um novo ciclo de fomento aos projetos de desenvolvimento da região norte. Na ocasião, o estado de Roraima foi dado como exemplo de um dos estados mais inertes do norte.

Na esfera municipal a situação não era diferente, tanto que os representantes dos municípios, por diversas vezes, chegaram a declarar que sua passagem por aquelas edilidades foi tempo perdido em razão da falta de investimentos e verbas, projetando estagnação econômica e inércia dos municípios.

No ano de 2005 esses atores estaduais chegaram a discutir a formação de arranjos produtivos locais como alternativa ao desenvolvimento local (figura 15). O próprio governo estadual fomentou o debate junto à sociedade e eis que surge o ecoturismo como potencialidade para Roraima, tendo sido considerado como vetor de desenvolvimento desses arranjos.

No ano de 2007 o governo do estado passa a atuar provocando a iniciativa privada, instalando a ideia de que caberia aos empreendedores o papel de desenvolver o setor produtivo e, conseqüentemente, o estado. Para tanto, propõe um plano que, segundo os mesmos, seria capaz de captar investimentos de fora do estado. Na ocasião, citava-se o agronegócio como mola de impulsão do desenvolvimento, apesar de afirmar em seguida que tão premissa demandaria muito tempo para se efetivar.

Figura 15 – Ecoturismo surge em debate na pauta do desenvolvimento



Fonte: Folha de Boa Vista, 2005

Novamente percebe-se que a questão do tempo de Roraima é chave no processo, tendo em vista que nesta mesma época o Brasil vivia o “boom” do turismo enquanto Roraima ainda buscava meios para se desenvolver, quase que exclusivamente, da agricultura.

Por sua vez, a classe empresarial critica modelo de desenvolvimento adotado pelo governo do estado e aponta a melhoria da infraestrutura como ponto chave para que o setor empresarial pudesse se desenvolver. Os principais gargalos apontados pelos empresários foram: indefinição fundiária, infraestrutura de estradas, energia elétrica, educação, gestão participativa, união dos políticos e continuidade do planos plurianuais. Era uma questão quase unânime entre esses atores (governo

e empresários) que o desenvolvimento só virá no longo prazo, sem pressa de chegar. O principal modelo assumido por ambos era pautado no agronegócio.

Outro ator significativo para o desenvolvimento do estado foram as Forças Armadas. Em 2016 o 6º Batalhão de Engenharia e Construção publica matéria na Folha de Boa Vista onde se orgulhava de ter contribuído para o desenvolvimento de Roraima. Na ocasião, fomentou uma exposição fotográfica que mostrava a construção da BR 174, mantendo viva, perante a população, a função primordial que representou para Roraima desde sua fundação.

No tocante aos vetores de desenvolvimento para o estado, constatou-se que no ano de 2001 os temas da educação e qualificação da mão de obra eram tidos como estratégicos para mudar o estado. Além destes, ainda surgiu a agricultura como melhor solução para desenvolver, tendo na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA seu maior defensor, ao se propor o uso da savana para a agroindústria envolvendo as áreas do Brasil, Venezuela e Guiana Inglesa, numa perspectiva macrorregional. Em 2004 a produção de algodão do serrado chegou a despontar como solução ao desenvolvimento, dado como solução irreversível para a questão. Apesar de todas essas propostas terem sido lançadas, muitas não tinham a menor base conceitual ou prática para acontecer, configurando-se como verdadeiras falácias com o precípuo intuito de despontar nos espaços da mídia local.

Em 2006 o Fundo de Financiamento do Norte – FNO afirmou que o investimento no desenvolvimento regional de Roraima cresceu 200% em 3 anos. Apesar disso, segundo consta a própria matéria que traz o tema, estado não sentiu as benesses desses investimentos, tendo em vista que os setores produtivos (e toda Roraima) foram classificados como em estado inercial pois tais investimentos não foram possíveis de catalisar o desenvolvimento.

A solução para os problemas de Roraima, em 2009, chegou a ser apontada com a exploração dos recursos naturais enquanto saída para desenvolver, enxergando no garimpo, nas madeireiras e na agroindústria como os principais vetores do desenvolvimento.

Em todas as matérias analisadas fica claro que é esse o principal modelo de desenvolvimento almejado pela classe política de Roraima para superar as décadas de atraso. Tanto que, nos idos de 2011, com a realização de mais uma rodada de discussão sobre o tema, por meio de um novo fórum de desenvolvimento

supostamente sustentável, foram discutidos 13 temas. O agronegócio despontou como um dos que atraiu mais pessoas ao debate, enquanto o tema do turismo foi todo como um dos mais polêmicos por conta, justamente, de sair em defesa da preservação dos recursos naturais enquanto que a ideia geral era de explorar os mesmos.

Apesar desse panorama, muitos projetos foram tratados visando o compromisso do fortalecimento econômico e das matrizes produtivas, com vistas ao desenvolvimento de Roraima. Em 2001 o Programa Calha Norte discutiu o desenvolvimento em Roraima, tendo como premissa básica a fixação da população nas áreas de fronteira. Nesse ínterim, o exército assume a função de conduzir o desenvolvimento regional.

Tanto que o referido programa elaborou diagnóstico e apresentou um plano de desenvolvimento para cada um dos 15 municípios do estado. O escopo desses planos voltava-se a uma visão integrada com o estado do Amazonas, considerando que Roraima ainda não será capaz de seguir só nesta iniciativa e, ainda, do seu relativo isolamento estrutural e diminuta relevância política na conjuntura nacional.

Em 2007 o governo do estado reúne sua equipe técnica com o propósito de elaborar um plano de desenvolvimento estadual. Já em 2008 a referida proposta é apresentada com o título “Avança RR”.

Os principais temas destacados foram: regularização fundiária, energia para o interior, banda larga, melhorar estradas e programas sociais. Apesar disso, Roraima ainda não avançava como esperado.

Já em 2011 fora lançado um outro plano, desta vez pautado no etnodesenvolvimento. O plano era oriundo do governo federal e se voltava às comunidades tradicionais de Roraima com a oferta de gado, grãos e assistência técnica subsidiada para o fortalecimento da agricultura.

No que tange aos seus gargalos, em grande parte das informações coletas e sistematizadas, observa-se que os problemas ganham dimensão sistêmica, na medida em que os problemas identificados obstaculizam todas as esferas produtivas do estado.

No ano 2000 matéria da Folha de Boa Vista coloca a indefinição fundiária como principal razão para o atraso do desenvolvimento turístico de Roraima. Sem financiamento, nem terra, bancos não liberam crédito e empresários não investem.

Some-se a isso a ausência de políticas específicas de ocupação e regularização fundiária (Figura 16).

O que, de fato, a matéria apresenta não é um obstáculo iminente ao turismo, e sim, a ausência clara de um direcionamento (mesmo antes do MTUR) em tratar a atividade turística enquanto importante vetor de desenvolvimento estadual. Na ocasião citada o PNMT era o principal programa, junto do PROECOTUR, responsável pelos direcionamentos necessários ao fortalecimento do turismo. Nessa ocasião o estado já estava recebendo e atuando junto a uma consultoria contratada para elaborar o diagnóstico turístico e constituir seu plano de desenvolvimento, o que foi entregue posteriormente, já no ano de 2002 (às vésperas da criação do MTUR).

Figura 16 – Indefinição fundiária atrasa o turismo



Fonte: Folha de Boa Vista, 2000

Tão logo surgiu o ministério do turismo no ano seguinte à entrega desse plano de turismo, todos os esforços empreendidos em razão disso foram esquecidos, arquivados para que servisse apenas como peça elaborada para justificar os investimentos feitos na ordem de R\$200 mil que foram pagos àqueles consultores contratados para elaborar o referido plano.

Em 2004 a resignação é tamanha que o próprio governador à época afirma que “Roraima é um estado fictício”, chegando a elencar uma série de questões nas quais o mesmo tornou-se um estado virtual e inerte.

Tanto que muitos chegaram a reconhecer que a gestão do governo federal estaria fazendo embaraço exatamente para atrapalhar o desenvolvimento de Roraima, uma vez que os problemas são conhecidos (trata-se do linhão de Tucuruí como uma obra sem fim) mas não se faz gestão para solucioná-los.

É evidente que este não pode ser responsabilizando como o exclusivo entrave ao desenvolvimento, já que algumas peças de planejamento estrutural já foram elaboradas em toda trajetória do estado.

O que ocorre, nesse caso, é a predominância de diversos interesses antagônicos que se conflitam no estado, muitos dos quais disseminando a discórdia, atribuindo as responsabilidades precípuas aos atores políticos e garantindo a manutenção de um quadro de inércia fomentado pela incapacidade de elaborar, gerenciar, monitorar e mesmo articular-se intersetorialmente com vistas aos interesses em comum.

Esta conjuntura garante palco perfeito para o engessamento da atividade turística em Roraima, a qual apregoa exatamente todo o oposto ao que fora citado anteriormente.

Constata-se, ainda, que o estado de Roraima sempre fora conduzido em função das verbas federais repassadas às esferas locais. Não só nesse âmbito, os projetos de ordem federal sempre encontraram campo fértil no estado para sua proliferação.

Isto posto, com o surgimento do Ministério do Turismo no ano de 2003 e o conjunto de políticas públicas para o setor que foram elaboradas, oportunizou-se uma nova e sólida tendência ao desenvolvimento de Roraima.

Antes de se chegar a conhecer esse panorama (pós-MTUR), é preciso conhecer um pouco daquilo que haveria de ser constituído como tanto.

3.5 O surgimento do MTUR e sua relevância para o turismo

O segmento do turismo brasileiro ganhou grande notoriedade, nos idos do ano de 2003, com a criação do Ministério do Turismo pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (BRASIL, 2013).

Daquele momento em diante surgiu uma numerosa plataforma de políticas públicas estruturantes e capazes de ampliar a importância do turismo no cenário nacional e internacional. Não obstante, diversos setores produtivos e responsáveis pela dinamização da economia nacional se associaram ao turismo, em consonância com as prerrogativas concebidas em razão do lançamento do Plano Nacional de Turismo.

Em suas linhas de atuação o PNT propôs uma série de medidas (construídas muitas delas por especialistas do setor, estudiosos, empresários e sociedade em geral) capazes de fazer girar a roda do turismo nacional. Foram ações de estruturação de portos, aeroportos, classificação de meios de hospedagem, regulamentação do setor com a Lei Geral do Turismo, monitoramento dos impactos econômicos, sociais e ambientais promovidos pelo turismo, além da inclusão de diversos atores que antes eram preteridos da atividade, tais como os indígenas, quilombolas, negros e homossexuais. Mais do que tão somente uma lógica comercial, o reconhecimento do tamanho do setor garantiu uma ampla participação dos atores e uma maior pluralidade e respeito a toda diversidade nacional que vive e faz do Brasil o país que é.

Entre os muitos macroprogramas previstos nessas quatro versões existentes do PNT (sem mencionar o numeroso rol de projetos, programas e iniciativas diretas ou associadas a outros setores do mercado e do próprio estado) um detém relevância ímpar para o país. Trata-se do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil.

O PRT surge na primeira versão do PNT, em 2003, formalizado por meio do macro programa 3 – Infraestrutura, a partir do Programa de Desenvolvimento Regional. As cidades são elevadas a um alto patamar de importância por compreenderem o principal núcleo turístico dos destinos. Essa abordagem resgata parte do escopo que havia sido trabalhado até então com o PNMT.

Ainda neste mesmo plano constava o macro programa 4 – Estruturação e Diversificação da Oferta Turística, onde estava alocado o programa Roteiros Integrados. Aqui buscou-se formatar produtos turísticos na forma de roteiros, nas distintas regiões do país. A proposta se assentava na integração dos municípios enquanto consórcios organizados. Os objetivos pautavam-se no fortalecimento do turismo a partir da produção das diferenças regionais (BRASIL, 2003).

Já na segunda versão do PNT (BRASIL, 2007) o PRT sofreu algumas alterações, passando pelo seu primeiro ciclo de revisão. Dito isto, constata-se que esta foi a primeira vez que esta política, especificamente regional voltada para o turismo, ganha maior dimensão ao ser revisada e ampliada pelo MTUR. O PRT nesta versão incorporou-se ao ordenamento de Arranjos Produtivos Locais - APL's e programas de financiamento como o PRODETUR e PROECOTUR.

No programa 4.4 do PRT (apoio ao desenvolvimento regional do turismo) estava apontado que o PROECOTUR passou por uma fase no MMA e, em sua fase dois, passará a ser gerido pelo MTUR. Apesar de ter sido dito que seria incorporado, o PROECOTUR não veio a ser aportado no Ministério do Turismo.

Nessa fase o PRT conta com 4 programas: Planejamento e Gestão da Regionalização; Estruturação dos segmentos turísticos; Estruturação da produção associada ao turismo; Apoio ao desenvolvimento regional do turismo.

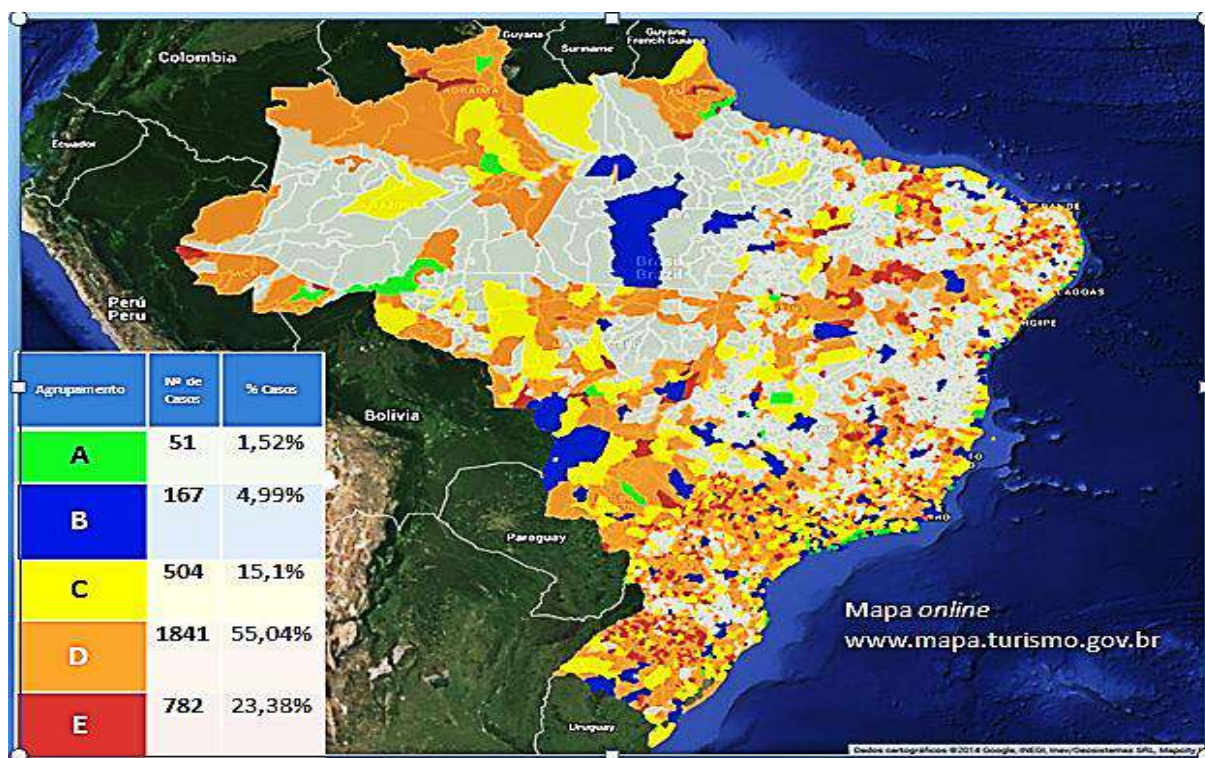
Já na sua terceira versão (BRASIL, 2013) o PRT adentra numa dimensão e perspectiva mais tímida em relação as proposições anteriores. Sua condução nesta etapa foi caracterizada no âmbito da estruturação dos destinos turísticos, notadamente no aspecto relacionado ao apoio e implementação dos planos de desenvolvimento turístico, balizando-se na priorização do planejamento das regiões turísticas.

A sentida carência na regionalização do turismo neste momento do PRT se deu em razão, quase que integralmente, em razão das ações voltadas com exclusividade aos megaeventos nos quais o país estava para sediar: A Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos Rio 2016.

Isso fez com que os recursos e esforços se voltassem para o atendimento das demandas relacionadas a esses acontecimentos, priorizando as regiões e destinos sede, como consta no relatório de avaliação (BRASIL, 2015).

Com a revisão do PRT foi apresentada uma nova ferramenta para visando o aprimoramento desta política, que foi a categorização dos municípios turísticos. Usando-se como referência o mapa da regionalização (figura 17) do turismo nacional (elaborado em 2004 e revisado em 2006 e depois em 2009) a categorização consiste na identificação do grau de desenvolvimento econômico do turismo nos municípios presentes no Mapa do Turismo Brasileiro.

Figura 17 – Mapa do Turismo Brasileiro



Fonte: MTUR, 2018

A ideia concebida foi de que esta matriz diagnóstica, gerada nesse processo, permitisse orientar as decisões de planejamento e investimentos nas regiões turísticas, servindo como importante fonte de monitoramento do desempenho do turismo regional e na distribuição de recursos que possam fomentar o desenvolvimento regional.

Sendo assim, neste novo ciclo da política de regionalização do turismo, cabe ao município (no atual paradigma da categorização) indicar o grau de atratividade, gestão e da organização do turismo de modo a mensurar seu desenvolvimento. Quanto a região turística, os dados devem indicar o nível ponderado de

desenvolvimento formado pelos municípios turísticos com compõem a mesma, associado ao fator de cooperação regional entre estas edilidades.

O site do MTUR (www.turismo.gov.br) informa que a categorização pode servir para:

1. Otimizar a distribuição de recursos públicos; 2. Orientar a elaboração de políticas específicas para cada categoria de municípios; 3. Aperfeiçoar a gestão pública, na medida em que fornece aos gestores do Ministério e dos Estados mais um instrumento para subsidiar a tomada de decisão; 4. Auxiliar na atualização do Mapa do Turismo Brasileiro, que é feita periodicamente; 5. Auxiliar na reflexão sobre o papel de cada município no processo de desenvolvimento turístico regional (<http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/>, acesso em 27 de julho de 2018).

Com base nestes dados, os municípios farão parte de um sistema de categorias agrupadas em forma de clusters, notadamente voltados para o modelo de análise econômica, conforme estabelece a Portaria Nº144 de 27 de agosto de 2015.

As variáveis adotadas para esta categorização, segundo informações disponíveis no endereço eletrônico do MTUR (www.regionalizacao.turismo.gov.br, acesso em 27 de julho de 2018), foram:

- Número de ocupações formais no setor de hospedagem (fonte: Relação Anual de Informações Sociais – RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego);
- Número de estabelecimentos formais no setor de hospedagem (fonte: RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego);
- Estimativa do fluxo turístico doméstico (Estudo da Demanda Doméstica (fonte: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE/MTur);
- Estimativa do fluxo turístico internacional (Estudo da Demanda Internacional – fonte: FIPE/MTur).

O cruzamento dos dados relacionados a essas variáveis permitiu a elaboração de uma análise com base no modelo de *cluster* (isto é, agrupamento) com base nas ideias de Porter (1999), os quais originaram cinco categorias de

municípios. Desta forma, foram categorizados os municípios turísticos em A, B, C, D e E (de acordo com a Figura 18).

Figura 18 – Categorização dos municípios turísticos brasileiros

Resumo da Seleção		
Categoria	Nº de Casos	% de Casos
A	51	2.34%
B	155	7.13%
C	424	19.5%
D	1219	56.0%
E	326	15.0%
Total	2175	100%

Fonte: <http://www.turismo.gov.br>, acesso em 27 de julho de 2018

Os resultados desta categorização chegaram ao seguinte quadro de municípios turísticos do Brasil:

- 51 municípios na categoria A, que representa os municípios com maior fluxo turístico e maior número de empregos e estabelecimentos no setor de hospedagem;
- 155 municípios na categoria B;
- 424 municípios na categoria C;
- 1219 municípios na categoria D;
- 326 municípios na categoria E, que representa os municípios que não possuem fluxo turístico expressivo e nem empregos e estabelecimentos formais no setor de hospedagem.

Em mais um período de revisão do ciclo da política de turismo nacional, o PNT em sua versão 2018 destaca que a regionalização é um marco na história do turismo nacional por estar presente em todas as versões dos planos nacionais de turismo.

O destaque se faz ainda em razão da importância da gestão descentralizada do turismo e, ainda, da categorização dos municípios turísticos enquanto processo importante de crescimento do turismo nacional. O plano também ainda faz menção ao fato de que o mesmo estimula estados e municípios a planejarem seu turismo por meio da efetiva participação das comunidades receptoras e dos potenciais benefícios que o turismo pode lhes proporcionar.

Nesta versão, por fim, o PNT ainda salienta que promove a regionalização e incentiva a criação de organismos autônomos nos municípios, de modo a melhor beneficiar o desempenho das economias nos municípios turísticos. Nesse sentido, a categorização é uma das principais políticas estruturantes da mais recente versão deste PNT.

Ao analisar a política de turismo adotada após a criação do MTUR, observa-se que o planejamento turístico passou a ser construído numa perspectiva ortogonal, ou seja, sempre de cima para baixo. As orientações, ações, programas, projetos e recursos vinham do ministério, o qual estabelecia que tipo de ações e intervenções deveriam ser trabalhadas no recorte territorial.

Desta feita, faz-se premente reconhecer como foram projetadas e instaladas algumas das políticas de turismo do MTUR no estado de Roraima. O Programa de Regionalização do Turismo em Roraima deu abrangência estadual superlativa e envolve com os municípios estaduais, sendo o que se discute na próxima seção.

4 REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO EM RORAIMA

De forma oblíqua, os vetores do desenvolvimento e do turismo não vinha se cruzando historicamente em parte do país, seja pelo descompasso entre eles, seja pela superposição de outros vetores tidos como de maior relevância ou prioridade para os artífices locais.

Diversos atores locais e regionais procuram atuar no sentido de aproveitar-se das potencialidades existentes no espaço turístico, empreendendo ações no processo de planejamento turístico por meio da interação e cooperação, no tocante as suas potencialidades e deficiências, como sugere Petrocchi (2001).

Algumas iniciativas foram empreendidas após a implementação de políticas públicas de turismo, ensejadas após a criação do MTUR, o qual atua no sentido de construir estudos e, por seu turno, ações importantes voltadas à condução dos rumos da atividade turística no Brasil. Isto porque em um “estudo regional se deve tentar detalhar sua composição enquanto organização social, política, econômica e cultural, abordando os fatores concretos” (SANTOS, p. 48, 1994) com o propósito de viabilizar o turismo regional.

Entre tantas dessas ações propaladas por este ministério, este trabalho tem por mote fazer o destaque ao Programa de Regionalização do Turismo – PRT, por entender que tal vicissitude se propõe a contribuir para o fortalecimento de estratégias capazes de transformar o paradigma vigente dos destinos turísticos brasileiros.

Tal contexto adjudica os vetores do desenvolvimento e do turismo numa mesma proposta, oportunizando o surgimento de polos ou centros aglutinadores de desenvolvimento turístico.

A proposta de regionalização fora concebida sob esse intento, de forma que sua gestão acabou estimulando o surgimento de um novo olhar sobre os maiores centros urbanos de cada estado e, por sua vez, promovendo ações que venham a fortalecer e desenvolver o turismo nesses locais (LIMA, 1999).

Em conformidade a isso, a decisão de se analisar este viés no estado de Roraima partiu do interesse em se investigar de que forma as políticas de turismo,

forjada em razão das ditas vocações identificadas no lócus estadual, foram instaladas e se desdobraram em razão de suas iniciativas.

4.1 O turismo em Roraima antes da regionalização

A história das políticas de turismo em Roraima é ponto importante no entendimento acerca dos rumos tomados pelo estado. Nesse sentido, foram identificados e dispostos, de forma cronológica, os aspectos coletados por meio das pesquisas realizadas para tanto, que servirão para subsidiar os entendimentos sobre a temática.

No ano de 1996 foi realizado o encontro regional de municípios com vocação turística em Roraima, promovido pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e Ministério do Meio Ambiente – MMA, como uma das ações estruturantes do PROECOTUR.

Os municípios participantes foram: Amajari, Pacaraima, Uiramutã, Normandia, Boa Vista e Caracaraí. A proposta era trabalhar várias questões atinentes ao turismo em 09 encontros regionais. Nessa época foram definidos alguns polos turísticos para o estado. O evento foi realizado com vistas a promover a discussão sobre a vocação turística de cada município e a ação do PROECOTUR foi aglutinada pelo PNMT.

Já em 2002 o Programa Calha Norte entrega planos de desenvolvimento para todos os municípios de Roraima. Os planos foram elaborados à época pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, além de orientação sobre como acessar recursos financeiros. Mais uma ação do exército, desta vez visando aglutinar o desenvolvimento municipal. Os planos envolvem segurança e desenvolvimento regional. Como não podia deixar de ser, a segurança aponta para o desenvolvimento e a ocupação demográfica nas áreas de fronteira do estado.

Em 2003 a Secretaria de Desenvolvimento do Estado lança um programa para desenvolver as potencialidades dos municípios de Roraima, sendo que a capital Boa Vista fica de fora do mesmo. Os dados obtidos por pesquisa feita pela secretaria indicam que os municípios de Roraima vivem exclusivamente do Fundo de Participação dos Municípios – FPM. A iniciativa do desenvolvimento é empreendida pelo novo grupo político que ocupa o poder à época.

Em seguida, no mesmo ano, uma comissão de entidades (formadas pela Coordenadoria de Turismo de Roraima – CODETUR, Sebrae, Senac, Departamento de Meio Ambiente – DEMA, Secretaria Estadual de Agricultura – SEAAB, UFRR, EMBRAPA, CEFET, BASA e Sesc) discute plano de ação para o desenvolvimento do turismo no Tepequém. Os atores locais se voltam a discutir o turismo regional de potencial eminentemente reconhecido, tendo como mote um planejamento específico para um atrativo turístico do estado que, no entanto, está no contexto de curto prazo.

Neste mesmo ano o Governo de Roraima participa da Feira da ABAV, no Rio de Janeiro. Os segmentos apresentados foram: Turismo de aventura, ecoturismo, etnoturismo e turismo de pesca. A proposta do governo estadual era de cumprir agenda regular de apresentação dos destinos turísticos nacionais após criação do MTUR. Apesar disso, a oferta turística era vendida sem o menor planejamento estrutural para os mesmos.

Já em 2004 o Sebrae promove um evento voltado ao fortalecimento turístico em Roraima. A ação se dá em conjunto com o CEFET e recém instalado DETUR. A iniciativa volta-se para à conscientização do turismo e a sensibilização quanto a sua importância para Roraima.

Figura 19 – Roraima não tem guia nem mapa turístico



Fonte: Folha de Boa Vista, 2005

No ano de 2005 matéria da Folha de Boa Vista leva a constatar que Roraima não tem guia turístico oficial nem mapa turístico. A informação turística oficial do estado de Roraima ainda não existe. Além disso, as informações sobre produtos turísticos do estado ainda são difíceis (figura 19). A iniciativa de construir um mapa para Boa Vista partiu de uma cidadã interessada em contribuir com a questão, mas esta não foi uma ação oriunda dos gestores públicos, sejam eles estaduais ou federais.

No mesmo ano o turismo na Costa Rica tornou-se modelo para Roraima. Deputado propôs que modelo atual daquele país seja implantado em Roraima, denunciando claramente que os projetos políticos desprovidos de senso da realidade povoam o imaginário parlamentar do estado. Tal medida denuncia que os políticos não tem conhecimento sobre a realidade do setor, estimulando o estado a adotar um modelo exógeno de turismo.

Também é adotada a iniciativa do turismo de negócios pelo Sebrae, o qual acaba realizando um encontro estadual de turismo. As ações voltam-se para a promoção turística, qualidade e atendimento. Sebrae tende a apoiar segmentos mais efetivos e tangíveis ao invés das grandes vocações do estado. Assim, foram lançadas novas perspectivas para outros modelos de turismo em Roraima.

Em 2006 a SUFRAMA liberou R\$10 milhões para Roraima investir em infraestrutura turística. Não foram citados projetos ou ações para destinação dos recursos, nem onde os mesmos seriam empregados. O fato é que a liberação de recursos não segue uma política de turismo estadual.

Neste mesmo ano começa a etapa do “Brasil, meu negócio é turismo” em Roraima. Momento é de seleção de multiplicadores e os municípios contemplados foram: Boa Vista, Amajari e Caracaraí. Ação de sensibilização voltada para o turismo em todo país chega até Roraima, mesmo que com certo atraso. O projeto foi uma parceria entre o MTUR, a Fundação Roberto Marinho e a Fundação Ajuri, da UFRR.

Em seguida o DETUR inicia uma ação de incentivo ao turismo nas comunidades indígenas da Raposa Serra do Sol. Departamento busca interesse das comunidades em atuar com o turismo. Apesar disso, não há plano estadual para isso.

Neste mesmo ano foi celebrado um protocolo de intenções para cooperação técnica entre Roraima (BRASIL) e Bolívar (VENEZUELA) assinado por governadores e submetido ao governo federal de ambas nações. A estruturação era prevista em

03 níveis: Estados, municípios, e empresários e organizações sociais. A validade era de 05 anos e, apesar disso, a iniciativa não contemplava aspectos voltados para o turismo entre os países no longo prazo, mesmo traduzindo-se numa cooperação internacional e inter-regional.

Na parte norte do estado chega a pavimentação asfáltica ao Tepequém. A obra de recuperação da estrada é realizada com recursos do governo de Roraima, Caixa Econômica Federal, sob fiscalização da Secretaria de Infraestrutura – SEINF. Assim, o projeto da estrada cênica vira estrada asfáltica.

Ainda em 2006 algumas entidades debatem a evolução dos APL's em Roraima e a inclusão de mais dois setores fora aprovada: setores madeireiro e turístico, pois ambos não foram contemplados em 2005. Antes preterido, o turismo entra na discussão das APL's.

Em 2007 algumas prefeituras de Roraima recebem mais de R\$40 milhões da CEF. Os recursos também são para apoio ao turismo e Caracaraí recebeu R\$1,5 milhão para segunda fase do complexo turístico da orla. Rorainópolis recebeu R\$5,01 milhões para construção de um centro de apoio ao turismo, entre outras obras.

Em 2008 a Fundação de Educação, Turismo, Esporte e Cultura de Boa Vista – FETEC, realiza pesquisa de potencial turístico na capital junto ao público amazonense (Manaus). As ações de inteligência de mercado foram focadas exclusivamente para atender o mercado da capital. A pesquisa objetivou entender o perfil do público alvo de Boa Vista no turismo.

Em 2009 o Governo de Roraima buscou investimentos de R\$125 milhões do PRODETUR – Programa de Desenvolvimento do Turismo pelo BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, para obras como o centro de convenções. Apesar de ter captado o recurso, não houveram projetos para executar e o recurso foi devolvido ao governo federal em 2013. O governo buscou recursos para investimentos no turismo sem conexão com PRT e sem plano estadual de turismo.

Em 2011 a PMBV lança Programa Destino Certo Roraima. O objetivo era incentivar e pôr em prática a capacitação de profissionais ligados ao segmento turístico do estado, numa parceria com o MTUR. Os interessados em participar deveriam residir em Roraima e fazer parte do turismo de alguma forma. A

capacitação de mão de obra surtiu pouquíssimo efeito, tendo em vista que é citada apenas neste espaço.

Em 2016 10 municípios de Roraima saem do Mapa do Turismo. Ficaram apenas Caracaraí, Amajari, Mucajaí, Bonfim e Boa Vista. A matéria cita a categorização turística como nova metodologia do PRT e motivo pelo qual os mesmos saíram.

Neste mesmo ano matéria da Folha de Boa Vista afirma que em Roraima o turismo representa mais de 10% do volume de serviços. Cita Tepequém como destino turístico, atribuindo o crescimento do turismo em Roraima à novela Império, de 2014. A informação conclui reiterando que o turismo no estado deve ser visto como vetor de desenvolvimento.

4.1.1 Política pública de turismo antes da Regionalização

Outro relevante aspecto analisado pelas pesquisas deu-se em razão da política pública adotada para o turismo de Roraima antes do PRT. Os dados coletados, em ordem cronológica, apresentam o seguinte âmbito.

Em 2004 o Governo do Estado elaborou um programa para atrair investidores intitulado “PRODUZIR”, com o intuito de promover a indústria e agronegócio em Roraima. Uma das falas proferidas pelo então secretário de planejamento à época (na matéria publicada no Jornal Folha de Boa Vista) cita uma mini feira indígena para atrair turistas para Roraima com a produção que o programa iria fomentar. Nota-se que a política de governo fora criada para atrair atenção e não, de fato, para fazer Roraima crescer.

O DETUR promoveu neste ano um encontro de secretários de turismo no Tepequém. O Conselho dos secretários de turismo deveria ser compostos pelos 15 municípios. A iniciativa visou a elaboração de políticas voltadas ao turismo, partindo dos próprios municípios. No entanto, apenas Bonfim, Alto Alegre, Uiramutã, Amajari, Normandia, São Luís do Anauá e Pacaraima compareceram.

Em 2008, conforme registrado na 39ª ata do FTR, ocorreu a seleção de membros para participar da ADETUR, onde na ocasião a ABAV foi escolhida para representar o estado. No mesmo ano foi realizado o Seminário Internacional de Meio

Ambiente e Turismo Sustentável, promovido pelo DETUR e a Fundação do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia – FEMACT. O objetivo foi traçar políticas para o turismo e meio ambiente e, apesar da iniciativa, as ações não prosperaram. Intuito era estabelecer políticas juntamente com órgão do meio ambiente, já que o DETUR não dispunha disso.

Com relação às entrevistas registradas, alguns entrevistados afirmaram que foi o PNMT a política mais importante para Roraima, tendo em vista que realizava o diagnóstico dos municípios e capacitava parte das pessoas residentes e interessadas em atuar no turismo dos mesmos. Além dele, o PROECOTUR também se mostrou um instrumento importante para o turismo do estado. Um dos entrevistados foi enfático ao afirmar que:

Constata-se que uma política pública para se desenvolver o turismo em Roraima é condição imprescindível para se orientar o foco e as discussões consoantes a isso. Ações isoladas e que estão sofrendo permanente mudança de equipe (por conta da rotatividade dos governos) não colaboram para o desenvolvimento do turismo no estado.

Dessa forma, torna-se fático o contexto no qual uma política de turismo para Roraima deve perpassar um de um simples projeto de governo para um programa de estado.

Isso porque nunca existiu uma política efetiva de turismo no estado. Outrossim, surgiram empreendimentos particulares que estavam mais preocupados em afirmar que o estado possuía um plano sem que, de fato, utilizasse-o para tanto.

No que se refere a atuação da iniciativa privada do turismo, antes do PRT, constata-se que algumas organizações atuavam em função do aproveitamento turístico estadual, mesmo sem o devido apoio do governo estadual. Exemplo disso está no ano de 2003 quando a agência Roraima Adventures anuncia o Monte Roraima como produto turístico de seu portfólio. Este produto turístico fica fortalecido em nova fase do turismo nacional e estadual.

Já em razão da promoção turística do estado, identificou-se que, no ano de 2005, a ABAV articulou a liberação de recursos para material promocional de Roraima, ensejando ações de curto prazo que aparentam ter mais efeito prático do que aquelas de longo prazo. Certamente que as intenções do mercado orbitam na comercialização do produto turístico, o que se materializam quando da efetiva realização de promoção mercadológico de Roraima. Em igual medida, desta vez no

ano de 2008, a ABRASEL realiza ação de igual teor, proporcionando visibilidade aos roteiros turísticos de Roraima. Apesar disso, alguns produtos já não convencem mais, conforme registrado no ano de 2009 na 43ª ata do FTR, onde se registra que a Rota 174 já não é mais comercializada pelo estado.

Outrossim, em 2009, a SUDAM financia construção de um hotel em Boa Vista pertencente a um grupo de empreendedores de Manaus, os quais utilizaram-se de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA.

Outras iniciativas foram tomadas em 2010, desta vez com objetivo de montar uma agenda de trabalho para o turismo envolvendo empresários das seguintes entidades: ABRASEL, ABAV, ABIH, C&VB e ABLA. O grupo montou indicativos para uma agenda de desenvolvimento do turismo de Roraima. A ação buscava superar a lacuna de transição entre governos, já que pairavam incertezas sobre os rumos que seriam adotados pela nova gestão estadual, numa tentativa de dar força a descentralização.

No que se refere as iniciativas da comunidade local, formada pelos atores regionais do turismo de Roraima que residiam nas localidades do interior, as iniciativas antes do PRT foram realizadas com o intuito de empreender esforços que atendessem as necessidades específicas de cada lugar. Em 2003 a comunidade do Tepequém se propôs a elaborar um plano de desenvolvimento local, onde o turismo foi apontado como vetor de desenvolvimento pelos mesmos. Nota-se que o desejo premente de se investir no turismo não esmaeceu até hoje, de modo que muitos destes comunitários residem até hoje na localidade.

Já em 2004 iniciativa homônima foi tomada pela comunidade Nova Esperança, de etnia wapichana e residente nas proximidades de Pacaraima. Na ocasião, o turismo comunitário em terra indígena ganha força e apoio de atores locais. No ano seguinte, em 2005, índios da etnia Ingarikó discutem turismo e cita a necessidade de informação sobre o que é o turismo e como a comunidade pode se inserir. O momento apontava para uma série de iniciativas voltadas ao turismo comunitário em terra indígena. Apesar disso, as iniciativas não encontraram apoio suficiente para prosperar.

Novamente, em 2007, o povo Ingarikó insiste em discutir alternativas para o ecoturismo na região do Monte Roraima. A permanência desta comunidade específica em debater o tema se justifica por serem eles que residem mais próximos à base do Monte Roraima, de modo que a presença do turismo na comunidade é

mais acentuada, estimulando a necessidade de se compreender melhor o que se está vivendo e aonde se quer chegar com o turismo.

Próximo dali, na região de Uiramutã, nos idos de 2009, é criada uma cooperativa de turismo por indígenas, cujo foco admite-se que seja pautado no turismo comunitário, apesar desta terminologia ser estranha aos mesmos. A iniciativa surgiu mas não foi abraçada nem pelo estado e tão pouco pelo município. Apesar da falta de orientação, a comunidade inaugura a cooperativa de turismo. A reação do órgão relacionando aos indígenas, a FUNAI, é imediata e afirma que o turismo em terra indígena é atividade ilegal. Diante disso, apesar de ter sido criada, a cooperativa não pode trabalhar já que não havia regulamentação para o turismo em terra indígena na época. Constata-se que, apesar da ausência de regulamentação clara, o estado não se fazia presente nas investidas das comunidades tradicionais. Isto porque, apesar de não deter um planejamento específico, o estado bem sabia onde não queria estar.

Já no ano de 2013 a iniciativa de uma vereadora lança a campanha “Eu amo Pacaraima”, com o propósito de atrair turistas para que permaneçam na cidade. Apesar disso, não há roteiros, produtos ou plano para fomentar o turismo e a permanência dos visitantes no município.

Em 2017 é registrado em Roraima o primeiro caso de proibição de agências de turismo operarem a venda de passeios em cachoeiras localizadas em terras indígenas. A FUNAI toma a medida e aciona o Ministério Público Federal, o qual emite a proibição para as agências receptoras, orientando para que sejam seguidas as normativas previstas na IN003/15 da FUNAI, a qual regulamenta o turismo em terras indígenas.

Neste mesmo ano, no entanto, a comunidade indígena Macuxi que reside na T.I. Raposa Serra do Sol começa a elaborar seu plano de visitação turística com base nesta normativa. A iniciativa da comunidade em desenvolver o turismo comunitário foi apresentada à FUNAI em cerimônia realizada na UFRR, com a presença do Reitor e autoridades. Para a elaboração deste plano é importante salientar que nenhum órgão do governo estadual (ou mesmo municipal) atuou no sentido de contribuir para a confecção do plano, comprovando taticamente que o turismo em terras indígenas não é segmento de interesse da gestão estadual.

Deste ponto em diante trataremos pontualmente da política de turismo em Roraima orientada sob a sombra do PRT, tendo como objetivo compreender quais

as mudanças se apresentam após a injeção de uma iniciativa eminentemente exógena e que deveria se projetar no recorte territorial de modo a se adaptar e contribuir para com o seu desenvolvimento.

4.2 A Política de Regionalização do Turismo – PRT

A política de regionalização do turismo brasileiro não é vista como inovação para o setor, uma vez que seu antecessor, o PNMT, atuava quase que da mesma forma. O papel dessa proposta consistia em discutir, no espaço regional, as alternativas para se promover a atuação do turismo enquanto atividade produtiva regional, plural, dinâmica, pulverizadora de recursos e ganhos, capaz de se associar a outros contextos de trabalho e emprego e, ainda, que fosse propícia para ampliação em qualquer região que viesse a ser trabalhada.

A política da regionalização faz uso de metodologias para amparar o planejamento participativo enquanto uma inovação no processo de planejamento, mas ainda limitado no que se refere a proporcionar um equilíbrio de poder entre os diversos atores sociais relacionados ao desenvolvimento do turismo.

Isso porque a assimetria de investimentos favorecem as ações de grandes empresas e os investimentos nas políticas definidas por processos participativos em detrimento de medidas que possam dotar os menos privilegiados de ações estruturantes na esfera governamental.

Não se deve legislar apenas para aqueles que reverberam o discurso axiológico de que o turismo traz apenas benesses, é gerador de empregos, renda e dividas para a economia. É preciso também buscar condições para que os pequenos empreendedores locais possam coexistir e fazer uso das iniciativas promovidas pelo turismo e o PRT.

O escopo dos destinos turísticos, inseridos em uma determinada realidade regional, podem ser caracterizados como corredores turísticos ou centros de estada, dependendo do nível no qual o local pode ser percebido com pouca ou muita iniciativa de equipamentos, produtos e serviços turísticos.

O fato de o turismo ter sido planejado a partir do interesse dos planejadores (sem considerar o interesse da comunidade) pode justificar a debilidade de seu desenvolvimento.

De certo modo, considerando a disposição do cenário local, é importante destacar que as dificuldades enfrentadas pela regionalização do turismo em certos destinos dá-se pela tentativa de implementar o turismo, muitas vezes, em áreas sem histórico, vocação, potencial ou perspectiva de operacionalização (BRANDÃO, 2007).

Do ponto de vista territorial, verifica-se que as diversas políticas possuem recortes territoriais que ora atuam de modo coincidente (onde todos servem-se dos mesmos benefícios oriundos do turismo), ora são divergentes (operam conflitos de interesse em razão de medidas que, talvez, não teriam sido pensadas para todos).

Programas como o PROECOTUR e a Regionalização do Turismo não possuem os mesmos recortes territoriais, provavelmente por não se articularem dentro do próprio ministério de origem. Outras políticas territoriais como a de proteção da natureza e do desenvolvimento agrário, que também possuem ações voltadas ao desenvolvimento do turismo na Amazônia, ainda não se articularam territorialmente com as políticas de turismo, resultando em ações que se sobrepõem e concorrem entre si, causando desperdício de recursos entre outros prejuízos.

4.3 Regiões turísticas de Roraima

Com o lançamento do Programa de Regionalização do Turismo no ano de 2004 todos os estados brasileiros foram convidados a partilhar da experiência de gerenciar o turismo nacional em escala regional, salientando a importância da construção de uma sinergia na geração de regiões turísticas em todo país e, desta feita, para Roraima também.

Nesse sentido, o Governo do Estado de Roraima mobiliza 15 municípios para participarem da empreitada. De acordo com os planejamentos apresentados pelo Programa Calha Norte (ARAÚJO, 2002), todas os municípios de Roraima detinham atrativos naturais capazes de se voltar ao aproveitamento turístico, de modo que seria necessário articular condições visando a melhor articulação destes para com o seu desenvolvimento regional.

O documento identifica segmentos turísticos potenciais a serem trabalhados em Roraima. O ecoturismo nas unidades de conservação, a exemplo do Parque

Nacional do Viruá, no município de Caracaraí; o turismo em terras indígenas, identificando as terras indígenas da Raposa Serra do Sol I (município de Normandia) e São Marcos (município de Pacaraima) como áreas estratégicas de atuação; o turismo de lazer no Lago Caracaranã, no município de Normandia; e o Parque Nacional do Monte Roraima, onde é possível se avistar o Monte Roraima (CAMPOS, 2011).

O documento reconhece apenas o Parque Nacional do Monte Roraima (na região de fronteira entre Brasil e Venezuela) destacando a localização do mesmo por meio do município de Uiramutã, a Serra do Tepequém no município de Amajari e as unidades de conservação (Parque Nacional do Viruá e Parque Estadual Serra da Mocidade) e a pesca esportiva, ambas situadas no município de Caracaraí (ADA, 2006).

De acordo com o relatório de atividades elaborado pela interlocutora do programa em Roraima na época, atendendo a recomendação do MTUR, a respeito da entrada de Roraima no PRT, o DETUR elaborou o projeto para implementar o PRT em janeiro de 2005.

Após diversos ajustes na proposta trabalhada pelo DETUR, sob a orientação do MTUR, o projeto base foi aprovado pelo ministério, no entanto Roraima não pode receber o recurso pleiteado para execução do projeto, que era de R\$185.106,00, pois o estado estava inadimplente para o Governo Federal em outros repasses que havia sido feitos em outros setores não ligados ao turismo.

Apesar disso, o relatório não oferece detalhes acerca da natureza dessas pendências. Em razão disso, somente no ano de 2008 é que Roraima consegue celebrar o convênio em tela e recebe o recurso do MTUR para implementar o PRT no estado.

Foi aberto processo licitatório para contratar empresa e equipe necessária para elaboração dos planos estratégicos das três regiões turísticas do estado. Essas regiões, e seus municípios selecionadas, foram as mesmas que haviam sido trabalhadas anteriormente pelo PNMT.

À época, 12 municípios entraram nas três primeiras fases do PNMT em 1998. Desse total 06 foram na 1ª fase, 05 na 2ª fase e apenas um na 3ª fase. Nesse sentido, apenas a capital Boa Vista concluiu as três fases do programa, o que atesta a baixa taxa de participação dos municípios naquele momento, sem que seja possível identificar quais aspectos conduziram a esse resultado (SANSOLO, 2013).

Apesar disso o trabalho do PRT teve prosseguimento com a realização das reuniões técnicas de nivelamento de informação a respeito do programa, agendadas pelo MTUR, na cidade de Brasília, mas a interlocutora de Roraima não pôde participar. O motivo apresentado em relatório foi de que o estado não dispunha de recursos para custear as despesas da viagem da mesma.

Em razão de diversos problemas decorrentes da gestão pública do estado, o PRT só tem início em 2009, cinco anos após seu lançamento nacional. As oficinas foram planejadas para serem executadas nos municípios de Pacaraima, Boa Vista e Caracaraí (sedes escolhidas para repassar as informações aos demais integrantes de cada região turística).

Tendo em vista diversos problemas na condução das licitações para utilizar os recursos que foram captados para implementação do PRT, as oficinas ocorreram apenas na capital Boa Vista. Os demais municípios não sediaram as ações por conta do alto grau de informalidade existente nos empreendimentos mantidos nos mesmos. Sem o devido registro e formalização legal das empresas que poderiam sediar as ações do programa naqueles municípios, o DETUR precisou devolver parte dos recursos que foram captados para implementar o programa.

Uma relevante informação faz parte da recente medida tomada pelo MTUR para que o município possa se caracterizar como turístico. Além dos atrativos, é necessário que apresente um Conselho Municipal de Turismo formalmente instalado e que as peças orçamentárias da Prefeitura Municipal, respectivamente LOA¹ e LDO, tenham previsão de investimentos municipais na área do turismo. Sem essas prerrogativas básicas o município não entra no rol daqueles elegíveis a buscar recursos para investimentos no MTUR.

Nesse sentido, surgiram as seguintes regiões turísticas de estado de Roraima, em razão da implementação do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil.

4.3.1 Região Turística Extremo Norte do Brasil

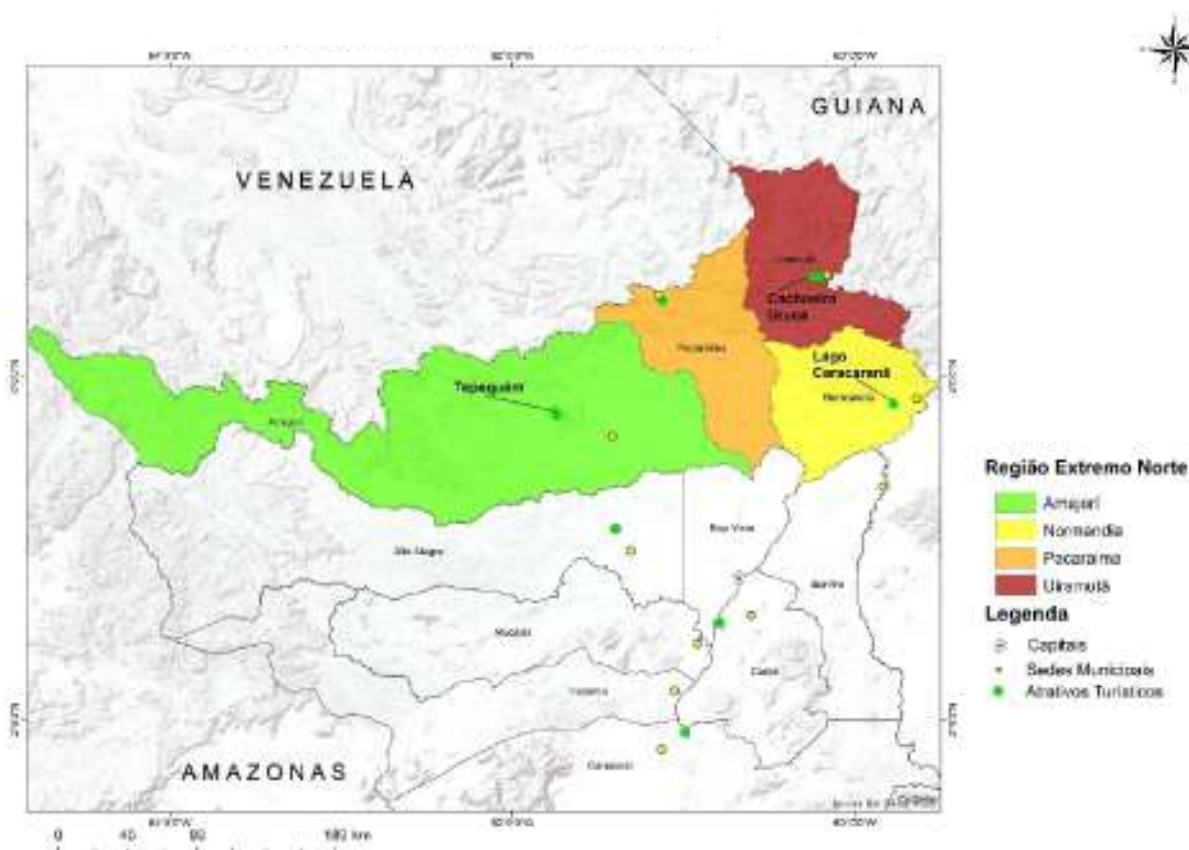
¹ A Lei Orçamentária Anual (LOA) estabelece o orçamento da União, por intermédio dos quais são estimadas as receitas e fixadas as despesas do governo federal. Já a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) tem como a principal finalidade orientar a elaboração dos orçamentos fiscais e da seguridade social e de investimento do Poder Público, incluindo os poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e as empresas públicas e autarquias.

A Região Turística Extremo Norte do Brasil (mapa 07) é formada pelos municípios de Amajari, Pacaraima, Uiramutã e Normandia.

O município de Amajari está localizado na porção norte do estado de Roraima, a pouco mais de 120km da capital Boa Vista. Limita-se ao oeste e norte com a República Bolivariana da Venezuela, com o município de Pacaraima a leste, com Boa Vista a sudeste e com o município de Alto Alegre ao sul.

A população, segundo dados do IBGE (www.cidades.ibge.gov.br), é de 9.327 pessoas, com uma densidade demográfica de 0.33 hab/km². A principal atividade econômica do município baseia-se na agricultura, seguida pela pecuária e pelo turismo, com a visita das cachoeiras da localidade.

Mapa 07 – Região Turística Extremo Norte do Brasil



Fonte: Elaboração própria, 2018

O município abriga um total de 08 Terras Indígenas, nas quais habitam 19 comunidades indígenas. As etnias residentes no Amajari são: Macuxi, Wapichana, Sapará e Taurepang. As Terras Indígenas situadas no município são: T.I. Araçá, T.I. Ouro, T.I. Anaro, T.I. Ponta da Serra, T.I. Aningal, T.I. Garagem, T.I. Santa Inês e

T.I. Ananás. As comunidades indígenas residentes são: Araçá, Mutamba, Mangueira, Três Corações, Guariba, Anaro, Ponta da Serra, Urucuri, Juraci, Nova União, Ouro, São Francisco, Cajueiro, Garagem, Ananás, Leão de Ouro, Santa Inês, Aningal e Vida Nova.

Desde a década de 1930 que a região do Tepequém (Figura 20) vinha sendo explorada em razão da intensa oferta de diamantes que eram extraídos pelos garimpeiros vindos de toda parte do Brasil e de países como a Venezuela, Guiana Inglesa, Suriname e Colômbia. Boa parte das transformações na paisagem da região foram deixadas pela presença maciça dos garimpos que eram criados. Nos anos 1940 à 1950 foi o auge dessa região, que chegou a sediar o primeiro cinema de Roraima e deter um movimento frenético de pequenos aviões, que transportavam muitas toneladas de pedras preciosas que eram extraídas da região.

Figura 20 – Cachoeira do Paiva – Tepequém – Amajari

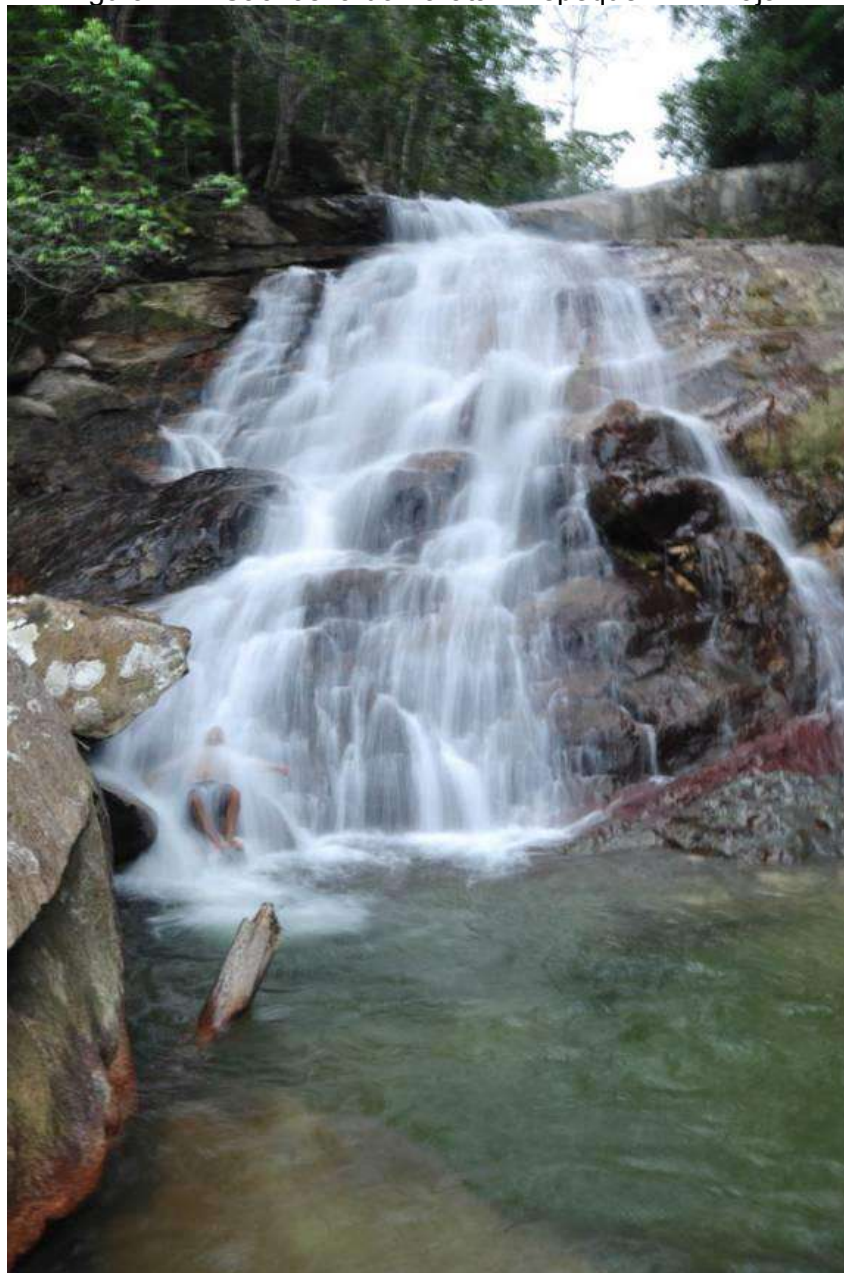


Fonte: Acervo do autor, 2016

Entre seus atrativos naturais mais famosos estão as cachoeiras situadas na Vila do Tepequém. A cachoeira do Paiva é uma das mais visitadas da localidade pois dispõe de um conjunto de escadas que facilitam o acesso dos residentes e visitantes até a base da mesma.

É um dos principais atrativos da localidade e recebe milhares de pessoas por mês nas suas imediações e fica na mesma localidade da Figura 21.

Figura 21 – Cachoeira do Barata – Tepequém – Amajari

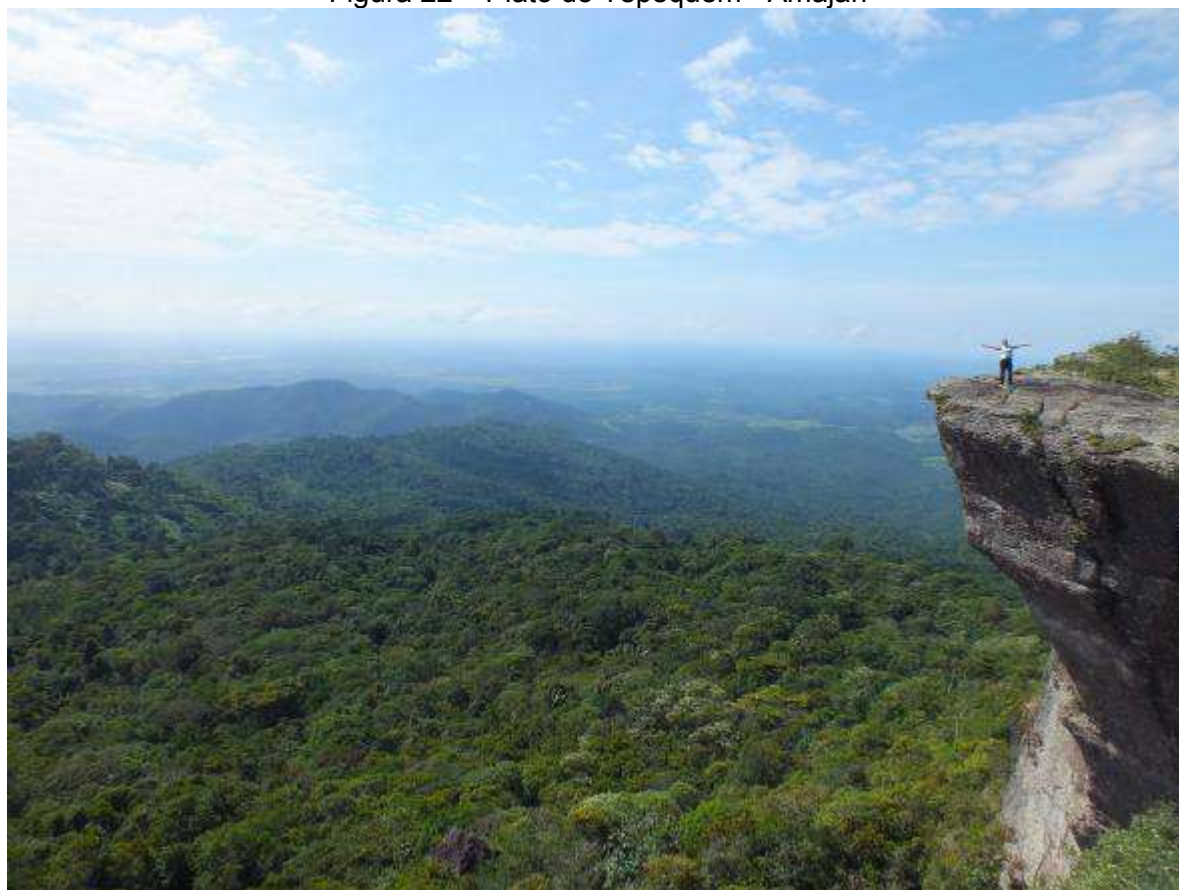


Fonte: 1000dias.com.br, acesso em 01-03-2018

A Vila do Tepequém é um dos produtos turísticos mais conhecidos do estado de Roraima e mais visitados por turistas de todo país. O conjunto de cachoeiras ficam localizadas muito próximas umas das outras, o que garante um amplo complexo de atrativos naturais voltados para a balneabilidade e para a prática do ecoturismo. A região dispõe de algumas pousadas, chalés e áreas de camping.

A cachoeira do Barata é outro atrativo da região do Tepequém, distando cerca de 6km apenas da Cachoeira do Paiva. Nesta é possível identificar a ação forte que foi mobilizada pelo garimpo, já que a paisagem guarda as marcas de inúmeras explosões realizadas pelo uso de dinamite para se extrair as pedras preciosas que lá se encontravam em grande quantidade. Toda paisagem pode ser vista do mirante, identificado pela Figura 22.

Figura 22 – Platô do Tepequém - Amajari



Fonte: phmontanha.wordpress.com, acesso em 01-03-2018

Vários portais na internet dão dicas de como se chegar até esse atrativos, considerando o grau de facilidade com que os mesmos podem ser acessados por

qualquer pessoa. Não existe taxa de cobrança por visitantes ou qualquer tipo de controle em razão dessa visita turística, o que se torna um problema ao se tentar buscar informações que deem conta do perfil dos visitantes, sua origem, permanência média, gastos efetuados com a visita, percepção sobre o atrativo e meios com os quais tomou conhecimento sobre a região, entre tantas outras informações que poderiam ser extraídas visando um planejamento estratégico maior e voltado ao aproveitamento oportuno dos atrativos.

Entre tantos atrativos naturais que a região oferece daremos destaque ainda ao Platô do Tepequém, acessível aos visitantes após uma caminhada de aproximadamente duas horas, exigindo a contratação de um condutor local para acessar a trilha.

Estes, e tantos outros atrativos sensacionais da região, podem ser visitados praticamente todos os dias do ano. Esta região é responsável pela principal atratividade turística de todo estado de Roraima, perdendo apenas para o próprio Monte Roraima. Apesar disso, a região apresenta serias deficiências estruturais para sua operacionalização turística. São elas: falta de sinalização turística para a região; limitado abastecimento pela rede de energia elétrica (hoje esse abastecimento é realizado por uma pequena usina termelétrica situada no alto da Serra do Tepequém e que, por conta da natureza desse abastecimento, apresenta blecautes frequentes), ausência de um projeto de ordenamento turístico, baixo grau de formalidade dos negócios locais, ausência de rede de telefonia móvel e fixa, alto índice de geração de resíduos sólidos e qualificação profissional insuficiente para atender a diversos públicos que visitam a região.

Apesar de todos esses gargalos a região do Tepequém é muito visitada pelo público roraimense e manauara em sua grande maioria, segundo relatos colhidos em conversas informais com os proprietários dos empreendimentos locais. Dispõe de uma secretaria municipal associada ao turismo mas não há legislação específica que trabalhe com a atividade (GOVERNO DE RORAIMA, 2007a).

Já o município de Pacaraima está localizado a pouco mais de 212km da capital Boa Vista, situada ao sul e a 920 metros de altitude. Limita-se ao norte com a Venezuela, ao leste com os municípios de Uiramutã e Normandia, a oeste, com Amajari.

Com base nos dados do último censo feito pelo IBGE em 2010 (www.cidades.ibge.gov.br), e das atualizações feitas, sua população estimada para

2018 é de pouco mais 15.580 pessoas, projetando uma densidade demográfica de 1,30hab/km².

Em relação aos aspectos do turismo, Fernandes e Senhoras (In: VERAS E SENHORAS, 2012) constatam que Pacaraima vem servindo apenas como mero coadjuvante no cenário turístico local, já que o acesso aos principais atrativos da região (dezenas de cachoeiras do lado venezuelano da fronteira e, ainda mais, o acesso ao Monte Roraima) só podem ser feitos adentrando o território venezuelano e passando pelo município. Entre os atrativos naturais e culturais que podem ser apreciados em Pacaraima está a Comunidade Nova Esperança (Figura 23), formada por um grupo de índios da etnia wapixana.

Dos projetos promovidos pelo MTUR para Roraima o município recebeu uma visita técnica do FRONTUR – Turismo de Fronteira, no ano de 2006, o qual estabeleceu ações prioritárias para o desenvolvimento turístico local por conta da sua relação de cidade fronteiriça com a vizinha Santa Eléna de Uairen, na Venezuela.

Figura 23 – Comunidade Nova Esperança / T.I. São Marcos - Pacaraima



Fonte: Acervo do autor, 2016

Apesar de todo esse paradigma, a cidade de Pacaraima não respira os áreas de um local tido como turístico. Nota-se que o maior fluxo de visitantes registrados na localidade se dava em razão da travessia da fronteira com a Venezuela para a aquisição de mercadorias a um custo muito baixo. Além disso, muitos viajantes realizavam essa passagem por Pacaraima para se deslocar até as regiões litorâneas daquele país, especialmente para as praias da Isla de Margarita, ponto turístico bastante conhecido dos roraimenses.

Essa comunidade vem se preparando para receber turistas desde os anos 2000, com a construção de um rol de propostas para visitação turística local, acesso a trilhas, cachoeiras, pesca indígena e ajuri (que   o conceito de horta comunitária, onde os visitantes juntos à comunidade empreendem esforços para colher aquilo que a própria comunidade planta).

Apesar de ficar localizado, em sua grande maioria (cerca de 90%), no território venezuelano, o acesso ao monte é feito passando por Pacaraima. Mesmo assim, o município não se tornou ponto de parada para esses grupos de visitantes, já que a diferença cambial do Real em rela o ao Bolívar da Venezuela é muito grande, fazendo com que as empresas de receptivo que levam esses grupos prefiram fixar parada do lado venezuelano, o que torna o custo operacional consideravelmente mais baixo l  do que em Pacaraima.

Essa desvantagem não vem sendo superada e, por sua vez, o município de Pacaraima é tido como apenas um ponto de passagem para os viajantes. Por seu turno, as a o es dos órgãos municipais não operam meios para tentar mudar esse quadro, uma vez que tais práticas de mercado são tomadas sem um contato ou mesmo a celebra o de parcerias entre os atores locais, o que acaba por inviabilizar a inje o de recursos para o município.

Não dispunha de nenhuma secretaria ou órgão municipal voltado para o turismo, nem mesmo legisla o específica (GOVERNO DE RORAIMA, 2007d).

O município de Uiramutã está situado mais ao nordeste do estado de Roraima e foi criado no ano de 1995. Em seu território encontra-se também o Monte Cabura , com aproximadamente 1.456 metros de altitude, sendo considerado o ponto mais extremo norte do Brasil.

A popula o estimada para 2018   de 10.325 pessoas, segundo dados do IBGE (<https://cidades.ibge.gov.br>).

O município de Pacaraima serve de passagem para os numerosos grupos de aventureiros que visitam a região em busca de um objetivo que é muito conhecido hoje pelos brasileiros e em diversos países de todo o mundo: O Monte Roraima (Figura 24).

Figura 24 – Monte Roraima – Fronteira Brasil/Venezuela



Fonte: Jorge Pavani, 2015

Dos muitos municípios de Roraima já visitados por este pesquisador é possível assegurar que Uiramutã é o mais bonito de todos e um dos principais produtos turísticos do estado de Roraima. A cachoeira do Urucá (urucá significa ouro, na língua macuxi) é um desses belíssimos atrativos.

Antagonicamente, a sede municipal é cercada por terras indígenas de diversas etnias presentes em Roraima e que, por conta disso, precisam ser trabalhadas atendendo as determinações da IN003/2015 da FUNAI, que estabelece as condições para se empreender o turismo em terras indígenas no Brasil.

A existência da legislação é extremamente oportuna, tendo em vista as condições gerais que foram criadas para salvaguardar os direitos e garantias dos povos tradicionais de Roraima. Muitos veem os turistas como invasores e, por conta disso, são reticentes em aceitar o acesso destes aos belíssimos atrativos naturais que existem na região, a exemplo da região da Cachoeira do Urucá (Figura 25).

Figura 25 – Cachoeira do Urucá - Uiramutã



Fonte: Acervo do autor, 2018

Entre o ano de 2005 e 2008 a região registrou diversos conflitos envolvendo a demarcação de terras indígenas, bem como a desintrusão de não índios. Esses eventos desencadearam muitos processos traumáticos para as comunidades daquela localidade, as quais relutam em aceitar a atividade turística, em vista dos acontecimentos do passado.

Figura 26 – Vista da estrada de acesso ao município - Uiramutã



Fonte: Jorge Pavani, 2016

O acesso ao município (figura 26) é feito, em parte, pela BR 174. Até certo trecho a estrada é totalmente asfaltada. Logo mais, é preciso fazer um desvio que não conta com sinalização oficial e que dura cerca de 08 horas para ser feito até se chegar a sede de Uiramutã. A estrada, deste ponto em diante, é totalmente desassistida de asfaltamento e só pode ser feita por carro tracionado (4x4) ou ainda por linha regular de ônibus que saí de Boa Vista e vai até o município.

A região é dotada de uma beleza selvagem e exuberante, mas os serviços públicos são extremamente precários, fazendo com que o município sobreviva integralmente dos repasses federais e dos programas assistenciais que são oferecidos aos povos indígenas da região.

Figura 27 – Cachoeira das Sete Quedas - Uiramutã



Fonte: turismouiramuta.blogspot.com, acesso em 01-03-2018

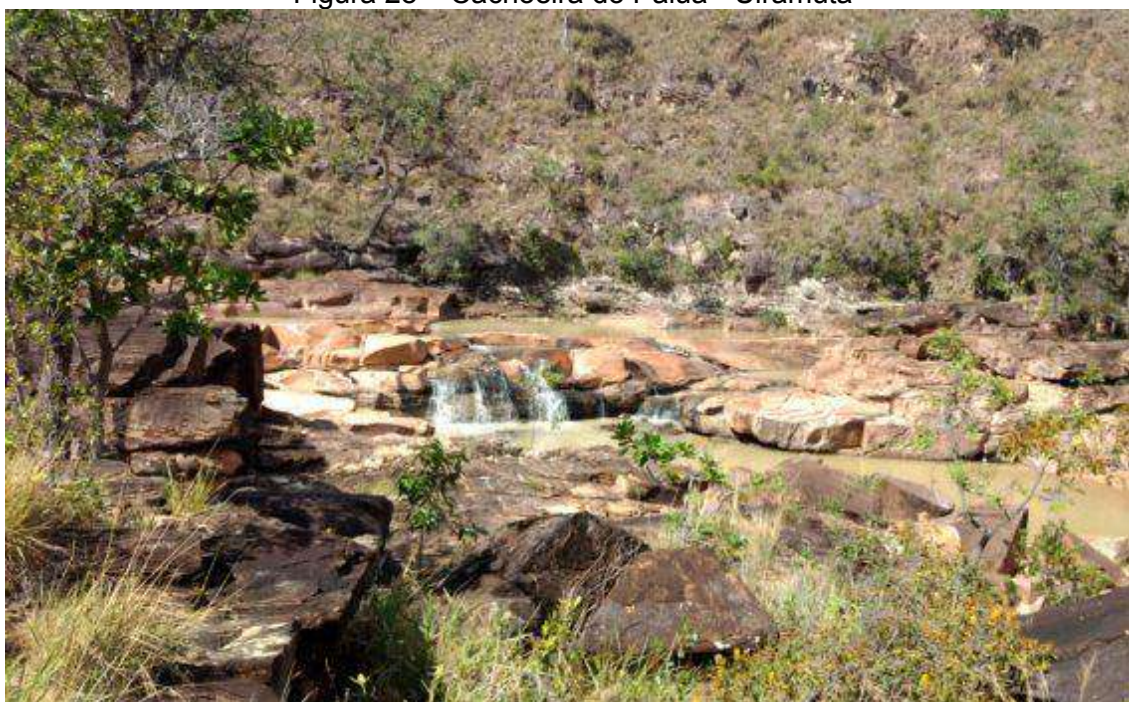
Não existem alternativas econômicas de trabalho e emprego fora dessa realidade, uma vez que todos os esforços locais estão concentrados basicamente na agricultura indígena e na concessão desses benefícios. Em função disso, o tempo social do lugar é distinto do tempo do turismo, por conta justamente da realidade vigente em que habitam os residentes de Uiramutã. Mesmo cientes da importância que teria o turismo para a região existem diversas forças que operam em razão do seu afastamento com essa realidade, fazendo com que o lugar permaneça em constante estágio inercial de desenvolvimento.

Entre tantos atrativos existentes, a exemplo da cachoeira das Sete Quedas (Figura 27), muitos hoje estão proibidos à visitação turística em razão da luta dos

indígenas pelo direito de gerenciar os visitantes a esses locais, tidos como sagrados para os mesmos.

Esses atrativos, mais a cachoeira do Paiuá (Figura 28), situam-se dentro do perímetro municipal, o que ainda garante aos visitantes acessarem suas imediações e desfrutarem parte dessas belezas.

Figura 28 – Cachoeira do Paiuá - Uiramutã



Fonte: www.joviajou.com, acesso em 01-03-2018

Outrossim, a falta de planejamento, políticas públicas, articulação, desarranjos interinstitucionais dos órgãos oficiais regulamentadores das práticas turísticas, tem direcionado as ações para outros desdobramentos com resultados impactantes em vários campos na região de Uiramutã (RODRIGUES e VIEIRA, 2009).

Recentemente, no ano de 2017, todas as empresas de receptivo de Boa Vista que vendiam pacotes de visitação turística para o município, foram proibidos de operar pelo Ministério Público Federal e pela FUNAI, em razão da ausência de planos de visitação dentro das normativas da fundação do índio. A proibição persiste até que os referidos planos sejam apresentados à FUNAI e autorizado seu funcionamento mediante as condições estabelecidas.

Não dispunha de nenhuma secretaria ou órgão municipal voltado para o turismo nem legislação específica (GOVERNO DE RORAIMA, 2007e). Levantamento feito pela CPRM constata que existem numerosas cachoeiras, sítios arqueológicos, corredeiras e outros atrativos que poderiam vir a ser trabalhados em razão do aproveitamento geoturístico da região (HOLANDA, 2014).

Apesar disso, muitas dessas comunidades não dispõem de capacidade técnica para formalizar uma proposta de visitação turística nos moldes apregoados pela FUNAI, o que demandaria articulação do DETUR em operar esses planejamentos e discutir o modelo de turismo que seria o mais apropriado para essa localidade e toda região.

Nesse sentido, o turismo comunitário pode ser entendido como aquele que privilegia o protagonismo das comunidades tradicionais por meio dos seus arranjos produtivos locais, com os quais realizam interações socioeconômicas e culturais.

Além de contribuir para a preservação e valorização ambiental, já que é nesse espaço que se habita, extrai o sustento e empreende o aproveitamento de suas riquezas para o turismo (COSTA NOVO, 2014).

A perspectiva do turismo comunitário seria uma forma oportuna e promissora para a gestão da atividade na região, não fossem os conflitos entre os muitos atores que coexistem localmente.

Já o município de Normandia foi fundado em 1982. O imaginário popular afirma que a edilidade recebeu este nome por conta de uma homenagem feita à região da Normandia, na França, terra do fugitivo Papillon, que foi julgado e condenado a cumprir sua pena em uma prisão de segurança máxima localizada na Ilha do Diabo, na região que compreende a Guiana Francesa.

Apesar disso, diz-se que Papillon conseguiu fugir e acabou vindo residir em Normandia (FREITAS, 2009).

A população estimada em 2018 para Normandia, segundo dados do IBGE, é de 11.045 habitantes (<https://cidades.ibge.gov.br>). Em seu território, o município abriga diversas comunidades tradicionais, com predomínio da etnia Macuxi.

Entre os seus atrativos naturais e culturais destaca-se a Comunidade da Raposa I, situada na região da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (figura 29).

Figura 29 – Pôr do Sol na T.I. Raposa Serra do Sol - Normandia



Fonte: Acervo do autor, 2017

Esta comunidade será a primeira do Estado de Roraima a operacionalizar o turismo em terra indígena com base na IN003/2015, após a execução de um projeto feito em parceria com a Universidade Federal de Roraima – UFRR, Universidade Estadual de Roraima – UERR, Instituto Federal de Roraima – IFRR e Universidade do Estado do Amazonas – UEA, além de outros parceiros.

Após a realização do trabalho dessas instituições naquela comunidade, o planejamento foi redigido e apresentado à FUNAI em agosto de 2018, compreendendo roteiros que vão de um até cinco dias de vivência junto ao povo Macuxi, seus costumes, gastronomia e hábitos de vida.

Figura 30 – Cachoeira da Raposa – T.I. Raposa Serra do Sol - Normandia



Fonte: Jorge Pavani, 2017

Um dos famosos atrativos da Comunidade da Raposa I é a cachoeira da Raposa (Figura 30), que compõe um dos roteiros elaborados pelos Macuxi e disponível para visitação agendada. A comunidade não dispõe de energia elétrica ligada   rede estadual, de modo que seu abastecimento é feito por motores   diesel que são desligados, diariamente, as 21h. O acesso até a região é feito por estrada de terra, de modo que nos períodos de inverno o acesso se torna extremamente complicado e, muitas vezes, impossível, já que alguns trechos da estrada ficam completamente submersos pela água ou mesmo são levados pela enxurrada.

Outro atrativo bastante conhecido do município de Normandia é o Lago Caracaranã (Figura 31). Visitado por muitos roraimenses nos meses de verão, o

lago hoje está situado dentro da T.I. Raposa Serra do Sol e só pode ser visitado mediante agendamento prévio com os indígenas que administram a propriedade.

Figura 31 – Lago Caracaranã – Comunidade da Raposa I – Normandia



Fonte: Acervo do autor, 2017

A gastronomia indígena da região também é bastante peculiar e convidativa, aguçando a curiosidade dos visitantes.

Outro aspecto muito interessante nesse contexto é que todos os pratos da gastronomia indígena são feitos com itens que são cultivados ou mesmo criados pela própria comunidade.

Desde as pimentas, tubérculos, feijão, gado e o próprio peixe são itens administrados por conta da criação dos próprios indígenas e obtidos, muitas vezes, pelo escambo entre itens de interesse em comum junto à comunidade, ou mesmo pelo pagamento em espécie dos gêneros.

Um dos pratos mais tradicionais da região é a Damurida (Figura 32), um preparo que leva peixe, especiarias e muita pimenta. O prato surpreende pelo sabor e energia que promove.

Figura 32 – Damurida – Comunidade da Raposa I - Normandia



Fonte: Jorge Pavani, 2017

Em razão das ações empreendidas pelo PNMT, na época de sua realização, esta comunidade criou o Festival da Panela de Barro, cuja realização se dá anualmente nos meses de novembro (Figura 33).

Figura 33 – Festival da Panela de Barro na Raposa I - Normandia



Fonte: Jorge Pavani, 2017

O festival faz parte do calendário tradicional da comunidade e entrou para o roteiro turístico montado pelos mesmos, como forma de incremento da renda em

razão da expertise adquirida na feitura das peças elaboradas com matéria prima obtida na própria comunidade.

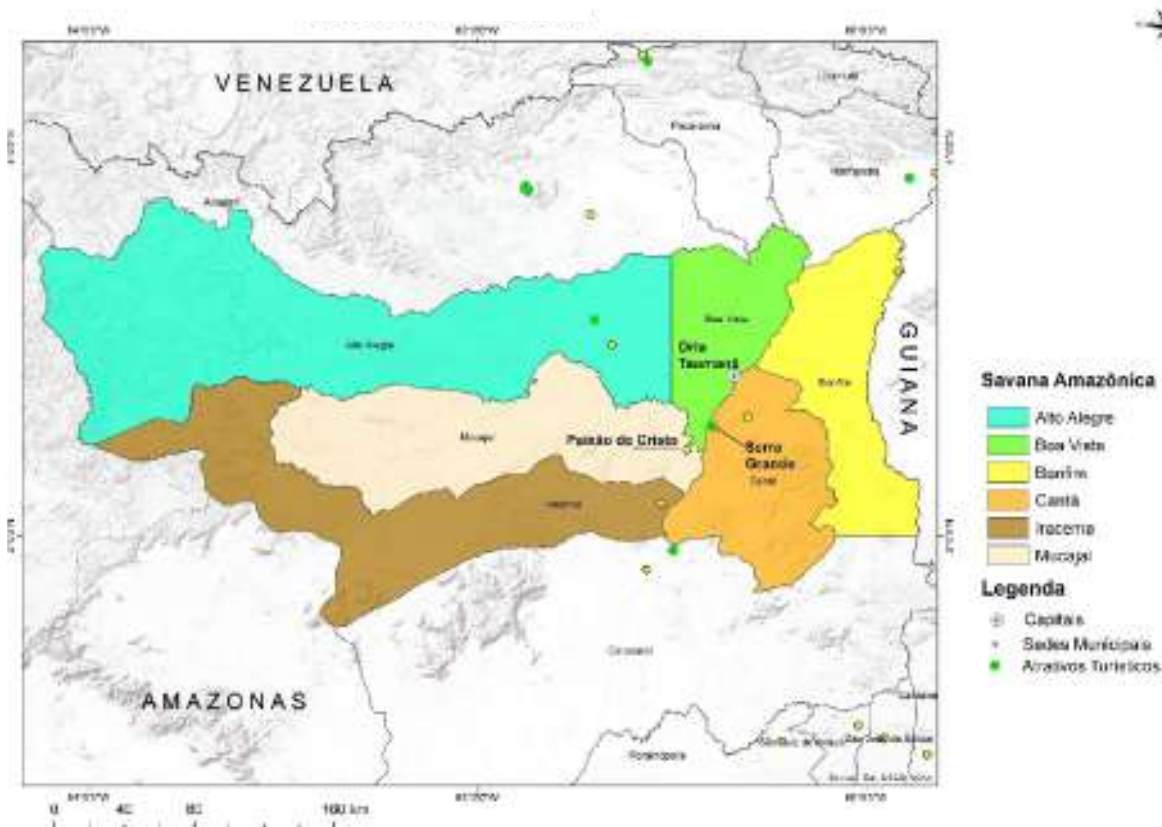
Todo processo é feito na região e o visitante pode conferir sua confecção, desde a retirada do barro nas terras sagradas dos Macuxi, seu transporte até o local de tratamento desse material, até a confecção da panela e posterior queima do material para venda.

As peças são de uma originalidade impressionante e que se tornaram cada vez mais vendáveis no mercado local e nacional, atraindo a atenção dos visitantes por sua simplicidade mas resistência propicia à utilização diária, ou ainda, como peça decorativa.

4.3.2 Região Turística Roraima, a Savana Amazônica

A região turística *Roraima, a Savana Amazônica* (mapa 08) compreende os municípios de Alto Alegre, Boa Vista, Bonfim, Mucajaí e Cantá. O município de Iracema fazia parte desta região porém, recentemente, foi retirado por não atender aos pressupostos da categorização vigente dentro do PRT.

Mapa 08 – Região Turística Roraima, a Savana Amazônica



Fonte: Elaboração própria, 2018

O município de Alto Alegre surge em 1953 por meio da colônia agrícola coronel Mota. Somente em 1982 foi elevada a município, desmembrada de parte do território da capital Boa Vista. A população estimada pelo IBGE para 2018 é de 15.638 habitantes (<https://cidades.ibge.gov.br>).

A economia é formada pela agropecuária e pelos serviços públicos dispensados pela edilidade e prefeitura. O principal atrativo turístico local é o Parque Aquático Ecopark, situado na RR 205 distando 20km da capital.

Figura 34 – Parque Aquático Ecopark – Alto Alegre



Fonte: www.tripadvisor.com, acesso em 02-08-2018

O empreendimento (figura 34) funciona apenas nos finais de semana e atrai tanto residentes quanto visitantes de toda região. A estrutura conta com diversos equipamentos de lazer e alguns chalés para hospedar os visitantes.

A capital do estado de Roraima, Boa Vista, está instalada nesta região turística. O município conta com uma população estimada em 375.374 habitantes, segundo o IBGE (<https://cidades.ibge.gov.br>).

De acordo com Veras (2009) a cidade detém uma formação urbanística ímpar em razão de sua arquitetura radial concêntrica inspirada na cidade de Belo Horizonte, projeto do engenheiro civil Darcy Aleixo Derenusson.

Tida como destino indutor pelo MTUR, a cidade concentra uma gama de serviços e produtos que se consolidam como extremamente relevantes ao desenvolvimento turístico do estado de Roraima. Tal classificação refere-se ao fato de Boa Vista deter infraestrutura suficiente para acolher os visitantes e proporcionar a distribuição dos mesmos por toda área do estado, proporcionando o acesso por estradas e vicinais aos demais municípios e localidades do estado. Também conta

com postos de informação turística e equipamentos que operam toda cadeia produtiva do turismo, do transporte ao lazer e entretenimento.

Diversos atrativos turísticos compõem a paisagem da cidade de Boa Vista, a exemplo da Catedral Cristo Redentor (figura 35), que foi concebida com suas linhas arquitetônicas que lembram um piano.

Figura 35 – Catedral Cristo Redentor - Boa Vista



Fonte: Janderson Nobre, 2014

Sua formação histórica é contada nas edificações presentes e preservadas em todo perímetro urbano do centro da cidade, a exemplo da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo (Figura 36).

Figura 36 – Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo - Boa Vista



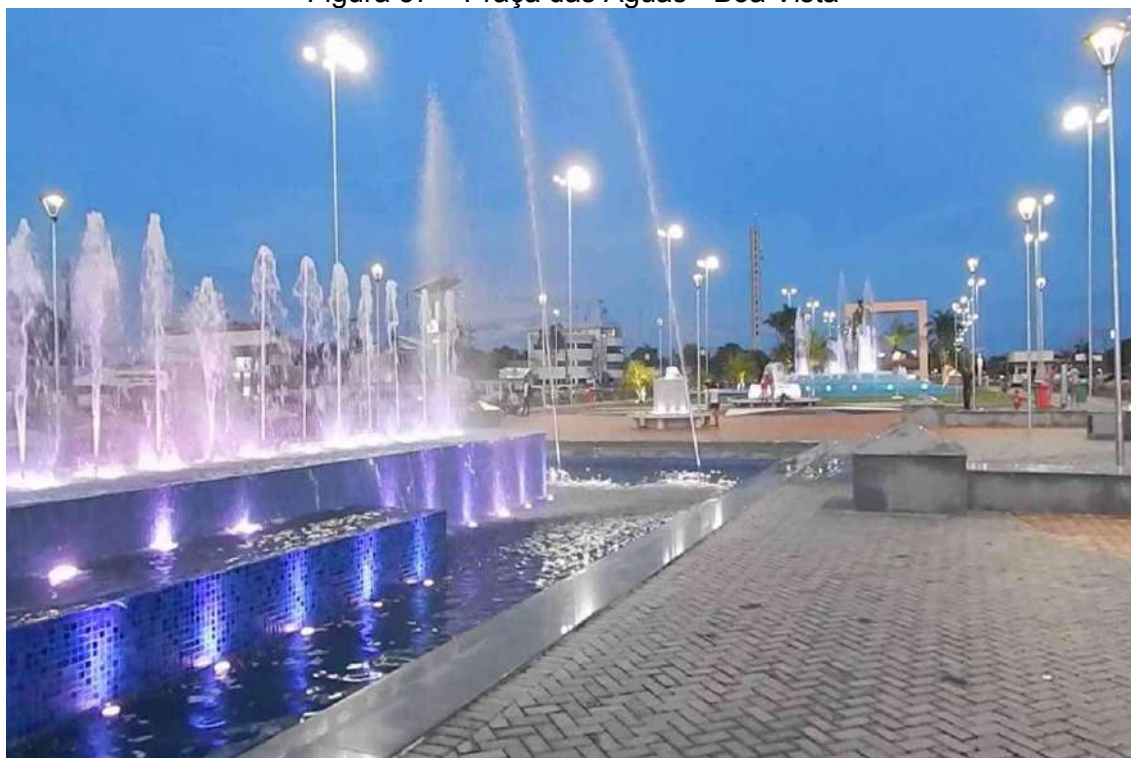
Fonte: visiteobrasil.com.br/norte/roraima, acesso em 21-04- 2017

Conforme esclarece Veras (2009, p. 220):

É percebido apropriação de áreas pelo poder público para construção de centros de artesanatos, de praças, de parques, de creches e escolas entre outros equipamentos urbanos, que favorecem uma qualidade de vida melhor para uma parcela da população. Pois, essas modernidades e construções não chegam e/ou atendem a população da cidade como um todo.

Conforme se observa na Figura 37, a Praça das Águas, assim como vários lugares (TUAN, 1983) tidos como atrativos turísticos, resguardam as identidades do povo que reside na cidade, mantém vínculos emocionais e afetivos entre eles e acabam tornando-se referência para muitos daqueles que as visitam. Boa Vista como grande centro aglutinador dos demais municípios apresenta-se numa perspectiva desigual e combinada de nuances turísticas (SANTOS, 2002). Isto porque, como também constata Nascimento (2015), a maior parte dos equipamentos, infraestrutura básica e de apoio ao turismo e os serviços turísticos do estado de Roraima estão concentrados na capital, Boa Vista.

Figura 37 – Praça das Águas - Boa Vista



Fonte: guiadoturismobrasil.com, acesso em 01-03-2018

Procurando investir ainda mais em seu papel profissional como destaque do turismo estadual, a Prefeitura de Boa Vista lançou uma campanha de marketing ousada, com o intuito de se fazer marcada perante seus habitantes e também perante o público de visitantes da região. Com isso lançou-se, em 2015, como a detentora do título de maior paçoca do mundo (Figura 38).

Figura 38 – A Maior Paçoca do mundo – Boa Vista



Fonte: boavista.rr.gov.br, acesso em 01-03-2018

A iguaria, bastante consumida pela população, é feita de forma bastante artesanal já que seu preparo era realizado em pequenos estabelecimentos voltados a alimentação na cidade. Após o lançamento do prato no Guinness Book, o Livro dos Recordes, o consumo aumentou significativamente, tanto que no ano de 2018 a PMBV distribuiu mais de 1 tonelada de paçoca para a população por ocasião da festa de São João realizada na cidade, o Boa Vista Junina.

Estes, e muitos outros aspectos, vem proporcionando à capital do extremo norte um destaque importante no cenário turístico da região, de forma que a cidade já respira um certo ar de turística, apesar de ainda se existirem muitos desafios a serem superados para que Boa Vista cresça neste setor.

Outro município que compõe a região turística *Roraima, a Savana Amazônica* é Bonfim. Fundado em 1982, o mesmo está situado a cerca de 125km da capital e faz divisa com a fronteira da cidade de Lethem, na Guiana Inglesa.

A população, segundo estimativas do IBGE para 2018 (<https://cidades.ibge.gov.br>), é de 12.257 habitantes. Em razão da sua localização geográfica, a cidade serve como acesso para a região do Rupununi, a savana guianense, onde é possível empreender safaris fotográficos em busca do registro de espécies exóticas da região (Figura 39).

Figura 39 – Região do Rupununi situada na savana da Guiana Inglesa



Fonte: rupununi.org/tourism/, acesso em 01-03-2018

A visitação na cidade se intensifica mais nos finais de semana, quando boa parte dos visitantes dirigem-se para Lethem motivados pelo turismo de compras que se fomenta na região. Muitas peças são comercializadas a preços baixos, o que contribuem para as relações comerciais entre os dois países. Apesar disso, o turismo não é muito expressivo na região, de forma que os guianenses já empreenderam diversas ações de marketing na cidade de Boa Vista, objetivando estimular a visitação turística de brasileiros à região do Rupununi.

Outro município que também entra no rol desta região é o Cantá. A população estimada para 2018, segundo o IBGE (<https://cidades.ibge.gov.br>), é de 17.868 habitantes. Sua ocupação de seu em 1950 em função da colonização de terras, mas só veio a se tornar município em 1995.

O município realiza alguns eventos alusivos aos festejos das colheitas que fazem parte do calendário agrícola da região, a exemplo da festa do milho e da festa do abacaxi.

No entanto, seu maior produto turístico até então é a Serra Grande, acessível pela zona rural do município. O atrativo atende a um numeroso grupo de pessoas que procuram a região todos os finais de semana para subir por entre as trilhas disponíveis para se chegar ao topo da serra. A caminhada leva cerca de 3h30 e é recomendada para o público jovem e adulto.

Figura 40 – Cachoeira Excalibur – Serra Grande - Cantá



Fonte: Érico Veríssimo, 2017

No alto da serra os visitantes se deparam com a cachoeira Excalibur (Figura 40), numa altitude de mais de 800 metros. O acesso ao atrativo se dá pela entrada em uma propriedade privada, onde é cobrada uma taxa de R\$10 por veículo para se estacionar. Não existe infraestrutura turística e de alimentação disponível para os visitantes (bar, restaurante ou lanchonete). Como se trata de uma caminhada em trilha os visitantes acabam levando toda infraestrutura na qual podem demandar,

como alimentos, vestuários, itens de higiene pessoal, barracas e demais suprimentos.

A estadia média depende de cada grupo, e pode durar entre algumas horas até mesmo dois dias. Apesar disso, nem a cidade nem os residentes da região empreendem esforços no intuito de transformar a área num polo mais profissional de ecoturismo. A região é propícia à prática de arborismo, tirolesa, trekking e lazer, no entanto, já se constatam numeroso volume de resíduos sólidos gerados pela visitação turística na região, o que denuncia a ausência de gestão e trato ambiental por parte dos proprietários da área que dá acesso as trilhas.

O Cantá também já foi palco de projetos voltados ao desenvolvimento do turismo rural em algumas propriedades da região, a exemplo da Fazenda Castanhal. Apesar do projeto ter sido conduzido por iniciativa do Sebrae Roraima, as propriedades tiveram dificuldades em empreender contratos para modernizar ou mesmo adaptar suas propriedades para tanto, exceto a Fazenda Castanhal (Figura 41). Nesse sentido, a região rural permanece inacessível para o turismo rural.

Figura 41 – Vista do lago do Hotel Fazenda Castanhal - Cantá



Fonte: Flickr.com, acesso em 01-03-2018

Por fim, o município de Mucajaí também compõe esta região turística. Fundado em 1951 e criado em 1982, o mesmo dista 58km da capital. Sua população estimada para 2018 é de 17.528 habitantes.

Um dos seus principais atrativos conhecidos é a encenação da Paixão de Cristo, espetáculo tradicional e com mais de 30 anos de realização. Tamanha tradição garantiu ao município captar recursos junto ao MTUR no ano de 2012, de forma que o Complexo Cenográfico Estevan dos Santos foi inaugurado no ano de 2017 pela Prefeitura Municipal (Figura 42).

Figura 42 – Locações do espetáculo “Paixão de Cristo” - Mucajaí



Fonte: roraima.bncamazonia.com.br, acesso em 01-03-2018

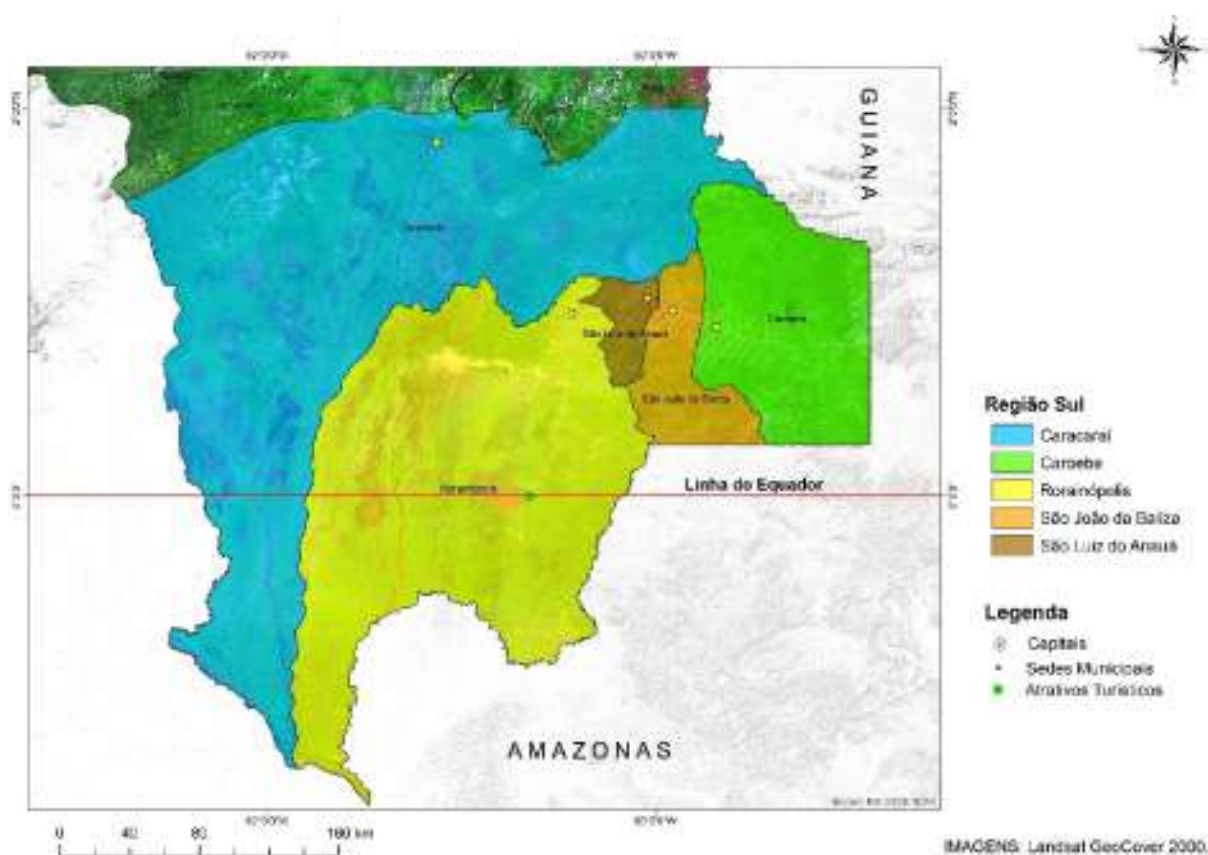
O espetáculo atrai pessoas de todo estado de Roraima para prestigiar o evento, que é gratuito para toda população e visitantes. A economia da cidade, no entanto, não aproveita plenamente a infraestrutura disponível em razão da falta de oportunidades em criar outras possibilidades para o local atrair mais visitantes. Mucajaí ainda dispõe de algumas cachoeiras aptas à visitação turística, porém situadas em propriedades particulares e que não estão frequentemente abertas e acessíveis.

Desta forma está constituída a Região Turística *Roraima, a Savana Amazônica*.

4.3.3 Região Turística Águas e Florestas da Linha do Equador

A região turística *Águas e Florestas da Linha do Equador* (mapa 09) é formada pelos municípios de Caracaraí, Caroebe e Rorainópolis. Os demais municípios dessa região geográfica foram excluídos do PRT por não atenderem as prerrogativas básicas do programa, como fora observado anteriormente.

Mapa 09 – Região Turística Águas e Florestas da Linha do Equador



Fonte: Elaboração própria, 2018

O município de Caracaraí caracteriza-se por ser o terceiro mais populoso de Roraima, com estimativas para 2018 de 21.564 habitantes, de acordo com o IBGE (<https://cidades.ibge.gov.br>). Foi criado em 1955 e dista 140km da capital.

Em toda sua extensão territorial Caracaraí dispõe de numerosos atrativos que se prestam ao aproveitamento turístico, sejam eles naturais ou culturais, pautados

na aventura, lazer, no ecoturismo e no turismo de pesca (este último mundialmente conhecido como o melhor lugar do planeta para se empreender a prática).

Um destes atrativos que se encontra no município é o Parque Nacional do Viruá (Figura 43). O mesmo detém o recorde de avistamento de mais de 500 espécies de pássaros em um só dia, tornando-se um local primordial para a promoção do turismo de observação de aves em Roraima.

Além disso, consta na galeria dos lugares que compõem a megadiversidade da fauna mundial (MITTERMEIER e MITTERMEIER, 1997).

Figura 43 – Parque Nacional do Viruá - Caracaraí

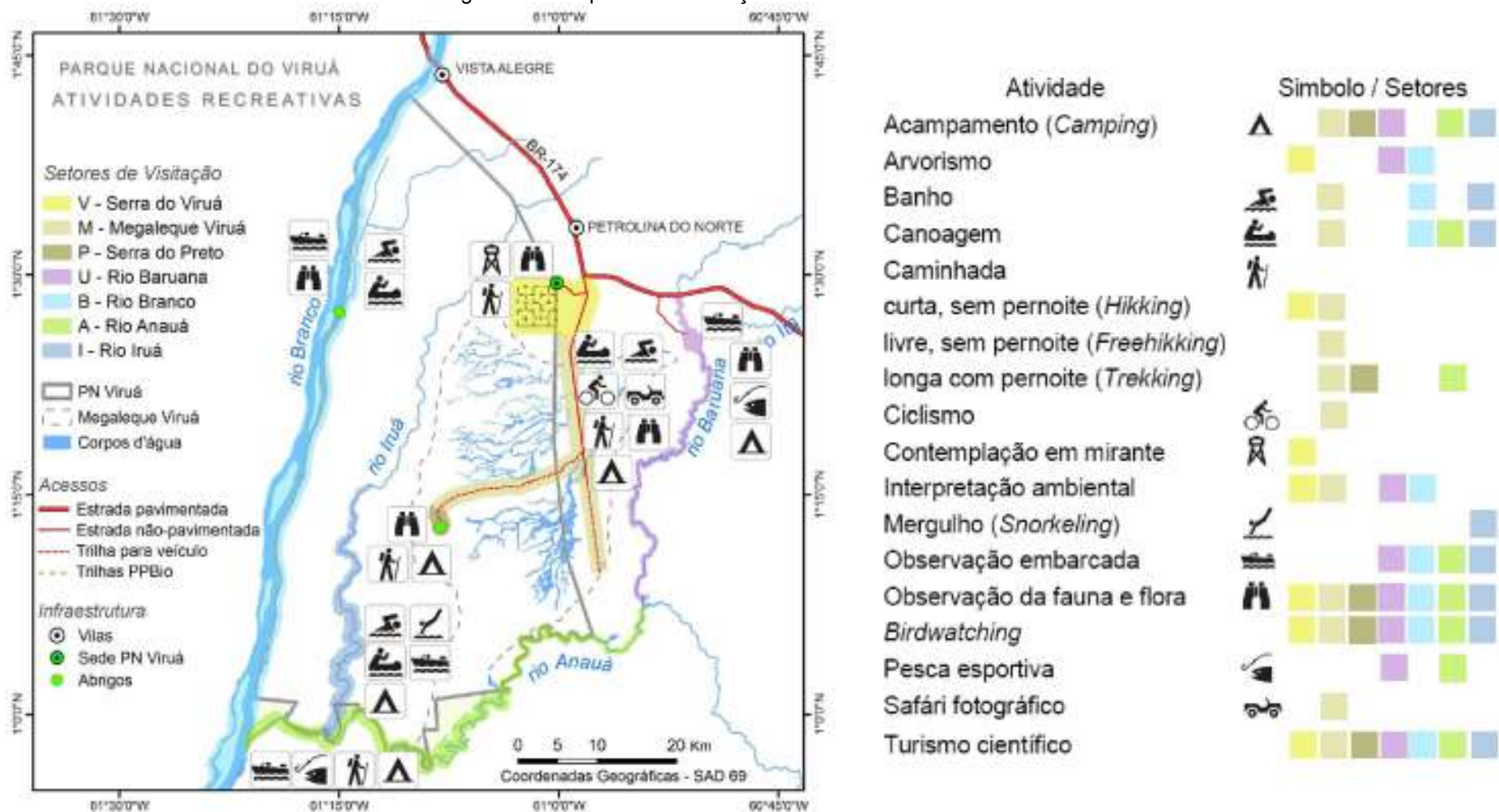


Fonte: roraimabrasil.com.br/parque-nacional-do-virua/, acesso em 01-03-2018

Toda essa potencialidade já vem sendo objeto de interesse pelos próprios administradores do parque e do ICMBIO, os quais tem elaborado projetos para dotar o local das infraestruturas necessárias à visitação turística, fortalecendo seu papel de disseminação da informação e do conhecimento sobre a megadiversidade da Amazônia por meio da experiência turística.

Entre as atividades previstas estão a caminhada pelas imediações do parque, a observação de aves (prática que vem crescendo muito em todo estado de Roraima, juntamente por conta das condições favoráveis à preservação das espécies de pássaros e aves da região). Outras atividades são o arborismo, a canoagem, o ciclismo, o turismo científico e outras, conforme consta na figura 44.

Figura 44 – Proposta de instalação de atividades recreativas



Fonte: PARNA Viruá, 2015

O município de Caracaraí também é muito conhecido pela prática da pesca esportiva (Figura 45) na região que compreende o baixo Rio Branco. Diversos grupos de estrangeiros visitam a região todos os anos em temporadas que variam entre 7 e 15 dias de pesca, pagando valores entre U\$7.000,0 e U\$15.000,0 para empreender a pesca, numa prática quase que exclusiva para o público internacional.

Figura 45 – Pesca esportiva no baixo Rio Branco - Caracaraí



Fonte: peacockbassflyfishing.net, acesso em 01-03-2018

Enquanto isso, a distribuição de renda para boa parte da população ribeirinha que vive da pesca na região, e que poderia também se beneficiar da prática, recebe valores bem destoantes dos praticados pelo empresariado que explora a atividade. Vitório (2014, p. 102) acabou constatando que

[...] à comunidade cabe apenas o contentamento com empregos temporários, sendo admissível afirmar que o baixo grau de escolaridade a torna refém dessa situação. Mas por outro lado, ficou evidente a morosidade das lideranças políticas não somente quanto à falta de organização política da atividade turística no âmbito municipal

Entre os aspectos positivos do turismo na região destaca-se a geração de renda para as comunidades tradicionais. Porém, antagonicamente a isso, constatou-se interferências prejudiciais à população de peixes, além do que o turismo não vem contribuindo para a melhoria da infraestrutura daquelas comunidades.

Observou-se ainda que as populações não participam do processo de gestão turística da região, o que acaba por acarretar resistência ao seu crescimento (VITÓRIO e VIANNA, 2016).

Por conta da sazonalidade do turismo de pesca na região a população acredita que isto traz consequências ruins, uma vez que esse período não garante a sobrevivência daquelas populações, haja vista que a renda gerada pela atividade para os mesmos é muito baixa e não permite o investimento em qualidade de vida (VITÓRIO e VIANNA, 2016).

Constatou-se ainda, conforme argumenta Alves (2016), o grande fluxo do turismo de pesca na região do baixo Rio Branco, em Caracaraí. No entanto, considera a tipologia do turismo de pesca praticado na região como fortemente elitista, de forma que não existem ações práticas dos governos (sejam eles federal, estadual ou municipal) em proporcionar intervenções que busquem a melhoria da qualidade de vida, educação e saúde daqueles povos por conta do turismo.

Com isso observa-se que se fazem necessárias ações na região com o intuito de proporcionar mais equidade e participação comunitária nos dividendos oriundos com a prática do turismo de pesca em Caracaraí, haja vista que os valores obtidos com a lucratividade do ensejo são significativos e podem contribuir para o fortalecimento das comunidades.

A cidade de Caracaraí ainda abriga festejos tradicionais que fazem parte da cultural local e amazônica, a exemplo do Festival Folclórico Cobra Mariana e Gavião Caracará (Figura 46).

Na temporada do verão, com a redução do volume das águas do Rio Branco, surgem diversas praias fluviais e Caracaraí é tomada por diversos visitantes, de várias partes da cidade e do estado, interessados em usufruir desses espaços de lazer.

A existência desses atrativos contribui para o fortalecimento da economia local e dos ribeiros que vivem da pesca e da rotina de conduzir visitantes em suas pequenas pescarias de fim de semana.

Figura 46 – Integrante do Grupo Cobra Mariana - Caracaráí



Fonte: folhabv.com.br, acesso em 01-03-2018

Apesar disso, a cidade vive o dilema iminente da ocupação de seu território por um projeto de abastecimento energético para o estado, por meio da instalação de uma usina hidrelétrica na área conhecida como Bem Querer, dotada de corredeiras que se voltam para a prática de atividades alusivas a esse potencial (Figura 47).

Figura 47 – Área de acesso ao Bem Querer



Fonte: Acervo do autor, 2018

Este cenário é mais um exemplo onde os interesses múltiplos divergem e conflitam em Roraima, tendo como pano de fundo o precário abastecimento energético que é ofertado para Roraima.

Mais um município que compõe esta região turística é Caroebe. A sua população estimada, conforme demonstra o IBGE, é de 9.950 habitantes. Sua criação deu-se no ano de 1994 mas apenas instalado em 1997. Dista 338km de Boa Vista e dispõem de 70% do seu território de representado por áreas alagáveis.

Um dos principais atrativos turísticos do município, e que desponta como importante peça na formação de um roteiro de turismo científico e de turismo pedagógico para a região, é a Usina Hidrelétrica de Jatapu.

A geração de energia atual é de 10 megawatts, proporcionando o abastecimento de 03 municípios da região (Caroebe, São João da Baliza e São Luiz do Anauá), num total de 50 mil moradores, conforme esclarece matéria da Folha de Boa Vista².

O empreendimento (Figura 48) é capaz de atrair visitantes de todo estado em razão de sua visitação, além do Amazonas, dada a proximidade com que a usina está daquele estado.

Figura 48 – Hidrelétrica de Jatapu - Caroebe



Fonte: g1.globo.com, acesso em 01-03-2018

² Disponível em (<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/hidreletrica-de-jatapu-no-sul-de-rr-e-reinaugurada-e-passa-a-operar-com-capacidade-total-apos-24-anos-de-criacao.ghtml>)

O último município que compõe esta região turística é Rorainópolis, sendo um dos mais distantes da capital, localizando-se a 290km, e segundo mais populoso de Roraima, com estimativa para 2018 de 29.533 habitantes, conforme aponta o IBGE (<https://cidades.ibge.gov.br>).

O maior atrativo turístico do município está situado a pouco mais de 100km da sede municipal e tem potencial para o turismo pedagógico e turismo científico em razão da sua localização geográfica. Trata-se do monumento que marca a passagem da Linha do Equador pelo estado (Figura 49).

Apesar deste importante fato geográfico ser parte do rol de atrativos turísticos do estado de Roraima não foram identificadas quaisquer políticas, projetos, ações ou medidas possíveis de serem gerenciadas em razão desta particularidade. Constata-se que nunca foram empreendidas atitudes capazes de marcar o local como parte importante da passagem dos visitantes e usuários do sistema rodoviário local.

Figura 49 – Monumento ao Equador – Rorainópolis



Fonte: joviajou.com, acesso em 01-03-2018

Por oportuno ainda esclarecer que a principal vocação da região de Rorainópolis está na atividade madeireira. Com base nisso, é possível ponderar que a vocação econômica principal da região sul de Roraima volta-se para a atividade

madeira, de modo que (por hora) sua pujança socioeconômica não favorece ao surgimento de outros vetores produtivos, a exemplo do turismo, como constata em Magalhães (2006). Isto porque haveria a geração de sérios conflitos de interesse na região, o que poderia agravar a instabilidade social, já que a atividade madeira caracteriza-se pela exploração de um bem material no qual o turismo poderia, de pronto, ser favorável à preservação.

Este é mais um exemplo da dicotomia identificada entre o tempo social de Roraima e o tempo do turismo que se deseja instalar nesta região turística. A partir destas ponderações, é importante que se conheça qual a trajetória originária dessas regiões turísticas no estado de Roraima.

A partir dos dados disponibilizados pelo DETUR no quadro 01 foram empreendidas análises no sentido de projetar, de acordo com os dados anteriores, a conjuntura na qual a regionalização vem se projetado em Roraima.

Quadro 01 – Informações acerca dos municípios integrantes do PRT em Roraima

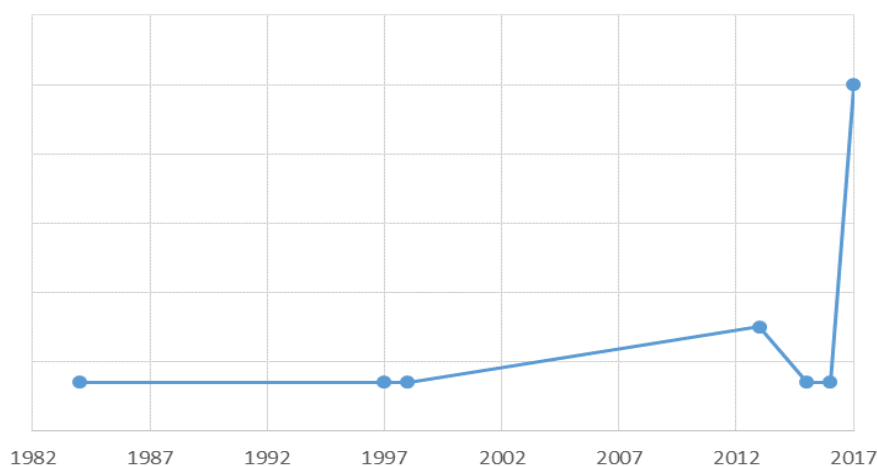
Município	Possui Conselho	Órgão de Turismo	Região Turística	Data de Criação das Secretarias e/ou órgão de turismo
Amajari	Decreto nº. 117/2016 Conselho Consultivo	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo	O Extremo Norte do Brasil	Criado em 2003 como Sec. Agricultura, Meio Ambiente e Turismo, modificado em 2009 e atrelado ao gabinete da prefeita
Uiramutã	Decreto nº. 030/2017 Conselho Consultivo	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo	O Extremo Norte do Brasil	Lei nº. 011/2003, alterada pela Lei nº.039/2006
Pacaraima	Decreto nº. 08/2017 Conselho Consultivo e Deliberativo	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo	O Extremo Norte do Brasil	Lei nº. 56/2003 alterada pela Lei nº.170/2010 de 26 de maio de 2010.
Normandia	Decreto nº. 168/2017 Conselho Consultivo	Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Turismo Tecnologia (Lei nº. 237/2017)	O Extremo Norte do Brasil	Lei nº. 237/2017 de 11 de setembro de 2009.
Mucajai	Lei nº. 116/1998 que instituiu o Conselho Consultivo e Deliberativo	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	Roraima, a Savana Amazônica	
Bonfim	Lei nº. 215/2015 criou o Conselho Consultivo e Deliberativo	Secretaria Municipal do Comércio e Turismo	Roraima, a Savana Amazônica	Lei nº. 271/2017 de 26 de maio de 2017.
Iracema	Sem informações	Não Consta no Mapa. Não tem secretaria	Roraima, a Savana Amazônica	Sem informações
Alto Alegre	Lei nº. 023/2017 criou Conselho Deliberativo	Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Turismo	Roraima, a Savana Amazônica	Lei nº. 159/2001 de 11 de outubro de 2001.
Boa Vista	Lei nº. 1535/2013 criou Conselho Deliberativo	Fundação de Educação, Turismo, Esporte e Cultura de Boa Vista-FETEC. Lei nº. 106/1984 dispõe sobre a criação.	Roraima, a Savana Amazônica	Lei nº. 106/1984 dispõe sobre a criação da FETEC.
Cantá	Lei nº.260/2013 criou Conselho Deliberativo	Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo (Lei nº. 099/1995)	Roraima, a Savana Amazônica	Lei nº. 099/1995 de 17 de outubro de 1995 .
Rorainópolis	Lei nº.025/1997 criou Conselho Deliberativo	Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Ciência, Tecnologia e Turismo	Águas e Floresta da Linha do Equador	Lei nº. 106/2005
Caracarái	Lei nº.295/2017 criou Conselho Deliberativo	Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Turismo	Águas e Floresta da Linha do Equador	Lei nº. 562/2013
Caroebe	Lei nº.160/2017 criou Conselho Deliberativo	Departamento Municipal de Turismo	Águas e Floresta da Linha do Equador	Decreto nº. 159/2017 de 26 de maio de 2017 dispõe sobre a criação do Departamento.

Fonte: DETUR, 2018

Constata-se, com base no Gráfico 01 produzido com as informações do quadro anterior, que no período de 1980 à 2016 a criação de órgãos de turismo mostrava-se em franca estagnação, denunciando um quadro inercial para o setor do turismo em Roraima. Somente a partir do ano de 2017, com a instalação de uma

nova lógica de atuação do MTUR junto aos municípios regionalizados, que houve um salto quantitativo no total de municípios que criaram algum órgão responsável pela pasta do turismo. Isto porque esta é uma das condições essenciais para que o município se torne elegível a pleitear verbas do MTUR para investimentos no setor.

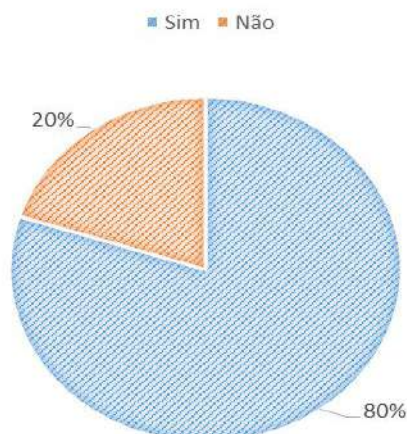
Gráfico 01 – Evolução da criação de órgãos municipais de turismo em Roraima



Fonte: Elaboração própria com base no quadro 01

Nesse sentido, do total de municípios de Roraima, atualmente 80% dispõem de um órgão relacionado ao turismo (Gráfico 02). Este dado pode parecer um número significativo para uma mudança de paradigma da gestão desse setor. No entanto, isso só suscitará mudança efetiva se o referido órgão for gerenciado por um profissional que tenha condições suficientes para gerenciar os desafios que os contextos do turismo encerram.

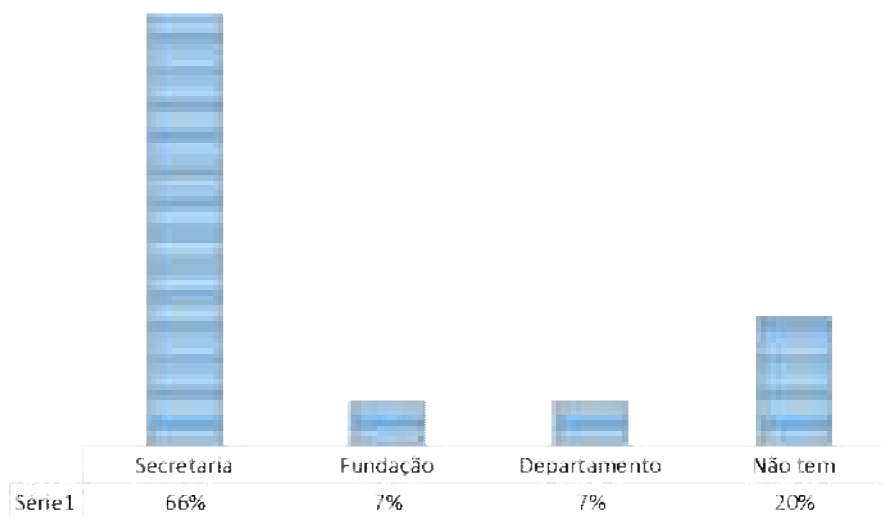
Gráfico 02 – Municípios de Roraima que dispõem de órgão de turismo



Fonte: Elaboração própria, 2018

A maior parte desses órgãos de turismo configura-se como secretaria, seguido por fundação e departamento (Gráfico 03).

Gráfico 03 – Caracterização do órgão de turismo dos municípios de Roraima



Fonte: Elaboração própria, 2018

A grande maioria desses órgãos em funcionamento hoje são formados por pastas integradas, isto é, não abrigam exclusivamente o turismo em sua estrutura.

Esse pode ser um aspecto tido como ambíguo, já que a integração com outras secretarias da gestão permite uma maior abrangência de parcerias e circulação de informações positivas para o turismo.

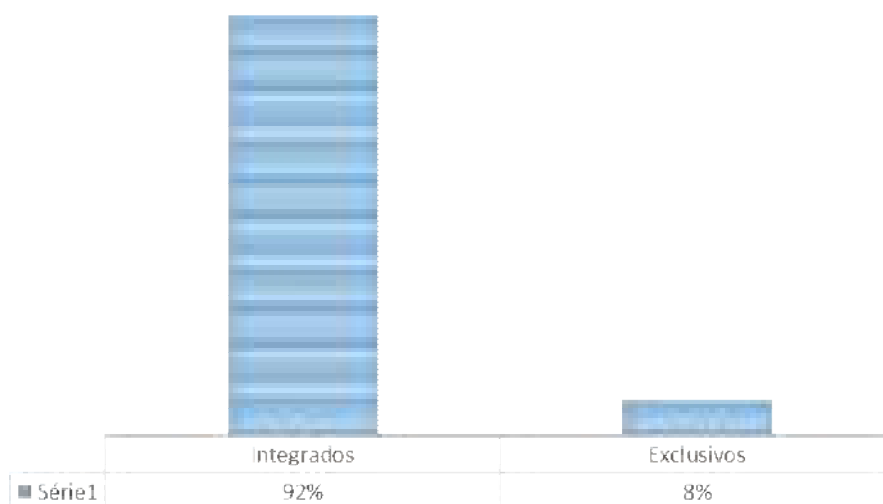
Por outro lado, outras atribuições de maior abrangência no município podem pressionar o turismo, obstaculizando o desenvolvimento de medidas capazes de atender a regionalização e os projetos próprios da pasta.

Em razão da sua multiplicidade de abrangências, tal pasta pode não ser ocupada por um profissional do setor, e sim, por um agente político local, que seja envolvido em diversas demandas simultâneas e não concentre os devidos esforços necessários à condução da atividade.

Para que a pasta tenha eficácia e atinge aos seus objetivos propostas é imperativo que suas ações estejam previstas num planejamento sistemático que

pode ser construído dentro das diretrizes municipais de desenvolvimento, por meio da LDO e LOA (Gráfico 04).

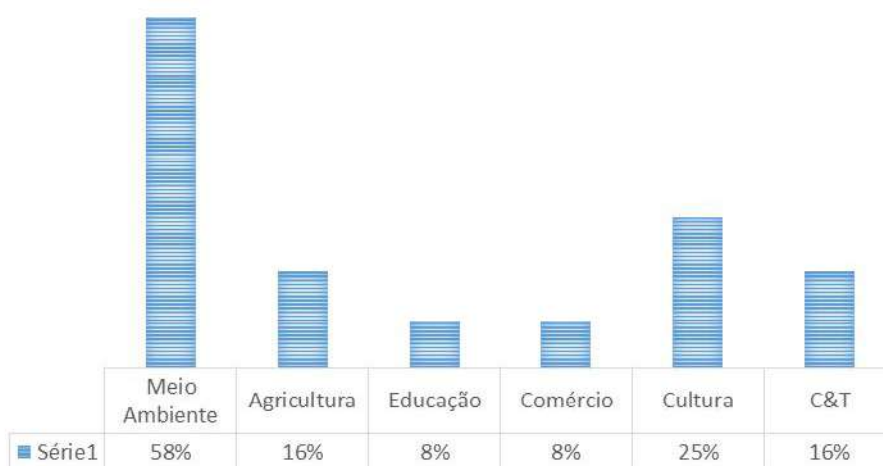
Gráfico 04 – Órgãos exclusivos e integrados ao turismo nos municípios



Fonte: Elaboração própria, 2018

Com base nas informações do quadro, constata-se ainda que a pasta do turismo está diretamente vinculada (em sua maior parte) ao meio ambiente, seguida em menor monta pela cultura, agricultura, ciência e tecnologia, comércio e educação (Gráfico 05).

Gráfico 05 – Caracterização dos órgãos municipais integrados ao turismo

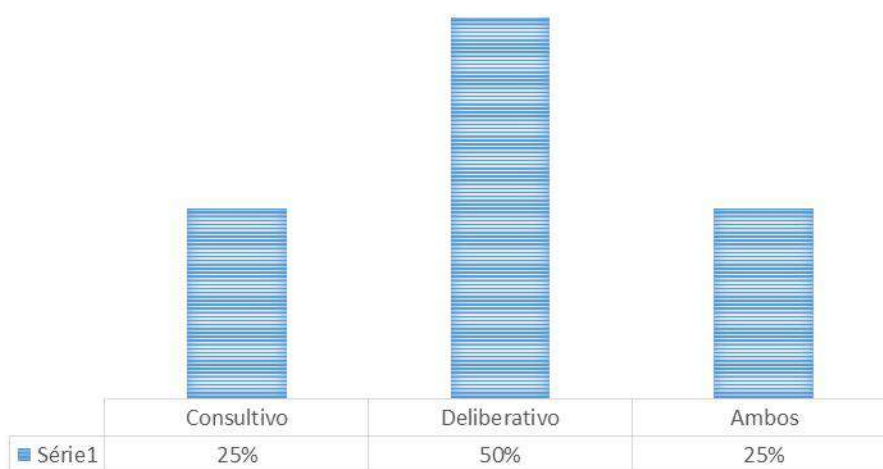


Fonte: Elaboração própria, 2018

Tal medida representa uma estratégia das prefeituras em afirmar que parte dos investimentos que serão feitos nos municípios estão atrelados ao turismo quando, na verdade, podem não fazer a menor diferença para o mesmo já que são verbas voltadas ao atendimento de setores chave para a gestão. Implica dizer que não existem garantias que as verbas contidas nessas pastas serão realmente usadas com a finalidade de aplicação de investimentos na área do turismo.

O gráfico 06 representa a caracterização dos conselhos municipais de turismo, mais uma das exigências contidas por força do PRT. É sabido que a natureza do conselho deliberativo (presente em maior número nos municípios) consiste em fixar os objetivos e políticas previstas por uma pasta específica, de modo que sua ação se exercerá pelo estabelecimento de diretrizes fundamentais e normas gerais de organização e administração.

Gráfico 06 – Caracterização dos conselhos municipais de turismo no PRT



Fonte: Elaboração própria, 2018

Implica dizer que cabe a esses conselhos delegar as ações com as quais o turismo precisa ser conduzido, sendo prerrogativa essencial dentro do papel da descentralização que o PRT adotou como premissa.

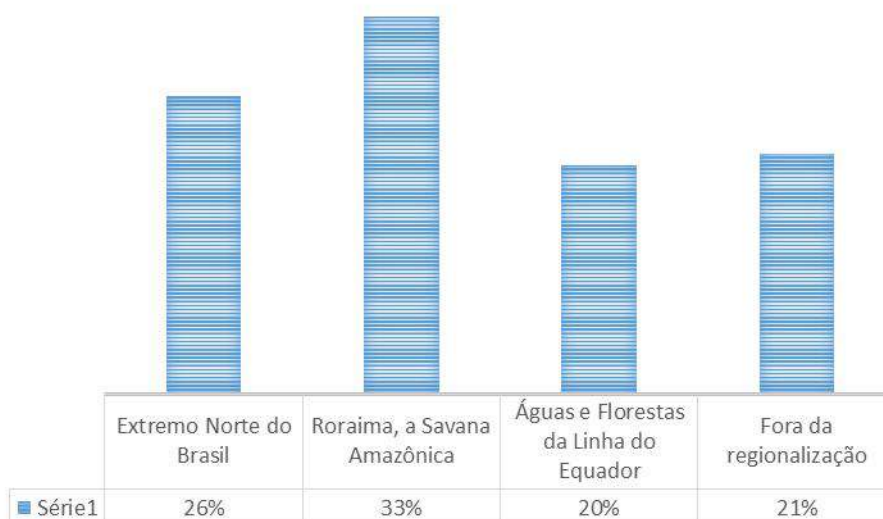
Já os conselhos consultivos adotados por alguns municípios se prestam, tão somente a debater as questões e sugerir ações em virtude do quadro geral da discussão.

Por seu turno, é válido afirmar que tais conselhos não atuam com a força necessária para se fazer valer frente as decisões da administração municipal em matéria que demanda o interesse coletivo.

Sempre caberá, tão somente, ao gestor da pasta ou mesmo ao prefeito a decisão final sobre as ações que precisam ser conduzidas no município, quebrando (destarte) a lógica da descentralização do turismo proposta pelo PRT.

No que tange as regiões turísticas com maior número de órgãos de turismo, o quadro apresenta o seguinte cenário para Roraima (Gráfico 07). A região *Roraima, a Savana Amazônica* dispõe de mais órgãos relacionados ao turismo e, ainda, abriga o destino indutor Boa Vista, o que o torna a região mais forte politicamente nas decisões atinentes aos interesses da mesma.

Gráfico 07 – Disposição dos órgãos de turismo em Roraima por região turística



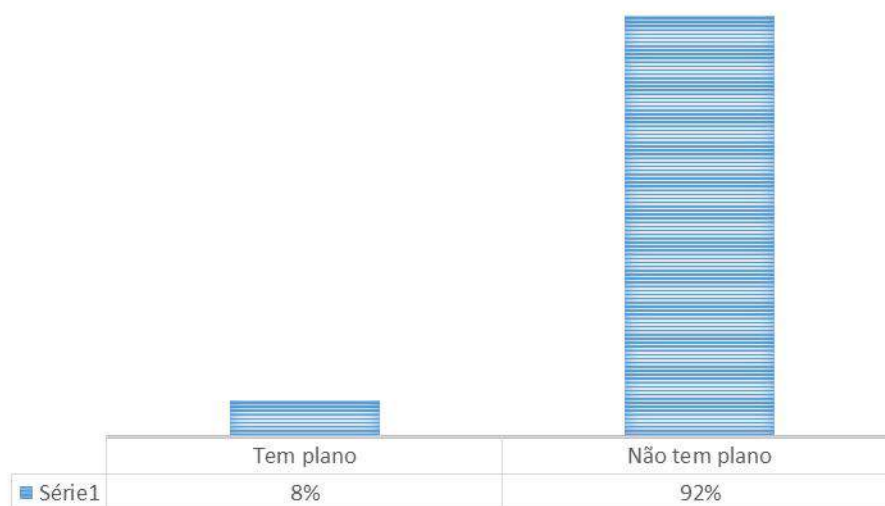
Fonte: Elaboração própria, 2018

Já em relação aos municípios que dispõem de plano de desenvolvimento turístico aprovado e em execução constata-se, assustadoramente, que mais de 90% deles não dispõem do documento, apesar de já terem se passado mais de 14 anos de MTUR no país e dos ciclos das políticas de turismo terem sido apresentados e revisados no decurso de todo esse tempo.

O único município que dispõe desse plano aprovado, pago e em vigência é o destino indutor Boa Vista (Gráfico 08). Implica dizer, tacitamente, que o tempo do turismo para Roraima verdadeiramente ainda não chegou, haja vista que seus

municípios (mesmo inseridos nas políticas de turismo do governo federal) não dispõem de estratégias minimamente orientadas para a condução de um escopo desenvolvimentista atrelado ao cenário turístico, tanto ele municipal quanto estadual.

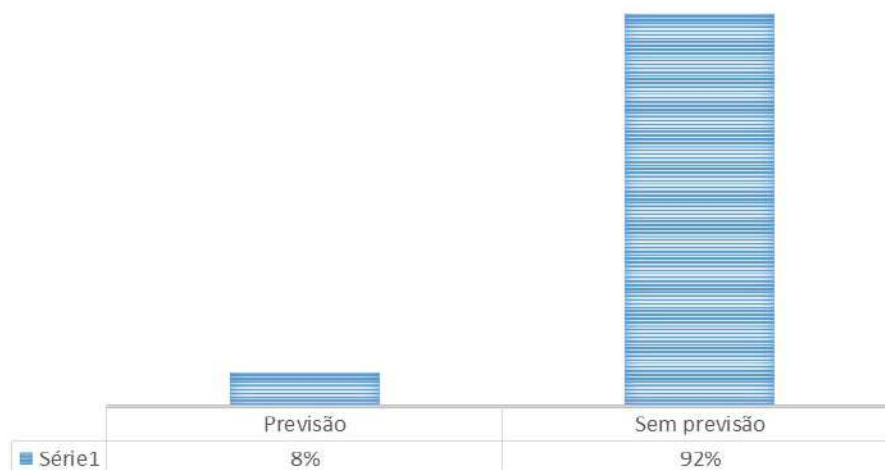
Gráfico 08 – Municípios que tem plano de turismo aprovado e em execução



Fonte: Elaboração própria, 2018

Ainda de acordo com os dados obtidos (Gráfico 09), constata-se que a grande maioria desses municípios instalados na PRT não dispõem de verbas previstas a serem aplicadas no turismo por meio de sua LOA ou LDO. O único que apresenta designação específica de verbas para esse contexto é o município de Boa Vista.

Gráfico 09 – Municípios que tem previsão de investimentos em turismo na LOA/LDO



Fonte: Elaboração própria, 2018

A partir dos dados obtidos até aqui é possível afirmar que, por mais um ciclo de políticas de turismo, o PRT em Roraima não logrará êxito, tendo em vista que os principais agentes públicos municipais de cada região não atendem aos pré-requisitos básicos para operacionalizar o turismo regional.

Acredita-se que, com a próxima mudança de gestão no governo federal, será desencadeado um novo ciclo de mudanças nos rumos da política nacional de turismo, haja vista está ser uma prática historicamente instalada no Brasil.

Desta forma, os municípios roraimenses precisaram passar por outra mudança de paradigmas, uma vez que os tempos atinentes ao turismo municipal estão intimamente ligados ao tempo do turismo estadual e federal, causando um grande descompasso e perda na tênue linha de desenvolvimento que a política de turismo tece.

5 AS DINÂMICAS DA POLÍTICA DE TURISMO EM RORAIMA

O Estado de Roraima registra nos anais da história uma série de esforços cujo precípua intuito é de figurar como um importante destino turístico da região norte e, mais além, do cenário brasileiro e internacional. Outrossim, coloca-se em discussão nesta seção em que medida tais ações promoveram mudanças efetivas, ou não, no escopo político do turismo estadual, em cujos esforços foram engendrados importantes aspectos que perfizeram a trajetória deste destino turístico do extremo norte do Brasil. As ações registradas são apresentadas em ordem cronológica com o intuito de evidenciar a condução nesses aspectos fundamentais ao desenvolvimento do turismo, no que tange ao âmbito estadual.

As iniciativas promovidas partiram de diversos atores distintos, muitos dos quais articularam peças de desenvolvimento em função do seu projeto de turismo, muitos deles de caráter pessoal, outros de âmbito institucional. De certo que, neste jogo, em grande medida as peças são trazidas de fora da arena, isto é, as ações da política de turismo são pensadas de fora para dentro de Roraima, como é bem comum de se constatar em diversos estados do Brasil. Foram diversas motivações que forjaram um rol de planos, projetos e ações políticas que se fizeram saber em Roraima, mas que (por diversos motivos) não lograram êxito, haja vista a complexidade com que o assunto precisa ser tratado frente as ideologias empresarias e políticas vigentes, em cujos espaços não se está muito bem definido o papel que deve ocupar o turismo .

É essencial se ter em mente que os contextos do desenvolvimento turístico para Roraima assumem, desta forma, numerosos desafios. Seja pela proposição de uma política pública que vem de cima para baixo (ditando criteriosamente o que deve e o que não deve ser feito), sejam pelas dificuldades em se obter consenso em atitudes que exigem uma participação social e coletiva maior (a exemplo do desafio que é buscar contribuir para o surgimento de um turismo em terras indígenas), ou ainda a circulação de propostas entre atores antagônicos dentro do contexto do turismo, os quais operam em lados diametralmente opostos.

De um lado têm-se aqueles que desejam difundir e propagar a conduta de um turismo responsável e sustentável para Roraima e, de outro, há os que desacreditam

desta última assertiva, na medida em que isto pode significar a perda da identidade e da propriedade da terra, que fora obtida com muito sacrifício e em meio a tantos conflitos em tempos recentes (SILVA e OLIVEIRA, 2008).

De fato, é preciso reconhecer que a política pública não conseguiu sanar problemas históricos que acompanham o estado, a exemplo do seu abastecimento energético e da geração de atividades econômicas que sejam capazes de romper com o paradigma econômico vigente, com a economia voltada quase que exclusivamente para o serviço público em suas três esferas, a federal, estadual e municipal.

Sendo assim, nesta seção do trabalho, serão abordados diversos aspectos com os quais a política pública de turismo em Roraima buscou operar, no sentido de encarar seus grandes gargalos, na busca pela promoção de uma possibilidade de desenvolvimento que esteja francamente fortalecido pelo turismo, em suas distintas matrizes (econômica, social, ambiental, cultural e política).

A proposta de trabalhar com o turismo em Roraima é uma ambição almejada por muitos, tanto aqueles do setor público quanto os que atuam na iniciativa privada. Pode se dizer que essas iniciativas surgiram vigorosamente de fora do estado, uma vez que ainda não se detinham as condições técnicas e operacionais efetivas para se planejar a atividade nos anos 1980. Consoante a isso, admite-se que Roraima é um estado de população muito diversa, formado por povos oriundos de todas as regiões do Brasil, como destaca Galdino (2018), que aqui fizeram morada, família e história.

A história de Roraima registra a visita de especialistas estrangeiros da Itália, Japão e mesmo da República Dominicana, todos interessados não só em conhecer os atrativos naturais da região setentrional da Amazônia como também em buscar fixar operações no estado, com o objetivo de operacionalizar as condições para fomentar a vinda de grupos estrangeiros numerosos de turistas de diversos países, seja para circular por entre os atrativos turísticos do estado, seja para visitar conhecido Monte Roraima.

Muitas dessas ações foram possíveis graças as medidas tomadas pelo PROECOTUR e PNMT no desdobrar de sua existência. Esses programas deram início a essas investidas (de modo mais profissional) já em 2001, de acordo com matérias publicadas no Jornal Folha de Boa Vista da época. Foi acompanhando

essa possibilidade que o Governo Federal trouxe para Roraima (enquanto política de turismo para todo Brasil), diversos programas projetos e ações voltadas ao desenvolvimento da atividade turística regional. Um desses programas de capacitação para o turismo, já nos idos dos anos 2000, ficou conhecido como “Meu negócio é Turismo”, com o intuito de investir na qualificação de atores direta e indiretamente envolvidos com o turismo.

Em outras oportunidades a tônica do turismo fez surgir em Roraima a presença de diversas entidades do mercado turístico nacional, dotando o estado de maior representatividade frente ao contexto nacional. Consoante a isso surgiram diversas parcerias, as quais promoveram em igual monta diversos programas de qualificação para o turismo em Roraima. Entre essas entidades destaca-se a Associação Brasileira de Operadoras de Turismo – BRAZTOA, a qual promoveu uma jornada técnica de qualificação dos serviços turísticos juntamente com o MTUR, DETUR e SEBRAE no ano de 2006.

Foi naquela ocasião em que primeiro se tratou do Programa de Regionalização do Turismo – PRT, citando ainda as três regiões turísticas de Roraima: **Extremo Norte do Brasil** – Amajari, Bonfim, Uiramutã, Normandia e Pacaraima; **Roraima, a Savana Amazônica** – Boa Vista, Mucajaí, Alto Alegre, Iracema e Cantá; **Águas e Florestas da Linha do Equador** – Rorainópolis, Caracarái, São Luís do Anauá, São João da Baliza e Caroebe. Nesta ocasião estavam inseridos todos os 15 municípios de Roraima no PRT. Os segmentos turísticos destacados para essas regiões foram: Ecoturismo, turismo de aventura, turismo náutico, turismo de pesca, turismo cultural e turismo social. A ocasião serve como um importante marco histórico na medida em que as regiões foram formuladas e apresentadas ao conhecimento dos atores do turismo local.

Apesar disso, o PRT foi implementado muito tardiamente em Roraima, uma vez que o programa havia iniciado em todo Brasil no ano de 2003, junto com o surgimento do MTUR. Vale salientar que o PRT tem no PMNT sua matriz estruturante, este último que já havia sido implantando em Roraima a tempos mas que não acompanhou a velocidade das mudanças na conjuntura política nacional.

Tal participação tardia de Roraima na condução do PRT foi registrada nas atas do Fórum Estadual de Turismo no ano de 2007. Naquela ocasião (especificamente na 21ª ata do Fórum de Turismo de Roraima – FTR) o plano anual

de trabalho do DETUR contemplava as seguintes ações: oficinas de regionalização do PRT; cursos de elaboração de projetos turísticos para o setor público; projeto de estruturação de centros de atendimento ao turista. Porém, nas atas da 26ª e 27ª reunião, foi feito registro pelo conselheiro da PMBV que o DETUR havia se ausentado das reuniões em Brasília acerca do programa de regionalização. Na ocasião daquelas reuniões foram feitas sugestões pelos conselheiros para que o DETUR viesse a participar das reuniões sobre os temas relacionados à regionalização e aos demais assuntos atinentes ao rumos do turismo nacional. Expedientes como este já apontam para a ausência de importância que tinha o turismo para com o desenvolvimento do setor.

Apesar de ser interpelado sobre o tema, o gestor à época não apresentou justificativas para sua ausência dessas reuniões, de modo que constatamos que até o final do ano de 2007 o PRT ainda não havia sido implementado em Roraima, conforme registrado na 37ª ata do FTR.

Somente no ano de 2008 é que começam a ser implementadas ações do PRT em Roraima, estas realizadas na cidade de Boa Vista. Neste mesmo ano o programa previu o início da inventariação turística de todos os atrativos do estado de Roraima. Com apoio do DETUR, o MTUR pretendia identificar todos os principais atrativos, produtos, serviços, equipamentos e infraestrutura de apoio ao turismo no estado. Porém, este trabalho não foi possível de se realizar naquela ocasião, em razão das precárias condições com as quais o DETUR se achava disponível. Dito isto, naquela época nenhum município de Roraima havia sido inventariado. Apesar disso, foi apresentada a metodologia do Inventário da Oferta Turística – INVTUR por ocasião da realização de um evento promovido pelo departamento e o MTUR, tendo sido caracterizada esta como uma importante ação para o turismo nacional e estadual, além de ter sido confirmada como relevante parte do PRT.

Apesar desses esforços não terem galgado o êxito esperado naquele momento (sem a devida estruturação do turismo em Roraima), a política de regionalização passou por novos ciclos de atualização e alteração do seu paradigma (BRITO, 2018), de forma que enquanto Roraima mostrava sinais de que não conseguia acompanhar aquilo que havia sido posto anteriormente pelo MTUR, uma nova rodada de ações já deveria ser feita visando a nova readequação à política de turismo nacional posta pelo governo federal. Nesse sentido, Roraima vai ficando

para trás na implementação de ações e práticas voltadas ao contexto turístico. Sem orientação própria e seguindo um rumo que, na maioria das vezes, não atendia aos anseios daqueles que aqui atuavam no turismo.

Essas sucessivas mudanças nos ciclos da política de turismo nacional não foram acompanhadas pela gestão pública estadual de Roraima, de modo que (já no ano de 2015) o estado sofreu uma importante redução dos municípios turísticos inseridos na regionalização, a qual foi efetivamente registrada na 54^a ata de reunião do FTR. Importante porque, naquele momento, o estado deveria ter parado para analisar de que forma todos os seus municípios vinham sendo pensados frente aos desafios do segmento turístico, num estado extremamente carente em matéria de recursos e vetores de desenvolvimento econômico.

No ano 2016 o MTUR volta a empreender nova rodada no ciclo de transformação da PRT, passando a estabelecer novas regras para inserção dos municípios no mapa turístico e, certamente, no repasse de recursos daquele ministério para a aplicação de investimentos nos estados e em seus municípios tidos como turísticos. Nessa ocasião Roraima já havia reduzido de 15 para 05 o número de municípios turísticos presentes no Mapa do Turismo Brasileiro. As regiões turísticas continuaram em três, envolvendo os municípios de Caracaraí, Amajari, Mucajaí, Bonfim e Boa Vista, os quais conseguiram, minimamente, atender aos critérios para permanecer figurando no mapa do turismo regional e nacional.

Apesar disso, o DETUR solicitou a inserção dos municípios de Rorainópolis, Pacaraima e Uiramutã, tendo em vista a relevância dos mesmos para as regiões nas quais fazem parte. No ano de 2017 foi dado novo prazo para que os municípios turísticos se adequassem aos critérios de inserção no Mapa do Turismo, os quais eram, prioritariamente: Instalação do Conselho Municipal de Turismo; Criação da Governança Regional; Inserção de ações voltadas ao turismo no planejamento orçamentário e financeiro do município (LOA e LDO).

As ações engendradas pelo DETUR levaram a reinserção de mais municípios turísticos de Roraima no Mapa do Turismo Brasileiro, chegando neste ano a um total de doze edilidades. São eles: Boa Vista, Cantá, Bonfim, Normandia, Mucajaí, Alto Alegre, Pacaraima, Amajari, Rorainópolis, Caracaraí, Caroebe e Uiramutã.

Em nova roda do ciclo da política de regionalização o MTUR passa a recomendar aos órgãos estaduais e municipais que não façam mais planos de

turismo para todo estado, e sim, para cada município, o qual deve elaborar seu próprio plano municipal de turismo consoante aos seus próprios aspectos e vocações turísticas.

Após este novo ciclo contemporâneo de atualizações e estratégias da política nacional de turismo o MTUR passa a adotar novo escopo na condução do PRT. Em razão da nova Política Nacional de Turismo (BRASIL, 2018) do MTUR, constatou-se que muitas informações sobre o turismo nacional poderiam ser obtidas pelos meios de hospedagem. Esses empreendimentos formais de grande importância para a economia formal do turismo passam a ser responsáveis diretos pela mensuração do fluxo turístico local nos destinos. Diante disso, a mudança foi processada e informada aos órgãos estaduais, os quais agora precisam buscar condições para fortalecer o quadro da economia formal da atividade. Vale salientar que historicamente o MTUR sempre primou pelo fortalecimento da economia do turismo de forma ampla (seja tanto pela economia formal e quanto pela informal) atuando como promotor de ações informais em toda cadeia produtiva do turismo.

Ante a este novo paradigma, os estados começaram a modificar parte de sua oferta de municípios turísticos, tendo em vista a metodologia de categorização dos municípios turísticos. O que definiu se o município entraria ou não no PRT foi a existência de meios de hospedagem oficiais e devidamente cadastrados no CADASTUR.

Dito isto, Roraima passa a girar novamente em outro ciclo da política de regionalização do turismo do MTUR sem que antes tivesse tido condições suficientes para gerenciar os aspectos que haviam sido postos em razão da dinâmica política e econômica oriunda dessas vertentes turísticas nacionais. Se não houveram condições nem tempo suficientes para sanar os problemas anteriormente existentes em seu território, com a mudança de ciclo dessa política os problemas foram sendo empurrados para frente e tomando volume cada vez maior, de modo que o passivo turístico herdado estava se tornando cada vez mais e mais insustentável.

Nesse sentido, é importante que se tome ciência dos diversos aspectos necessários ao amplo entendimento do escopo da política de turismo no estado de Roraima. Ademais, serão apresentadas as subcategorias de análise atinentes as iniciativas voltadas ao turismo na região da Amazônia setentrional.

5.1. Iniciativas Exógenas

As iniciativas exógenas configuram-se como aquelas operadas por agentes externos ao território e que procuram operar na realidade até então vigente, buscando modifica-las em razão de seus interesses particulares e/ou plurais, estado estes relacionados, ou não, a determinados grupos de interesse. A partir disso, foi possível registrar um significativo volume de programas, projetos, políticas e ações que foram (ou tentaram ser) implementados em razão dessas iniciativas.

No ano de 2003 o Ministério do Meio Ambiente – MMA buscou financiamento para projetos de ecoturismo em toda Amazônia por meio do PROECOTUR. Apesar disso, o MMA não tinha *know-how* necessário para captar recursos nesse âmbito e a ação não logrou o êxito pretendido. Mesmo assim o Governo Federal buscou investir no ecoturismo na região norte e promoveu ações que se fizeram presentes em Roraima, proporcionando o financiamento necessário para a confecção do primeiro estudo técnico voltado ao planejamento turístico do estado. O trabalho foi produzido pela empresa Ruschmann Consultores e empreendeu, entre os anos 2000 e 2002, um levantamento amplo de todo potencial turístico de Roraima.

No ano de 2005 o MTUR (de acordo com a fala do então Ministro Walfrido dos Mares Guia) queria transformar Roraima em um grande mercado de turismo ecológico. Recursos foram disponibilizados para o turismo da região norte e permitiram com que Roraima participasse do Salão do Turismo Brasileiro munido com 03 roteiros: Polo Norte (que compreendia os municípios de Pacaraima e Amajari e era intitulado “*Terra do Deus Fogo*”), Polo Centro (municípios do Cantá, Bonfim e Boa Vista, intitulado “*Savanas Amazônicas*”) e Polo Sul (formado pelos municípios de Caracaraí e Rorainópolis, intitulado “*Mosaico Amazônico – Águas e Florestas*”). Os segmentos turísticos promovidos foram: Pesca esportiva, ecoturismo, turismo de fronteiras, observação de aves, turismo de aventura e turismo em terras indígenas.

É importante destacar que as ações de marketing para Roraima sempre reverberaram de forma bastante sazonal e com mais ênfase do que aquelas responsáveis pela política estruturante e de ordenamento efetivo do turismo estadual. O modelo de turismo por polos ganha força por conta da participação do estado neste evento, levando os municípios a assumirem o perfil voltado à

regionalização. Nesse momento, os segmentos turísticos passaram a ser definidos em razão da política nacional de turismo (BRASIL, 2003).

Nos idos do ano de 2007 surge um novo ciclo da política de regionalização empreendido pelo PNT (BRASIL, 2007) tendo como aspecto de destaque a presença do conceito de Destino Indutor do Turismo nacional. Parte do pressuposto de que os municípios classificados como tal dispõem de infraestrutura básica e turística suficiente para atrair e distribuir fluxos turísticos capazes de movimentar a dinâmica econômica do entorno do território onde estão inseridos. Nesse sentido, Boa Vista foi anunciada como Destino Indutor do Turismo regional por se enquadrar nesse conceito.

Apesar da sua entrada no rol dos destinos indutores não foi a priori que a capital roraimense adentrou. Tão logo a divulgação da lista com as primeiras cidades estava para ser divulgada pelo MTUR, o Governo de Roraima tomou conhecimento de que Boa Vista não havia sido contemplada nesse grupo. A partir daí foram tomadas uma série de medidas e ações, sobretudo lideradas pelo FTR, para que o município fizesse parte do grupo de destinos nacionais que serviriam como indutores do turismo regional.

Outras ações também pautaram as iniciativas exógenas do turismo em Roraima. Como exemplo tem-se:

- Campanha nacional de combate a exploração sexual de crianças e adolescentes nos municípios de Boa Vista e Pacaraima, registrada na ata da 22ª reunião do FTR em 2007;
- Visita de consultor do MTUR para apresentar o PNT 2007-2010 a todos os integrantes do mercado turístico estadual;
- Consultor do MTUR reconhece o potencial de Roraima para o etnoturismo e cita isso como aspecto importante a ser desenvolvido.

Apesar de se constatar que já havia interesse por parte do MTUR em empreender esforços no sentido de desenvolver ações voltadas ao Etnoturismo em Roraima, os conflitos desencadeados pela desintrusão de terras, a demarcação das terras indígenas Raposa Serra do Sol (e todas as demais que vieram em seguida), não fizeram com que o governos federal e estadual levassem adiante esta iniciativa.

Já em 2008, registrado na 37ª reunião do FTR, uma consultora do MTUR enumerou diversos desafios que Roraima e a própria condução de sua gestão descentralizada precisaria enfrentar para desenvolver-se turisticamente. Foram eles:

- Político;
- Reconhecimento da importância do turismo para a economia;
- Criação de um órgão de turismo com estrutura técnica e financeira;
- Formulação do Plano Estadual de Turismo que reflita as necessidades do setor;
- Integração política com países vizinhos;
- Conflitos fundiários;
- Criação de um canal de aproximação com o MTUR e com o Conselho Nacional de Turismo – CNTUR;
- Formato das reuniões;
- Periodicidade;
- Frequência dos membros;
- Motivação;
- Interesses individuais em detrimento de uma agenda integrada.

Essa visão formada pelos representantes do MTUR não foi novidade, posto que foram identificados os mesmos aspectos em outros registros feitos em diversas atas do FTR. Ademais, é importante que se faça o devido registro desta visão propalada por um representante do MTUR e seu olhar voltado especificamente para os entraves ao turismo estadual. Isto porque os mesmos entraves perduram até os dias de fechamento deste trabalho.

Outra ação de âmbito exógeno teve início no ano de 2008 com a pesquisa que avalia o grau de competitividade do Destino Indutor Boa Vista. O trabalho foi realizado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, com apoio do DETUR. O relatório consolidado daquele ano chegou as seguintes conclusões acerca dos entraves ao desenvolvimento do turismo: Localização (a qual impacta diretamente na logística); transporte e; alto custo de vida. A partir daí começa a ser desenhado o Índice de Competitividade para Boa Vista.

Já no ano de 2009 Roraima leva para o Salão do Turismo nacional o projeto Rota 174. O roteiro liga a cidade de Manaus (AM) à Pacaraima (RR). Com uma

extensão de 989 km o projeto busca captar U\$12 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID para investimento em sua infraestrutura operacional.

Destaca-se que, com o surgimento do MTUR, investir no turismo passa a ser um bom negócio para o sistema financeiro, de modo que muitos dos parceiros presentes nas atividades do turismo em Roraima eram oriundos do setor financeiro nacional. Com a ampliação das problemáticas (muito mais do que soluções práticas), os agentes financeiros passam a rarear cada vez mais nas atividades do turismo, ao ponto de não se fazerem mais presentes nas reuniões, eventos e atividades ligadas ao turismo, seja ele municipal ou estadual.

Com o lançamento, em 2010, do programa Destino Indutor do Turismo, um novo ciclo de políticas dentro do PRT começa a se desdobrar. A ação empreendida pelos representantes do estado logrou êxito e Boa Vista passou a compor o grupo dos destinos indutores nacionais, título este que poderia abrir novas oportunidades de fortalecimento e desenvolvimento do turismo em Roraima.

Como uma faca de dois gumes, a inserção da cidade nesse rol acabou por provocar novos desdobramentos na política estadual de turismo, uma vez que isso fez com que a capital acabasse captando e concentrando todos os investimentos que foram empreendidos visando o desenvolvimento do turismo no estado.

Nesta ocasião foram realizadas oficinas de Sensibilização dos 65 Destinos Indutores do Turismo Regional junto ao MTUR, Sebrae, FETEC e DETUR. Na ocasião o objetivo era promover a liderança, gestão e planejamento do turismo em Roraima.

A partir desses registros constatou-se que Roraima, e seus respectivos gestores e o próprio mercado turístico local, sempre vem buscando experiências exitosas de outras regiões e localidades do país, não tendo a percepção de que tal atitude seja algo ruim ou desvantajoso.

A ideia vigente é construir, a partir dessas experiências de fora, proposições com as características de Roraima. De acordo com a entrevista concedida pela representante da FETEC:

A PMBV foi buscar em festas juninas nacionais referências exitosas para a marca desses eventos e, com isso, lançaram a proposta da maior paçoca do mundo. Mas essa é uma ação da PMBV e que impulsionou bastante a venda desse produto em razão da projeção disso.

Implica dizer que Roraima está num estágio muito inicial do turismo, na medida em que não reconhece as suas fortalezas como aspectos essenciais ao turismo regional. A realidade do turismo em Roraima diverge muito do resto do país. Em grande medida, as ações que foram empreendidas desde as primeiras iniciativas com o PNMT até atualmente foram oriundas de fora do estado, tendo em vista que a política pública de turismo sempre foi tida como uma iniciativa do governo federal em fomentar nos estados e municípios.

Outro aspecto refere-se ao fato de que até 2015 todos os municípios estavam incluídos na regionalização do turismo. Após a mudança do modelo de identificação dos municípios turísticos Roraima sofreu uma queda na sua oferta turística. Nada de tão grave, é preciso salientar. Isso porque o modelo de inserção dos municípios no PRT evoluiu para uma plataforma formada por atrativos turísticos capazes de ampliar o desempenho econômico que o turismo pode proporcionar na região em tela. Sobretudo no que se refere ao grau de formalização dos empreendimentos turísticos, constata-se (com a redução dos municípios turísticos) que Roraima ainda precisa avançar no que se refere ao grau de profissionalismo dos negócios relacionados ao turismo no interior do estado.

5.2 Iniciativas Endógenas

Entende-se por iniciativa endógena aquela que foi originada por empenho e esforço da própria comunidade, oportunizando o surgimento de ações capazes de transformar a realidade vigente. Desta feita, foram identificadas diversas destas iniciativas, as quais tiveram por propósito modificar o paradigma vigente do turismo em Roraima no decorrer de sua história recente.

Uma das primeiras iniciativas identificadas e registradas pelo estudo surge em 2002 por meio do Projeto de Turismo Comunitário na Comunidade Nova Esperança, situada no município de Pacaraima, por iniciativa do índio Alfredo Silva “Wapixana”, como pode ser visto na Figura 50.

Figura 50 – Destaque para iniciativa endógena



Fonte: Folha de Boa Vista, 2002

A proposta surgiu como um primeiro passo dado por uma liderança local frente ao potencial turístico de Roraima, já que a iniciativa de instalação de um produto turístico em terra indígena no norte de Roraima não havia surgido até então. Em 2004 esse mesmo projeto recebeu apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, Sebrae e DETUR. O turismo comunitário em terra indígena ganhou força e apoio por parte de alguns atores locais.

Em outro registro observou-se que o povo Ingarikó discutiu alternativas para o ecoturismo na região do Monte Roraima no ano de 2007. Apesar disso, o turismo comunitário ainda não fazia parte da agenda de políticas ou ações da gestão pública de Roraima, do Fórum Estadual de Turismo e do DETUR.

Em outra comunidade indígena tradicional de Roraima, o povo Macuxi, tomou forma um projeto de etnoturismo no ano de 2017, notadamente na região da Raposa Serra do Sol, comunidade da Raposa I. O projeto de turismo comunitário daquela região foi formulado seguindo as orientações da Instrução Normativa 003/15 da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, tendo sido iniciativa da comunidade em desenvolver o turismo de forma comunitária.

Apesar desses esforços estarem distribuídos em uma pequena parte do estado o principal atrativo que projeta o nome de Roraima turisticamente é o Monte

Roraima. O governo do estado não realizou, até hoje, um bom trabalho de planejamento ou marketing turístico em razão da dificuldade em fazer convergir os atrativos turísticos disponíveis, uma infraestrutura operacional adequada (estradas, sinalização, abastecimento de água e coleta de resíduos, eletrificação, informação) além de um amplo trabalho de sensibilização e qualificação voltados para o setor.

Os municípios tem trabalhado timidamente com o turismo. Ocorre que algumas empresas ofertam produtos turísticos no mercado roraimense, de modo que existem poucos produtos a serem disponibilizados, sobretudo poucos no interior do estado.

De acordo com o diretor do DETUR, no que tange a pesca esportiva na região do município de Caracaraí, apenas duas das sete empresas que operavam no estado tinham cadastro junto ao departamento de turismo e demais órgãos competentes para explorar o turismo de pesca. Com esse quantitativo baixo de regularização, segundo ele, não seria possível fomentar políticas públicas capazes de potencializar o setor do turismo de pesca de Roraima. Houveram algumas iniciativas para organizar o setor (tais como regularização dos empreendedores, zoneamento de áreas de atuação, delimitação de ações), porém os mesmos não aceitaram participar. Muito disso se deu em razão da ausência de uma regulamentação específica para o setor, o que acabou por dificultar as ações do departamento de turismo do estado nesse sentido, reiterou o mesmo.

5.3 A estruturação do turismo em Roraima

Em relação ao contexto das políticas de estruturação para Roraima, verificou-se que em 2006 o estado sediou o 3º FRONTUR – III Seminário Internacional Turismo de Fronteira, evento este idealizado e realizado pelo MTUR, em parceria com o DETUR. O evento oportunizou o debate sobre o turismo de fronteira, além de políticas para o setor.

Este evento foi uma política específica do MTUR e que tratou das questões atinentes ao desenvolvimento do turismo em destinos fronteiriços. A qualificação foi o tema central do debate. O evento objetivou debater o turismo em Roraima em razão da sua tríplice fronteira. Ao final, foi elaborado um documento que envolveu diversos atores do turismo local, a exemplo do Sebrae, Governo do Estado de

Roraima, Faculdade Cathedral e o antigo CEFET-RR (hoje denominado Instituto Federal de Roraima – IFRR), de acordo com Brasil (2010).

Figura 51 – Frontur em Roraima

08 - Boa Vista, segunda-feira, 29 de setembro de 2006 FOLHA DE BOA VISTA

3º FRONTUR

Debate sobre turismo de fronteira começa hoje no Palácio da Cultura

SERÃO APRESENTADAS PROPOSTAS QUE VIABILIZEM UM TURISMO DE FRONTEIRAS ORDENADO, PARA QUE GERE FLUXO TURÍSTICO ENTRE BRASIL, VENEZUELA E GUIANA

EDILSON RODRIGUES
Folha de Boa Vista
edilson@folha.com.br

As inscrições para o 3º Frontur - Seminário Internacional de Turismo de Fronteiras - pelo Internet foram encerradas, mas ainda podem ser feitas hoje no Palácio da Cultura, a partir das 8 horas. Os crachás para quem já está inscrito podem ser adquiridos assim que se desloca, no local do evento.

O 3º Frontur será realizado pela primeira vez em Boa Vista de hoje até quarta-feira, quando serão apresentadas propostas que viabilizem um turismo de fronteiras ordenado e viável (ações de cooperação mútua, de forma que o setor entre Brasil, Venezuela e Guiana possa gerar fluxo turístico e, consequentemente, renda para as regiões administrativas).

Durante o evento será elaborada a Carta Roraima, que encaminhará ao Ministério do Turismo, que costuma apresentar e solucionar para o desenvolvimento do turismo. O documento será entregue...

O Frontur vai até quarta-feira, com uma programação especial para viabilizar o turismo de fronteira

do ano de aconteceu primeira edição em 2004. No ano seguinte foi em Forquilha (RS). Em ambos os eventos foram realizados seminários de fronteira, sobre questões de turismo, fiscalização na fronteira, plano de integração com áreas de regime turístico, contabilidade e indicadores de emprego e renda, e outros.

O 3º Frontur é uma realização do Município de Roraima, com apoio do Setor Governamental Estadual, Faculdade Cathedral, CEFET-RR...

Também será realizada a palestra "Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IRSA)" - O contínuo da obra para dentro", com o autor institucional da Empresa Brasileira de Turismo (Emtur), José Varella. As Potencialidades do Turismo na Fronteira Norte-Caribe será com a direção do Departamento de Estruturação do Município de Boa Vista, Tânia Bezerra.

Terça-feira o debate "Terceriza o debate Acordo de Viena e o Projeto do Brasil, Venezuela e Guiana" será realizado no Palácio da Cultura. O debate será moderado por Tânia Bezerra, professora de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professora de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Terça-feira o debate "Terceriza o debate Acordo de Viena e o Projeto do Brasil, Venezuela e Guiana" será realizado no Palácio da Cultura. O debate será moderado por Tânia Bezerra, professora de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professora de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Fonte: Folha de Boa Vista, 2006

O debate foi articulado em razão da retomada de ações oriundas do MERCOSUL no ano de 2003 (figura 51). De acordo com o documento gerado pelo evento (BRASIL, 2010), o principal entrave apontado pelos participantes à época era a necessidade de passaporte para entrar na Venezuela. Entre os temas tratados destacaram-se as questões referentes às potencialidades na fronteira e o modelo de desenvolvimento para a Amazônia advindo do turismo. Entre os temas tratados destacam-se as questões referentes às potencialidades na fronteira e o modelo de desenvolvimento para a Amazônia advindo do turismo.

Técnicos e integrantes do evento visitaram a fronteira com a Venezuela e, ao final, foi elaborado um documento intitulado "Carta de Roraima", a qual consta em Brasil (2010). O documento foi gerado na proposição de 3 eixos estruturantes:

1. Produção teórica conceitual: Pautada em ações de pesquisa científica envolvendo o turismo na fronteira;
2. Processos e Relações Mercadológicas: Pautada na promoção da região nos mercados-alvo e na solução de entraves ao desenvolvimento do turismo, tais como a redução de tarifas de combustível;
3. Políticas Públicas: pautou-se em diversos aspectos, porém, um deles chama atenção: refere-se a criação de um plano de desenvolvimento para os municípios de fronteira, de modo que os mesmos fossem melhor cuidados do que os demais (já que são os portões de entrada do Brasil). Além disso, há um aspecto que pede a migração do PROECOTUR (do MMA) para o MTUR, de forma a integrar este junto com a regionalização do turismo (PRT). O documento conclui (na parte que cabe ao evento em Roraima) com um apelo para que o FRONTUR fortalecesse o corredor turístico Amazônia – Caribe.

Disso observa-se que o público presente não estava preocupado no turismo de Roraima (este enquanto vetor de desenvolvimento com o intuito de se tornar um destino turístico regional), e sim no aspecto do roraimense fazer turismo na Venezuela.

Em 2013 Roraima recebeu uma cartilha do MTUR para atuar no combate ao tráfico e exploração sexual de crianças na atividade turística. Apesar de ser proposto pelo MTUR não fazia parte das ações trabalhadas pelo DETUR.

Já em 2016 o MTUR faz vistoria em obras de infraestrutura turística em Boa Vista (teatro municipal), Alto Alegre (construção e reforma de praças) e Mucajaí (estrutura onde se realiza a encenação da Paixão de Cristo), realizando ações voltadas à fiscalização em obras e recursos investidos.

Outro aspecto voltado a estruturação do turismo no estado ocorreu em 2017, onde algumas lideranças do município de Amajari pediram apoio para estruturar o turismo no Tepequém. A ação foi uma demandam local para recepcionar turistas e promover capacitação para guias de turismo. A comunidade solicitou ainda recursos para fomentar o turismo na região, adquirir uma ambulância, reforçar o policiamento e criar acesso a outras cachoeiras requerendo, desta feita, esforços do estado para com a estruturação turística da região.

Já em momento mais recente, ocorrido em 2018, uma comitiva do MTUR esteve em Roraima realizando ações de fiscalização. O objetivo foi avaliar a prestação de serviços para o turismo em Roraima. A ação deu-se de forma conjunta

onde mais de 40 estabelecimentos foram autuados de um total de 81 empreendimentos fiscalizados nas cidades de Boa Vista e Amajari (Tepequém). O principal motivo dessas autuações foi a ausência de registro dos mesmos no Sistema de Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas – CADASTUR.

No que se refere aos municípios turísticos inseridos no PRT, constatou-se que do período pesquisado até então não existiu nenhuma instância de governança em nenhuma região turística do estado. Ainda nesse ínterim, nunca houve a instalação das instâncias de governança regional. A ausência desses importantes fóruns regionais de discussão demonstra a inércia instalado no âmbito da descentralização do PRT e, por seu turno, do engessamento da política de turismo regional em Roraima.

Em relação ao planejamento estratégico do turismo em Roraima é tácito comprovar a forma com a qual o MTUR, Governo do Estado e os municípios realizam ações desencaixadas em relação as suas esferas de atuação. Embora realizem algumas ações, as mesmas não são relacionadas com o PRT, nem com uma política estadual ou mesmo municipal de turismo, não gerando conexões e inter-relações entre si, nem mesmo promovendo o surgimento de parcerias dinâmicas e benéficas à sustentabilidade do turismo regional. Constata-se a elaboração de alguns planos estaduais e estudos em diversas gestões do turismo estadual em Roraima.

Em relação ao cenário fronteiriço do turismo em Roraima, o estado não se beneficia do fato de estar situado numa tríplice fronteira. Isso poderia ser muito favorável ao turismo, já que foram feitos diversos eventos para discutir a questão fronteiriça, inclusive eventos sediados em algumas instituições de ensino superior, a exemplo da Universidade Estadual de Roraima – UERR, e não houve vazão de políticas públicas capazes de mobilizar essas iniciativas. Essas iniciativas não contribuíram para o turismo de Roraima. De acordo com o Secretário de Planejamento do Estado, em entrevista concedida para a tese:

O Brasil e a Venezuela sempre viveram de costas um para o outro, sempre foram concorrentes e isso dificulta uma cooperação. É uma vantagem, principalmente porque Boa Vista é central nesse contexto, podendo acessar rapidamente esses dois países. Isso é importante. Todavia, não há diálogo para tratar tecnicamente desse assunto, a fim de beneficiar as três fronteiras. A questão da tríplice fronteira é algo positivo além dele mesmo ter incentivado bastante. Claro que uma empresa sozinha não pode cuidar

disso sozinha. Já foi feito o encontro das três nações em 2012, mas de lá pra cá os vizinhos não tem participado tanto. Essa é uma vantagem sim.

Em razão do turismo de fronteira, observa-se que existem potencialidades na área cultural entre essas fronteiras que são desperdiçadas por falta de visão e ações voltadas para tanto.

Haveria de se trabalhar mais tanto num esforço de planejamento e estruturação quanto de marketing turístico entre esses países, de modo a viabilizar essa oportunidade. Exemplo disso foi o produto turístico Rota 174 que, apesar da iniciativa empreendida, não teve muita procura em razão de todos os problemas de logística, apoio e infraestrutura que o Governo de Roraima e o próprio mercado não conseguiram solucionar, a exemplo da sua rede energética, manutenção de estradas e a própria superestrutura turística do trecho e de toda via que acaba por realizar esse produto.

Houve épocas em que havia integração regional, tanto com a Venezuela quanto com Guiana Inglesa, em razão dos voos que eram ofertados pelas companhias regionais. Apesar disso, essa iniciativa foi encerrada. O Projeto Rota 174 foi concebido para potencializar a integração entre os países e permitir o crescimento do turismo. A Guiana Inglesa não entrou no projeto e, logo mais, a Venezuela entrou numa crise sem precedentes, chegando a declinar da proposta.

Vale ainda reiterar que o estado recebeu uma edição do FRONTUR e isso foi discutido antes, mas não prosperou em ação específica. Há um bom mercado mas falta bastante infraestrutura, ações específicas dos órgãos governamentais.

5.4 Política de qualificação para o turismo

No que tange à sua política de qualificação, Roraima registrou em 2006 a realização do projeto Brasil: Meu Negócio é Turismo – BMNT, um conjunto de atividades voltadas para todos os atores do turismo local nos destinos turísticos, o qual foi coordenado, em Boa Vista, pela Fundação AJURI, que atuou como interlocutora do mesmo. As oficinas foram realizadas em Boa Vista, Caracará e Amajari, onde foram promovidas palestras, seminários e oficinas visando a

sensibilização daqueles que atuavam direta e indiretamente com o turista à época. Esta ação em Roraima foi coordenada diretamente pelo MTUR.

No ano de 2008 a Fundação Getúlio Vargas – FGV, junto ao MTUR, deu início à pesquisa de avaliação da competitividade de Boa Vista como destino indutor do turismo, com apoio do DETUR e da FETEC. Neste momento os entraves citados ao desenvolvimento da capital foram: Localização (a qual impacta diretamente na logística); transporte e; alto custo de vida. A pesquisa fez parte do PRT, com o objetivo de mensurar o Índice de Competitividade de Boa Vista.

Em matéria publicada pelo Jornal Folha de Boa Vista em 2017 o governo do estado investiu em capacitação para organizar a estrutura de turismo no Tepequém após o registro de um grave acidente envolvendo uma turista em uma das cachoeiras da localidade. O crescimento do fluxo turístico da região (apesar de não existirem números oficiais a respeito) aliado a exploração desordenada vem chamando a atenção da sociedade para os problemas decorrentes ao crescimento desses casos. As medidas adotadas (aposição de placas de informação e segurança, limitação do acesso a certos locais da cachoeira e divulgação das áreas de risco para com alguns visitantes) foram ações empreendidas pelo governo do estado que não tiveram nenhuma relação com aquilo que se preconizava no PRT.

5.5 Política de promoção para o turismo de Roraima

No que tange à política de promoção para o destino turístico Roraima foram identificadas, com base nos dados coletados, diversas ações empreendidas. No ano de 2005 Roraima se preparou para mostrar potencial turístico no Salão do Turismo, evento promovido pelo MTUR em São Paulo e que tinha por premissa a exposição do produto turístico nacional a todas as empresas, prestadores de serviço e demais atores do turismo nacional e internacional. Naquela ocasião surgiram roteiros turísticos para o estado (Tepequém, em Amajari; Pedra Pintada, em Pacaraima; Extremo Norte, em Uiramutã; Lago Caracaranã, em Normandia; Monte Roraima, na fronteira com a Venezuela). Os roteiros, de acordo com as informações coletadas, faziam parte do trabalho empreendido pela regionalização do turismo. Afirma ainda

na matéria a crescente necessidade de se consolidar Boa Vista como cidade receptiva aos turistas.

Nessa mesma tônica, registrou-se o interesse do Ministro do Turismo à época em transformar Roraima em grande mercado de turismo ecológico (figura 52). Para tanto, foram disponibilizados recursos para o turismo da região norte.

Figura 52 – Governo quer transformar Roraima num destino ecológico



Fonte: Folha de Boa Vista, 2005

Na ocasião, Roraima participou do Salão do Turismo com 03 roteiros: Polo Norte (Pacaraima e Amajari – Terra do Deus Fogo), Polo Centro (Cantá, Bonfim e Boa Vista – Savanas Amazônicas) e Polo Sul (Caracará e Rorainópolis – Mosaico Amazônico – Águas e Florestas). Os principais segmentos turísticos apresentados foram: Pesca esportiva, ecoturismo, turismo de fronteiras, observação de aves, turismo de aventura e turismo em terra indígena. Nesse época o modelo de turismo por polos (hoje tido como regiões) era ideologia vigente. Os municípios começavam a ganhar os contornos da regionalização. Esses segmentos turísticos foram definidos em razão do PNT (BRASIL, 2003). Novamente, nesse momento, as ações de marketing reverberaram muito mais forte e sazonal do que políticas permanentes e

efetivas capazes de promover as estruturas necessárias aos diversos obstáculos que Roraima detinha à época.

No ano de 2006 Roraima apresenta dois roteiros no Salão do Turismo. Eram eles: Tepequém e Turismo de Pesca no Baixo Rio Branco. Os roteiros citados foram resultantes do PRT. Percebe-se que as ações de marketing adotadas pelo MTUR e convalidadas e praticadas pelo DETUR são mais fáceis de se engendrar do que propriamente o planejamento turístico a longo prazo, ainda mais utilizando-se do nome do PRT para justificar a elaboração de um produto regional. Essas medidas eram capazes de levar ao mercado, de uma hora para outra, esses produtos turísticos do estado que não estavam devidamente articulados ao acesso dos seus públicos consumidores.

Em outras ações o MTUR, juntamente com o DETUR e a BRAZTOA, promoveram a 2ª fase do Encontro de Qualificação e de Negócios Turísticos em Boa Vista. As empresas que atuavam no turismo em Roraima foram convidadas, além de entidades como ABRASEL, ABRAJET, ABLA, ABIH e IES. Foram apresentados os programas “Vai Brasil”, sistema CADASTUR e PRT. O MTUR mostrou-se como principal artífice de iniciativas para geração de novos negócios turísticos no estado.

No ano de 2007, conforme as atas do FTR, foi empreendida a escolha da marca turística a ser trabalhada em todo material promocional e de marketing de Roraima. Constatou-se, a partir da análise da ata, o registro da ausência de investimentos do estado para a promoção de sua imagem turística em eventos nacionais. Foi apresentado o projeto de promoção e marketing de Roraima, tendo sido escolhido o mercado venezuelano para realizar a referida ação. Sugeriu-se, pelos presentes, que todas as regiões do estado fossem contempladas nas fotografias utilizadas para a campanha.

Em 2008, segundo o Jornal Folha de Boa Vista, a ABRASEL promoveu a comercialização de roteiros turísticos de Roraima. A matéria tenta para o fato de Boa Vista ter sido citada como ponto central de escoamento dos fluxos turísticos. A capital já dava os passos de destino indutor do turismo regional, apesar disto não ter sido algo bom para o estado, de uma forma geral. Entidades esforçavam-se para divulgar o turismo aos roraimenses, tanto que as atividades concentram-se em Boa Vista, visando o fortalecimento de seu turismo.

Outro aspecto trabalhado também neste mesmo ano em Boa Vista foi a rota do turismo de observação de aves. Na ocasião a PMBV lançou o guia sobre aves de Roraima. Nesse sentido, mais um segmento ganhou espaço no mercado regional, de forma que a capital procurou criar condições para fomentar o turismo lançando informações sobre segmentos turísticos potenciais.

É criada uma nova agência de desenvolvimento do turismo para a região norte. A ação surgiu em função do MTUR, junto ao Convention and Visitors Bureau – C&VB, visar uma maior divulgação dos produtos turísticos da região. Assim nasceu a Agência de Desenvolvimento do Turismo da Amazônia – ADETUR, com sede em Manaus – AM, visando o fortalecimento do turismo da região norte. A agência envolveu todos os estados e foi fruto de um convênio celebrado entre o MTUR e C&VB, objetivando uma maior divulgação do produto turístico da região e seguindo o PNT (BRASIL, 2007), voltando-se para o fomento de atividades relacionadas com o turismo.

Em 2009 o SBT chegava a Roraima para gravar os atrativos turísticos, numa ação intermediada entre o DETUR e o MTUR. A ação de marketing para o estado foi realizada em função da exposição na mídia, que começava a divulgar Roraima para todo país.

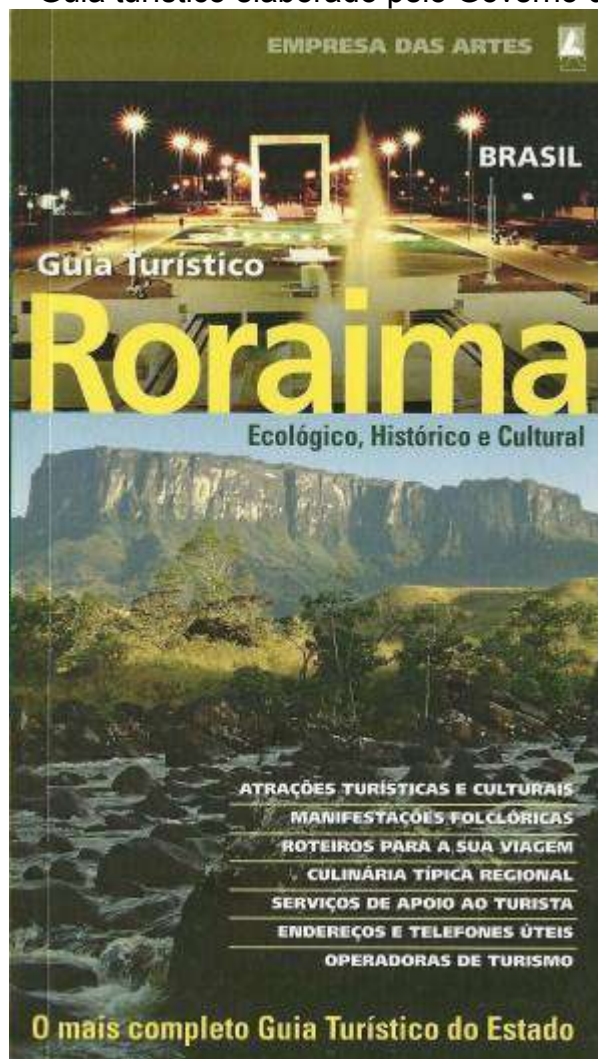
Além disso, o MTUR empreendeu esforços no sentido de renovar o banco de imagens de Roraima ao mobilizar equipes de fotógrafos para registrar as belezas naturais do estado. O objetivo foi divulgar os atrativos nos eventos internacionais e no Salão do Turismo que estava próximo de se realizar naquele ano.

Ainda sem plano estadual, Roraima tenta captar recursos que vem sendo ofertados por agentes financeiros e MTUR, no intuito de aplicar o dinheiros em ações e projetos que não estiveram suficientemente claros nos dados coletados pela pesquisa. As informações são confusas e deram conta de projetos tanto estruturantes (como um centro de convenções em Boa Vista) quanto de promoção do destino (participação do estado em eventos nacionais e internacionais divulgando a marca Roraima).

Neste mesmo ano o DETUR lançou seu primeiro e único guia turístico do estado de Roraima no IV Salão do Turismo (figura 53), com a presença de ministro do turismo Luiz Barreto.

Nessa ocasião ocorreu a apresentação da Rota 174, roteiro que ligava Manaus (AM) à Pacaraima (RR), numa extensão de 989 km. O projeto buscou captar U\$12 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID para investimento em infraestrutura. Isso porque, após surgir o MTUR, investir no turismo passa a ser um bom negócio para o sistema financeiro.

Figura 53 – Guia turístico elaborado pelo Governo de Roraima



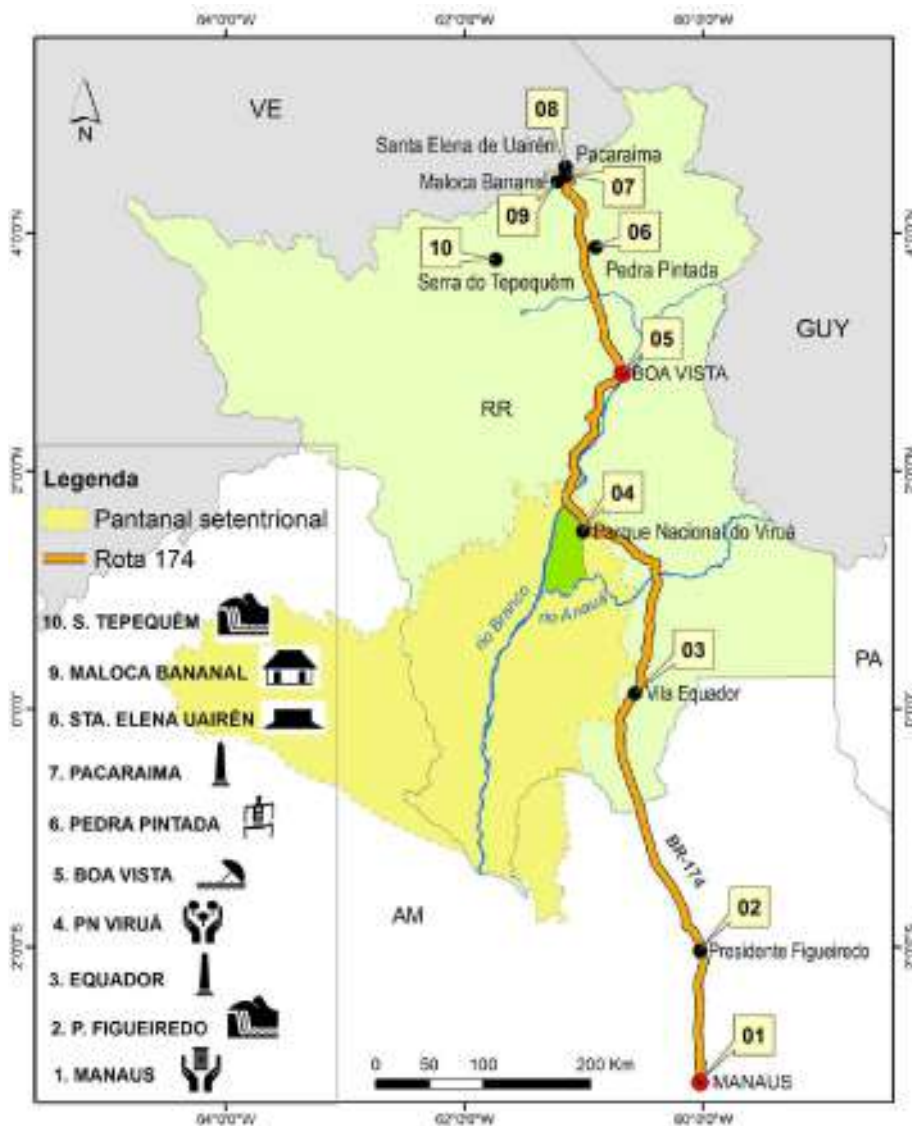
Fonte: DETUR, 2008

Em 2010 o MTUR lança o Plano Aquarela 2020 em Roraima, apresentando-o como o plano de marketing nacional para o mercado externo. Em paralelo a isso o MTUR, a companhia aérea GOL, o Sebrae e Instituto Marca Brasil – IMB promoveram uma *PressTrip* (viagem de familiarização turística com veículos de comunicação, jornalistas e pessoal de mídia em geral) cujo objetivo foi levar esses profissionais a conhecer Roraima e divulgar seu potencial turístico, gerando uma

ação de divulgação do produto turístico de regional junto à mídia especializada. A iniciativa tornou nacional conhecida a Rota 174. Tal roteiro foi realizado com esses jornalistas junto aos atrativos de Roraima, os quais foram expostos no Salão do Turismo. A ação teve uma boa aceitação, tanto que a Rota 174 foi refeita pela EPTV (emissora filiada à Rede Globo), gravando o programa “Terra da Gente” nos principais pontos turísticos de Roraima.

Em 2011 a Rota 174 (mapa 10) atrai turistas nacionais e internacionais e cinco agências já vendiam o roteiro. Porém, para fechar a venda era preciso um grupo de 15 viajantes, o que acabou se tornando tarefa em um mercado bastante exigente. Apesar dos esforços, o produto não vendia.

Mapa 10 – Rota Turística 174



Fonte: DETUR, 2017

Já no ano de 2014 Roraima participa novamente da feira da ABAV. Participaram o DETUR, a FETEC, além de agências de turismo emissor e receptor do estado. A matéria constata que o turismo é pouco desenvolvido no estado, tendo sido dada maior divulgação aos municípios turísticos de Amajari e Uiramutã. A região norte de Roraima recebeu maior divulgação no evento mas a situação de inércia é relatada em razão das dificuldades enfrentadas por esses municípios.

Neste mesmo ano Roraima participa do “Viaja mais, melhor idade”. A iniciativa do MTUR oferece descontos para idosos que desejam viajar pelo país na baixa estação. A matéria convida empresários a se cadastrarem e oferecerem descontos na baixa estação.

Em 2015 nova matéria da Folha de Boa Vista registra que o turismo cresceu 26% em Roraima em relação ao ano anterior. Isto em razão da evidência dada ao destino turístico Monte Roraima na novela da Globo, além de tentar explicar as razões desse crescimento. Aproveitando o momento o DETUR procura lançar o primeiro roteiro de turismo rural de Roraima intitulado “Vivendo Roraima pelos Cavalos Lavradores”. É importante salientar que tal ação de promoção de roteiros foi oriunda do estado, por meio do DETUR, e não do mercado turístico local.

Observa-se que a promoção e o planejamento turístico andaram em descompasso entre a gestão pública e a iniciativa privada em Roraima. Percebe-se que a promoção turística surge como principal foco do governo do estado. O problema está no órgão estadual de turismo em não planejar o atendimento das demandas necessárias ao prosseguimento do mercado. Além disso, o governo federal exerce forte pressão local por conta de suas demandas, tendo em vista que o mesmo atua promovendo ações que, muitas das vezes, estão desencaixadas entre os contextos nacional e estadual da política de turismo.

A maior parte dos entrevistados afirmou que a promoção turística do estado não existe! O que há, de fato, é um esforço de alguns servidores estaduais em apresentar o estado na prateleira do mercado turístico nacional. Além disso, as ações são pautadas exclusivamente em decisões políticas e não em projetos de desenvolvimento.

Para outros entrevistados, nenhuma das ações vem sendo bem feita: nem planejamento nem promoção. Como afirma um dos entrevistados:

Apesar de algumas ações pontuais não há uma continuidade nesse processo. Apesar disso, esses produtos não deslançam em razão da falta de planejamento e organização. O estado até planejou, mas a falha sempre foi na execução. Por isso, acredito que o estado não deve executar o mesmo. O plano da Ruschmann Consultores, de 2002, foi muito bom mas não representava o anseio da comunidade de Roraima. O estado é incompetente para executar aquilo que foi planejado para o turismo.

Isso leva a crer que o governo do estado de Roraima tem trabalhado mais com a promoção do que com planejamento turístico, haja vista a facilidade com que isso pode ser empreendido dentro do período de quatro anos, que é o prazo estipulado para cada gestão pública estadual atuar no médio prazo. Planos de longo prazo no âmbito do turismo em Roraima não são objeto de interesse, uma vez que (como a própria história demonstra) nada garante que a transição entre governos vai garantir a continuidade das ações planejadas e aplicadas no longo prazo.

5.6 Política de investimentos para o turismo de Roraima

No que se refere à política de investimentos voltada para o turismo, no ano de 2006, a SUFRAMA liberou R\$10 milhões para Roraima investir em infraestrutura turística. Apesar do volume de recursos, não foram identificadas ações ou projetos nos quais os recursos foram empregados. Isto porque a liberação de recursos não seguiu uma política de turismo estadual. Neste mesmo ano a pavimentação asfáltica chega até alto da Serra do Tepequém, no Amajari. Os recursos foram empregados em razão do projeto da estrada cênica, o qual acabou sendo usado para a pavimentação asfáltica de acesso até o local, que se dava por estrada de terra.

Em 2007 as instituições bancárias, que faziam parte do FTR à época, apresentaram linhas de financiamento voltadas para o turismo, de acordo com atas das reuniões da época. Nessa ocasião os representantes dos bancos, ofereceram financiamento para as prefeituras, mesmo que estas não dispusessem de planejamento próprio, a exemplo de plano diretor ou mesmo plano para o turismo.

No ano de 2008 Roraima busca investimento de U\$125 milhões do Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR, recurso oriundo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para obra do centro de convenções do estado. Apesar de ter captado o recurso, não houveram projetos

para executar nenhuma ação e o dinheiro foi devolvido ao governo federal. Esse fato, por si só, denuncia o total descaso do governo estadual em buscar investimentos usando o mote do turismo sem que houvesse real conexão com o PRT, com um plano estadual de turismo (que não existia) ou mesmo com ações que buscassem o fortalecimento do segmento turístico de Roraima.

Apesar de tais investimentos objetivarem integrar um corredor turístico entre a Amazônia e o Caribe (envolvendo os municípios de Manaus e Presidente Figueiredo – AM, Rorainópolis, Caracarái, Mucajaí, Boa Vista, Amajari e Pacaraima – RR, até a fronteira com a Venezuela, ambos interligados pela BR 174) o projeto não prosperou.

A 41ª ata do FTR deste mesmo ano traz o registro de uma nova apresentação do PRODETUR em molde internacional, envolvendo a gestão de uma nova rota turística formada pelo Polo de Ecoturismo (Manaus – Boa Vista – Puerto Ordaz – Puerto La Cruz, Margarita – Caribe). Foram apresentados aspectos do programa de financiamento que objetivam melhorar a qualidade de vida das populações residentes, e que seguiam nesta rota, associado ao incremento com postos de trabalho e crescimento da renda dos mesmos. Apesar disso, na 46ª ata os membros do FTR reconhecem que o estado não conseguiu captar recurso do MTUR para tal projeto.

Agora em 2017, um parlamentar da bancada federal de Roraima anunciou investimentos em infraestrutura, turismo e saúde. Os municípios citados foram: Rorainópolis, São João da Baliza, Iracema, Amajari e Caracarái. Os recursos do foram oriundos do Ministério da Integração Nacional – MIN e MTUR. O município de Caracarái recebeu R\$5 milhões para aplicação em um centro cultural, conhecido como “Ninhódromo”, e para a reforma da orla municipal. Os demais receberam para obras em setores diversos e distintos do turismo. O investimento não tem relação com o PRT. A emenda parlamentar destinou aos municípios o recurso e razão de apoios políticos.

Ainda neste mesmo ano o DETUR anunciou a captação R\$ 390 milhões (os mesmos U\$124 milhões que haviam sido devolvidos anteriormente) que seriam destinados para investimentos nos municípios turísticos do estado. O anúncio, feito pelo próprio diretor do DETUR, trata de projetos para as necessidades dos municípios e atrela os recursos ao volume de projetos que os próprios municípios

vão demandar do DETUR. O recurso é originado do programa intitulado “RR + Turismo”, uma verba do PRODETUR Nacional (BNDES) e do BID.

Reitera-se que este recurso havia sido perdido (pois fora devolvido ao MTUR) depois de 12 anos e que não foi investido. Apesar disso, foi possível observar, *in loco*, que o propósito da divulgação de tal recurso deu-se em razão da proximidade das eleições para governo do estado, proferindo uma ação de mídia para viabilizar a imagem do governo junto à toda sociedade.

5.7 Aspectos da regionalização do turismo no Estado de Roraima

A partir deste ponto serão tratados os aspectos relacionados exclusivamente à instalação do Fórum de Turismo de Roraima, uma peça importante dentro da trama enseja pelo governo federal e que envolve a descentralização do turismo em nível estadual e municipal, além de possibilitar a participação da cadeia produtiva relacionada à iniciativa privada do estado.

A existência deste fórum esta cimentada na perspectiva da democratização das ações e operações voltadas para o turismo, além de permitir maior integração e participação de todos os atores relacionados direta e indiretamente ao turismo. Isso na teoria!

No ano de criação do Ministério do Turismo, em 2003, o Ministro do Turismo à época (Walfrido dos Mares Guia) veio a Roraima para abrir o fórum, como pode ser constatado na figura 54. Na ocasião, foi citado o PNT como um importante ferramenta de planejamento para o turismo nacional bem como a necessidade de cada estado da federação dispor dessa estratégia política visado o desenvolvimento do turismo nacional.

Com ela surge uma pressão enorme para que Roraima desenvolva-se turisticamente. Na ocasião a antiga Coordenadoria de Turismo – CODETUR passa a se chamar Departamento de Turismo – DETUR. A mudança foi realizada em razão da necessidade de se conferir mais autonomia nas decisões relacionadas às políticas de turismo, bem como aos desafios operacionais que este órgão de turismo

estadual precisaria enfrentar para superar suas próprias limitações físicas, orçamentárias, técnicas e de pessoal.

Figura 54 – Ministro do Turismo vem a Roraima



Fonte: Folha de Boa Vista, 2003

De sua instalação até o ano de 2007 o Fórum do Turismo de Roraima – FTR fez uma pausa por uma série de questões atinentes a divergências políticas entre seus membros. Nesse período há uma verdadeira lacuna em todas as decisões, projetos, discussões e demais encaminhamentos que foram feitos. Isto porque nenhum dos seus membros, nem mesmo o próprio DETUR ou seus ex-dirigentes mantiveram os arquivos das atas e os documentos necessários para se resgatar a memória institucional do período. Algumas tentativas deste pesquisador foram feitas, inclusive ao MTUR em Brasília, mas não lograram êxito. O fato é que a memória institucional do departamento não vinha sendo devidamente resguardada em seus arquivos, o que acabou por comprometer parte da construção da linha histórica necessária ao registro do período em tela. Tudo que se sabe sobre o período, obtido

por força das entrevistas feitas por este estudo, é que as divergências ideológicas e políticas à época causaram a paralização do FTR e sua posterior desativação até o ano de 2007.

Outrossim, já no ano de 2007, conforme também constatou Macedo (2018), a 1ª reunião após o período de desativação do Fórum Estadual de Turismo foi agendada. Na pauta, a escolha da identidade turística de Roraima, a discussão sobre o plano plurianual do DETUR, apresentação de um relatório de nivelamento com o andamento da atividade turística no estado, e a inclusão de novos membros que surgiram com ações voltadas para o turismo, a exemplo da Universidade Estadual de Roraima – UERR que havia criado o curso de bacharelado em turismo no ano de 2006. Sendo assim, após a reativação do FTR, buscou-se aprovar a marca turística de Roraima (figura 55), apesar de ainda não haver sido feita qualquer menção a cerca de um possível plano para o turismo do estado.

Figura 55 – Marca turística adotado por Roraima



Fonte: DETUR, 2014

A marca é representada pelas figuras do Monte Roraima, seguido da imagem de uma orquídea que só nasce no cume do Monte Roraima, e, por fim, dos buritis, árvore típica do lavrado roraimense e que tem um apelo cênico e único para a região. As cores escolhidas são representações das mesmas que forma a bandeira do estado.

No ano de 2007, já no decurso da reinstalação do FTR, registrou-se nas atas o enxugamento de membros. Apesar dessa reativação, o grupo demonstra sinais de que o fórum estava enfraquecimento, considerando o fato de não surgirem avanços no cenário turístico estadual, de acordo com o registro da 24ª ata. Ocorreu a retirada de seis (06) entidades do fórum por falta de presença (Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAG, Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo – SINDAIMA, Programa de Desenvolvimento Sustentável da Nova Esperança – PRONESP, Secretaria de Segurança Pública – SESP, Secretaria da Fazenda – SEFAZ e Secretaria de Justiça e Cidadania – SEJUC, Associação dos Povos Indígenas de Roraima – APIRR). Com base nisso observa-se que, apesar da reinstalação do FTR, os membros do mesmo estavam desacreditados do papel do fórum em razão dos conflitos que paralisaram suas atividades. Implica dizer que as diferenças não foram resolvidas e, sim, que a cobrança do MTUR em reativar o mesmo era condição essencial para se continuar operando um modelo de gestão do turismo estadual compatível com a proposta advinda do Governo Federal.

Um dos entrevistados dá detalhes sobre o caso com os seguintes esclarecimentos:

O FTR nasceu com falhas. O governo queria ter o FTR apenas como validador de suas ações. Isso causou conflitos e muitas entidades saíram do mesmo, ficando o FTR parado por falta da ação do governo. Nós chegamos à conclusão de que a redução de entidades ligadas aos diversos setores do turismo de Roraima, incluindo-se aos povos indígenas, demonstrava que a gestão não dispunha do menor direcionamento de suas ações práticas, as quais pudessem voltar-se para o planejamento do turismo estadual.

Uma das premissas essenciais ao funcionamento do FTR era a instalação de câmaras setoriais, as quais teriam por objetivo debater todos os assuntos relacionados ao desenvolvimento do turismo em Roraima. Ocorre que todos os membros do fórum que foram entrevistados foram unânimes em afirmar que nenhum deles participou de nenhuma câmara setorial do turismo.

As câmaras setoriais nunca foram instaladas. Esse é um fato marcante e que atenta contra o princípio basilar dos fóruns estaduais de turismo, que é a construção participativa das estratégias, ações e mecanismos para a operacionalização e desenvolvimento das políticas estaduais de turismo.

5.8 Política Nacional de Turismo em Roraima

No que se refere à política nacional de turismo empreendida em Roraima, no ano de 2006, foi feito um importante registro pela imprensa local. Representantes dos fóruns estaduais de turismo da região norte reuniram-se em Manaus – AM. Na ocasião participaram o MTUR (por meio de sua Secretaria Nacional de Políticas de Turismo – SNPTUR) e o Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo – FORNATUR. O MTUR lançou, naquela ocasião, o projeto de fiscalização turística em Boa Vista. A ação voltou-se para os prestadores de serviços turísticos do estado e teve como público-alvo as forças de segurança pública do estado, sindicato dos guias, Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e o Corpo de Bombeiros. A ação fez parte de uma estratégia do PNT (BRASIL, 2003). Tais ações do PNT foram executadas em todos os estados da federação e, nesse interim, Roraima entrava no rol de destinos trabalhados.

Em 2007, registrado na 24ª ata do FTR, representante da Fundação Estadual de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia de Roraima – FEMACT, explanou sobre os problemas na região sul do estado, notadamente na região do baixo Rio Branco, por conta de barcos oriundos de Manaus (AM) que pescavam naquela região sem deixar recursos para o estado nem tratar com os habitantes locais de maneira justa. A esse respeito, os trabalhos de Vitória e Viana (2016) e Alves (2016) já confirmavam tal prática.

O dirigente do DETUR à época afirmou conhecer o cenário, porém, não atuaria para solucionar a questão contra argumentando que o MTUR e sua política não existem para coibir tais práticas, mas, para orientar os visitantes. Naquele momento surgiu a proposta de convidar os prefeitos dos municípios do estado para apresentar problemas relacionados ao turismo de suas edilidades.

Em 2008 foi realizada uma reunião extraordinária do FTR para apresentar a ADETUR. A função da entidade, de acordo com o registro, era viabilizar recursos, movimentar equipe operacional para a gestão financeira dos projetos, bem como elaborar os mesmos e eleger os prioritários para o desenvolvimento regional, além de elaborar planos de marketing, fomentar o turismo de eventos e lazer a serem executados. Não ocasião foi tida como uma política pública importante para a

macrorregião Norte. Apesar disso, novamente se registrou a ausência de uma política estadual de turismo para Roraima.

No ano de 2009 adentra ao governo uma nova gestão, e com ela outras prioridades. Eram elas: questão fundiária, produção sustentável, infraestrutura adequada e capacitação. O Secretário de Planejamento da época afirmou que o turismo é área viável para geração de emprego e renda. Apesar disso, faltam planos para viabilizar o segmento. Tal declaração demonstra que o estado enxerga o turismo como uma área importante.

Em 2012 Governo e sociedade debateram propostas para o turismo de Roraima. Evento intitulado “1º Seminário de Indústria, Comércio e Turismo de Roraima”. Surge também a Lei nº825 que regulamentou a prática do turismo de aventura em Roraima. A aplicação de uma legislação estadual atinente a uma prática do setor reconhece importância do turismo para o estado.

Em 2013 também foram registradas uma série de problemas ocorridos na Serra do Tepequém, em função da ausência de fiscalização. Foram problemas relacionados à poluição sonora e superlotação de trilhas, trazendo grandes riscos ao meio ambiente e a experiência percebida pelos visitantes.

Em 2015 registrou-se o planejamento de ações do fórum, bem como as recomendações feitas pelo MTUR para que o fórum crie câmaras temáticas. Além disso, a matéria publicada no Jornal Folha de Boa Vista informa que todos os convênios contratados em Roraima, que fizessem relação ao turismo, seriam fiscalizados pelo DETUR. Constatou-se, com isso, que o papel do DETUR resumiu-se a mero órgão de fiscalização e condução mínima das ações voltadas ao turismo em Roraima.

Ainda nesse mesmo ano o secretário de planejamento à época sugeriu reativar um projeto envolvendo Manaus e Boa Vista, considerando aquele destino consolidado e parceiro importante do turismo de Roraima. Novamente constata-se, a partir deste registro, que o ciclo da política de turismo em Roraima faz-se bastante presente e parte integrante da lógica de gestores que insistem em empreender novos esforços voltados a práticas que não lograram o devido êxito na ocasião em que foram propostas. Isto porque, como o mesmo afirmou, o programa do governo nos idos de 2015 não contemplava nenhum aspecto voltado ao turismo.

A respeito do FTR e da sua importância para os municípios do PRT, alguns projetos, voltados a obras para analisar nos mesmos, causou atrito entre os membros, uma vez que esses projetos não eram de interesse turístico mas acabaram sendo tratados como tais. Outro exemplo foi o recurso para a construção da estrada cênica para Tepequém, onde o governo impôs a obrigação do FTR em aprovar para não perder recursos. A obra foi entregue de forma diferente daquela que havia sido planejada. Os membros fizeram alguns questionamentos a respeito e o governo à época, por seu turno, acabou inviabilizando o FTR por muito tempo.

Segundo afirmam alguns entrevistados, a forma como foram tratadas algumas câmaras temáticas eventuais no FTR foram por demanda: chegava o projeto ou questão para ser discutido pelos membros, daí formava-se a câmara por afinidade de projeto e, em seguida, dava-se prosseguimento a análise demais encaminhamentos dos mesmos. A operacionalização deu-se, exclusivamente, para chanceler decisões que já havia sido tomadas em instâncias superiores do próprio governo estadual.

As ações voltadas a instalação de uma política de turismo em Roraima tem no papel do DETUR um braço operacional importante. Apesar disso, um dos entrevistados apresentou uma informação relevante sobre o tema:

Ocorre que o governo precisa ter uma política pública melhor estruturada para poder viabilizar o turismo. Sabemos que as políticas levam tempo para acontecer. Daí que é preciso primeiro resolver as questões dos problemas do turismo regional e, enquanto isso, buscar desenvolver mais e melhores nichos de mercado. Apesar disso, é preciso ter em mente que deve existir uma continuidade administrativa do trabalho do governo, uma melhor ação voltada para as políticas públicas do setor e um maior amadurecimento do trade local. As políticas públicas de Brasília para o turismo enfatizam muito a capacitação, organização setorial e marketing, mas não dizem nada sobre nosso plano de turismo estadual.

Daí constata-se que o DETUR tem um papel importante no desenvolvimento do turismo, porém não abraça integralmente uma proposta concreta. É necessário buscar condições para desenvolver o turismo do estado de forma a contornar as lacunas existentes entre as esferas federal, estadual e municipal. Além disso, Roraima tem um problema sério que é a falta de memória institucional. As ações precisam ser pensadas para que se voltem verdadeiramente a quem precisa delas.

Atualmente o DETUR é muito lento no processo de fortalecimento do turismo estadual. O DETUR cumpriu seu papel de forma muito tímida e sem o devido

respaldo do mercado. Salienta-se ainda que nunca foi dado o devido respeito à comunicação mercadológica para propagação de mídia e mercado nacional. Não houve melhoria significativa para o turismo de Roraima desde que este tornou-se estado. É necessário haver o interesse e apoio do próprio governo, com os meios necessários para fomentar as ações relacionadas a atividade.

A realidade nacional não implica em problemas para a circunstância regional. O que falta, na verdade, é uma adequação aos distintos cenários com os quais uma política nacional precisa ser projetada na realidade regional de forma a atender suas especificidades. É importante se fazer uma leitura nacional e, com base nisso, tratar de trazer para o local aquilo que lhe atende e que está posto.

5.9 Plano Estadual de Turismo de Roraima

No que se refere aos aspectos relacionados à elaboração de um plano estadual de turismo para Roraima, diversas passagens foram identificadas pela pesquisa e foram organizadas com o intuito de construir uma linha de raciocínio a esse respeito.

O primeiro plano de turismo já elaborado para Roraima foi apresentado no ano de 2002 pela empresa Ruschmann Consultores e foi pago com verbas oriundas do PROECOTUR. A elaboração do mesmo foi feita por meio do grupo técnico de especialistas da consultoria contratada e teve como escopo a proposta de fortalecer o ecoturismo em Roraima, mediante suas potencialidades. Infelizmente, não existem maiores registros da participação dos atores locais junto ao contexto no qual o plano foi apresentado, uma vez que a proposta de descentralização do turismo (apresentando a figura dos fóruns de turismo estaduais) ainda não existia na época. A referida proposta fez um inventário completo dos atrativos turísticos do estado de Roraima, porém, suas observações e proposições deram-se apenas para os equipamentos e produtos que já operavam no mercado com certa regularidade. Com base nisso, é possível afirmar que não houve um destaque para uma ou outra região do estado, tendo sido (tão somente) orientado o direcionamento do turismo para os

produtos já trabalhados na época, a exemplo do Monte Roraima, Tepequém e a capital Boa Vista. Apesar de sua qualidade técnica, o plano não foi implementado.

Em 2004 o estado muda de gestão e o DETUR elaborou outro plano de turismo, intitulado *DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL NO ESTADO DE RORAIMA – PLANO DE INVESTIMENTO 2004/2006*. Nesta proposta foram contemplados tanto aspectos voltados para o planejamento quanto para o marketing turístico do estado. Também foi possível constatar que havia um claro intuito de fortalecer o ecoturismo e o etnoturismo, tendo em consideração os objetivos ensejados pelo mesmo. O escopo turístico adotado previa que o plano iria trabalhar todo estado, mas havia uma clara predileção pela região norte do estado, especificamente os municípios de Bonfim, Amajari e Pacaraima, além da capital Boa Vista. O documento propõe ações voltadas ao diagnóstico das vocações de cada município, permitindo um aproveitamento turístico mais abrangente do estado. Estavam previstos a criação de planos estratégicos para os municípios, formação de conselhos municipais, além da promoção de atividades alusivas à capacitação e qualificação dos atores locais voltados direta e indiretamente para o turismo de Roraima. Todas as verbas citadas para a condução da propostas eram oriundas do PROECOTUR e ainda da EMBRATUR. Não foi possível acompanhar o registro do debate desta proposta nas atas do Fórum Estadual de Turismo, uma vez que as mesmas não foram devidamente arquivadas pelo DETUR, tendo sido perdidas e a memória de tal discussão inexistente.

Em 2004 foi identificado o plano *VERDE RORAIMA – Uma onda de turismo natural*, de autoria do senhor Marino Andrade. À época, o plano foi apresentado como uma alternativa ao DETUR, uma vez que (de acordo com relatos nas entrevistas) o estado passava por um período de forte inércia gerencial, na medida em que o governo não se ocupava em promover ações que buscassem o desenvolvimento do turismo. O referido plano, com escopo integralmente voltado para o âmbito da promoção e do marketing turístico, propôs a capital Boa Vista como portão de entrada para o turismo, servindo como base de partida e chegada para todo estado. Apesar da iniciativa, a proposta chegou a ser apreciada em reuniões do Fórum de Turismo mas foi rejeitada, uma vez que o mesmo foi elaborado de forma individual e não passou por uma ampla consulta a todos os atores relacionados com o turismo estadual.

No ano de 2008 novamente o DETUR lança um novo documento, desta vez intitulado *POLÍTICA ESTADUAL DE TURISMO DE RORAIMA 2008-2011*. O diferencial desta proposta está na abrangência de aspectos técnicos apresentados para fundamentar a proposta. Já se trabalham com números relacionados ao fluxo de visitantes no estado, permanência média em dias e o crescimento dos produtos turísticos comercializados. Esses produtos eram situados na porção norte do estado (Tepequém, Nova Esperança e fronteira com a Venezuela). Apesar do expressivo montante de ações previstas, o plano não trazia as formas com as quais esses desdobramentos se fariam necessários para, efetivamente, se produzir crescimento e desenvolvimento do turismo nas regiões e atrativos propostos. Como esclareceu o dirigente do DETUR à época, este plano foi copiado da Empresa Paraense de Turismo – PARATUR, em razão da inexistência do plano de Roraima e, ainda, do bom relacionamento entre os dirigentes de ambas instituições, num momento onde os planos precisavam ter critérios similares para que pudessem transparecer técnica e homogeneidade nas tratativas estratégicas juntos as agências de financiamento e ao próprio MTUR.

Em 2009 uma equipe de especialistas, financiados pelo Sebrae/RR, apresenta o projeto *Diagnóstico do potencial turístico do roteiro integrado dos Estados do Amazonas e Roraima - Rota 174*. A proposta trazia em seu escopo a promoção de um roteiro que tivesse início no Estado do Amazonas, passando por todo Estado de Roraima, chegando até ao litoral da Venezuela. Conforme foi identificado nas entrevistas com os membros dos Fórum de Turismo, o projeto foi concebido em razão da oportunidade de potencializar a visita turística muito expressiva que existe (até hoje) dos manauaras para Roraima, motivados pela estadia nas praias venezuelanas. A proposta orientava-se sob um conjunto de paradas estratégicas em um rol de atrativos turísticos identificados ao longo da BR 174, a qual liga a capital do Amazonas até a fronteira com a Venezuela. Cavalcante (2014) concluiu que o maior entrave ao projeto foi que não houve mais estruturação das paradas e nas oportunidades de aproveitamento das mesmas para o fortalecimento do turismo regional envolvendo os aspectos endógenos e exógenos, isto é, entre as os atrativos e aqueles que visitavam os mesmos não foram empreendidas ações de fortalecimento da estruturação do produto, de modo que ao final da ação empreendida o referido produto não seguiu seu curso no mercado. A

condução operacional do projeto deixou a desejar pois não empreendia numa maior projeção das iniciativas, de modo que visitantes e visitados não operavam na mesma temporalidade e na mesma intensidade.

Em 2009 o DETUR apresenta mais uma proposta de plano intitulado *Plano de Desenvolvimento Turístico de Roraima*. Nesta versão o foco volta-se para as ações de marketing pensadas para o estado, tendo como eixos principais os seguintes: *Programa “Roraima Atratividade”*; *Programa “Roraima Produtividade”*; *Programa “Roraima Marketing”*; *Programa “Roraima Gestão”*. Nestes quatro programas foram previstas uma série de ações forjadas sob objetivos, justificativas, público-alvo, atividades necessárias, instituições envolvidas e indicadores de acompanhamento. Apesar disso, não foram feitos maiores esclarecimentos voltadas a quais regiões do estado o plano iria se debruçar, de forma que o referido escopo mais parecia desencaixado no espaço tempo ao qual deveria atuar.

Em seguida, nos idos de 2010, o DETUR lançou uma proposta intitulada *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Estado de Roraima*. A proposta estava orientada para o contexto eminentemente generalista de planejamento, servindo-se como peça de referências para as ações com as quais o estado estava para tratar. A proposta era bastante ampla, fazendo alusão aos aspectos que iam desde a agricultura familiar até a industrialização e ao turismo. Por conta disso, não foram identificadas maiores orientações para o setor, a não ser aqueles que pautavam a busca pelo crescimento dos fluxos de visitantes em razão da maior participação em feiras e eventos de divulgação do produto turístico, além do fortalecimento da cultura e das tradições locais, mesmo que sem mencionar diretamente como isso se daria. Da mesma forma que as anteriores, esta proposta não logrou êxito esperado em razão

Tempos depois, já em 2013, atendendo a solicitação do DETUR, foi elaborado o *Plano Roraima de Turismo 2013-2017: Regiões Turísticas, Roteiros e Indicadores*, de autoria de um docente da Universidade Estadual de Roraima. Este plano foi submetido à apreciação do Fórum Estadual de Turismo de Roraima. O plano já foi concebido dentro do escopo operacional proposto pela Regionalização do Turismo do MTUR, de modo que tais proposições foram dispostas para cada região turística do estado já vigente. O aspecto marcante da proposta voltou-se para a concentração do município de Boa Vista como ponto de saída e chegada principal

para todas ações atinentes ao plano, agrupando muito seus fundamentos apenas na capital. Outro elemento foi a construção de um sistema de indicadores de monitoramento do desempenho do turismo estadual. O plano em tela não trouxe nenhum detalhamento financeiro mas, tão somente, os aspectos técnicos voltados à visitação de atrativos turísticos estaduais e seu respectivo monitoramento. Ademais, todas as iniciativas voltavam-se para fomentar o turismo nas regiões turísticas do Estado à época, que eram quatro no total, perfazendo todo território de Roraima.

Com base nas análises destas propostas, constata-se que todos os planos descritos apresentam um limitador em comum: a ausência de uma descrição dos investimentos diretamente associados a uma fonte de financiamento. Nos planos onde houve a menção de investimentos não ficou claro de onde seria realocados os recursos para sua execução junto à proposta do turismo. Além disso, muitos planos foram elaborados por especialistas, sejam eles do próprio departamento, contratados ou mesmo voluntários na construção das iniciativas. Outrossim, constatou-se que cada plano trazia em seu cerne um interesse por desenvolver o turismo estadual com base no que os elaboradores conheciam de melhor, sem se formularem ações fundadas em aspectos verdadeiramente técnicos, a exemplo dos atrativos e condições de aproveitamento disponíveis num inventário turístico próprio do estado. Tudo era pensando sempre partindo-se de um paradigma, seja ele vigente ou dotado de certa exclusividade, de modo que a construção participativa dos planos nunca foi utilizada por seus elaboradores.

De acordo com os entrevistados, o plano estadual de turismo é uma ferramenta de suma importância na condução de uma política de turismo para Roraima. Afirmou-se ainda que sempre houve boa vontade das pessoas em fazer planos para o estado, mas que não houve nenhuma iniciativa consolidada nesse sentido porque as pessoas queriam sempre personalizar os planos, isto é, valorizar mais aquilo que as mesmas acreditavam ser turístico do que efetivamente tratar a questão de forma técnica.

A ausência de um planejamento participativo é um grande gargalo ao desenvolvimento desse plano. O plano é uma importante ferramenta de gestão, promovendo uma maior racionalidade econômica e com o menor custo para promover mais oportunidades. No entanto, nas palavras do secretário de planejamento, um aspecto importante deve ser registrado:

Só que esse plano tem uma questão séria: a definição de fontes de financiamento. Esse é um grande gargalo do turismo de Roraima. Para isso é preciso recurso capaz de financiar e isso é um problema pois as prioridades são de natureza social (saúde, educação, bem estar). Por isso, o turismo compete politicamente com outros setores tidos como prioritários e, nessa briga, o mesmo não ganha vez. Seria importante que os investimentos pudessem ser aplicados atrelados ao turismo, gerando amplitude de possibilidades entre o turismo e outras áreas.

Já houveram muitas propostas de planos estaduais de turismo, mas que muitos deles eram induzidos, a exemplo do plano da Ruschmann Consultoria. Induzir quer dizer dar maior conotação a algo que se quer desenvolver, sem que de fato isso seja algo natural, uma vocação do estado. Cada um que tinha participação em algum setor demandou que esse plano desse maior conotação a essa sua atividade.

Nesse sentido conclui-se que o plano é de suma importância para o turismo, mas é necessário que o órgão de turismo tenha independência para gerir a pasta e conduzir o mesmo.

5.10 Os desafios da regionalização turística de Roraima

No que se refere às regiões turísticas formatadas pelo Estado de Roraima e inseridas no PRT, é de suma importância referendar a relevância deste programa no escopo desta tese. Admite-se que numa política estadual, com foco regional como é o Programa de Regionalização do Turismo, todos os elementos paisagísticos que podem se prestar ao aproveitamento turístico precisam estar alinhados a um viés estratégico de desenvolvimento regional. Desta feita, o PRT é o programa lançado pelo MTUR que melhor engendra e aglutina todo estado de Roraima numa perspectiva de usar, verdadeiramente, seus atrativos turísticos inseridos num contexto de aproveitamento ambiental econômico, social, cultura e político para o fomento a visitação e a experiência necessários ao meandro turístico.

Sendo assim, buscou-se compreender de que forma o Governo do Estado de Roraima, por meio de seu Departamento de Turismo, atuou em razão da gestão do PRT em escala estadual e qual o papel do FTR na condução dessas iniciativas.

De acordo com as atas analisadas do FTR, em 2007 o DETUR apresentou um Plano Anual de Trabalho que contemplava: oficinas de regionalização do PRT; cursos de elaboração de projetos turísticos para o setor público; projeto de estruturação de centros de atendimento ao turista. Apesar de constar em seu plano de trabalho, conforme relatório cedido pelos técnicos do DETUR, a implementação do PRT deu-se de modo bastante incomum e fragilizado em Roraima, sendo vítima exatamente de um dos grandes gargalos do estado: a informalidade.

De acordo com o relatório, no ano de 2008, foi novamente sugerido pelos conselheiros do FTR que o DETUR participasse das reuniões sobre o PRT em Brasília, junto ao MTUR. A representação era feita pela interlocutora local. Apesar disso, a gestora do DETUR à época não conseguiu fazer com que sua interlocutora participasse das decisões concernentes à regionalização na capital federal. O problema residia na falta de recursos para custear as despesas da interlocutora para Brasília. O PRT, até aqui, ainda não havia sido implantado em Roraima.

No ano de 2008 o DETUR constituiu ações capazes de realizar o PRT da forma como havia sido preconizado pelo MTUR, de modo que somente em 2009 ele foi efetivamente implementado em Roraima, praticamente seis anos depois de sua concepção.

Durante esse processo foi possível observar que os membros FTR promoveram diversas falas no intuito de fazer acontecer o programa em Roraima, na tentativa de pressionar o DETUR a participar ativamente do processo de instalação do PRT. Mesmo assim, muitos relatos nas entrevistas apontam que não se enxerga a relevância do FTR para os municípios de Roraima, já que o mesmo se punha a discutir assuntos que não contemplavam a implementação da regionalização no estado.

Um exemplo disso foi presenciado por este autor, na oportunidade de apresentação do protocolo necessário para a implementação da IN003/FUNAI nas terras indígenas de RR (e que permite a visitação turística sustentável das mesmas) no ano de 2016. Logo após a apresentação pela equipe técnica da FUNAI muitos dos membros do FTR desejaram, tão somente, boa sorte aos que fossem enveredar na proposta, ao invés de requerer ações concretas do estado, e do próprio DETUR,

na construção de um corpo técnico capaz de atender aos protocolos necessários para implementação dessas iniciativas no estado mais indígena do Brasil.

Em consulta as atas do FTR e, cruzando os dados com as entrevistas, observa-se que historicamente a participação dos gestores dos municípios de Roraima sempre foi muito incipiente, para não se dizer nula. Implica dizer que muitos dos municípios inseridos na regionalização preferem aguardar ações federais do que do próprio estado para viabilizar projetos. A aplicação da proposta de regionalização do turismo contribuiu ainda para dar o alerta aos municípios. Isso porque a grande maioria deles é carente de capacidade técnica necessária para se inserir no turismo.

De acordo com a fala registrada nas entrevistas de um membro do FTR:

Houve um equívoco desde o começo do PRT ao se achar que Boa Vista era uma cidade turística. A cidade é uma porta de entrada para o turismo de RR, por ser capital, aeroporto e ter uma rede hoteleira. Isso fez com que se priorizasse muito a capital em detrimento de todos os demais municípios do interior.

Nesse sentido, constata-se que muito do PRT acabou dando prioridade maior a capital em detrimento dos demais municípios turísticos do interior, onde verdadeiramente está o mais precioso produto turístico do estado de Roraima.

Observa-se, ainda, que a região turística mais trabalhada nas reuniões do FTR foi a Extremo Norte do Brasil, notadamente debatendo os aspectos relacionados ao município de Pacaraima e a Tepequém, no Amajari. A predominância dos debates é bastante registrada pelo destino Boa Vista, por se tratar do centro motor da dinâmica socioeconômica do estado, na prática. O Monte Roraima, no norte, é um atrativo turístico consolidado e, por conta disso, é pouco tratado nas reuniões. Já o baixo Rio Branco tem a pesca esportiva consolidada e de padrão, classificado internacionalmente, como o melhor do mundo e o mais desconhecido da sociedade roraimense.

Amajari tem a serra do Tepequém bem consolidada, mas ainda precisa definir a questão fundiária e ambiental, pois os órgãos não buscam solucionar os entraves daquela região, já que muitas das terras ainda pertencem à União. O município de Uiramutã poderia ser classificado como o maior produto turístico de RR, no entanto os problemas se amontoam naquela região em função dos interesses múltiplos e difusos atinentes aos povos indígenas e ao seu direito de gerir a terra em que vivem.

Notadamente constata-se que aqueles povos ainda não aspiram viver no tempo do turismo, mas sim, no seu próprio tempo social e cultural, aguardando o momento para enveredar nas iniciativas de participação do etnoturismo regional.

A respeito da instalação da regionalização do turismo, constata-se que o FTR ficou alheio ao processo de regionalização do turismo. Isso porque o mesmo já chegou pronto de Brasília, de forma que não houve qualquer espaço para discussão da dinâmica ou do mecanismo que envolveria esse projeto. Alguns membros acreditam que perdeu-se a efetividade do planejamento turístico no PRT, pois essa política não avançou para além do papel, tendo em vista que muitas ações foram tão somente abstratas e não efetivamente concretas. Constata-se ainda a falta de entendimento entre o governo, a sociedade e os empresários. É preciso discutir com esses atores sobre o que querem com o turismo e isso só é possível por meio de um planejamento participativo, democrático e colaborativo.

Sobre os avanços no turismo de Roraima com o PRT, muitos membros do FTR tinha dúvidas em relação a isso mas, em certa medida, foram reticentes em afirmar que se não houvesse a inclusão do estado no programa, o turismo seria ainda bem pior. Acreditam, nesse sentido, que Roraima estagnou turisticamente, tanto no mercado quanto em relação às políticas públicas.

A respeito das ações de sensibilização do PRT nos municípios, registrou-se que apenas os municípios de Boa Vista, Caracaraí e Pacaraima receberam ações nesse sentido, ficando de fora todos os demais que haviam sido inseridos desde o começo do programa. Sendo assim, tem-se que apenas 30% dos municípios turísticos do estado, um em cada região, recebeu algum tipo de ação com foco na regionalização, isso nos idos do ano de 2009, por tanto, a nove anos atrás em relação à conclusão deste trabalho.

Diante disso, constata-se que o município de Boa Vista foi quem mais se destacou com o PRT, por ser destino indutor e por ter recebido numeroso volume de ações, recursos e iniciativas voltadas ao desenvolvimento de sua estrutura turística, em detrimento dos demais municípios do estado, que foram trabalhados de forma muito superficial e incipiente.

Os municípios de Amajari e Pacaraima até chegaram a atuar com alguma força junto à regionalização. Porém, o primeiro esbarrou na questão fundiária, energética e de qualificação profissional. Já o segundo vive à sombra do Monte

Roraima, e que dele muito pouco se beneficia, isto é, à sombra do invisível. Além disso, Pacaraima também estagnou em razão das questões indígenas, fronteiriças, migratórias e legais relativas à sua instalação estrutural.

Antes nada havia sido feito, mas recentemente, em 2018, foram criadas algumas instâncias de governança. Para que o município continue constando no mapa da regionalização é preciso que existam ações previstas na LOA e que, mediante isso, os projetos com o turismo possam ser contemplados.

Por diversas vezes os entrevistados afirmaram que, em termos de desenvolvimento turístico, o estado está parado. Isto porque muitas ações desenvolvidas por Roraima são oscilantes, atinentes as entidades do turismo e os agentes públicos. Isto é, quando as entidades cobram mais ações e projetos para o turismo o governo (estadual e municipal) ignoram e, tempos depois, ocorre o contrário. Então, historicamente, ocorre que esse cenário contribui para a manutenção da inércia do turismo, de modo a primar pela manutenção desse contexto em cada uma de suas extremidades.

Nos municípios mais ao sul do estado os gestores públicos são ignorantes ao deixar de enxergar no turismo uma alternativa econômica importante e isso, por sua vez, prejudica uma possibilidade de instalação de ações voltadas para desenvolver esse vetor (a exemplo dos municípios de Caroebe, São Luiz do Anauá e São João da Baliza). Ainda há muitos municípios que sequer tem LOA ou mesmo descrição orçamentária. Os municípios que ficaram de fora do mapa não tem gestores que olhem para as diversas possibilidades que o turismo pode oferecer para cada eles.

A intenção é apenas captar algum recurso, aplicar o mesmo e dizer que foi feito algo com recurso do turismo, apenas isso. Não há, sequer, o compromisso em afirmar que tal obra realizada se prestava, ou passou a se prestar, para o turismo.

Em relação à mobilização do PRT nos municípios constatou-se que apesar de conveniar com o MTUR o estado não conseguiu executar o PRT. O grande entrave em Roraima foi a operacionalização do programa, por conta do alto índice de informalidade dos empreendimentos existentes no interior do estado.

No município de Boa Vista não houve problemas, tendo em vista que as empresas encontravam-se legalizadas e puderam atender ao que previa o convênio entre o Estado e o MTUR para suprir as demandas (transporte, alimentação, hospedagem, etc.), tudo isso no que se refere ao desembolso necessário para

realizadas as atividades. Já as empresas existentes no interior, cujas sedes eram Pacaraima (Norte) e Rorainópolis (Sul) tem muitas atividades informais, de modo que não foi possível contratar nenhuma empresa e realizar as atividades do PRT.

Nesse sentido, foi pedida prorrogação de prazo mas não foi possível atender e, assim, o recurso foi desenvolvido para o MTUR. A única etapa feita foi a sensibilização e criação do Fórum de Turismo de Roraima. Tentou-se criar outras instâncias de governança em outras regiões mas não foi possível em função do avançar do tempo e da mudança de gestão nos municípios, provocada pela troca de pessoas a frente das pastas de turismo, o que acarretou muita descontinuidade e falta de linearidade na execução do PRT.

Apesar do DETUR ter feito uma demanda formal junto ao MTUR, buscando maior flexibilidade para com a condução do PRT em Roraima, o ministério não admitiu tal prática.

Isso pode servir ainda como elemento para demonstrar que o tempo do turismo de Roraima ainda não chegou, considerando que a própria economia informal acabou pode se tornar mais um gargalo a execução dos projetos de magnitude nacional. O mercado local não atendeu satisfatoriamente aos requisitos mínimos exigidos para executar o projeto. Este é tido como mais um aspecto que vem promovendo a manutenção da inércia nas ações do turismo em Roraima. O problema foram os termos do convênio que não poderiam ser diferentes. Muitos meios de hospedagem e restaurantes não tinham CNPJ e demais itens da formalidade, de modo que o mercado ainda precisa avançar nesse sentido.

Em relação ao fato de entender como se caracteriza o turismo de Roraima, os membros do FTR tiveram opiniões bastante plurais a respeito. Alguns afirmam que o estado caracteriza-se com maior força como um turismo de natureza. A própria PMBV afirmou que promover o destino Roraima é uma condição fundamental para sua sobrevivência, tendo em vista que toda grande infraestrutura necessária ao desenvolvimento de RR passa por Boa Vista mas que o grande aproveitamento turístico do estado reside nos municípios do interior.

Outros ainda não veem a Amazônia como turismo de massa. Acreditam que quando a Venezuela retomar a sua economia, Roraima será um forte canal de passagem, já que grande parte dos fluxos de visitantes que por aqui passam vão para aquele país.

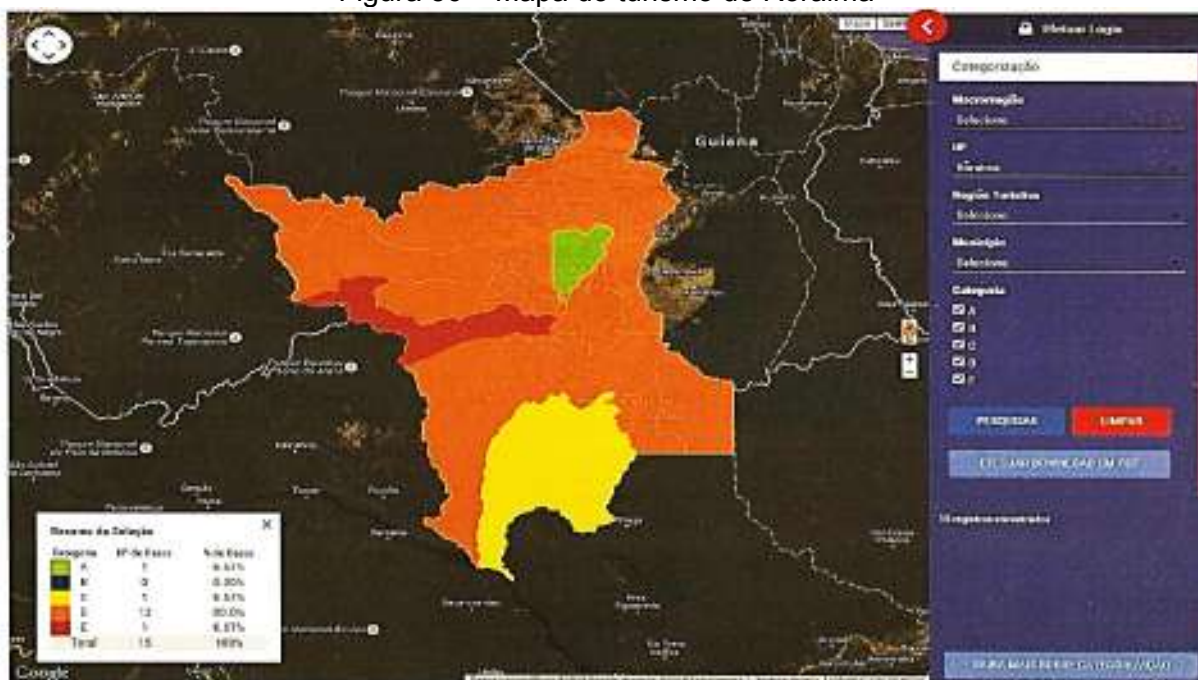
Roraima é um destino seletivo, agregado, com pesca esportiva, turismo de contemplação e de aventura. É possível também se pensar num destino voltado para o turismo interno, para o roraimense. Já houveram iniciativas no passado que lograram êxito e isto pode ser reintegrado ao processo de amadurecimento do estado.

Outra fortaleza do estado está no etnoturismo, o qual precisa ainda ser melhor trabalhado e estruturado, em razão das diversas comunidades indígenas. Isso pode ser oportunizado na medida em que se pode voltar a conversar com as lideranças locais. Os nichos de mercado do estado precisam ser melhor identificados e trabalhados em suas respectivas especificidades.

Outra vertente bastante significativa para Boa Vista está no turismo de negócios, que tem potencial agregado aos recursos cênicos e naturais disponíveis no entorno da capital. As possibilidades voltam-se, ainda, para o turismo cultural e de origem indígena.

Apesar de alguns lampejos de esperança a quem acredite que Roraima viva na pré-história do turismo, de modo que alguns afirmam não existir vontade política em produzir realmente conteúdo capaz de viabilizar a atividade turística no estado. O mapa do turismo de Roraima encontra-se caracterizado da seguinte forma, como mostra a Figura 56.

Figura 56 – Mapa do turismo de Roraima



Fonte: www.mapa.turismo.gov.br, acesso em 01-09-2018

É preciso que o órgão estadual de turismo possa chegar nas pessoas, nos lugares onde há vocação, identifique as dificuldades e faça valer as iniciativas que essas pessoas querem fomentar.

Apesar disso, muitos dos empreendimentos de Roraima ainda não aderiram a boa parte das soluções tecnológicas que existem à disposição no mercado. Isso porque falta vontade em acreditar no turismo como uma via capaz de fazer os empreendimentos crescerem, além do que o próprio empresariado precisa evoluir.

Este é outro indicador do tempo atrasado em que o estado se encontra, em franco descompasso entre as políticas federais e a ausência completa de norteamento estadual e regional.

Daí que o turismo de Roraima se mostra lento, baseado no “achismo”, naturalizado pela familiaridade com que as pessoas passam a ver e a fazer no seu cotidiano, sem que se tome a devida informação concreta, sem a pesquisa necessária para se entender a real dimensão do fenômeno turístico.

A cada dois anos o MTUR revê o mapa do turismo. Isso pode fazer com que os municípios busquem constituir secretarias ou órgãos que possam atuar com a atividade e manter-se no mapa do turismo, para receber investimentos.

Do contrário, sai do mapa e não poderá contratar com o MTUR verbas necessárias para investimentos no setor.

5.11 Marketing do destino

No que tange à divulgação do produto turístico Roraima, foram identificadas informações relevantes para a análise do contexto do marketing turístico. No ano de 2006 Roraima recebeu R\$6 milhões para investir no turismo.

Monte Roraima e Turismo de Pesca no Baixo Rio Branco eram tidos como roteiros de mercado internacional. As regiões norte e sul de Roraima ganharam destaque nacional.

No ano de 2012 os municípios de Uiramutã e Tepequém apresentaram suas belezas naturais no mercado turístico regional. A ação de marketing teve seu foco voltado para a região norte de Roraima.

Um dos fatos mais marcantes nesse sentido para Roraima foi, em 2014, a exposição do estado e do Monte Roraima na novela Império, da Rede Globo (Figura 57). Naquela ocasião cresceu o fluxo de visitantes por conta da exposição midiática conferida por aquele folhetim.

Além disso, por ter sido vendida para mais de 140 países, a novela levou para todo o mundo não só a trama ensejada pela história, mas ainda a imagem de um estado situado na região extremo norte do Brasil que estava no centro de uma exposição mercadológica que muito lhe beneficiou.

Figura 57 – Cena da novela “Império” retratando o Monte Roraima



Fonte: portalpepper.com.br, acesso em 01-03-2018

Apesar de Roraima ter sido fortemente promovida, ainda não estava preparada para receber fluxos de visitantes. Isso acabou não sendo problema, já que o grande montante de visitantes interessados em subir o monte tem no estado apenas um facilitador do acesso, não sendo o produto turístico principal de visitação dessa empreitada que é escalar o monte.

5.12 Entraves ao turismo de Roraima

A busca pela identificação dos maiores obstáculos (os quais chamaremos de entraves doravante) ao desenvolvimento do turismo em Roraima partiu da necessidade de, após compreender a forma e operação dessas dinâmicas historicamente no contexto estadual, se vislumbrar o objeto desta tese, qual seja: elaborar um modelo de planejamento participativo de desenvolvimento turístico amparado pelas dimensões estratégicas de atuação do espaço turístico em questão. Tal espaço pode ser compreendido por ser aquele dotado de condições necessárias ao emprego das ferramentas de desenvolvimento turístico em razão de suas próprias necessidades, especificidades e características, respeitando a distinção entre o tempo social das comunidades residentes e o tempo requerido pela atividade turística para o mesmo se desenvolver.

Com base no cruzamento das informações concernentes ao veículo de comunicação pesquisado, nas atas do FTR e nas entrevistas transcritas e analisadas chegou-se ao delineamento necessário para identificar os principais gargalos ao desenvolvimento do turismo em Roraima.

No ano de 2007, de acordo com os documentos analisados, representantes de três municípios de Roraima – Uiramutã, Bonfim e São Luiz do Anauá, respectivamente das regiões norte e sul – fizeram-se presentes à reunião do fórum e apresentaram alguns problemas relacionados ao turismo nesses municípios. Foram eles:

- A questão fundiária, já que o turismo concentra-se apenas na sede do município e boa parte dos atrativos estavam situados em terras pertencentes à União;
- Entraves na realização de projetos de eventos visando sua expansão;
- Ausência de melhorias nas vias de acesso;
- Problemas na sinalização de trânsito e turística.

Naquela ocasião o município de Mucajaí informou, mediante nota lida na reunião, que não prioriza o turismo. Apesar deste ato, um tanto incomum, hoje sabe-se que Mucajaí acabou tornando-se um importante município turístico para o estado,

uma vez que conseguiu captar recursos do MTUR para construção de sua cidade cenográfica para exibição do espetáculo Paixão de Cristo, na época de véspera de comemoração da Páscoa.

Outro destaque nessa ocasião ficou por conta do secretário de planejamento do estado, que havia colocado sua fala evidenciando alguns problemas do estado como gargalos ao desenvolvimento do turismo. Entre eles destacou o turismo de fronteira, chegando a questionar se o PNT poderia vir a solucioná-lo (em razão da necessidade de se ter visto à época para se entrar na Venezuela). Ora, se o próprio secretário de estado é incapaz de fazer gestão frente aos problemas do mesmo, não se saberia, por oportuno evidenciar, a quem de direito caberia a solução para o respectivo entrave.

Figura 58 – Turismo ainda é pouco explorado em Roraima



Fonte: Folha de Boa Vista, 2008

Em 2008 o Chefe do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em entrevista ao jornal Folha de Boa Vista, afirmou que o turismo é pouco explorado em Roraima, de acordo com pesquisa feita pela respectiva entidade.

Em relação ao ecoturismo, o mesmo atestou que houve crescimento, porém, falta mão de obra qualificada para atuar na gestão destes atrativos, conforme se verifica na Figura 58.

Na mesma matéria a FETEC reconheceu a importância de se integrar a outros municípios vizinhos à capital Boa Vista, de modo que a importância de se cooperar com outros produtos (ou municípios) de seu entorno traduz-se em ampliação da oferta turística e, por seu turno, num maior fortalecimento dos segmentos turísticos encontrados na região. Compreender a integração com outros municípios é condição de extrema importância nesse sentido.

Na 32ª ata de reunião do FTR, em 2008, dedicou-se integralmente a ocasião a discutir a questão da oferta de voos para Roraima junto as companhias aéreas TAM e Gol. Os representantes das referidas empresas estavam participando da ocasião para discutir as questões atinentes.

Outros gargalos foram mencionados em nova matéria veiculada pelo jornal Folha de Boa Vista de 2008. Foram eles:

- A questão política e partidária;
- O reconhecimento da importância do turismo para a economia;
- A criação de um órgão de turismo com estrutura técnica e financeira;
- A formulação do Plano Estadual de Turismo que reflita as necessidades do setor;
- A integração política com países vizinhos;
- Os conflitos fundiários;
- A criação de um canal de aproximação com o MTUR e CNTur.

No ano de 2009 a Justiça Federal proibiu construções no Tepequém, município de Amajari. O Ministério Público Estadual – MPE propôs uma ação que objetiva estancar o volume de construções irregulares na localidade. Como para indefinição fundiária, algumas pessoas ocupam áreas para a construção civil e dão início a um processo irregular de especulação imobiliária. A insegurança fundiária acabou por facilitar tal cenário. Tanto que se intensificaram as ocupações no Tepequém visando exclusivamente a exploração turística. As áreas ocupadas foram usadas para instalar pequenos empreendimentos turísticos. Apesar de toda essa

corrida por terra, moradores da localidade ainda contam com energia elétrica 24hs vinda de pequena usina termelétrica.

Constata-se que o tempo do turismo de Roraima pode ser classificado como dispare ao tempo desejado pelo mercado em geral e as próprias pessoas. O sistema elétrico é inseguro não só no Tepequém mas em todo estado de Roraima. Não há rede elétrica do sistema estadual que esteja ligada ao sistema de abastecimento nacional.

Em 2011 muitas empresas brasileiras de turismo foram proibidas de entrar na Venezuela. Essa (além de outras) medida acabou inviabilizando o projeto Rota 174 ligando o Brasil à Venezuela. Relações bilaterais celebradas entre os dois países terminavam por ocasião disso.

Em 2012 um assalto a turistas brasileiros na Venezuela prejudicou a visita turística entre ambos os países. Na ocasião, a segurança pública mostrou-se insuficiente para atender turistas brasileiros na Venezuela.

Em 2013 os brasileiros desistem da Venezuela por conta do numeroso volume de assaltos, desrespeitando as reservas de voos e hotéis e mantendo um alto risco para os turistas.

Em 2016 a companhia aérea TAM (hoje LATAM) cancelou vôo para Roraima vindo de Manaus, acarretando na redução de voos para o estado e o consequente aumento do custo para vir até Roraima.

Recentemente, em 2017, a FUNAI proibiu todas as agências de turismo de realizar passeios em cachoeiras nas terras indígenas, especialmente naquelas situadas no município de Uiramutã. A razão era que as agências receptoras precisam se ajustar a IN003/15. Todas foram proibidas de levar turistas as terras indígenas. A proibição de acesso às terras indígenas por empresas do turismo pela FUNAI. Trouxe diversos prejuízos para algumas empresas de turismo do estado. A proibição causada por reclamações das comunidades; Governo não toma para si responsabilidade de contribuir com a questão. Repercussão divide opiniões.

Em relação aos gargalos de Roraima, as entrevistas trouxeram contribuições importantes. O empresariado espera pelas ações do poder público para realizar suas atividades e a própria gestão pública não acredita que o turismo possa ser trabalhado como uma importante fonte de desenvolvimento, seria, permanente e limpa de emprego... outro gargalo é a falta de planejamento dos órgãos competentes

do governo estadual e municipal. A ausência de um plano estadual de turismo também foi citado como gargalo.

Um dos entraves também foi citado como a aplicação das políticas públicas nacionais em Roraima. O maior entrave é que os profissionais locais precisam conciliar as perspectivas postas na esfera nacional com as especificidades e demandas regionais. Outro citado foi a cultura local por esperar e depender que o governo realize algo.

A classe política (em geral) também foi citado como obstáculo, uma vez que os gestores públicos e a sociedade não tem consciência de que o turismo é uma grande atividade geradora de empregos, impostos e divisas. Em RR o agronegócio, o comércio, a indústria são áreas valorizadas, mas o turismo não.

A falta de percepção e sensibilidade dos agentes públicos e da sociedade também surgiu nesse mote. O acesso aos atrativos também surgiu como gargalo. Ausência de uma estratégia de planejamento e promoção do estado para o turismo, na forma de um plano estadual de turismo. Outro gargalo seria a falta de profissionalismo dos gestores públicos do estado sobre o turismo. A falta de produtos turísticos formatados e consolidados que viabilizem o turismo regional também foi apontado.

Outro gargalo identificado foi o fato de todos os atores regionais estarem sempre esperando pelas ações oriundas e postas pelo estado. Outro gargalo seria a independência do turismo, tendo em vista que o turismo, enquanto atividade dinâmica, não pode demorar tanto para atender as especificidades que surgem. Um dos entrevistados afirmou que:

Não existe nenhum plano estadual de turismo que chegou a ser plenamente elaborado, sistematizado e posto em execução, daí reside nossa maior crítica, ao fato deste ser um grande gargalo ao desenvolvimento de RR, já que não há diretrizes estratégicas capazes de se materializar enquanto projetos para o turismo

A falta de integração entre os órgãos do governo também foi uma dificuldade para se desenvolver com vistas ao fortalecimento do turismo, Além da valorização das ações e iniciativas locais para se projetar melhor o nome do estado.

Outra dificuldade apontada seria o desenvolvimento do turismo em terras indígenas e áreas de proteção ambiental, dificultando o aproveitamento desse potencial.

Foi citado o fato de que Roraima não dispõe de atrativos culturais ou mesmo construídos, a exemplo de um museu que esteja disponível para a visitação turística.

Outro aspecto limitante reside no planejamento participativo, o qual possa ser construído envolvendo toda comunidade para que a mesma perceba como isso é bom e importante para o desenho dos arranjos produtivos no turismo.

Ainda é importante destacar que, com a mudança de gestão nos municípios, tendo mudado também os responsáveis pela execução das ações, o próprio DETUR precisa voltar aos mesmos e recomeçar as ações, explicando o que é o turismo, qual sua importância, para que isso é importante, o papel do MTUR e do DETUR nesse processo, os programas federais trabalhados e tudo o que for atinente àquele município. Na verdade, é um retrabalho que é feito a cada 4 anos, com a mudança da gestão municipal de turismo.

Outro aspecto refere-se à captação de recursos pelo estado, o qual muitas vezes não podia contratar pois estava inadimplente com suas obrigações. Isso acabou impedindo com que diversas ações pudessem ser realizadas, ou contratadas, por conta dessa inadimplência. Este aspecto, relatado em diversos casos colocados anteriormente, representam um aspecto que causou muita inércia nas ações de desenvolvimento do turismo em Roraima.

Outro gargalo dos municípios reside na ausência de pessoal técnico qualificado e capacitado para desempenhar suas funções com excelência. Os artífices atuam desde à qualificação até a elaboração de projetos na área de turismo. Além disso, a condução do projeto precisa ter continuidade, o que não acontece em razão das frequentes mudanças de pessoal das prefeituras, corroborando para o quadro de inércia nas ações do turismo em Roraima.

5.13 Participação do FTR na solução dos entraves

Com base no exposto anteriormente constata-se que as políticas públicas que foram gestadas pela iniciativa federal acabaram por ter espaço de articulação em Roraima, apesar de ter sido de forma bastante tímida.

As principais políticas de turismo que foram implementadas em Roraima seguiram uma lógica amparada pelo contexto federal, o que acabou por figurar expressamente no escopo concernente ao ciclo da política pública de turismo, quando deveriam ter sido pensadas estratégias e ações próprias no âmbito regional, amparadas pelo cenário nacional, para que a realidade local fosse transformada em razão do turismo.

Das políticas que foram lançadas no cenário nacional (Brasil) e regional (Norte) que tiveram implementação em Roraima destacaram-se, em suas matizes, ações de estruturação, qualificação, promoção e gestão da política pública de turismo. Apesar das ações descentralizadas e das instâncias turísticas existentes, o desenvolvimento de produtos turísticos em Roraima deixa muito a desejar.

Ademais, observa-se que o estado não dispõe de uma política pública própria de desenvolvimento turístico, o que acaba por não apontar, de forma clara, para as direções que deveriam ser seguidas em razão dos seus interesses turísticos. Constata-se que o FTR teve pouquíssima relevância nas decisões que promoveram a solução dos entraves apresentados anteriormente, servindo-se (tão somente) como mero expediente popular de difusão e validação das decisões gerenciais amplas atinentes ao turismo em Roraima.

Observa-se, ainda, que encaixado ao PNMT está o Programa de Regionalização do Turismo, surgindo ambos de forma cíclica e concatenada, buscando seguir certa continuidade por força dos interesses dos agentes locais, mas ainda muito aquém do seu real potencial transformador e estratégico.

Conclui-se, por fim, que nos últimos 40 anos a intensidade das políticas públicas de turismo que foram gerenciadas no Brasil não agiram de forma satisfatória em Roraima, sobretudo porque não houve no espaço e nas instâncias estaduais e municipais ações capazes de viabilizar projetos e iniciativas estratégicas marcadas e voltadas para o desenvolvimento do turismo local.

Muito ainda precisa ser pesquisado e identificado, com foco na política pública de turismo para a região norte, de modo a consolidar um paradigma claro de conclusões acerca do exposto.

6 CONCLUSÃO

Foi a partir dos aspectos colocados anteriormente que chegamos ao epílogo desta tese, não com a intenção de consolidar o entendimento acerca do mesmo, mas com vistas a permitir a amplitude da percepção e a busca por mais estudos que corroborem com a perspectiva de desenvolvimento do turismo para Roraima. Ante a isso apresentamos, doravante, uma série de constatações baseadas nas análises obtidas por meio dos dados colimados ao longo desta pesquisa.

Conclui-se que as prefeituras do estado de Roraima aderiram ao PRT em razão da possibilidade de captar recursos para aplicação do mesmo em obras para os municípios.

Apenas os municípios situados na porção norte do estado de Roraima foram minimamente inventariados. No entanto, percebe-se que não foram trabalhadas nestes núcleos turísticos políticas capazes de proporcionar estruturação para seus atrativos (naturais e culturais), eventos ou mesmo a capacidade de receber visitantes em suas imediações. Da mesma forma, não existem mecanismos de monitoramento do fluxo de visitantes nessas regiões turísticas para que se possa mensurar o reflexo desse turismo na localidade e como se podem operar melhorias ou mesmo mitigar problemas em razão dele.

Conclui-se ainda grande carência de pessoal técnico qualificado para operacionalizar ações e projetos voltados para o turismo. Também observa-se que não existe uma memória institucional capaz de arquivar ações, programas ou projetos relacionados com o turismo nos órgãos públicos municipais e estaduais. Consoante a isso, algumas das ações realizadas, com vistas à sensibilização turística, aparentemente surtiram pouco efeito, uma vez que as manifestações pela realização de atividades voltadas para o turismo nas regiões turísticas do estado não se mostraram significativas.

De forma prática, os municípios e seus gestores sempre isentaram-se em atuar com foco no turismo, delegando esta atribuição ao órgão estadual de turismo.

O mapa da regionalização de Roraima foi confeccionado, primeiramente, com seis municípios, divididos sem qualquer critério e unicamente pela localização norte-centro-sul. Em seguida, foram inseridos mais 9 municípios, de modo que todos

foram inseridos no PRT. Nesse sentido, foram novamente divididos, desta vez em função do acesso aos mesmos, tendo como delimitador o acesso pela BR 174.

A saída de 10 municípios do mapa da regionalização no ano de 2015 demonstrou que houve relevante esforço dos atores locais em insistir num pressuposto insustentável, na medida em que estes municípios (sem o menor suporte técnico, ideológico e político) adentraram numa perspectiva de ação voltada para o turismo sem condições objetivas de atuarem de forma exitosa.

Constatamos ainda que (com exceção da capital, Boa Vista) nenhum município roraimense dispõe de qualquer política pública voltada aos pressupostos epistemológicos que balizam o turismo. A maior parte das políticas públicas realizadas em Roraima são oriundas da esfera federal, concluindo que as mesmas se projetam “de cima para baixo”.

Os conflitos na Região Turística Extremo Norte do Brasil podem ser classificados como fatores limitantes ao avanço do turismo, sobretudo no que se refere ao turismo em terras indígenas e nas demais áreas de proteção ambiental. Como bem esclarece Silva (1997) os atores “com perfis diferentes entram em conflitos”.

Há uma considerável falta de planejamento e de foco nas ações da porção central, na área que compreende a Região Turística Roraima, a Savana Amazônica.

Entende-se que as questões da elencadas para o turismo na Região Turística Águas e Florestas da Linha do Equador esbarram em conflitos entre comunidade local e empresários da pesca esportiva, notadamente pela ausência de fiscalização da atividade, regulamentação própria para prática do turismo de pesca e maior participação das comunidades ribeirinhas no turismo.

Diversas ações voltadas para o turismo foram empreendidas por atores múltiplos, constatando que não havia uma linha única de raciocínio relacionado diretamente com o escopo da política de turismo estadual e/ou municipal.

Nesse sentido, é possível afirmar que há uma latente diferença entre as regiões turísticas entre si e, ainda mais, entre os municípios que as compõem, de modo que há distinção entre as mesmas no que tange ao tempo social entre elas. Também constatou-se que o tempo social (distinto do tempo cronológico) consiste em adotar práticas de outrora, municinando-as com elementos demandados pela contemporaneidade. Assim, voltando-se para o âmbito geográfico e turístico de

Roraima, implica dizer que a busca pelo desenvolvimento local é contínua, acompanhando a marcha do tempo, ora investindo nas práticas socioeconômicas atreladas à sua época (garimpo, madeira, gado, agricultura e turismo), ora buscando reinstalar aqueles de outros momentos passados, mas que não dispõe de robustez ideológica (por conta da ecologia e preservação), legal (legislação) e política (mobilização institucional).

Setores do governo não se comunicam e, por isso, não desenvolvem ações conjuntas (seja horizontalmente, isto é, dentro do próprio governo estadual, seja verticalmente, entre o estado e os municípios). Essa assincronia denota tempos diferentes entre as esferas do poder público.

O tempo do turismo em Roraima é disto do tempo do turismo no resto do Brasil. Desta feita, é válido asseverar que cada lugar, município ou região turística é constituído de um tempo distinto e própria, atrelado diretamente ao seu desenvolvimento social, econômico, ambiental e cultural.

Após a análise do processo de instalação da categorização dos municípios e regiões turísticas do Brasil e, notadamente, das regiões turísticas instaladas em Roraima, constatou-se que os mesmos atuam em um tempo turístico distinto. Isto porque, dadas as condições nas quais a categorização foi atribuída, perfazendo uma política por aglomeração (ou cluster), dotada de ampla especificidade econômica, foi possível observar que alguns municípios foram devidamente categorizados. No entanto, o paradigma evidenciado excluiu diversos municípios do estado de Roraima do mapa do turismo brasileiro por não disporem de agentes econômicos suficientes que atendessem as designações propostas pela categorização.

O fato deles terem retornado ao mapa não significa que os municípios melhoraram seus indicadores turísticos e econômicos atrelados a atividade! Implica dizer, sim, que houve um grande esforço da gestão do turismo estadual em fazer com que esses municípios retornassem ao mapa em razão das suas conformações políticas e partidárias, de modo que um rol maior de municípios turísticos do estado seria capaz de construir alianças políticas que auxiliassem o governo estadual na manutenção de seu mandato. A melhor forma de solucionar esses entraves não está em formular algo novo para Roraima, e sim, voltar ao passado! Entender os gargalos, buscar soluções para os mesmos e retomar um modelo regional próprio e

participativo, na medida em que o tempo social e o tempo do turismo possam seguir em coexistência, num propósito uníssono, de sentido e fluxo.

Nesse sentido, a instalação de vetores de pressão antagônicos que, de um lado pedem avanço das políticas para instalar o turismo (por exemplo) e de outro lado insistem na ideia de expropriar da terra (e daqueles que a habitam) tudo que em outras regiões já gerou riqueza e conflitos. Na fronteira desses vetores instalaram-se conflitos, embates, desenvolvimento e até inércia, tendo como pano de fundo a ausência velada do estado, que conhece a questão e se mantém neutro, aguardando apenas a ascensão do mais forte.

Já no que tange ao município de Boa Vista, a PMBV atua com vistas a promover turisticamente todo estado de Roraima, tomando para si (muitas vezes) o papel da gestão estadual, tanto em eventos nacionais quanto internacionais, se colocando como artífice de indução do turismo estadual.

Com relação ao conselho de debate e descentralização do turismo estadual, o Fórum Estadual de Turismo de Roraima, constatou-se que o mesmo dispõe de memória institucional parcial de suas ações, uma vez que o período de criação e atuação até o momento da regionalização não foi devidamente registrado nas atas de reunião. Outro indicador que testemunha nesse sentido é o fato deste mesmo ente nunca ter confeccionado qualquer relatório (anual ou semestral) de registro das atividades de cada período, como estabelece seu regimento interno.

Com base na análise das atas do Fórum Estadual do Turismo de Roraima foi possível concluir que, por muito tempo, a gestão do DETUR não se fez presente em reuniões sobre a regionalização em Brasília, de forma que sua atuação junto ao MTUR prejudicou o andamento das ações voltadas à regionalização junto aos municípios. A ausência registrada por seus conselheiros nas atas do fórum demonstra que a falta de gestão daquele departamento junto ao órgão máximo do turismo no país não viabilizou a representação da realidade local e de suas especificidades, uma vez que não houve robustez e empenho no tocante a sua atuação na política de turismo nacional.

Observou-se ainda que as políticas cíclicas aplicadas ao Estado de Roraima trataram de apoiar historicamente, e em maior número, o agronegócio em Roraima (agricultura, pecuária e agroindústria) enquanto principal vetor de desenvolvimento. Isso leva a crer que não se fizeram presentes políticas voltadas para o turismo

estadual, uma vez que a principal matriz de desenvolvimento voltava-se para o agronegócio.

Muitos dos gargalos que historicamente solapam o desenvolvimento de Roraima não foram resolvidos por anos, o que criou uma inércia que também atrasou todos os demais setores.

A gestão pública do turismo nunca foi realmente vista como potencial vetor de desenvolvimento, já que no período analisado não foram realizadas ações concretas voltadas ao mesmo. Apesar de haverem alguns desdobramentos, em função do turismo, as ações são prejudicadas pela inércia dos setores produtivos atrelados direta e indiretamente ao turismo de Roraima, que não cobram as iniciativas ou mesmo a continuidade de medidas adotadas para o setor por parte do poder público. Tanto é que o empresariado desconhece o princípio da cooperação regional visando o mútuo fortalecimento já que a participação nas instâncias de discussão vem sendo esvaziadas.

Conclui-se ainda que os ciclos do PRT não se fizeram sentir no Estado de Roraima em razão das sucessivas revisões entre o âmbito nacional e o paradigma estadual. Para além desse panorama é importante salientar que esses ciclos se propunham a atender regiões mais desenvolvidas e estruturadas, a priori, tendo os destinos indutores (a exemplo da cidade de Boa Vista) como eixo forte da política, em detrimento das pequenas cidades que compõem as regiões estaduais.

O principal aspecto do PRT para os destinos turísticos brasileiros pode ser identificado como sendo a descentralização do turismo, isto é, a construção compartilhada de uma política de desenvolvimento do setor que envolve diversos atores do turismo. Disso constata-se que, em Roraima, as decisões acerca do tema não lograram o êxito esperado tendo em vista a ausência de uma orientação própria para este propósito, tratando o turismo como um vetor de desenvolvimento que atende aos egos dos sujeitos políticos. Outrossim, constata-se que mesmo o estado de Roraima não formulando seu plano estadual de turismo, foram raras as oportunidades nas quais o escopo do turismo esteve presente em outras agendas de desenvolvimento, a exemplo do programa PROGREDIRR, do governo do estado.

O turismo precisa de um planejamento estratégico próprio, no entanto, o mesmo precisa estar agrupado aos demais setores chave do desenvolvimento regional de Roraima. Precisa estar inserido nos planos de sinalização, saneamento,

eletrificação, pavimentação, fiscalização, estruturação e investimentos dos diversos setores chave da máquina pública. Esta alternativa volta-se para a tentativa de fazer com que o turismo regional possa ser fortalecido mediante a participação compartilhada e dos interesses mútuos entre o setor e os mais diversos campos que lhe dão subsídios.

O plano estadual de turismo, efetivamente participativo e delineado nas reais vocações regionais de Roraima, é peça essencial na construção de um projeto de desenvolvimento para o setor. Com metas claras, financiamento e focado em resultados, esse pode ser um relevante instrumento de estruturação e desenvolvimento para Roraima. Esse planejamento deve ser flexível, orgânico e multidimensional, dialogando paralelamente com os aspectos social, econômico, ambiental, cultural e político nas escalas local, regional e nacional, primando (fundamentalmente) pelo local. Um plano estadual de turismo deve ser atrelado à LOA e LDO estadual e dos municípios turísticos. As iniciativas propostas em planos estaduais de turismo devem contemplar os anseios da coletividade e não de grupos específicos.

A ausência de monitoramento do desempenho do setor turístico de Roraima enseja uma falha grave na mensuração de seu reflexo para a economia, o meio ambiente, a cultura e a sociedade de forma ampla. São necessários investimentos na pesquisa e na formulação de métodos capazes de compreender a dinâmica do turismo regional e, sobretudo, nas regiões com as quais o turismo vem sendo pensado e difundido.

É importante que o plano de turismo (seja ele estadual ou regional) contemple ações em consonância com a LDO e LOA do estado, de forma a superar uma das camadas da bolha de inércia, qual seja, o aporte de investimentos em ações estruturantes para o setor. Iniciativas desenvolvidas por atores locais não lograram êxito em razão da ausência de apoio do governo estadual já que a maior parte das propostas tinham que surgir sempre “de cima para baixo”.

Constata-se também que a política de marketing é sazonal e aparentemente mais simples de se operar, enquanto que o planejamento do turismo regional é mais longa e complexa, de modo que torna-se mais fácil dar conta de coisas mais imediatas do que aquelas que demandam mais trabalho e tempo.

A respeito do papel representado pelo Fórum Estadual de Turismo, constata-se que a partir das atas analisadas (de 2007 à 2017, portanto, dez anos de registro) o plano estadual de turismo não passou de uma série de iniciativas infrutíferas, as quais ora foram elaboradas, mas dispensadas, pelo governo, ora partiram como propostas de alguns atores relacionados ao turismo estadual.

A fuga de membros do FTR, de forma permanente neste decurso histórico, atesta a recorrente perda de credibilidade do fórum e, por conseguinte, de sua proposta de descentralização do turismo, denunciando a permanente ação do governo do estado em centralizar as decisões políticas.

Os principais problemas relacionados ao turismo nas regiões do PRT são do conhecimento dos membros do FTR. No entanto, não são apresentadas alternativas para se debater as mesmas em câmaras temáticas, ou ainda, buscar soluções que possam apresentar contraponto aos referidos problemas. Estes são: acesso aos atrativos naturais que estão fora das sedes dos municípios; apoio a eventos locais; sinalização básica e turística; articulação junto aos atores locais visando uma maior distribuição dos recursos investidos e gerados pelo turismo.

Ademais, o MTUR fez análise do FTR, por meio de levantamento das atas enviadas ao mesmo, e identificou razões pelas quais o mesmo encontrava-se em inércia. Entre elas destacam-se: Prevalência dos interesses individuais em detrimento de uma agenda integrada; baixa frequência dos participantes nas reuniões, o que levou muitos a perderem a linearidade e foco dos temas discutidos nas reuniões; ausência da criação das câmaras temáticas para que o tema “turismo” seja discutido com mais propriedade e frequência.

Além disso, as ações relacionadas à promoção turística logram maior êxito do que de estruturação do destino e suas regiões. A recusa de um município, como Mucajaí, em compor o PRT e, além disso, informando que não participaria destes debates demonstra a falta de conhecimento da gestão pública para com esta oportunidade. Tanto que, logo depois na gestão seguinte, o município captou e construiu (num total de R\$2,6 milhões com recursos do MTUR) na sede municipal o espaço cenográfico para estruturar a encenação da Paixão de Cristo, um grande evento que é realizado a mais de 30 anos. Tal circunstância comprova que a mudança de paradigma proporcionou uma nova perspectiva regional para o município de Mucajaí, situado na região central do estado de Roraima.

Também foi possível verificar que o DETUR registrou em ata a ausência das reuniões no MTUR para debater o PRT. No entanto, não esclarece as razões pelas quais isso se deu. Foi identificado, via entrevista, que as sucessivas ausências deram-se em razão da falta de recursos para custear as despesas da interlocutora local à época. Denota-se, nesse sentido, não a ausência de recursos e sim a falta de interesse, por parte da alta cúpula da gestão estadual, em atuar diretamente em políticas capazes de contribuir na transformação do paradigma turístico do estado de Roraima.

O MTUR, ao enviar técnicos para falar do PNT, exerce pressão de forma clara para que Roraima receba ações que compõem o rol do plano sem que, para tanto, seja promovido um modelo de planejamento estadual que seja convergente ao projetado pelo órgão federal, o qual preconiza as ações sempre vindas da esfera superior para a inferior, isto é, de cima para baixo.

Constatou-se também que os municípios de Amajari (Tepequém), Boa Vista, Pacaraima e Uiramutã são os que mais surgem em debates relacionados ao turismo. Isto porque a situação ao norte e o acesso aos mesmos são feitos regularmente por visitantes e residentes.

A oferta da malha aérea para Roraima é um gargalo recorrente nas pautas de debate do FTR mas que está longe de ser solucionado em razão da oferta desses voos serem operados por companhias privadas, as quais buscam lucratividade em suas operações. Dito isto, é importante que Roraima possa figurar de maneira forte no cenário turístico nacional para que, via de regra, seja atendido dentro dos pressupostos de fornecimento das linhas aéreas para suas operações. Desde sua criação, o FTR nunca criou qualquer câmara temática que seja para tratar de questões voltadas ao debate e proposição do turismo em Roraima. Esse poderia ser um canal pelo qual as soluções poderiam surgir para atuar na gestão desses entraves.

Constatou-se que o turismo em terra indígena, apesar de ter seu potencial reconhecido pelos membros do FTR, não é abordado até o surgimento da IN003/2015, a qual estabelece condições para implementação do turismo nessas áreas. Apesar disso, o DETUR não promove qualquer ação no intuito de estruturar esse aspecto do turismo regional. Historicamente, percebe-se que há um alto grau de rejeição aos processos de suporte ou estruturação do turismo em terras

indígenas dado o contexto das demarcações de terras indígenas vivenciados em Roraima nas últimas décadas. Outrossim, o complexo nível de exigências demandas pela referida instrução normativa reitera que é necessário um grande rol de profissionais qualificados e direcionados, quase que exclusivamente, para construir essa modalidade de turismo, notadamente direcionado ao contexto comunitário e que, por seu turno, não é do interesse da gestão pública nem mesmo da iniciativa privada do turismo em Roraima.

A falta de um planejamento estratégico (ou plano de turismo) é um grande problema no turismo de Roraima, além de ser recorrente pauta em boa parte das reuniões do FTR. Até mesmo algumas iniciativas, como a Rota 174 lançada em 2009, já não é mais comercializada em razão da falta de credibilidade para com o turismo estadual.

Constata-se também que a forma como o turismo e o lazer acontecem nos atrativos naturais de Roraima carece de regulação do uso e ocupação desses espaços, o que acaba acarretando problemas de diversas ordens (social, econômica e ambiental), bem como a descrença da população em ver o turismo como algo positivo para Roraima, já que geralmente os problemas identificados nesses atrativos são relacionados frequentemente a presença de pessoas classificadas como turistas.

Conclui-se também que depois da verba do PRT (captada em 2007 pelo Governo do Estado, utilizada em parte e outra parte devolvida à União), Roraima não conseguiu mais captar recursos para investir no turismo. Faltaram projetos para o desenvolvimento nas regiões turísticas e ações conjuntas que propusessem a articulação entre os diversos municípios nas regiões. A captação de recursos esbarra em diversos problemas para o estado de Roraima, o que implica em atraso na elaboração e/ou execução de planos, programas e projetos próprios. É preciso ter mais autonomia, corpo técnico e capacidade financeira para prover os investimentos necessários em regiões com reconhecida vocação turística e que já operam o turismo.

Além disso, a redução dos municípios turísticos de Roraima do PRT, o retorno dos mesmos e sua posterior retirada pelo MTUR representou uma grande preocupação para alguns membros do FTR, tendo em vista que tal oscilação traduziu-se mais nos anseios políticos em compor força junto ao MTUR do que,

efetivamente, atuar em razão do desenvolvimento das regiões turísticas e seus respectivos municípios turísticos.

Apesar da boa oportunidade de expor o turismo do estado obtida através da novela *Império*, da Rede Globo, Roraima não aproveitou a ocasião, de modo que apenas poucos atores do turismo local (a exemplo de algumas empresas de receptivo) beneficiaram-se da promoção.

Registrou-se que a primeira iniciativa de planejamento turístico efetivo dos municípios de Roraima inicia-se pela capital Boa Vista, com a elaboração do PDTIS executado por consultoria contratada com verba do MTUR e captada pela própria prefeitura. Enquanto isso, ações voltadas ao fortalecimento do turismo de pesca no Baixo Rio Branco, região do município de Caracaraí, jamais foram discutidas ou propostas pelo FTR. Alguns registros foram feitos nas atas em razão de diversas irregularidades identificadas na região, tanto por representante do ICMBio no FTR quanto por demais membros do mesmo, os quais tomaram conhecimento das questões em razão de conversas com moradores da região. A inércia do FTR em tentar buscar condições para conhecer a realidade e acionar os órgãos de fiscalização para tanto levou muitos membros a desistirem do FTR e abandonarem as reuniões.

Conclui-se que Roraima não avançou no turismo em razão de práticas que deixaram a desejar na operacionalização dos modelos exógenos de planejamento turístico. O planejamento endógeno nunca logrou êxito em razão de ações, interesses e mesmo práticas difusas àquilo que era a práxis do mercado regional.

Com base nestas conclusões, admite-se que se faz necessária a elaboração de um documento capaz de orientar as decisões a serem construídas em razão de melhorias para o setor turístico estadual. Este documento não pode ser pensado numa forja tradicional, rígida, e sim atendendo a um pressuposto mais orgânico, maleável, que seja mensurável e que permita ser revisto em razão dos desafios e paradigmas que se assentam diuturnamente em razão dos modelos de participação política, econômica e social do estado brasileiro. Este produto seria um *Plano de Desenvolvimento Participativo para o Turismo de Roraima*.

Os princípios dessa proposta foram pensados em razão da trajetória na qual o turismo em Roraima veio sendo trabalhado até então. São eles:

- Manutenção das ações e propostas positivas que já vinham sendo realizadas anteriormente, visando o aperfeiçoamento do ciclo de políticas do turismo em Roraima;
- Focar ações e políticas nas regiões turísticas existentes com o intuito de fortalecer os arranjos produtivos com foco no setor;
- Atuar nos atrativos potenciais e já trabalhados promovendo medidas capazes de conceder melhorias em aspectos como a hospitalidade, a profissionalização, a formação de micro empreendimentos turísticos e a formalização de negócios capazes de fazer prosperar o setor produtivo;
- Identificar e fortalecer as iniciativas empreendedoras de cada região que estejam ligadas direta ou indiretamente ao turismo;
- Construir as diretrizes e o planejamento da política de turismo em cada uma das regiões turísticas do estado, respeito sua própria temporalidade, especificidades e, com isso, contribuindo para o desenvolvimento endógeno dessas regiões, focadas no seu auto aperfeiçoamento;
- Evitar a adoção de medidas que conflitem com a temporalidade própria de cada região;
- Identificar os pontos fortes e fracos de cada região com o intuito de formular políticas capazes de enaltecer suas fortalezas, bem como dirimir seus gargalos;
- Monitorar uma série de aspectos responsáveis pelo desenvolvimento do turismo regional, entre eles: fluxo de visitantes e/ou usuários nos atrativos turísticos de cada região; impactos multidimensionais (econômico, social, ambiental, cultural e político) encontrados em cada município/região; formação da cadeia produtiva local associada ao turismo; distribuição da informação turística nos canais de comunicação necessários à sustentabilidade da atividade; grau de qualificação profissional existente em cada região turística; perfil do empreendedor do turismo local, visando a concessão de formação adequada a cada realidade regional; mapeamento dos eventos e das iniciativas produtivas capazes de se voltarem ao aproveitamento turístico regional;
- Prover regulamentação e marco legal de operação para os municípios e suas regiões turísticas, visando a formação de uma legislação em nível municipal e estadual que garanta seu funcionamento e as devidas responsabilidades para com o desempenho da atividade;
- Fortalecer os segmentos regionais e suas forças (turismo de fronteira; ecoturismo; turismo de raiz; turismo de pesca; turismo de base comunitária em terra indígena), bem como reduzir suas fraquezas;

- Estabelecer um programa de apoio e monitoramento aos eventos locais;
- Formação de capital social capaz de atender aos segmentos turísticos prioritários de cada região turística do estado;
- Agenda permanente de ações voltadas ao segmento de turismo comunitário em terra indígena, bem como em regiões chave para o desenvolvimento do turismo em Roraima;
- Inserção de metas e ações junto a outros programas e setores do governo estadual, além do lançamento de demandas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA;
- Estimulo a inserção de metas e ações junto aos gestores públicos municipais, primando pela convergência de interesses entre o estado e os municípios turísticos;
- Definição das prioridades locais e regionais envolvendo o turismo nos municípios de cada região;
- Diagnóstico e lançamento de roteiros turísticos envolvendo cada município, de forma individual e coletiva, sejam em roteiros municipais ou em circuitos regionais, no intuito de ampliar e potencializar a diversificação dos produtos e serviços turísticos regionais.

Os gargalos conhecidos precisam ser bem mensurados visando sua integral caracterização. Depois disso, é preciso buscar solução em meios de transversais atrelados aos interesses do turismo, de modo a efetivar ações concretas e a solução necessária.

A inércia do turismo deve ser combatida com iniciativas e ações que façam o roraimense conhecer seu estado, de modo a ampliar esse raio de influência no futuro.

Os ciclos da política de turismo em Roraima devem sair da sombra invisível da política nacional, adotando medidas concretas para seu desenvolvimento. É imperativo que o vetor turístico estadual possa ser efetivamente projetado, evadindo-se de uma grave da grave situação inercial no turismo na qual vem inserido desde toda sua existência.

Em várias ocasiões os entrevistados constataram que Roraima está atrasado turisticamente em relação ao resto do país. É importante salientar disso que Roraima tem sua dinâmica própria (econômica, social, cultural e ambiental), de modo que isso deve ser levado em consideração.

Além disso, somam-se a esse quadro todos os gargalos de infraestrutura relatados anteriormente. Acelerar processos de desenvolvimento setorial não pode ser tido como solução estratégica para Roraima, tendo em vista que toda cadeia produtiva não suportaria um movimento nesse sentido. É imperativo desenvolver ações setoriais, devidamente planejadas, para que o vetor turístico tenha sustentabilidade, e não comece e termine abruptamente, ou mesmo oscile entre momentos de êxito e fracasso.

Vários indicadores devem ser utilizados para servir de referência no monitoramento do turismo: grau de informalidade em empreendimentos turísticos regionais; nível de cooperação regional; montante de produtos e serviços turísticos do estado; fluxo de visitantes nos principais atrativos estaduais; mão de obra qualificada atuando no setor público e iniciativa privada do estado; mensuração dos impactos multidimensionais em áreas naturais aproveitadas turisticamente em Roraima; surgimento de novos negócios atrelados ao turismo.

A realização de projetos em escala nacional em Roraima que estejam em plena consonância com os interesses e vocações estaduais requer a identificação de oportunidades e gargalos de cada região turística do estado, com o intuito de agrupar os mesmos e promover uma melhor solução aos entraves, isto numa abrangência regionalizada.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. **Plano de Desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal**: Estudos diagnósticos setoriais – PDSA 2005-2008. Universidade Federal do Pará, Organização dos Estados Americanos – OEA, Belém, 2006.

AJURI. Turismo, qualificar para atender melhor. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, p. 09, 22 mai. 2006.

ALECRIM, Wenya. Indígenas lançam cooperativa de turismo. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, p. 04, 22 jun. 2009.

ALECRIM, Wenya. Turismo em terras indígenas é ilegal. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, p. 05, 23 jun. 2009.

ALVES, L. S. F.; DANTAS, E. W. C. **Turismo e Região Nordeste Brasileira**: reconfiguração territorial litorânea da colônia ao II PND. Geosul, Florianópolis, v. 31, p. 7-32, 2016.

ALVES, Thiago José Costa. **Agroecossistemas familiares no Complexo Ambiental Sacai, Baixo rio Branco, Roraima**. 2016. 195 f. Tese (Doutorado em Biotecnologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

ARAÚJO, Luana L. B. **A Regionalização do turismo nos estados do Ceará, Piauí e Maranhão a partir do plano de desenvolvimento sustentável da região turística (PDSRT) do meio-norte**. 2013. 143f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2013.

ARAÚJO, Ray. Calha Norte – Municípios têm plano de desenvolvimento. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, p. 06, 15 ago. 2002.

ARAÚJO, Sheneville. Estudo feito pela FGV aponta potencialidades para Roraima. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, p. 05, 22 fev. 2002.

ARAÚJO, Sheneville. Ministro quer transformar RR em um grande mercado de Turismo Ecológico. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, p. 08, 06 jun. 2005.

ARAÚJO, Sheneville. Turismo ainda é pouco explorado. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, p. 13, 22 ago. 2008.

BARROS, Aidil J. S., LEHFELD, Neide A. S. **Fundamentos de metodologia científica**. 3ed. São Paulo: Pearson, 2007.

BENI, Mário C. **Análise estrutural do Turismo**. 10 ed. São Paulo: Senac, 2001.

BONNEMAISON, Joël. **Viagem em torno do território**. In: Revista de Geografia Cultural. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.

BESERRA NETA, Luiza Câmara, TAVARES JÚNIOR, Stélio Soares.

Geomorfologia do Estado de Roraima por imagens de sensores remotos. In: SILVA, Paulo Rogério de Freitas. Roraima 20 anos: As geografias de um novo estado. Boa Vista: UFRR, 2008.

BRANDÃO, C. A. **Território de desenvolvimento:** as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Unicamp, 2007.

BRANDÃO, Carlos. Desenvolvimento, Territórios e Escalas Espaciais: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar. In: RIBEIRO, Maria T. F., MILANI, Carlos R. S. (orgs.). **Compreendendo a complexidade sócio espacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar**. Salvador, Editora da UFBA, 2008.

BRANDÃO, Carlos. **Território e desenvolvimento:** as múltiplas escalas entre o local e o global. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

BRANDÃO, Cristiane N. **Turismo indígena como fator de desenvolvimento local e sustentável:** Estudo multicascos em comunidades indígenas de Roraima. 2012. 159f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas). Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2012.

BRANDÃO, Vanessa. Seminário discute meio ambiente e turismo. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, p. 12, 17 jul. 2008.

BRASIL. **Avaliação do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil.** Brasília, Ministério do Turismo, Coordenação Geral de Regionalização, 2015.

BRASIL. **Fóruns e conselhos estaduais de turismo.** Brasília, Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, 2006.

BRASIL. **Introdução a Regionalização do Turismo.** Brasília, Ministério do Turismo, Coordenação Geral de Regionalização, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. **FRONTUR:** Turismo de fronteira – 2004/2010. Brasília: MTUR, 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. **PNT 2003-2007.** Brasília: MTUR, 2003.

BRASIL. Ministério do Turismo. **PNT 2007-2010.** Brasília: MTUR, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. **PNT 2013-2016.** Brasília: MTUR, 2013.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ministério do Turismo – 10 anos.** Brasília: MTUR, 2013.

BRASIL. Ministério do Turismo. **PNT 2018-2022.** Brasília: MTUR, 2018.

BRASIL. **Planejamento estratégico do roteiro integrado dos estados do Amazonas e Roraima – Rota 174.** Brasília: IMB, 2006.

BRITO, Bruno D. M. **Geografia Geral Aplicada ao Turismo**. Rio de Janeiro: SESES, 2016.

BRITO, Bruno D. M. **Tecnologia da informação turística**. Rio de Janeiro: SESES, 2017.

BRITO, Bruno D. M. **Turismo de resorts e desenvolvimento regional no Brasil**. Alemanha: NEA, 2015.

BRITO, Bruno D. M. **Os ciclos das políticas públicas de turismo em Roraima: Uma análise dos últimos 40 anos**. Boa Vista: Revista Multidisciplinar Pey Këyo Científico. ISSN 2525-8508, 2018a. Disponível em <http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/pkcroraima>. Acesso em 25/06/2018.

BRITO, Bruno D. M. **Tempo social e política pública de turismo na Amazônia Setentrional: análise conceitual baseada em um modelo proposto de estudo**. Boa Vista: Revista Multidisciplinar Pey Këyo Científico. ISSN 2525-8508, 2018a. Disponível em <http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/pkcroraima>. Acesso em 25/06/2018.

CAMPOS, Ciro. **Diversidade socioambiental de Roraima: subsídios para debater o futuro sustentável da região**. 2 ed. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

CAVALCANTE, Jordana S. **TURISMO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: Um estudo exógeno e endógeno do eixo Amazonas-Roraima**. 2014. 159f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional da Amazônia). Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2014.

CAVALCANTI, Keila B., HORA, Alberto S. S. Política de turismo no Brasil. In: **Turismo em Análise**. São Paulo, N. 13, p. 54-73, 2002.

CARVALHO, Gisélia L. Perspectiva histórico-institucional da política nacional de turismo no Brasil (1934-2014). **Mercator**, Fortaleza, v. 15, n.1, p. 87-99, 2016.

CIDADE. Roraima sediará 3º FRONTUR em 2006. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, p. 11, 10 nov. 2005.

CIDADE. Turismo – Exploração em Roraima debatida desde ontem. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, p. 04, 17 dez. 1993.

CORDOVIL, José Carlos S. O turismo como política pública na Amazônia ribeirinha: uma abordagem sobre o município de Cametá- PA. In: XI Encontro Nacional da ANPEGE. 11, 2015, São Paulo. **Anais...** São Paulo - SP, 2015, p. 3324 – 3333.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T., FERNANDES, Laura M. M. Políticas de turismo: Ações e contradições da realidade cearense. In: CORIOLOANO, Luzia Neide M. T., VASCONCELOS, Fábio P. **O turismo e a relação sociedade-natureza: realidades, conflitos e resistências**. 2 ed. Fortaleza: EDUECE, 2014.

CORREIA, Cyneida. Índios Ingarikó discutirão turismo e demarcação durante assembléia. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, p. 06, 14 abr. 2005.

CORREIA, Oneida. Fórum de Turismo será na quarta-feira. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, p. 05, 02 abr. 2007.

COSTA, José Augusto V. **Compartimentação do relevo do estado de Roraima**. In: OLIVEIRA, Rafael S. (org.). Roraima em foco: pesquisas e apontamentos recentes. Boa Vista: UFRR, 2008.

COSTA NOVO, Cristiane B. M., CRUZ, Jocilene G., SILVA, Chris L. Turismo Comunitário no Amazonas: considerações preliminares acerca da estruturação de uma política pública local. In: COSTA NOVO, Cristiane B. M., CRUZ, Jocilene G. (orgs.). **Turismo Comunitário: reflexões no contexto amazônico**. Manaus, AM: EDUA, 2014.

DANTAS, Eustógio W. C., ALVES, Larissa S. F. **Nordeste turístico e políticas de ordenamento do território**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2016.

DENCKER, Ada F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. 5ed. São Paulo: Futura, 1998.

DIAS, Luany. Fórum sobre turismo inicia hoje no Tepequém. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, p. 08, 20 jan. 2010.

DINIZ, A. M. A.; BATELLA, W. B. **Regiões e regionalizações mineiras: um diálogo entre a teoria e a prática**. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005, São Paulo. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo: Departamento de Geografia - FFLCH/USP, 2005.

EASTON, David. **Uma teoria de análise política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FERNANDES, Rodrigo B., SENHORAS, Elói M. Geografia do turismo e o Tepequém diante das redes internacionais de ecoturismo. In: **Revista Textos&Debates**. Boa Vista, N.18, p. 251-268, 2010.

FONSECA, Maria Aparecida P. **Espaço, políticas de turismo e competitividade**. Natal: EDUFRN, 2005.

FREITAS, Aimberê. **Geografia e história de Roraima**. 8 ed. Boa Vista: IAF, 2009.

FREITAS, Leonardo. Raposa Serra do Sol. Departamento planeja incentivar o turismo nas comunidades indígenas. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, p. 07, 08 fev. 2006.

GADELHA, Tânia. Turismo poderá receber apoio da Europa. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, p. 05, 05 fev. 2001.

GALDINO, Lúcio Keury A. **Roraima: Sociedade, política e meio ambiente**. Boa Vista: UERR, 2018.

GEHLEN, Ivaldo. Território, Cidadania, Identidades e Desenvolvimento Local Sustentável. In: Riella, Alberto (org.) **Glabolización, desarrollo y territorios menos favorecidos**. Montevideu: Universidad de La República, 2006, P265 – 283.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GODOY, Arilda S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. In: Revista de Administração de Empresas. V.35, n. 2, Mar/Abr, 1995. P. 57-63.

GOMES, Bruno M. A. **Políticas públicas e as transações em regiões turísticas**. São Paulo: All Print, 2008.

GONDIM, H., LEMOS, A., LEÃO, Ana L. D. B. C., AMORAS, Haroldo. **Retrato do perfil socioeconômico de comunidades tradicionais que habitam o Nordeste do estado de Roraima**. Boa Vista: Criação, 2013.

GOVERNO DE RORAIMA. **Desenvolvimento do turismo sustentável no estado de Roraima**: Plano de investimento 2004/2006. Boa Vista: SEPLAN/DETUR, 2004.

GOVERNO DE RORAIMA. **Inventário turístico do município de Amajari**. Boa Vista: SEPLAN-DETUR, 2007.

GOVERNO DE RORAIMA. **Inventário turístico do município de Bonfim**. Boa Vista: SEPLAN-DETUR, 2007.

GOVERNO DE RORAIMA. **Inventário turístico do município de Normandia**. Boa Vista: SEPLAN-DETUR, 2007.

GOVERNO DE RORAIMA. **Inventário turístico do município de Pacaraima**. Boa Vista: SEPLAN-DETUR, 2007.

GOVERNO DE RORAIMA. **Inventário turístico do município de Uiramutã**. Boa Vista: SEPLAN-DETUR, 2007.

GOVERNO DE RORAIMA. **Plano de desenvolvimento e integração da faixa de fronteira Venezuela – Brasil – Guiana**. Boa Vista: SEPLAN, 2012.

GOVERNO DE RORAIMA. **Plano estratégico de desenvolvimento do estado de Roraima**. Boa Vista: SEPLAN, 2010.

GOVERNO DE RORAIMA. **Política Estadual de Turismo de Roraima 2008 – 2011**. Boa Vista: SEPLAN/DETUR, 2007.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HAGUETTE, T.M.F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

HILHORST, Jos G. M. **Planejamento regional – Enfoque sobre sistemas**. 2ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

HOLANDA, Janólfa L. R. **Geodiversidade do estado de Roraima**. Manaus: CPRM, 2014.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M; PERL, Anthony. **Política Pública**: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LACOSTE, Y. **A geografia** – isso serve em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 1988.

LAKATOS, Eva M., MARCONI, Marina A. **Metodologia científica**. 2ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LIMA, Luiz C. **O planejamento regional ajuda o turismo?** In: YÁZIGI, Eduardo (org.). Turismo: Espaço, paisagem e cultura. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

LIMONAD, E. **Brasil século XXI, regionalizar para que? Para quem?** In: LIMONAD, E. *et al.* Brasil século XXI. São Paulo: Max Limonad, 2004.

MACEDO, Brenda M. P. **Desenvolvimento sustentável e turismo**: Um estudo sobre as políticas de turismo implementadas pelo governo do estado de Roraima no período de 1992 a 2017. 2018. 155f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional da Amazônia) – Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2018.

MAGALHÃES, Maria das Graças S. D. **Amazônia Brasileira**: processo histórico do extrativismo Vegetal na Mesorregião Sul de Roraima. 2006. 314f. Tese (Doutorado em História das Sociedades Ibero-Americanas) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MARIANI, Milton A. P., ARRUDA, Dyego O. Território, territorialidade e desenvolvimento local: um estudo de caso dos Empreendimentos Econômicos Solidários de Corumbá/MS. In: 48º CONGRESSO SOBER – Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. 2010, Campo Grande, MS. **Anais...** Campo Grande, 2010.

MARTINEZ, Fábio R. **O Crescimento Econômico de Normandia, Uiramutã e Pacaraima no período de 1999 a 2011**. 119f. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Roraima, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia, 2014.

MIELKE, Eduardo J. C. **Desenvolvimento turístico de base comunitária**. Campinas, SP: Alínea, 2009.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Estratégia de desenvolvimento sustentável do ecoturismo do Estado de Roraima**: Inventário dos atrativos e das potencialidades turísticas. V.1. Manaus: PROECOTUR, 2002.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Estratégia de desenvolvimento sustentável do ecoturismo do Estado de Roraima**: Inventário dos atrativos e das potencialidades turísticas. V.2. Manaus: PROECOTUR, 2002.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Estratégia de desenvolvimento sustentável do ecoturismo do Estado de Roraima**: Inventário dos atrativos e das potencialidades turísticas. V.3. Manaus: PROECOTUR, 2002.

MITTERMEIER, R. A.; GIL, P. R.; MITTERMEIER, C. G. **Megadiversity**: earth's biologically wealthiest nations. Mexico City: CEMEX, 1997.

NASCIMENTO, Danilo. Ministério do Turismo renoverá banco de imagens de Roraima. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, p. 09, 02 out. 2009.

NASCIMENTO, Danilo. Roraima é destaque no maior evento de turismo do Brasil. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, p. 06, 06 jul. 2009.

NASCIMENTO, Danilo. Sustentabilidade - Seminário discute meio ambiente e turismo. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, p. 10, 25 jul. 2008.

NASCIMENTO, Vânia L. Q. **Políticas Públicas de Turismo na Amazônia Brasileira**: sua ascensão às agendas do Amazonas e do Pará. 2015. 415f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

NÓBREGA, Wilker R. M. **Participação popular e as políticas públicas de turismo na Amazônia**: o Proecotur no distrito de Mosqueiro, Belém – PA. 2006. 183f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo). Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus – BA, 2006.

OLIVEIRA, Cristina. Turismo - Boa Vista será priorizada para receber investimentos federais. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, p. 11, 01 set. 2007.

PEARCE, Douglas G. **Geografia do turismo**. São Paulo: Aleph, 2003.

PETROCCHI, Mário. **Gestão de polos turísticos**. São Paulo: Futura, 2001.

POLÍTICA. Indefinição fundiária atrasa desenvolvimento do turismo. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, p. 03, 07 nov. 2000.

PORTER, Michael E. **Competição**: Estratégias competitivas essenciais. 14ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1999.

RATTNER, Henrique. **Planejamento urbano e regional**. 2 ed. São Paulo: Nacional, 1978.

ROCHA, Ribamar. Começa hoje II Encontro de Turismo. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, p. 07, 10 out. 2005.

ROCHA, Ribamar. Roraima desperta para o turismo ecológico. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, p. 06, 02 mar. 2005.

RODRIGUES, Edilson. Instituições se unem para discutir turismo em Roraima. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, p. 02b, 22 fev. 2010.

RODRIGUES, Edilson. Roraima receberá R\$ 6 milhões para o turismo. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, p. 09, 05 jun. 2006.

RODRIGUES, Edilson. Turismo – ADETUR é criada para fortalecer o setor no Norte do Brasil. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, p. 07, 03 jan. 2009.

RODRIGUES, Edilson. Turismo tem encontros decisivos em Manaus. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, p. 10, 29 ago. 2006.

RODRIGUES, Emerson S., VIEIRA, Jaci G. Tepequém, do garimpo ao turismo, Tepoking (Rei dos Tepuis). In: **Revista Textos&Debates**. Boa Vista, N.16, p. 85-98, 2009.

SANSOLO, Davis G. Políticas e planejamento do turismo na Amazônia. In: **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p.105-119, 2013.

SANTIAGO, Andréa. Roraima não fará parte do cronograma de campanha do turismo sexual. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, p. 06, 14 jan. 2006.

SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: EdUSP, 2002.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCÓTOLO, Denise, PANOSSO NETTO, Alexandre. Contribuições do turismo para o desenvolvimento local. **CULTUR - Revista de Cultura e Turismo**, Santa Cruz, RS, ano 9, nº 1, fev. 2015, p. 36-59.

SILVA, José B. **Diferenciação socioespacial**. In: *Cidades: Revista Científica*. V.4, N.6. Presidente Prudente: G.E.U., 2007.

SILVA, José B. **Discutindo a cidade e o urbano**. In: SILVA, J. B., COSTA, Maria C. L., DANTAS, E. W. C. *A cidade e o urbano*. Fortaleza: EDUFCE, 1997.

SILVA, Marcelle I. C. **Raposa Serra do Sol: agentes políticos, conflitos e questões internacionais na Amazônia brasileira**. 2012. 236f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2012.

SILVA, Maria da Glória L. **Cidades turísticas**. São Paulo: Aleph, 2004.

SILVA, Paulo R. F. **Dinâmica territorial urbana em Roraima**. 2007. 329f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SILVA, Paulo Rogério de Freitas; OLIVEIRA, Rafael da Silva. **20 anos: Geografia de um novo estado**. Boa Vista: EDUFRR, 2008.

SMITH, Neil. **Contornos de uma política especializada**. In: ARANTES, Antônio A. *O espaço da diferença*. Campinas, S.P.: Papyrus, 2000.

TARGINO, Vaneza. Monte Roraima: Beleza exótica para o turismo de aventura. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, p. 10, 02 jul. 2005.

TARGINO, Vaneza. Serra do Tepequém - Festival divulgará turismo e piscicultura na região. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, p. 08, 24 out. 2006.

TARGINO, Vaneza. Turismo na fronteira está em debate. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, p. 06, 05 set. 2006.

TAVARES, Jânio. Governo terá apoio para desenvolver turismo, diz ministro Walfrido Guia. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, p. 04A, 22 nov. 2003.

TAVARES, Jânio. Ministro do Turismo participará da abertura do fórum em Roraima. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, p. 11, 20 nov. 2003.

THOMAZI, Sílvia. **Cluster de turismo**. Introdução ao estudo do arranjo produtivo local. São Paulo: Aleph, 2006.

TODESCO, Carolina. **Estado e produção terceirizada de políticas públicas de turismo para a Amazônia Legal**: uma análise fundada nas dimensões da vida política. 2013. 257f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

TODESCO, Carolina. Políticas de turismo para a Amazônia legal: De estratégia de ocupação e exploração econômica a um “Modelo Alternativo” de desenvolvimento. In: **VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales**, 6, 2014, São Paulo, 2014, p. 4709 – 4724.

TRAJANO, Andrezza. Boa Vista entra na rota do turismo de observação de aves. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, p. 06, 19 nov. 2008.

TRAJANO, Andrezza. Turismo – abertas inscrições para cursos de qualificação e aperfeiçoamento. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, p. 05, 05 ago. 2008.

TRAJANO, Andrezza. Turismo no Brasil e Guiana – Autoridades estudam acordo de cooperação. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, p. 05, 04 jun. 2008.

TRAJANO, Andrezza. Turismo terá investimentos de U\$124 milhões. **Folha de Boa Vista**, Boa Vista, p. 07, 27 mar. 2009.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: A perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

ULTRAMARI, Clovis, DUARTE, Fábio. **Desenvolvimento local e regional**. Curitiba: IBPEX, 2009.

VERAS, Antônio de Resende T. **A produção do espaço urbano e Boa Vista-Roraima**. 2009. 235f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2009.

VITÓRIO, Luciana de Souza. **Turismo de base comunitária**: análise quanto às interferências do turismo de pesca no baixo Rio Branco, Roraima, Brasil. 2014. 132f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS, 2014

VITÓRIO, L. S.; VIANNA, S. L. G. **Turismo de base comunitária**: análise quanto às interferências do turismo de pesca no baixo Rio Branco, Roraima, Brasil. Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 126-149, ago. 2016.

APÊNDICE A – CATEGORIAS DE ANÁLISE TRABALHADAS NA TESE

CATEGORIA	SUBCATEGORIAS	INDICADORES
REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO	1. Regionalização do Turismo	1.1 Regiões Turísticas 1.2 Municípios Turísticos 1.3 Atrativos Turísticos
	2. Iniciativa Exógena	2.1 Projetos e/ou ações vindos de fora 2.2 Natureza dos mesmos 2.3 Local onde foram realizados 2.4 Resultados obtidos
	3. Iniciativa Endógena	3.1 Projetos e ações de iniciativa local 3.2 Natureza dos mesmos 3.3 De onde surgiram 3.4 Quais resultados
	4. Política de Estruturação	4.1 Projetos de pavimentação 4.2 Projetos de sinalização 4.3 Projetos diversos
	5. Política de Qualificação	5.1 Programas voltados à qualificação 5.2 Ações executadas 5.3 Locais onde se realizaram 5.4 Resultados obtidos
	6. Política de Promoção	6.1 Ações de promoção turística 6.2 Produtos / regiões turísticas promovidos 6.3 Principais eventos
	7. Investimentos	7.1 Origem dos investimentos 7.2 Projetos envolvidos 7.3 Local de investimento 7.4 Resultados obtidos

CATEGORIA	SUBCATEGORIAS	INDICADORES
RORAIMA	1. Histórico	1.1 Origem do município 1.2 Pressupostos turísticos 1.3 Instalação da regionalização 1.4 Políticas e ações voltadas para o turismo
	2. Atrativos	2.1 Naturais 2.2 Culturais 2.3 Históricos 2.4 Eventos
	3. Projetos	3.1 Ações planejadas 3.2 Ações realizadas 3.3 Dificuldades / gargalos 3.4 Apoio de outras esferas ou setor privado
	4. Política Pública	4.1 Legislação específica 4.2 Órgão de turismo municipal 4.3 Instância de governança 4.4 Relação institucional com o DETUR 4.5 Participação no Fórum de Turismo de Roraima
	5. Iniciativa Privada	5.1 Empresas ligadas ao turismo 5.2 Guias de turismo local 5.3 Empreendimentos turísticos 5.4 Serviços turísticos
	6. Comunidade Local	6.1 Relação com o turismo 6.2 Participação no planejamento 6.3 Geração de empregos 6.4 Limitações

CATEGORIA	SUBCATEGORIAS	INDICADORES
POLÍTICA DE TURISMO	1. Instalação do FTR	1.1 Atuação no setor turístico 1.2 Perspectivas projetadas com o FTR 1.3 Primeiras deliberações
	2. Política estadual de turismo	2.1 Política de turismo antes do FTR 2.2 Ações empreendidas antes do FTR 2.3 Política de turismo após o FTR 2.4 Política de resultados para o turismo
	3. Plano Estadual de Turismo	3.1 Levantamento de dados para o plano 3.2 Primeiros estudos 3.3 Surgimento dos planos e autores 3.4 Plano mais relevante 3.5 Desdobramento do mesmo
	4. Regiões turísticas de RR	4.1 Instalação do PRT em Roraima 4.2 Definição dos municípios e regiões turísticas do estado 4.3 Projetos ou ações pensadas para os mesmos
	5. Marketing do destino	5.1 Ações de marketing mais conhecidas 5.2 Resultados obtidos 5.3 Principais iniciativas defendidas 5.4 Participação na promoção (pública x privada)
	6. Entraves ao turismo de RR	6.1 Natureza dos entraves ao desenvolvimento do turismo 6.2 Regiões turísticas com entraves 6.3 Participação do FTR na solução dos entraves 6.4 Municípios com maiores entraves 6.5 Municípios com menores entraves

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM MEMBROS DO FÓRUM DE TURISMO DE RORAIMA

1. A quanto tempo reside em Roraima?
2. Qual sua relação com o segmento turístico?
3. A quanto tempo atua no mesmo?
4. Participou de projetos, programas, ações ou políticas de turismo em Roraima anteriores a 2003 (ano de instalação do MTUR)? E após 2003? Cite alguns!
5. Quais as principais políticas públicas (PP) voltadas para o turismo em Roraima você destacaria? Porque?
6. Quais os principais gargalos ao desenvolvimento do turismo em Roraima?
7. Roraima já teve implementado algum Plano Estadual de Turismo? Com relação a essa questão, o que você apontaria de mais e menos relevante?

8. É membro fundador do Fórum de Turismo de Roraima (FTR)?
9. Tem conhecimento ou trabalhou na construção do Regimento Interno do FTR?
10. Já realizou proposições para o turismo que foram apreciadas e implementadas pelo FTR?
11. Já foi acionado em alguma ocasião para emitir parecer de alguma natureza a respeito do turismo estadual?
12. A respeito das ações para municipalização do desenvolvimento turístico, qual(is) você poderia destacar (sendo ela boa ou ruim) que passou antes ou após a instalação do FTR?
13. Em qual câmara setorial do turismo você atuou ou atua? Quais proposições foram exitosas?
14. Na sua opinião, qual a região turística de Roraima foi mais trabalhada pelo FTR? E qual a menos? Porque?

15. Sobre a regionalização do turismo, acompanhou o processo de instalação do Programa de Regionalização do Turismo (PRT) em Roraima?
16. Foi possível perceber avanços no turismo do estado após o PRT?
17. Saberia dizer em quais regiões/municípios foram realizadas ações de sensibilização do PRT junto aos atores locais?
18. E ações realizadas em função da mobilização do PRT?
19. E em quais regiões/municípios foram instaladas as instâncias de governança regional?
20. Após o PRT, foi elaborado o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional? Se sim, houve implementação?
21. Qual sistema de informações turísticas foi utilizado para monitorar o PRT?
22. Quais roteiros turísticos foram criados e comercializados após o PRT?
23. Quais ações de promoção e apoio à comercialização foram executadas após o PRT?
24. Como foi monitorado e avaliado o PRT?

25. Qual(is) a(s) principal(is) dificuldade(s) é(são) encontrada(s) pelos municípios de Roraima para operar o turismo?
26. Tem conhecimento de municípios que tomaram iniciativas com foco no desenvolvimento do turismo? Se sim, o que realizaram?
27. Acredita que o papel do governo é facilitado quando o assunto é promoção turística ao invés de planejamento do destino?
28. No que tange ao cenário fronteiriço, acredita que o turismo de Roraima é beneficiado por isso?
29. Na sua opinião o turista interessa-se mais pelo turismo de fronteira com a Venezuela ou com a Guiana Inglesa?
30. Quais P.P. de turismo já foram implementadas no estado visando o beneficiamento dessa especificidade?
31. Considera a construção de P.P. para o turismo de Roraima uma via importante de desenvolvimento do setor?

32. O órgão estadual de turismo de Roraima desempenha um papel relevante nesse cenário?
33. Acredita que a evolução do órgão estadual de turismo atendeu as necessidades do segmento no estado?
34. Tem conhecimento de ações que foram tomadas pelo estado de Roraima para se desenvolver turisticamente e que já foram realizadas em outros estados ou região do país?
35. Roraima procura seguir uma linha própria de atuação no turismo ou se baseia em algum outro destino?
36. Acredita que atuar na cooperação regional com os demais estados da Região Norte é uma boa alternativa para desenvolver-se turisticamente?
37. Tem conhecimento de alguma prática que foi realizada nesse sentido?
38. Por fim, na sua opinião, como se caracteriza o turismo em Roraima?

APÊNDICE C – RELAÇÃO DE ENTREVISTADOS³ DO FÓRUM DE TURISMO DE RORAIMA (FTR)

1. SEPLAN / DETUR
2. FEMACT
3. IFRR
4. PMBV
5. AMR
6. UFRR

SETOR PÚBLICO

-
1. ABAV
 2. ABLA
 3. FECOMÉRCIO
 4. SEBRAE
 5. ABIH

INICIATIVA PRIVADA

-
1. ECOAMAZÔNIA

ONG

³ Os critérios para seleção desses membros do FTR foram: Respeito a paridade entre o setor público, iniciativa privada e organizações não governamentais; membros ativos e; maior assiduidade nas reuniões e debates desde a criação do FTR, em 2003, e que permanecem até hoje, em 2017.

APÊNDICE D – ESTUDO DAS ATAS DO FTR

ANO	ATA /DATA	INFORMAÇÃO
2007	21ª / 04-04-2007	<ul style="list-style-type: none"> • Escolha da marca turística de Roraima; • Plano Anual de Trabalho do DETUR, o qual contempla: oficinas de regionalização do PRT; cursos de elaboração de projetos turísticos para o setor público; projeto de estruturação de centros de atendimento ao turista.
	22ª / 09-05-2007	<ul style="list-style-type: none"> • Aborda a caracterização da marca turística oficial; • Realização da campanha nacional de combate a exploração sexual de crianças e adolescentes nos municípios de Boa Vista e Pacaraima.
	23ª / 06-06-2007	<ul style="list-style-type: none"> • Instituições bancárias, que faziam parte do fórum à época, apresentam linhas de financiamento voltadas para o turismo.
	24ª / 11-07-2007	<ul style="list-style-type: none"> • Enxugamento de membros – demonstra que o fórum dava sinais de enfraquecimento, considerando o fato de não surgirem avanços no cenário turístico estadual; • FEMACT explana problemas na região sul, notadamente no baixo Rio Branco, por conta de barcos oriundos de Manaus (AM) que pescam naquela região sem deixar recursos para o estado nem tratar com os habitantes locais de maneira justa. DETUR afirma conhecer o cenário, porém, não atua para solucionar a questão, contra argumentando que o MTUR e sua política não existem para coibir tais práticas, mas, para orientar os visitantes; • Nesse momento surge a proposta de convidar os prefeitos dos municípios do estado para apresentar problemas relacionados ao turismo de suas edilidades.
	25ª / 08-08-2007	<ul style="list-style-type: none"> • Representantes de 04 (quatro) municípios – Uiramutã, São Luiz do Anauá, Bonfim e Boa Vista, respectivamente das regiões norte, sul, norte e centro – comparecem a reunião do fórum e apresentam algumas ações e eventos, mas nenhuma política específica voltada para o turismo. Os problemas desses municípios, respectivamente, foram: questão fundiária, já que o turismo concentra-se apenas na sede do município; entraves na realização de projetos de eventos visando sua expansão, além de melhorias nas vias de acesso; foram apontados problemas na sinalização de trânsito e turística. Não foram citados problemas em Boa Vista. O município de Mucajaí informa, mediante nota lida na reunião, que não prioriza o turismo. Conselheiros solicitam que a informação conste em ata. Também foi feita fala de representantes de bancos, os quais ofereceram financiamento as prefeituras, mesmo que estas não disponham de planejamento próprio, a exemplo de plano diretor. Ainda na ocasião foi mencionado um acordo de cooperação técnica bilateral entre BRA – VEN (Bolívar e Roraima) prevendo integração com o turismo regional de ambos os países e estados.
26ª / 06-06-2007	<ul style="list-style-type: none"> • Retirada de seis (06) entidades do fórum por falta de presença (FETAG, SINDAIMA, PRONESP, SESP, SEFAZ e SEJUC); • Solicitado por um dos conselheiros que a marca do turismo estadual fosse publicada no DOE; • Citação, pelo conselheiro da PMBV, que o DETUR vem se ausentando das reuniões em Brasília acerca do programa de regionalização; • Conselheiros exigem do governo a devida representação institucional junto ao MTUR. 	

2007	27ª / 10-10-2007	<ul style="list-style-type: none"> • Novo desligamento de membros do fórum (APIRR – Associação dos Povos Indígenas de Roraima); • Ausência de investimentos do estado para a promoção de sua imagem turística em eventos nacionais; • Foram apresentados estudos visando o aperfeiçoamento do órgão estadual de turismo; • Foi novamente sugerido pelos conselheiros que o DETUR participe das reuniões sobre os temas relacionados à regionalização e aos demais assuntos atinentes junto ao MTUR; Apesar de ser interpelado sobre o tema, o gestor (Fernanda D’Gilfa Oliveira Maciel) não apresentou justificativas para sua ausência; • Afirmou-se que as atas do fórum ficam armazenadas junto ao MTUR em Brasília.
	28ª / 07-11-2007	<ul style="list-style-type: none"> • Informações sobre ações de divulgação do estado; • Curso de planejamento em gestão pública e projetos turísticos foi anunciado.
	29ª / 28-11-2007	<ul style="list-style-type: none"> • Foi apresentado projeto de promoção e marketing de Roraima; • Mercado venezuelano foi o escolhido para realizar a referida ação; • Sugeriu-se que todas as regiões do estado fossem contempladas nas fotografias utilizadas para a campanha.
	30ª / 07-12-2007	<ul style="list-style-type: none"> • MTUR envia consultor para apresentar o PNT 2007-2010; • Consultor destaca a importância do Fórum e afirma querer conhecer o trabalho desempenhado nos municípios turísticos; • O secretário de planejamento, Aroldo Amoras, coloca alguns problemas do estado como gargalos ao desenvolvimento do turismo (entre eles destaca o turismo de fronteira) e questiona se o PNT pode vir a solucioná-los (o próprio secretário é incapaz de fazer gestão frente aos problemas do estado); • O consultor reconhece o potencial de Roraima para o etnoturismo e cita isso como aspecto importante a ser desenvolvido; • Conselheiro da ABLA questiona se o PROECOTUR permanece no MMA ou será integrado ao MTUR; Não houve registro de resposta.
2008	31ª / 13-02-2008	<ul style="list-style-type: none"> • A maior parte da reunião pautou-se na problemática do Tepequém - Amajari (especulação imobiliária, subtração de terras da união, ocupações irregulares próximas a mananciais) e no projeto Estrada Cênica.
	32ª / 05-03-2008	<ul style="list-style-type: none"> • Integralmente dedicada a discutir a questão dos voos para Roraima junto as companhias aéreas TAM e Gol, as quais estavam com representantes na ocasião para discutir as questões atinentes.
	33ª / 07-05-2008	<ul style="list-style-type: none"> • Representante da ANAC esteve presente para discutir algumas questões atinentes à reunião anterior, com as companhias aéreas; • Cita o asfaltamento de uma estrada vicinal que liga a BR 174 ao Aquamak, parque aquático situado nas imediações de Boa Vista, sentido Manaus.
2008	34ª / 04-06-2008	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação de um projeto para turismo de eventos em Roraima intitulado “<i>Macunaíma, Desenvolvimento do Turismo de Eventos e Negócios em Roraima</i>”.

	35ª / 06-08-2008	<ul style="list-style-type: none"> • Cita o 3º Salão do Turismo em São Paulo e a participação do DETUR no Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes de Turismo. Menciona as palestras com a temática do Turismo Rural e Turismo de Pesca realizadas no evento <i>Seminário Internacional de Meio Ambiente e Turismo Sustentável</i>. • SEPLAN solicita articulação do fórum para abertura de agências bancárias nos municípios de Pacaraima e Rorainópolis. • Constata-se a ausência de muitos membros do fórum, o que registra preocupação por parte daqueles que comparecem regularmente.
	36ª / 03-09-2008	<ul style="list-style-type: none"> • É mencionada a ação 2009 – <i>Ano do Turismo na Amazônia</i> como peça de um plano de cooperação amazônica.
	37ª / 01-10-2008	<ul style="list-style-type: none"> • O PRT, até aqui, ainda não havia sido implantado em Roraima. • DETUR atua apenas no sentido de ofertar cursos de capacitação. • RR tenta captar U\$124 milhões do Prodetur Nacional; • DETUR tenta trazer ABBTUR para Roraima; • Comentou-se a ausência de uma política estadual de turismo para Roraima. • Citaram alguns problemas do estado: Questão indígena, fundiária e fronteiriça. • Consultora do MTUR critica falas e ações do fórum.
	38ª / 12-11-2008	<ul style="list-style-type: none"> • Explicação sobre o PRODETUR, sem muitos detalhes. • Explicação sobre o PDITS sem muitos detalhes. • Cita questões na fronteira com a Venezuela (seguro obrigatório para entrar naquele país).
	39ª / 03-12-2008	<ul style="list-style-type: none"> • Nova apresentação do PRODETUR. • Projeto de cooperação internacional envolvendo Amazônia e Caribe num corredor turístico; • Nova apresentação de uma consultora do MTUR sobre Roraima. • Enumera os desafios de RR (Político; Reconhecimento da importância do turismo para a economia; criação de um órgão de turismo com estrutura técnica e financeira; formulação do Plano Estadual de Turismo que reflita as necessidades do setor; integração política com países vizinhos; conflitos fundiários; criação de um canal de aproximação com o MTUR e CNTur. • Cita alguns gargalos na fronteira BRA-VEN, na área de transporte. • Seleção de membros para participar da ADETUR, onde na ocasião a ABAV foi escolhida para representar o estado na ocasião.
	40ª / 10-12-2008	<ul style="list-style-type: none"> • Reunião extra para apresentar a ADETUR. A função, de acordo com o registro, é de viabilizar recursos, movimentar equipe operacional para a gestão dos recursos financeiros, projetos prioritários, plano de marketing, turismo de evento e lazer a serem executados. É tida como uma política pública importante para a macrorregião Norte.
2009	41ª / 25-03-2009	<ul style="list-style-type: none"> • Nova apresentação do PRODETUR em molde internacional, envolvendo a gestão do Polo de Ecoturismo (Manaus – Boa Vista – Puerto Ordaz – Puerto La Cruz, Margarita – Caribe). Foram apresentados aspectos do programa de financiamento que objetivam melhorar a qualidade de vida das populações residentes associado ao incremento com postos de trabalho e crescimento da renda dos mesmos.

	42ª / 30-04-2009	<ul style="list-style-type: none"> Foram citados entraves ao desempenho do fórum (formato das reuniões, periodicidade, frequência dos membros, motivação, interesses individuais em detrimento de uma agenda integrada) por uma consultora do MTUR que fez trabalho de análise do mesmo. Reassume o Turº Alex Viana. Nova gestão, outras prioridades. São elas: questão fundiária, produção sustentável, infraestrutura adequada e capacitação.
	43ª / 28-05-2009	<ul style="list-style-type: none"> Tratou das questões de marketing e comercialização do destino Roraima. Rota 174 já não é mais comercializada pelo estado.
2012	44ª / 16-06-2012	<ul style="list-style-type: none"> Mencionou a itinerância da ABAV, sediada no Rio de Janeiro. Por conta de equívocos na comunicação, não houve quórum suficiente para realizar a reunião.
2013	45ª / 14-11-2013	<ul style="list-style-type: none"> Não houve quórum suficiente para realização da reunião, porém os presentes fizeram alguns registros. O 1º item da pauta era “Apresentação do Plano de Desenvolvimento do Turismo”. Também foi registrada uma série de problemas ocorridos na serra do Tepequém, em função da ausência de fiscalização para os problemas da poluição sonora e superlotação de trilhas, trazendo grandes riscos ao meio ambiente.
	46ª / 12-12-2013	<ul style="list-style-type: none"> Nova revisão dos membros do fórum para expulsão. Reconhecimento, pelos membros, de que o estado não consegue captar recurso do MTUR. Reivindicação de planos e políticas de turismo para Roraima.
2014	47ª / 17-09-2014	<ul style="list-style-type: none"> Nova revisão dos membros do fórum para expulsão. Promoção do estado com foco na novela “Império”, a qual vende a imagem turística de Roraima por meio do monte de mesmo nome. Novamente se reivindica um plano de turismo para Roraima.
2015	48ª / 18-03-2015	<ul style="list-style-type: none"> Cita o planejamento de ações do fórum. PMBV inicia as tratativas para realizar o PDITS. Recomendação para que o fórum crie câmaras temáticas. Política de ordenamento do turismo de pesca no baixo Rio Branco é solicitado pelo ICMBio. Todos os convênios contratados em Roraima serão fiscalizados pelo DETUR.
	49ª / 13-05-2015	<ul style="list-style-type: none"> Nova formação do fórum. AFERR busca identificar quais as necessidades dos empresários do turismo de Roraima.
2015	50ª / 16-09-2015	<ul style="list-style-type: none"> O DETUR se põe a debater o turismo em terras indígenas. Apesar disso, nenhuma ação de contato com quaisquer comunidades é destacada.

	51ª / 13-05-2015	<ul style="list-style-type: none"> NÃO DISPONHO DA ATA
	52ª / 16-12-2015	<ul style="list-style-type: none"> Não foram citadas quaisquer ações relacionadas com política pública de turismo. Não foram apresentados estudos nem projetos voltados ao baixo Rio Branco, apesar das solicitações formais em reuniões anteriores. O secretário de planejamento Alexandre Heinklain sugere ressuscitar projeto envolvendo Manaus, considerando aquele destino consolidado e parceiro importante do turismo de Roraima.
2016	53ª / 13-05-2015	<ul style="list-style-type: none"> NÃO DISPONHO DA ATA
	54ª / 11-05-2016	<ul style="list-style-type: none"> Cita a redução dos municípios turísticos na regionalização. Novamente problemas no Tepequém. É citado o programa do atual governo que não contempla o turismo.
	55ª / 13-05-2015	<ul style="list-style-type: none"> DATA NÃO CONFERE Debate sobre estudos feitos por um grupo de trabalho junto ao município do Tepequém. Apresentação de um evento envolvendo trade de BRASIL e GUIANA INGLESA em Boa Vista.
	56ª / 14-09-2016	<ul style="list-style-type: none"> Não houve quórum.
		<ul style="list-style-type: none">

APÊNDICE E – HEMEROGRAFIA PARA TRIANGULAÇÃO

ANO	FATO
1993	Sebrae e Coordenadoria de Turismo (CODETUR) realizam seminário sobre conscientização do turismo em Roraima. Presentes empresários, governo e sociedade.
1996	Encontro regional de municípios com vocação turística em Roraima é realizado pela SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e MMA (Ministério do Meio Ambiente), por força do PROECOTUR (Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia), citando que foram realizadas reuniões com base no PNMT (Programa Nacional de Municipalização do Turismo).
2000	<p>IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente) afirma que vai construir casa de apoio nas imediações do Parque Ecológico Monte Roraima para assegurar fiscalização da região, com base no PROECOTUR. Ação não agrada as lideranças indígenas locais.</p> <p>Indefinição fundiária atrasa desenvolvimento do turismo, segundo governo de Roraima. Pequena participação dos municípios por falta de conscientização. Cita o PNMT como ação importante. Principais produtos turísticos são a pesca esportiva (baixo Rio Branco, em Caracaraí) e o Monte Roraima.</p> <p>Lideranças indígenas são contra instalação do IBAMA.</p>
2001	<p>Técnicos italianos vem conhecer o potencial turístico de Roraima. PROECOTUR e PNMT foram citados.</p> <p>Governo Federal (Ministério do Trabalho e Emprego, Esportes e Turismo) lança programa “Meu negócio é Turismo”.</p> <p>Embaixador japonês destaca o potencial do turismo de Roraima, notadamente o Monte Roraima</p> <p>SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus) afirma que dará prioridade ao ecoturismo da Região Norte. Apesar disso, não cita nenhum projeto para Roraima.</p>
2002	<p>Projeto de Turismo Comunitário na Comunidade Nova Esperança, por iniciativa do índio Alfredo Silva “Wapixana”, é citado na região de Pacaraima.</p> <p>SUFRAMA realiza evento em Manaus para atrair investimentos internacionais para a região norte, especialmente para o turismo.</p>
2003	<p>Comissão de entidades (CODETUR, Sebrae, Senac, DEMA – Departamento de Meio Ambiente, SEAAB – Secretaria Estadual de Agricultura, UFRR, EMBRAPA, CEFET, BASA e Sesc) discute plano de ação para o desenvolvimento do turismo no Tepequém.</p> <p>MMA busca financiamento para projetos de ecoturismo na Amazônia.</p> <p>Governo de Roraima participa da ABAV no Rio de Janeiro. Segmentos apresentados foram: Turismo de aventura, ecoturismo, etnoturismo e turismo de pesca.</p> <p>Ministro do Turismo (Walfrido Mares Guia) abre fórum em Roraima. Abertura do Fórum Estadual de Turismo. Cita o PNT (Plano Nacional de Turismo). Surge o DETUR (Departamento de Turismo).</p> <p>Monte Roraima é anunciado como produto turístico da agência Roraima Adventures</p>
2004	<p>Matéria promove projeto de turismo comunitário de Alfredo, com apoio do PNUD, Sebrae e DETUR.</p> <p>DETUR promove encontro de secretários de turismo no Tepequém. Conselho dos secretários de turismo dos 15 municípios. Iniciativa visou a elaboração de políticas voltadas ao turismo, partindo dos próprios municípios. Apenas Bonfim, Alto Alegre, Uiramutã, Amajari, Normandia,</p>

	<p>São Luís do Anauá e Pacaraima</p> <p>Prefeito de Normandia quer resgatar potencial turístico do Lago Caracaranã.</p> <p>Fortalecimento turístico em Roraima será tema de encontro. Sebrae promoveu ação junto com o CEFET e DETUR. Palestras e experiências de conscientização.</p>
2005	<p>Roraima se prepara para mostrar potencial turístico. Surgem roteiros turísticos (01 – Tepequém (Amajari); 02 – Pedra Pintada (Pacaraima); 03 – Extremo Norte (Uiramutã); 04 – Lago Caracaranã (Normandia); 05 – Monte Roraima (fronteira). Cita a regionalização. Afirma ainda a necessidade de consolidar Boa Vista como cidade receptiva aos turistas</p> <p>Roraima desperta para o turismo ecológico. Surge a observação de aves como segmento turístico. Cita um plano de fomento ao turismo ecológico, com suporte da SEPLAN. Cita a pesca esportiva como carro chefe.</p> <p>Índios Ingarikó discutem turismo. Cita a necessidade de informação sobre o que é o turismo e como a comunidade pode se inserir.</p> <p>Ministro quer transformar Roraima em grande mercado de turismo ecológico. Recursos foram disponibilizados para o turismo da região norte. Roraima participa do Salão do Turismo com 03 roteiros: Polo Norte (Pacaraima e Amajari – Terra do Deus Fogo), Polo Centro (Cantá, Bonfim e Boa Vista – Savanas Amazônicas) e Polo Sul (Caracará e Rorainópolis – Mosaico Amazônico – Águas e Florestas). Segmentos turísticos: Pesca esportiva, ecoturismo, turismo de fronteiras, observação de aves, turismo de aventura e turismo em terra indígena.</p> <p>Roraima não tem guia turístico oficial nem mapa turístico</p> <p>Costa Rica pode ser modelo para Roraima. Deputado propõe que modelo atual daquele país seja implantado em Roraima.</p> <p>Sebrae realiza encontro estadual de turismo. Surge o turismo de negócios. Ações voltadas à promoção turística, qualidade e atendimento.</p> <p>Roraima sediará o 3º FRONTUR em 2006. Mtur financiará ação enquanto o DETUR organiza localmente. O evento oportuniza o debate sobre o turismo de fronteira, além de políticas para o setor.</p> <p>ABAV articula liberação de recursos para material promocional de Roraima.</p>
2006	<p>SUFRAMA libera R\$10 milhões para Roraima investir em infraestrutura turística. Não foram citados projetos ou ações para destinação dos recursos.</p> <p>Começa etapa do “Brasil, meu negócio é turismo” em Roraima. Momento é de seleção de multiplicadores. Municípios contemplados: Boa Vista, Amajari e Caracará.</p> <p>DETUR incentiva turismo nas comunidades indígenas da Raposa Serra do Sol. Departamento busca interesse das comunidades em atuar com o turismo.</p> <p>Ministro do turismo da República Dominicana visita Roraima para conhecer p modelo de pesca esportiva do Baixo Rio Branco.</p> <p>Parceria promove qualificação para o turismo em Roraima. Jornada técnica de qualificação dos serviços turísticos. MTUR, BRAZTOA, DETUR, SEBRAE. Técnicos do MTUR (responsáveis pelo PRT) coordenam as atividades. Visão geral do PRT. Cita três regiões turísticas de Roraima: Extremo Norte do Brasil – Amajari, Bonfim, Uiramutã, Normandia e Pacaraima; Roraima, a Savana Amazônica – Boa Vista, Mucajaí, Alto Alegre, Iracema e Cantá; Águas e Florestas da Linha do Equador – Rorainópolis, Caracará, São Luís do Anauá, São João da Baliza e Caroebe. Segmentos: Ecoturismo, turismo de aventura, turismo náutico,</p>

2006	turismo de pesca, turismo cultural e turismo social.
	Protocolo de intenções para cooperação técnica entre Roraima (BRA) e Bolívar (VEN) é assinado por governadores e submetido ao governo federal de ambas nações. Estruturação é prevista em 03 níveis: Estados, municípios, empresários e organizações sociais. Validade de 05 anos.
	Fundação AJURI atua como interlocutora do BMNT. As oficinas serão em Boa Vista, Caracaraí e Amajari.
	Pavimentação asfáltica chega ao Tepequém. Obra de recuperação da estrada. Recursos do governo de RR, Caixa Econômica Federal com fiscalização da SEINF (Secretaria de Infraestrutura).
	Roraima apresenta dois roteiros no Salão do Turismo. Roteiros: Tepequém e Turismo de Pesca no Baixo Rio Branco. Cita os roteiros como resultado do PRT.
	Roraima receberá R\$ 6 milhões para o turismo. Monte Roraima e Turismo de Pesca no Baixo Rio Branco são tidos como roteiros de mercado internacional
	Representantes dos fóruns estaduais de turismo da região norte reúnem-se em Manaus. Participam MTUR, SNPTUR, FORNATUR (Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo).
	Programação do 3º FRONTUR é definida (3ª edição). Turismo de fronteira é debatido no evento, III Seminário Internacional Turismo de Fronteira, de 04 à 06 de setembro. Qualificação é tema central do debate.
	Começa o 3º FRONTUR. O evento objetiva debater o turismo de fronteira e é uma realização do MTUR. Elaboração de um documento do Sebrae, Governo do Estado de Roraima, Cathedral e CEFET-RR.
	FRONTUR
	FRONTUR
	Campanha Turismo Sustentável e Infância, do MTUR, promove seminários e palestras em Boa Vista.
	2007
MTUR, DETUR E BRAZTOA promovem a 2ª fase do Encontro de Qualificação e de Negócios Turísticos. As empresas que atuam no turismo em Roraima foram convidadas, além de entidades e IES. Foram apresentados os programas “Vai Brasil”, sistema CADASTUR e PRT.	
Prefeitura de Amajari promove evento para divulgar o turismo da região.	
2007	A 1ª reunião do Fórum Estadual de Turismo é agendada. Na pauta, a escolha da identidade turística de Roraima, plano plurianual do DETUR, relatório de nivelamento, inclusão da UERR, aprovação do calendário de reuniões.
	Boa Vista é anunciada como Destino Indutor do Turismo regional. Ação é oriunda do PRT – MTUR.
2008	Povo Ingarikó discute alternativas para o ecoturismo na região do Monte Roraima
	Pesquisa avalia competitividade de Boa Vista como destino indutor do turismo. Trabalho realizado pela FGV – Fundação Getúlio Vargas, com apoio do DETUR. Entraves citados foram: Localização (a qual impacta diretamente na logística), transporte e alto custo de vida.
	MTUR e DETUR lançam cartilha de combate a exploração sexual de crianças e adolescentes.
	Atrativos turísticos de Roraima são inventariados. Com apoio do DETUR,

2008	MTUR espera identificar todos os atrativos, produtos e serviços, equipamentos, infraestrutura de apoio ao turismo. O evento promovido serviu para apresentar a metodologia do INVTUR – Sistema de Oferta Turística. A ação faz parte do PRT – Roteiros do Brasil.
	A FETEC – Fundação de Educação, Turismo, Esporte e Cultura, realiza pesquisa de potencial turístico de Boa Vista junto ao público amazonense (Manaus).
	Seminário Internacional de Meio Ambiente e Turismo Sustentável, promovido pelo DETUR e FEMACT – Fundação do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia. O objetivo foi traçar políticas para o turismo e meio ambiente.
	Seminário aponta o baixo Rio Branco (Caracaraí), Serra Grande (Cantá), Tepequém (Amajari), Uiramutã e Boa Vista como principais polos promissores do turismo.
	DETUR promove cursos de qualificação e aperfeiçoamento para o segmento de serviços turísticos (camareira, etc.).
	Chefe do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, afirma que o turismo é pouco explorado em Roraima, de acordo com pesquisa. Turismo ecológico cresceu, porém, falta mão de obra qualificada. A FETEC reconheceu a importância de se integrar a outros municípios vizinhos.
	Em evento promovido pela ABRASEL – Associação Brasileira de Bares, Restaurantes e Lanchonetes, os roteiros turísticos de Roraima foram comercializados. Boa Vista foi citada como ponto central de escoamento dos fluxos turísticos.
	Boa Vista na rota do turismo de observação de aves. PMBV lança guia sobre aves de Roraima.
2009	ADETUR – Agência de Desenvolvimento do Turismo da Amazônia, é criada em Manaus para fortalecer o turismo da região norte. A agência envolve todos os estados. Convênio entre MTUR e C&VB – Convention and Visitors Bureau, objetiva uma maior divulgação do produto turístico da região.
	Governo de Roraima (Anchieta Júnior e Romero Jucá) busca investimento de R\$125 milhões do PRODETUR – Programa de Desenvolvimento do Turismo pelo BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, para obras como o centro de convenções.
	Tais investimentos objetivam integrar um projeto do corredor turístico “Amazônia e Caribe”. BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, também envolvido no financiamento. O corredor envolve os municípios de Manaus (AM), Presidente Figueiredo (AM), Rorainópolis, Caracaraí, Mucajaí, Boa Vista, Amajari e Pacaraima (RR), até a fronteira com a Venezuela.
	Cooperativa de turismo é lançada por indígenas em Uiramutã. Focando no turismo comunitário, apesar de não usar tal termo.
	Cooperativa de turismo é inaugurada em área onde o garimpo é presente. FUNAI afirma que turismo em terra indígena é ilegal.
	DETUR lança guia turístico de Roraima no IV Salão do Turismo, com a presença de ministro do turismo Luiz Barreto.
	Rota 174 é apresentada no Salão do Turismo. O roteiro liga Manaus (AM) à Pacaraima (RR). Extensão de 989 km. O projeto busca captar U\$12 milhões do BID para investimento em infraestrutura.
	DETUR lança novo guia turístico de Roraima.
	SBT grava atrativos turísticos de Roraima
MTUR renova banco de imagens de Roraima. Objetivo é divulgar o estado	

2009	nos eventos internacionais.
	Secretário de Planejamento afirma que turismo é área viável para geração de emprego e renda.
	Justiça proíbe construções no Tepequém. MPE – Ministério Público Estadual propõe ação que objetiva estancar o volume de construções irregulares na localidade. Como para indefinição fundiária, algumas pessoas ocupam áreas para a construção civil e especulação imobiliária.
	Moradores do Tepequém contam com energia elétrica 24hs vinda de pequena usina termelétrica.
	Estudo mostra perfil do turista roraimense. Indicadores do turismo em Roraima, feito pelo DETUR.
2010	Secretário da SEPLAN não enxerga exploração turística dos parques nacionais de Roraima em curto prazo.
	Fórum sobre turismo inicia no Tepequém. Promoção da Fecomércio e SESC – Serviço Social do Comércio/Roraima. Objetiva montar uma agenda de trabalho para o turismo, envolvendo empresários do setor. Resultados serão repassados à PMBV e Governo de Roraima. ABRASEL, ABAV, ABIH, C&VB, ABLA, IES e IFRR. O grupo montou indicativos para agenda da ADETUR. Agenda é para superar a lacuna de transição entre governos.
	Instituições discutem o turismo em Roraima. Oficina de Sensibilização dos 65 Destinos Indutores do Turismo Regional junto ao MTUR, Sebrae, FETEC e DETUR. Objetivo é a liderança, gestão e planejamento do turismo.
	MTUR lança Plano Aquarela em Roraima.
	Roraima tem roteiro geoturístico na BR 174 inexplorado. O roteiro faz parte de um rol de 20 sítios no Brasil selecionados com propostas de geoparques.
	Pesca esportiva movimentou milhões de reais no baixo Rio Branco.
	Monte Roraima é o maior cartão postal e produto turístico do estado.
	MTUR, GOL, SEBRAE e IMB – Instituto Marca Brasil, promovem <i>PressTrip</i> cujo objetivo é levar jornalistas a conhecer Roraima e divulgar seu potencial turístico.
	MTUR destaca Roraima no Plano Aquarela 2020.
	Imprensa nacional conhece a Rota 174. Foi realizado novamente o roteiro, desta vez com jornalistas de outros veículos de comunicação.
	Atrativos de Roraima foram expostos no Salão do Turismo. Rota 174 foi novamente apresentada.
Filiada da Rede Globo, EPTV grava programa “Terra da Gente” nos principais pontos turísticos de Roraima.	
2011	Rota 174 atrai turistas nacionais e internacionais. Cinco agências já vendem o roteiro. Porém, para fechar a venda é preciso um grupo de 15 viajantes, o que tem sido difícil.
	Empresas brasileiras de turismo são proibidas de entrar na Venezuela. Tal medida acabou inviabilizando o projeto Rota 174.
	Feriados movimentam setor de lazer e turismo em Roraima.
	Festival gastronômico quer divulgar setor de Roraima.
	Lago Caracaranã reabre para visitação. CIR – Conselho Indígena de Roraima, administra a localidade.
	Ilha de Margarita, na Venezuela, é o destino dos Roraimenses.
	PMBV lança Programa Destino Certo Roraima. Objetivo é incentivar e pôr em prática a capacitação de profissionais ligados ao segmento turístico do estado. Parceria com MTUR. Os interessados em participar devem residir em Roraima e fazer parte do turismo de alguma forma.

2012	Assalto a turistas brasileiros na Venezuela prejudicam visitação turística
	Uiramutã e Tepequém apresentam belezas para os turistas
	Governo e sociedade debatem propostas para o turismo de Roraima. Evento intitulado "1� Seminário de Indústria, Comércio e Turismo de Roraima". Lei n�825 regulamenta a prática do turismo de aventura em Roraima.
2012	CNTUR – Confederação Nacional do Turismo, vai implantar unidade para reforçar a�es do turismo em Roraima.
2013	Cachoeiras de Roraima atraem turistas de todo país.
	"Eu amo Pacaraima" – Campanha quer atrair turistas para que fiquem na cidade. Iniciativa � de vereadora.
	Roraima terá cartilha de combate ao tráfico e exploração sexual de crianças. Apesar de ser proposto pelo DETUR, n�o faz parte de a�o do MTUR.
2014	Brasileiros desistem da Venezuela. Assaltos, desrespeito as reservas de voos e hotéis mant�m risco alto para turistas.
	Pacaraima sedia workshop sobre turismo.
	CNTUR e Sebrae lançam projeto para desenvolver a gestão das empresas de turismo. Projeto "Avançando na gestão de micro e pequenas empresas do turismo brasileiro". CNTUR realizou pesquisa onde constatou que os problemas das empresas com o turismo estão atrelados ao desenvolvimento.
	Governador Chico Rodrigues queria criar conselho estadual de turismo náutico.
	Roraima participa da ABAV 2014. Foram DETUR, FETEC, agências de emissivo e receptivo. Matéria constata que o turismo é pouco desenvolvido no estado. A divulgação deu mais ênfase aos municípios de Amajari e Uiramutã.
	Monte Roraima � destaque da novela Império, da Rede Globo. Cresce o fluxo de visitantes por conta disso.
2015	Roraima participa do "Viaja mais, melhor idade". Iniciativa do MTUR. Descontos para idosos que desejam viajar pelo país. Matéria convida empresários a se cadastrarem e oferecerem descontos na baixa estação.
	Turismo cresce 26% em Roraima. Cita a evidência do Monte Roraima na novela da Globo e tenta explicar esse crescimento. Novos empreendimentos hoteleiros foram instalados. Informatização dos registros hoteleiros. Reativação do CIT – Centro de Informa�o Turística, do aeroporto. Insiste no "Viaja mais, melhor idade".
	DETUR promove reunião sobre potencial turístico dos municípios. Objetivo é tratar do PRT. A�es foram focadas em levantamento de potencialidades, sites institucionais das prefeituras e cria�o de conselhos municipais de turismo. As a�es são deliberadas entre DETUR e gestores apenas.
	Fórum Estadual de Turismo de Roraima debate turismo em área indígena. Conselheiros e representantes da FUNAI – Funda�o Nacional do Ind�o, discutiram a questão. Comunidades indígenas como protagonistas do turismo de base local.
	1� roteiro de turismo rural será lançado em Roraima. DETUR e Brasil Turismo fecharam a parceria. Intitulado "Vivendo Roraima pelos Cavalos Lavradores".
	Em Roraima, turismo representa mais de 10% do volume de serviços. Cita Tepequém como destino turístico. Novamente, o crescimento do turismo em Roraima � atribuído à novela Império, de 2014. Outro detalhe se refere a malha aérea, que foi barateada. Monte Roraima como principal produto

2016	turístico. Polos turísticos continuam sendo trabalhados pelo marketing.
	UERR promove seminário sobre ecoturismo na Amazônia.
	TAM cancela voo para Roraima vindo de Manaus.
	Roraima recebe a tocha olímpica
2016	MTUR faz vistoria em obras de infraestrutura turística em Boa Vista (teatro), Alto Alegre (construção e reforma de praças) e Mucajaí (Paixão de Cristo).
	10 municípios de Roraima saem do Mapa do Turismo. Ficaram apenas Caracaraí, Amajari, Mucajaí, Bonfim e Boa Vista. Cita a categorização turística como nova metodologia do PRT.
	Estrangeiros optam pelo turismo de aventura, segundo pesquisa do MTUR.
	MTUR estabelece novas regras para repasse de recursos ao turismo. Roraima reduziu de 15 para 5 os municípios turísticos presentes no Mapa do Turismo. Continuam as 03 regiões. São eles Caracaraí, Amajari, Mucajaí, Bonfim e Boa Vista. Só haverá repasse de recursos para aqueles que estiverem no mapa do turismo. O DETUR solicitou a inserção de Rorainópolis, Pacaraima e Uiramutã.

APÊNDICE F – AVALIAÇÃO DOS INDICADORES PARA CATEGORIZAÇÃO

PLANO DE COLETA DE DADOS - PCD

MÉTODO	CATEGORIA	INDICADOR (Folha de Boa Vista)	ANO
HEMEROGRAFIA			
	1. Turismo		
	2. Política pública		
	3. PRT		
	4. Conflito		
	5. Fronteira		
	6. Amajari		
	7. Pacaraima		
	8. Uiramutã		
	9. Roraima		
	10. Desenvolvimento		

APÊNDICE G – ATRATIVOS POR REGIÃO DE ACORDO COM PRT/MTUR

REGIÃO	MUNICÍPIO	ATRATIVO TURÍSTICO
EXTREMO NORTE DO BRASIL	AMAJARI	Ecoturismo - Cachoeiras do Paiva, do Barata, do Funil, trilha do platô
		Turismo de lazer – Tepequém
	NORMANDIA	Turismo de lazer - Lago Caracaranã
		Turismo comunitário - Terra Indígena Raposa Serra do Sol
	PACARAIMA	Turismo de fronteira (Brasil - Venezuela)
		Turismo comunitário em terra indígena – Nova Esperança
	UIRAMUTÃ	Ecoturismo - Cachoeiras do Urucá, Paiuá, Paiuazinho
		Turismo Comunitário em terras indígenas
BONFIM	Turismo de fronteira (Brasil – Guiana Inglesa)	
RORAIMA, A SAVANA AMAZÔNICA	ALTO ALEGRE	Turismo de lazer – Ecopark
		Turismo de eventos – Forró Alegre, Festejo do Taiano
		Turismo de aventura – Corredeiras do Paredão
	BOA VISTA	Turismo de Raiz - Orla Taumanan, Igreja do Carmo, Intendência, Boa Vista Junina, Parque Anauá, Praia Grande, Praia da Polar
	CANTÁ	Ecoturismo - Serra Grande
MUCAJAÍ	Turismo de eventos - Paixão de Cristo	
ÁGUAS E FLORESTAS DA LINHA DO EQUADOR	CARACARAÍ	Turismo de lazer – Orla do Rio Branco
		Turismo de pesca – baixo Rio Branco
		Turismo de eventos – Carnaval e Festival Folclórico Cobra Mariana e Gavião Caracará
	CAROEBE	Turismo pedagógico – Usina Hidrelétrica de Jatapu
	RORAINÓPOLIS	Turismo Pedagógico – Vila do Equador – Equador

APÊNDICE H – HEMEROGRAFIA – TEMPO E DESENVOLVIMENTO

ANO	MATÉRIA	ESCOPO	CONSTATAÇÕES	CATEGORIA DE ANÁLISE
2000	Governo deixa de investir e população empobrece	RR é um dos estados mais pobres da federação (IDH em 14º no Brasil)	Falta de investimentos prejudica o estado e favorece a inércia	CENÁRIO DO DESENVOLVIMENTO
	Governo breou ímpeto de desenvolvimento de RR	Cidades crescem mas falta investimento no setor rural	Crescem as cidades, setor rural vê êxodo, falta produção própria	CENÁRIO DO DESENVOLVIMENTO ATORES DO DESENVOLVIMENTO
	Indefinição fundiária atrasa desenvolvimento de RR no turismo	Sem financiamento, nem terra, bancos não liberam crédito e empresários não investem	Some-se a isso a ausência de políticas específicas de ocupação e regularização fundiária	GARGALO NO DESENVOLVIMENTO
2001	Guri chegará até 30 de julho	Ligação energética com a VE	Tentativa de superar um gargalo	CENÁRIO DO DESENVOLVIMENTO
	Programa Calha Norte discute desenvolvimento em RR	O objetivo era fixar a população nas fronteiras	Exército assume a função de conduzir o desenvolvimento regional	PROJETO DE DESENVOLVIMENTO
	Calha Norte apresenta plano de desenvolvimento para Roraima	Desenvolvimento de RR integrado com o Estado do Amazonas	Os planos voltam-se para uma visão integrada, talvez para Roraima ainda não será possível “andar só”	PROJETO DE DESENVOLVIMENTO
	Educação e qualificação da mão de obra são estratégicas para mudar RR		Setores chave foram destacados mas sem um direcionamento claro	VETOR DO DESENVOLVIMENTO
	Amazontech dará início ao desenvolvimento de RR	Evento que objetivava discutir o desenvolvimento de RR	Discussão sobre caminhos do desenvolvimento em Roraima	ATORES DO DESENVOLVIMENTO
	RR está pronto para o desenvolvimento, diz Neudo	Elenca projetos para Roraima	Após tantas iniciativas, governo do estado elege ações	CENÁRIO DO DESENVOLVIMENTO

APÊNDICE I – HEMEROGRAFIA – TURISMO EM RORAIMA

ANO	MATÉRIA	ESCOPO	CONSTATAÇÃO	CATEGORIA DE ANÁLISE
1993	Sebrae e Coordenadoria de Turismo (CODETUR) realizam seminário sobre conscientização do turismo em Roraima. Presentes empresários, governo e sociedade.	Evento que debate o turismo como ação do PNMT	Iniciativa das instituições em debater o turismo de Roraima	
1996	Encontro regional de municípios com vocação turística em Roraima é realizado pela SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e MMA (Ministério do Meio Ambiente), por força do PROECOTUR (Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia), citando que foram realizadas reuniões com base no PNMT (Programa Nacional de Municipalização do Turismo).	Os municípios foram: todos da região norte, Boa Vista e Caracarái. A proposta era de 9 encontros regionais. À época foram definidos polos turísticos	Evento com vistas a promover a discussão sobre a vocação turística de cada município. Ação do PROECOTUR aglutinada ao PNMT	
2000	IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente) afirma que vai construir casa de apoio nas imediações do Parque Ecológico Monte Roraima para assegurar fiscalização da região, com base no PROECOTUR. Ação não agrada as lideranças indígenas locais. Indefinição fundiária atrasa desenvolvimento do turismo, segundo governo de Roraima. Pequena participação dos municípios por falta de conscientização. Cita o PNMT como ação importante. Principais produtos turísticos são a pesca esportiva (baixo Rio Branco, em Caracarái) e o Monte Roraima.	Instalação de ponto de fiscalização nas proximidades do Monte Roraima	Inércia prejudica o turismo; Produtos turísticos já trabalhados no estado (pesca e ecoturismo) em Caracarái e na região de Pacaraima	

APÊNDICE J – CALENDÁRIO - HEMEROGRAFIA DA FOLHA DE BOA VISTA

<p>141 Janeiro 2000</p>	<p>142 Fevereiro 2000</p>	<p>143 Março 2000</p>	<p>144 Abril 2000</p>	<p>145 Janeiro 2001</p>	<p>146 Fevereiro 2001</p>	<p>147 Março 2001</p>	<p>148 Abril 2001</p>
<p>149 Maio 2000</p>	<p>150 Junho 2000</p>	<p>151 Julho 2000</p>	<p>152 Agosto 2000</p>	<p>153 Maio 2001</p>	<p>154 Junho 2001</p>	<p>155 Julho 2001</p>	<p>156 Agosto 2001</p>
<p>157 Setembro 2000</p>	<p>158 Outubro 2000</p>	<p>159 Novembro 2000</p>	<p>160 Dezembro 2000</p>	<p>161 Setembro 2001</p>	<p>162 Outubro 2001</p>	<p>163 Novembro 2001</p>	<p>164 Dezembro 2001</p>
<p>165 Janeiro 2002</p>	<p>166 Fevereiro 2002</p>	<p>167 Março 2002</p>	<p>168 Abril 2002</p>	<p>169 Janeiro 2003</p>	<p>170 Fevereiro 2003</p>	<p>171 Março 2003</p>	<p>172 Abril 2003</p>
<p>173 Maio 2002</p>	<p>174 Junho 2002</p>	<p>175 Julho 2002</p>	<p>176 Agosto 2002</p>	<p>177 Maio 2003</p>	<p>178 Junho 2003</p>	<p>179 Julho 2003</p>	<p>180 Agosto 2003</p>
<p>181 Setembro 2002</p>	<p>182 Outubro 2002</p>	<p>183 Novembro 2002</p>	<p>184 Dezembro 2002</p>	<p>185 Setembro 2003</p>	<p>186 Outubro 2003</p>	<p>187 Novembro 2003</p>	<p>188 Dezembro 2003</p>